UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAETANO PATTA DA PORCIUNCULA E BARROS

**Contestando a Ordem:
um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana**

Versão corrigida

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Contestando a Ordem:
um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana**

Caetano Patta da Porciuncula e Barros

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Ciência
Política do Departamento de Ciência
Política da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Vitor Singer

Versão corrigida

De acordo _____

Professor Doutor André Vitor Singer

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P315c Patta, Caetano
 Contestando a Ordem: um Estudo de Caso com
 Secundaristas da Zona Leste Paulistana / Caetano
 Patta ; orientador André Vitor Singer. - São Paulo,
 2017.
 217 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
 concentração: Ciência Política.

 1. Ativismo. 2. Lulismo. 3. Periferia. 4.
 Representação. 5. Segregação. I. Singer, André Vitor,
 orient. II. Título.

Nome: PATTA, Caetano.

Título: Contestando a Ordem: um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À secundarista da Escola Estadual João
Neves da Fontoura, Carla, minha mãe.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de relações. Relações que se deram no ambiente universitário, em mesas de bar, na copa da república onde morei ao longo desses dois anos, na casa da minha mãe, no quarto onde durmo e viro noites, nas manifestações onde não nos sentimos sozinhos na indignação, com as e os adolescentes da Zona Leste que refletiram sobre sua própria vida e que me deram a oportunidade de refletir junto com eles e elas, nos “rolês”, nos seminários, nas redes sociais, nas viagens, em tantas casas onde me sinto em casa, dentro da cabeça e dentro do peito.

Eu passei por esse trabalho, assim como tantas outras pessoas. Como me coube escrevê-lo, a responsabilidade pelos limites e erros é minha. O que há de válido aqui é de todos e todas nós. É assim que encaro o que chamamos de “conhecimento”. Folhas de papel não produzem respostas. Relações produzem respostas. Assim, espero ter deixado, na forma de apontamentos e reflexões apresentadas no texto que se segue, boas perguntas que cumpram o papel de alimentar debates e compreensões coletivas a respeito dos processos nos quais estamos envolvidas e envolvidos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. André Singer, por ter me feito perguntas toda vez que eu achei que trazia respostas, pela paciência e pelo companheirismo. Agradeço ao Prof. Dr. Cícero Araújo, ao Prof. Dr. Bernardo Ricupero e à Prof^a. Dr^a Eunice Ostrensky, que representam muito bem as professoras e os professores com quem tive o prazer de refletir e enfrentar problemas desde o início da graduação em Ciências Sociais na FFLCH/USP, em 2008. Ao Prof. Dr. Jean Tible, à Prof^a Dr^a Maria Caraméz Carlotto e à Prof^a Dr^a Thais Regina Pavez agradeço pelos encontros ao longo dos dois anos em que desenvolvi esse trabalho, pelas contribuições e sugestões que foram da maior importância no exame de qualificação e no momento da defesa desta dissertação.

Agradeço aos caras daquela conversa que nunca termina. Chrisão, mande um abraço a todos e pega um pra você. Aos meus irmãos Fernando, Rodrigo, João, Iuri, Dandas, Rafa, Du e João Pedro. Dandão, mande um abraço para o Caezinho. Um

beijo grande à grande amiga Beatriz. Agradeço aos colegas do grupo de estudos das terças-feiras, coordenado por André Singer e Bernardo Ricupero. Vini transmita meus mais sinceros agradecimentos a todos e todas. Àquele grupo de Whatsapp. Dani, manda um beijo para o pessoal. Agradeço à Márcia e ao Vasne do Departamento de Ciência Política por toda a paciência e apoio.

Aos meninos e meninas que não citei o nome verdadeiro ao longo deste trabalho e à “Natalia”, agradeço por me deixarem fazer parte desta reflexão. Agradeço a todos e todas militantes do meu convívio, por não me deixarem esquecer nunca que ler e escrever é bom, mas não basta.

Agradeço às minhas avós, tias, tios, primas e primos. Agradeço a minha mãe, Carla, minha professora há 27 anos, e a minha irmã, Arabella, minha colega de sala nas aulas da vida. Agradeço àqueles que mesmo tendo ido embora estão aqui: meu pai e o velho Ítalo, meu avô que foi pai também. Agradeço à Cuíca, vira-lata que me adotou. Agradeço à Bianca, pelo companheirismo, noites dormidas e noites viradas, pelo carinho e pelos sorrisos, por me ensinar tanto e pela felicidade e vontade de sorrir que sua presença me faz sentir. Enfim, agradeço pelo amor, que só posso retribuir com amor.

Agradeço também ao Departamento de Ciência Política e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento a esta pesquisa.

PATTA, Caetano. 2017. Contestando a Ordem: um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso realizado com jovens estudantes da Zona Leste de São Paulo que fizeram parte da mobilização secundarista de 2015, marcada pelas ocupações de escola. O objetivo da pesquisa foi investigar a formação de visões de mundo e as formas de engajamento político desses sujeitos, procurando relacioná-las aos elementos imediatos do seu cotidiano. Ao longo da dissertação, discute-se a relação desses jovens tanto com ativistas quanto com atores que compõe sua realidade local. Verificou-se que o envolvimento em um cursinho popular atuante na Zona Leste de São Paulo teve grande peso em seu processo de politização e que, a partir dos laços ali construídos, ligaram-se a uma rede mais ampla de novas formas de ativismo. Identifica-se também uma tensa relação com o conjunto de atores identificado como “agentes da ordem”: policiais, burocracia escolar, igreja e famílias. Por fim, acompanhando seu percurso de engajamento posterior à onda de ocupações escolares de 2015, percebe-se o rompimento desses jovens com a ideia de representação e a afinidade com repertórios autonomistas, bem como uma forte ligação com plano local.

Palavras-chave: Ativismo, Lulismo, Periferia, Representação, Segregação.

PATTA, Caetano. 2017. Challenging the Order: a Case Study on High School Students of East Side of São Paulo

ABSTRACT

This research consists of a case study made with young students from the east side of São Paulo who were part of a mobilization in 2015, marked by a wave of school occupations. The objective of the research was to investigate the formation of the student's worldview and political engagement, relating them to the immediate elements of their daily life. Throughout the dissertation, we discuss their relationship with both activists and actors that are part of their local reality. It was verified that a community college course had a great influence in their process of politicization and that, from the bonds built there, they were connected to a wider network of new forms of activism. It also identifies a tense relationship with the set of actors identified as "agents of order": police officers, school bureaucracy, church and families. Finally, following their path of engagement after the wave of school occupations, one can see the youth breakup with the affinity and idea of autonomist representation repertoires, as well as a strong connection with local plan.

Keywords: Activism, Lulismo, Outskirts, Representation, Segregation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

CMP Central de Movimentos Populares

COHAB Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

CPTM Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

MPL Movimento Passe Livre

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PCC Primeiro Comando da Capital

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRB Partido Republicano Brasileiro

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL Partido Socialismo e Liberdade (dei 4 espaços após a sigla)

PT Partido dos Trabalhadores

UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UMES União Municipal dos Estudantes Secundaristas

UNE União Nacional dos Estudantes

UNEAFRO A União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora

SUMÁRIO

Introdução.....	11
i. Um Breve Recuo.....	11
ii. A Emergência de um Novo Tema de Pesquisa: os Secundaristas se Levantam em São Paulo.....	15
iii. Como e Porquê um Estudo de Caso: Apontamentos Gerais Sobre Metodologia....	17
iv. O Caso Escolhido: Secundaristas do Extremo Leste Paulistano.....	20
v. Um Breve Parênteses: O que foi o Movimento de Ocupações de Escolas Públicas em São Paulo?.....	28
 Capítulo 1: O Longo Percurso das Periferias Paulistanas e do Engajamento: Autoconstrução da Cidade e de Sujeitos Políticos em São Paulo.....	35
1.1. 1940-1970: A Urbanização Periférica na Cidade de São Paulo.....	37
1.2. Zona Leste de São Paulo Como Caso Típico da Urbanização Periférica.....	39
1.3. 1970 e 1980: os Movimentos Sociais Periféricos e o “Projeto do Trabalhador”....	50
1.4. Violência, Crime e Segregação: o Lado de lá da Fronteira do Estado de Direito.....	54
1.5. Sujeitos Periféricos: Cultura Como Resposta Política à Violência e à Segregação.....	64
1.6. Lulismo: O Horizonte Político Limitado das Classes Populares na Democracia.....	68
1.7. Uma Nova Geração de Ativismos?.....	78
 Capítulo 2: Trabalho de Base e Renovação das Experiências de Mobilização a Partir das Periferias.....	87
2.1. O Coletivo Malambe: Trabalho de Base na Zona Leste de São Paulo	88
2.2. O Mal Educado e o Coletivo Malambe: Trabalho de Base, Conexão e a Renovação das Experiências de Mobilização Desde as Periferias.....	100
 Capítulo 3: A Ocupação da Escola Estadual Victor Jarra.....	108

3.1. A Ocupação da EE Victor Jara 1: Meninas e Meninos Reinventando a Vida Contra a "Política dos Homens"	109
3.2. A Ocupação da EE Victor Jara 2: a Reação da Política dos Homens.....	132
 Capítulo 4: Desdobramentos de uma Politização Contra a Ordem na Zona Leste: Imediatismo e Autonomia.....	147
 Contribuição para o debate: onde fica o “conservadorismo popular” na experiência dos jovens que contestam a ordem?.....	182
 Considerações Finais.....	190
 Anexo: fichas das/dos entrevistadas/entrevistados.....	202
 Referências Bibliográficas.....	211

INTRODUÇÃO

i. Um Breve Recuo

Iniciei meu mestrado no início de 2015, tendo como projeto de pesquisa o comportamento político e eleitoral de jovens trabalhadores dos setores de serviço e comércio na cidade de São Paulo. Meu ponto de partida enquanto reflexão e pergunta estava relacionado a uma mudança que, àquela altura, parecia um tanto abrupta e “inexplicável”. A estabilidade política da década de 2000, que correspondia a um “quase consenso” nacional (ou certa “hegemonia”) em torno do lulismo ao fim da década, entrava em processo de acelerada desestruturação, especialmente a partir de junho de 2013. Meu primeiro intuito de pesquisa era investigar o lugar de um grupo social específico neste processo: os jovens das classes populares que haviam experimentado expressiva melhora nas condições de vida em geral – com aumento das perspectivas de consumo, de escolaridade e das ofertas de trabalho e crédito –, mas que seguiam convivendo com novas e velhas precariedades do cotidiano periférico da cidade de São Paulo. Tal curiosidade era alimentada pelas pistas de envolvimento destes jovens em dois processos marcantes no período: os acontecimentos de junho de 2013 e as acirradas e polarizadas eleições de 2014. Pesquisas de opinião e trabalhos acadêmicos diversos apontavam o protagonismo de jovens deste grupo social nas duas ocasiões. Em outras palavras, inicialmente, a pesquisa que eu pretendia desenvolver buscava contribuir para a compreensão do papel destes jovens na desestruturação do consenso; seu lugar e postura diante dos conflitos e perspectivas que se abriam num cada vez mais provável pós-lulismo. Nesta primeira investida, debrucei-me sobre o amplo debate referente ao surgimento de uma “nova classe”. Classe “média”? “Trabalhadora”? “Batalhadores”? “Precariado”? E quais seriam os horizontes políticos possíveis e potenciais desta parcela da sociedade brasileira que havia saltado ao centro dos processos políticos e econômicos nas primeiras décadas do século XXI.

A partir de diversas perspectivas analíticas, compreende-se que renda, escolaridade, inserção na produção e circulação, moradia e acesso a bens culturais se relacionam com a visão de mundo das pessoas, posição e envolvimento políticos. Nesta primeira empreitada, procurei buscar em entrevistas com jovens trabalhadores de grandes redes de supermercado que operam na cidade de São Paulo traços destas relações. Realizei algumas entrevistas, que ocorreram em praças de alimentação de centros comerciais, na residência de alguns dos entrevistados e mesmo nas redondezas do local do trabalho, durante o período de almoço. Importa ressaltar que se trata de uma categoria profissional que possui apenas um dia de descanso por semana e enfrenta longos deslocamentos entre casa e trabalho (na maior parte dos casos, acompanhados de um curso universitário noturno); e que os locais de trabalho são hostis a presença de pesquisadores e mesmo a conversas no interior das lojas. Estes foram alguns dos desafios desta experiência, mas as entrevistas renderam novos questionamentos e hipóteses que seguiriam me acompanhando no presente trabalho.

Estes jovens trabalhadores das redes de supermercados com quem conversei, dividiam-se aleatoriamente em 2014 entre as candidaturas Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB), Aécio Neves (PSDB) e o voto nulo. No entanto, para além da definição superficial do voto, estas conversas me levaram para uma zona cinzenta, além daquelas oferecidas pela gramática do sistema partidário brasileiro e das análises consolidadas no campo de estudos do comportamento eleitoral. Repetia-se um discurso de “sociedade contra o Estado”, “nós, o povo” contra “os políticos”; um agregado de trabalhadores e empresários “correndo atrás do seu”, lutando para trabalhar e gerar empregos, e esbarrando em “muito imposto” e “corrupção”. Os serviços públicos de saúde, educação e transporte faziam parte das demandas e da indignação de todos, contrariando o caminho de corte mais “liberal” em termos tradicionais que a preocupação com impostos poderia sugerir. Bolsa família não era “esmola” ou “coisa de vagabundo”. Avós, tios e tias e conhecidos teriam se beneficiado da medida “legítima” para quem “está precisando”. No entanto, o programa não era para eles: ali a demanda era por emprego, qualificação e oportunidade de crescer enquanto indivíduo, “profissional”, “consumidor”, “cidadão consciente”.

Os jovens trabalhadores apareceram para mim nestas conversas como formadores de opinião em suas famílias, ligados no noticiário e impacientes com a situação política do país. O futuro parecia em risco no primeiro semestre de 2015. A vida era ensino superior e emprego fixo, vivenciado junto à precariedade do transporte público, dos abusos da polícia e da fuga do sistema público de saúde. Com muito esforço contra o saldo bancário e o relógio, era possível encaixar um curso de línguas, um curso à distância e o consumo em shoppings e festas. Tudo muito disciplinado, sem perder o foco. Uma balança sensível que opunha oportunidade e precariedade, futuro e presente.

Minha impressão, a partir das entrevistas que fiz, foi de que a balança começava a pesar mais para o lado do incômodo com as precariedades da vida presente, tirando o brilho da promessa de uma vida de mais ascensão que começava a parecer mais distante e incerta. A dívida ofuscava o crédito. A rotatividade por cargos de mesmo nível ofuscava a qualificação, muitas vezes inédita na família. A culpa pela situação recaía sobre o governo e não sobre o patrão, que figurava como outra vítima ao seu lado na narrativa do presente. A presidenta Dilma Rousseff (PT), mesmo nos casos em que recebeu o voto no segundo turno de 2014, não gozava de aprovação e simpatia. Os demais candidatos e partidos não ganhavam com o desgaste da petista; no máximo um voto que punia, sem entusiasmo, o governo de turno. Os partidos eram todos iguais. O Congresso Nacional, reduto de “ladrões”. Junho (de 2013) era lembrança viva para todos, ainda que nem todos tivessem participado diretamente daqueles acontecimentos. A Copa do Mundo (de 2014) era vista com desconfiança. Protestar era legítimo, ainda que muitas vezes não coubesse na rotina. Não se sabia por onde participar de um movimento reivindicatório. Mas as reivindicações e protestos contra os governos e políticos eram legítimas aos olhos destes jovens trabalhadores: *“alguém precisa dizer, protestar... sei lá, fazer alguma coisa que seja”*.

Vale ressaltar algumas das impressões desta experiência que passaram a me acompanhar. A primeira delas é de que certo “conservadorismo popular”, enquanto aversão ao conflito social (marca do lulismo, na formulação de André Singer) não me parecia presente no discurso e na disposição dos jovens trabalhadores paulistanos com os quais conversei. Havia alguma disposição para o conflito, para “esticar a

corda” da ordem social em nome de mudanças que acelerassem ou viabilizassem a promessa de melhoria das condições de vida. Daí não se deve apreender a presença de um elemento revolucionário ou “de esquerda”, mas sim um elemento de impaciência e deslegitimação das promessas e processos que emanavam da institucionalidade. Aqui, uma revolução social e um golpe de Estado podem andar lado a lado no imaginário de quem perde a paciência. Em segundo lugar, as memórias recentes de processos políticos em geral destacavam Junho de 2013 e a Copa do Mundo (e suas controvérsias) como marcos de seu imaginário político, de uma necessidade de mudança que não encontrava representação (e este é o terceiro ponto) na eleição que se seguiu e nas instituições. O terceiro ponto a se insinuar nestas primeiras impressões dizia respeito ao fato de que o Congresso Nacional, o governo e a oposição, os partidos e políticos em geral não davam resposta ao seu incômodo.

A frustração com a vida se traduzia em frustração com a política, abrindo brechas na reflexão e na narrativa daqueles com quem conversei para o reconhecimento da legitimidade de protestos e até mesmo para votos de protesto contra “as coisas do jeito que estão”: um voto de protesto poderia ser um voto fora da polarização entre PT e PSDB, um voto em Tiririca (Deputado Federal pelo PR-SP) ou mesmo um voto nulo. Em uma das entrevistas, perguntei a um rapaz o que achava da ideia de impeachment de Dilma Rousseff que começava a ganhar força. A resposta do rapaz foi: *“eu concordo, mas eu acho que tinha que derrubar todo mundo... todos eles... o povo que devia fazer o impeachment”*.

O jovem bem informado, conectado, que sabe nomes de partidos, cifras de escândalos de corrupção e reproduz discursos mais ou menos estruturados sobre “política econômica”, “impostos” e “infraestrutura” parecia sentir-se traído. Era como se, assim como na vida e suas dimensões profissionais e de busca por conforto, também na política o país não cumprisse com a sua parte em um acordo estabelecido. O “contrato social” do lulismo oferecia ascensão progressiva e constante, melhoras objetivas na vida individual e um país cada vez melhor, desde que as oportunidades disponíveis fossem aproveitadas. Este foi o contexto de formação destes jovens, que não viveram o autoritarismo, a hiperinflação e o desemprego.

Esses jovens com algo em torno de 20 ou 25 anos com quem conversei, no entanto, haviam apanhado todas as oportunidades que estavam ao seu alcance convivendo com expressivas precariedades, mas a vida e o país passavam a melhorar cada vez menos e de modo mais vagaroso ou, em alguns casos, parava de melhorar. No primeiro semestre de 2015, a sensação que me foi passada nestas conversas era de que, não tão longe dali, as coisas poderiam começar a piorar. Eles haviam cumprido a sua parte no acordo – esforçavam-se, trabalhavam duro, estudavam, informavam-se –, mas o retorno passava a ser incerto. Agora que era um jovem informado, qualificado e esforçado, mas ainda com sérias precariedades cotidianas por resolver, não via caminhos confiáveis na política, que correspondessem as suas demandas particulares e valores mais gerais referentes à situação do país.

ii. A Emergência de um Novo Tema de Pesquisa: os Secundaristas se Levantam em São Paulo

Em setembro de 2015, estudantes secundaristas da rede pública estadual iniciam um movimento intrigante no Estado de São Paulo, que tomaria dimensões cada vez maiores e mais desafiadoras até o fim daquele ano, deixando rastros e voltando a se apresentar ao longo do ano de 2016 em novas mobilizações. O Governo do Estado de São Paulo havia anunciado o plano de “reestruturação” da rede estadual de ensino. A proposta consistia em que cada unidade escolar passasse a oferecer aulas de apenas um dos ciclos da educação (ensino fundamental I, ensino fundamental II ou ensino médio) a partir do ano seguinte. A consequência prática da alteração seria o fechamento de 93 escolas, afetando diretamente 311 mil alunos e 74 mil professores. A medida gerou protesto de estudantes, pais, professores, entidades e especialistas na área de educação. Em novembro de 2015, como resposta, uma onda de ocupações de escolas públicas se alastrou como pólvora por São Paulo. O governo do Estado viu-se afrontado como as tradicionais organizações da sociedade civil construídas no período pós-redemocratização e movimentos sociais e estudantis consolidados há tempos não conseguiam. O caráter surpreendente daquele movimento lembrava os acontecimentos de junho de 2013 em

alguns aspectos: o afastamento em relação ao PT e seu campo político mais próximo, no que diz respeito à representação política; a incapacidade do governo estadual do PSDB em dialogar com seu dinamismo e sua ausência de lideranças; e a simpatia que o movimento conquistou junto a amplos setores da opinião pública, inclusive no que diz respeito às formas radicais de luta adotadas. Do ponto de vista da composição social, no entanto, por ter se originado nas escolas públicas, o movimento apresentava protagonismo periférico e a alta voltagem de suas táticas e discursos não deixavam dúvidas à cerca de seu caráter crítico e de uma localização alheia à parte conservadora do espectro político.

Alguns adolescentes que participaram das ocupações de escolas eram efetivamente ou poderiam ser irmãos mais novos daqueles jovens trabalhadores com quem havia iniciado conversas anteriormente: dependentes dos serviços públicos de saúde e educação básica; integrantes de famílias emergentes em termos financeiros nos anos 2000; moradores da periferia paulistana; e, o que tem importância especial para esta investigação, insatisfeitos com a política e com suas condições de vida. Por outro lado, este movimento e as características de sua composição se colocavam alheios à polarização pró e contra o governo petista. Esta confluência me levou a mudar o objeto de minha pesquisa, mantendo, no entanto, parte das mesmas indagações que me motivavam inicialmente. Esta mudança ocorreu durante o segundo semestre de 2015.

Iniciei então esta pesquisa de caráter qualitativo e inspiração etnográfica, cujo objetivo foi investigar as visões de mundo e o engajamento de jovens periféricos paulistanos em movimentos que apresentavam caráter autônomo e inovador; a forma como tais visões e engajamentos se relacionavam com seu cotidiano, com as condições de vida das periferias paulistanas e a constelação de atores que se mostraram presentes nesta experiência. A opção foi realizar uma pesquisa em formato de estudo de caso com um grupo de adolescentes que protagonizou a ocupação de sua escola, buscando identificar: como havia se dado o envolvimento de cada um com a mobilização, como o processo havia sido vivido na relação com os elementos de sua realidade imediata, como tal experiência e as relações que estabeleceram nela teriam atuado na formação de visões e posturas diante do mundo e quais seriam as suas perspectivas a partir do engajamento.

iii. Como e Porquê um Estudo de Caso: Apontamentos Gerais Sobre Metodologia.

Este trabalho foi caracterizado inicialmente, nas linhas anteriores, como sendo um estudo “qualitativo”, de “inspiração etnográfica”, no formato de um “estudo de caso”. Importa destacar a indicar os termos gerais da opção metodológica da investigação que se apresenta e de seus respectivos resultados, como parte do procedimento adequado para permitir que estes sejam debatidos. É possível, no entanto, cumprir esta etapa de apresentação e discussão da orientação metodológica da presente dissertação por camadas, diga-se assim, tendo por objetivo abrir diálogos em diferentes frentes.

Sinalizando inicialmente à grande área da Ciência Política, vale destacar que a metodologia do estudo de caso é definida por John Gerring (2004) como:

“estudo aprofundado de uma unidade (fenômeno relativamente delimitado) em que o objetivo do pesquisador é esclarecer características de classe mais ampla de fenômenos similares” (p.341).

Portanto, um estudo de caso é, antes de tudo, uma forma particular de desenho de pesquisa focado na análise detalhada das características e das variações apresentadas pelos casos compreendidos dentro do fenômeno estudado. Ainda segundo o autor (Gerring, 2004), o estudo intensivo de um número reduzido de casos, possibilita a produção de explicações que se aplicam parcialmente ao conjunto do fenômeno de interesse no qual o caso está incluso. Desta forma, o caso escolhido não deve ser estudado de forma isolada do contexto imediato ou ampliado e do fenômeno mais abrangente do qual faz parte.

A abordagem *cased-oriented* se sustenta na intensidade com que se estuda um fenômeno, de forma detalhada e contextualizada, e observando fatores de diferentes dimensões, que podem contribuir na análise do acontecimento. Neste sentido, a metodologia em questão se aplica especialmente a “fenômenos singulares, de alta complexidade, desviantes ou recentes, permitindo a produção de inferências válidas” (Gerring, 2007). Falar nos termos de fenômenos complexos implica em

reconhecer a agência de múltiplas causas, o que é regra nos acontecimentos políticos. Uma vez que as mesmas causas nem sempre produzem os mesmos resultados, o contexto é altamente importante em investigações realizadas por meio do estudo de caso e não pode ser deixado de lado. Nesta abordagem metodológica, “poucos casos fornecem muitas observações”, sendo possível estabelecer uma relação de profundidade com cada caso, perseguindo a complexidade de sua constituição e sentidos. (Gerring, 2007; Rezende 2011).

Assim, esta forma de pesquisa difere da abordagem quantitativa, uma vez que não se propõe a estimar o peso relativo de uma variável na explicação de um resultado. Ao contrário, o estudo de caso objetiva construir e reconstruir configurações causais ou mecanismos desencadeadores de fenômenos em estudo (Rezende, 2011). Por isso, esta modalidade de pesquisa não deve se basear na aleatoriedade no momento da seleção dos casos, o que se aplica a pesquisa “*large-N*”, mas na escolha direcionada e justificada do caso a ser estudado (Levy, 2008). Torna-se, portanto, fundamental evidenciar os critérios teóricos, analíticos e metodológicos que sustentam a escolha de um caso e não de outro.

No que tange a metodologia adotada neste trabalho, destaca-se que os estudos de caso funcionam bem para analisar novos objetos de estudo e contribuir para a formulação de hipóteses referentes a fenômenos ainda pouco investigados pela Ciência Política, bem como para testar hipóteses já formuladas. Estas linhas breves e gerais sobre a adoção de um modelo de estudo de caso sustentado em ferramentas de investigação qualitativa são necessárias para situar este trabalho no interior da Ciência Política – especialmente na brasileira –, cuja condição atual é marcada pela adoção majoritária de métodos quantitativos em pesquisas *large-N*.

Ao adotar a expressão “*inspiração etnográfica*”, pretende-se aqui reconhecer o diálogo e a abertura do presente trabalho à experiências de investigação e reflexão que extrapolam as linhas hegemônicas na condição presente do campo do qual este estudo parte. Abertura esta que se dá tanto no interior das ciências sociais quanto em relação ao debate mais amplo a respeito de atores e processos afins a esta pesquisa, isto é, hipóteses relacionadas a novos sujeitos e formas políticas em ambiente social e político de crise.

Ao indicar, ainda que de forma breve, as referências metodológicas desse trabalho, vale destacar que os trabalhos apoiados em pesquisas de campo, observação participante e entrevistas em profundidade apresentam-se, nos campos da antropologia e das sociologias urbanas e do trabalho, em estado de experimentação e autorreflexão intenso e duradouro, com maior centralidade e tem gerado debates com elevado grau de complexidade. Deste ponto de vista, a expressão “inspiração” faz referência justamente ao reconhecimento destes processos observados com maior vigor em outras disciplinas. Se reconhece e anuncia, no entanto e ao mesmo tempo, que este trabalho não corresponde ao nível de acúmulo – tanto do ponto de vista prático da investigação quanto da discussão teórica referente aos métodos – encontrado nas produções que o inspiram. Tal apontamento parece importante na medida em que a motivação interdisciplinar de um trabalho não corresponde de imediato a superação das barreiras e níveis diferenciados de apropriação de determinados métodos, ferramentas e experiências referentes a tal ou qual campo de estudo.

Técnicas de pesquisa tais como a observação direta, conversas informais e formais, entrevistas não-diretivas, etc. são utilizadas em diversos campos de estudo. No entanto, a referência feita à antropologia aqui busca reconhecer, em primeiro lugar, que a etnografia é a base deste campo particular de saber; e, em segundo lugar, que nele tem sido amplamente refletida e (auto)criticada, gerando um debate complexo sobre problemas relacionados a esta chave de construção de conhecimento, em que se problematiza a técnica e os sistemas referentes aos “métodos qualitativos” (como são correntemente tomadas tais formas de investigação). Notadamente, a(s) antropologia(s) produzem continuamente reflexões sobre o lugar do pesquisador e a pertinência, limites, potencialidades e desdobramentos de categorias como “sujeito”, “objeto”, “interlocução”, “hipóteses iniciais”, entre outras.

Dentro dos limites do que cabe aqui discutir sobre o assunto, dando transparência aos caminhos pelos quais este trabalho foi produzido, não se pretende reconstruir definições e conceitos a respeito do que é a “etnografia”, quais seriam as fronteiras entre empiria e teoria a partir de diferentes perspectivas ou de qual seria o status da etnografia dentro da ciência. A pretensão é apenas indicar que ao tomar tais caminhos de investigação e construção de reflexões – isto é, empreender um estudo

de caso realizado (também) por meio de trabalhos de campo, entrevistas, conversas informais e observação participante –, este estudo se depara (faz o pesquisador se deparar) com parte das referidas questões e tensões. E, em alguns casos, elas se manifestam como dados desta pesquisa.

iv. O Caso Escolhido: Secundaristas do Extremo Leste Paulistano

Durante a mobilização secundarista no segundo semestre de 2015 em São Paulo, a Escola Estadual Fernão Dias assumiu papel de destaque na mídia e em aproximações iniciais de diversos analistas. O “Fernão”, como é comumente chamada a escola, fica localizado no coração da nobre Zona Oeste paulistana, no bairro de Pinheiros. Por lá passaram personalidades de grande destaque prestando solidariedade, com ampla cobertura midiática. A ocupação do Fernão cumpriu um importante papel no que diz respeito à divulgação e apoio da opinião pública durante a mobilização.

Enquanto o movimento se desenvolvia, visitei a escola algumas vezes. Em visita à Fernão, junto com o colega e amigo Vinicius do Valle, conversamos com alguns dos ocupantes e questões interessantes surgiram. Nos chamou atenção, especialmente, a importância dada à localização da escola e a sua proximidade a aparelhos públicos e privados de lazer pelos secundaristas, além da diferença da atuação policial no bairro de Pinheiros e onde moravam (em grande parte dos casos, moravam nos bairros do Rio Pequeno, Raposo Tavares e Jaguaré), como elementos que os faziam defender a escola.

Eram jovens periféricos, cuja experiência no centro expandido da cidade proporcionava uma condição de cidadania diferente da que vivenciam em seus bairros: shows no Largo da Batata, tocar guitarra em lojas da rua Teodoro Sampaio, escutar música na loja Fnac e andar pelas ruas sem apanhar da polícia. Esta e outras reflexões registramos em artigo de opinião¹. Estive também em outras escolas no

¹ <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5667-ocupacoes-luta-da-periferia>. Visualizado em 8/12/2016.

centro expandido de São Paulo, localizadas na Bela Vista, Praça Roosevelt e Vila Leopoldina, por exemplo.

No entanto, o intuito era investigar questões mais profundas de um grupo social marcado por características bastante particulares. Ainda que as escolas públicas localizadas no centro da cidade sejam escolas de garotas e garotos que na maior parte das vezes experimentam o conjunto de precariedades de que falamos e vivam a condição periférica de modo intenso, a localização das escolas se mostrou um elemento importante na determinação das condições do cotidiano de jovens. Vale sugerir, inclusive, que a localização (e a defesa da permanência) das escolas no centro figura como ato de resistência à segregação. Uma escola pública encravada no centro de São Paulo “hackeia”, em alguma medida, a administração das fronteiras urbanas que o complexo sistema formado por discurso público, Estado, polícias e “mundo do crime” disponibiliza para esta juventude. Não há julgamento ou prejuízo do reconhecimento do caráter de resistência destas mobilizações inseridas no centro da capital em função de sua localização, apenas uma particularidade que não corresponde ao que se busca em particular neste trabalho. Mais que isso, esta diferença é um dado de pesquisa importante em comparação com a experiência vivida em escolas localizadas na periferia da cidade de São Paulo, do ponto de vista dos sujeitos que não transpõe essa fronteira.

Assim, adotei como referência uma escola localizada no extremo oposto – geográfico e social – da cidade, na zona leste de São Paulo, entre Itaquera e Guaianazes. A Escola Estadual Victor Jara fica próxima de uma estação da CPTM e de um conjunto habitacional (a Cohab II) inaugurado em 1980 pelo último presidente da Ditadura Militar, General João Batista Figueiredo. A escola foi conquistada pelas lutas das comunidades de base da Igreja Católica e do movimento de saúde da região na virada dos anos 1970 para os anos 1980, na esteira de um processo que compreendeu também os aparelhos públicos que a circundam. A estação de trem fica localizada numa grande avenida de onde partem e onde aportam ônibus que levam trabalhadores para o centro pela manhã e os trazem de volta para suas casas ao fim do expediente. De um lado da avenida, a tríade de aparelhos públicos que foram instalados até os anos 1980 na região. Do outro, uma favela que cresceu nas últimas

décadas. O bairro cumpriu o percurso típico das periferias paulistanas desde meados do século XX, que inclui não apenas a estruturação de um conjunto mínimo de aparelhos públicos, mas também o crescimento da favela, a proliferação de Igrejas Pentecostais e a expansão do “mundo do crime”.

A EE Victor Jara esteve entre as primeiras ocupações e resistiu até o fim do processo que culminou na vitória do movimento. Ali foram experimentadas todas as táticas e laços de solidariedade com movimentos e ativistas que marcaram o movimento secundarista de 2015, tendo um papel de destaque enquanto escola situada na periferia no interior do movimento como um todo. A escola é marcada pela condição periférica – social e geográfica – do conjunto de estudantes e da comunidade.

A escolha da EE Victor Jara dos adolescentes que protagonizaram a sua ocupação como referência para o presente trabalho visa, desta forma, proporcionar que tal investigação se dê levando em consideração os elementos sensíveis da experiência periférica, seus atores, relações e visões de mundo em estado mais explícito e presente. Considera-se que, do ponto de vista do fenômeno mais amplo – o engajamento de jovens oriundos das camadas populares no atual contexto brasileiro com formas renovadas de fazer política, produzir discursos e se relacionar com atores e discursos estabelecidos no mundo da política e no dia a dia – esta condição vivida no cotidiano pelos jovens foi e é determinante no que toca a sua relevância.

Considerando o caráter recente do fenômeno e as tensões existentes entre estes adolescentes e o conjunto de ativismos com os quais estabeleceram laços no período, por um lado, e atores como famílias, agentes da justiça, polícia, igreja, burocracia escolar e o crime organizado, por outro, é medida de responsabilidade para a apresentação deste trabalho a alteração de todos os nomes de pessoas, de movimentos, coletivos, organizações e da própria escola. Tal procedimento é adotado como parte da ética envolvida em trabalhos empíricos neste formato, cuja seriedade passa pela confiança entre pesquisadores e seus interlocutores em campo. Além disso, esta preocupação se aplica ao conjunto de investigações que vem sendo realizadas no contexto atual das mobilizações políticas brasileiras, as quais têm sido acompanhadas por episódios de perseguição política e judicial.

Cheguei até o grupo de estudantes que protagonizaram a ocupação da EE Victor Jara por meio de Natália (27), uma amiga e companheira com quem dividi meus primeiros anos de militância em 2008, com quem mantive divergências políticas que sempre me estimularam, mas que acima de tudo é uma das militantes com quem convivi que mais admiro. Natalia é advogada e impulsiona um coletivo político que mantém um cursinho popular na Zona Leste de São Paulo já há alguns anos, frequentado por parte dos adolescentes que compõe esta investigação. Participou da mobilização dos secundaristas com sua solidariedade ativa enquanto militante e enquanto apoio jurídico nas inúmeras investidas que o movimento sofreu por parte do Estado. Mais adiante, a história de vida de Natalia será contada em todas as dimensões que importam para este trabalho.

Natalia me colocou em contato com um dos adolescentes que teve papel de destaque na ocupação da escola e em seus desdobramentos. Passou meu Whatsapp para o menino, que não demorou para entrar em contato comigo. Assim, a partir de uma conversa por Whatsapp, intermediada por esta amiga, combinei uma primeira conversa com um dos adolescentes da ocupação da EE Victor Jara, Felipe, um jovem de 14 anos. O encontro se deu nas imediações da escola, em um primeiro momento, mas acabou se estendendo ao longo do dia, na quadra da escola, na casa de um colega e, por fim, acompanhando uma reunião que debateria os desdobramentos da ocupação e futuras ações daquele grupo de adolescentes.

Foi o primeiro contato que tive com o grupo que passei a acompanhar ao durante um ano, até o fim de 2016. Ao longo deste período, realizei entrevistas, conversas em grupo em longas tardes nos seus bairros, frequentei atividades organizadas pelo coletivo que impulsiona o cursinho popular, estive com alguns meninos e meninas na ocupação da Funarte em São Paulo, reuniões de organização dos adolescentes para a produção de um jornal e a disputa do grêmio da escola, atos de rua em sua companhia, visitei a ocupação do Centro Paula Souza em um dos desdobramentos do movimento das ocupações que contou com a participação deles, debates sobre temas latentes na conjuntura nos quais eles estavam presentes, tudo isso conversando e buscando saber o que achavam e como aquilo tudo se relacionava com sua realidade. Além disso, acompanhei nas redes sociais aquilo que compõe os

interesses deste trabalho: páginas, grupos e postagens dos adolescentes e de atores relevantes para seu engajamento no Facebook e em grupos de Whatsapp nos quais minha presença foi permitida.

Ao todo, estabeleci contato com 19 jovens, sendo 14 da EE Victor Jara e outros 5 que frequentam outras escolas da região mas que experimentaram a convivência no movimento de 2015 e moram no mesmo bairro. Com estes, realizei 17 entrevistas individuais semi-estruturadas que foram gravadas, sendo que 4 delas repetiram entrevistados. As entrevistas foram realizadas majoritariamente nas redondezas da escola ou no contexto das atividades descritas. Importa destacar, inclusive como dado da pesquisa, que o deslocamento pela cidade é elemento bastante constante no cotidiano desses jovens, o que fez com que parte das observações deste trabalho fossem realizadas acompanhando tais deslocamentos: no trem, no ônibus ou em caminhadas. Ainda que tenha mantido contato com esse grupo ao longo de todo o período da pesquisa, importa dizer que o trabalho de campo teve dois momentos mais intensos. O primeiro em dezembro de 2015 e nos dois primeiros meses de 2016, quando realizei oito idas a campo mais longas, em que passei todo o dia no bairro e acompanhando os adolescentes, realizando entrevistas e conversas em grupo. O segundo se deu a partir de setembro de 2016, quando passei a frequentar o bairro aproximadamente uma vez por semana, totalizando 11 visitas, além do comparecimento em atividades específicas.

Para a realização deste estudo de caso e da análise que se pretende, foi fundamental a reflexão sobre diferentes temas, ao longo do período em que foi desenvolvido. O trabalho empírico convive com o estudo e reflexão acerca de diferentes temas que perpassam a realidade e os processos investigados. Neste sentido, a produção acadêmica sobre a constituição das periferias paulistanas, seus atores e relações é central neste trabalho, fornecendo embasamento para situar-se no trabalho empírico e hipóteses explicativas para a sua análise. Da mesma forma, a produção acadêmica referente a formas de mobilização, representação e identidades políticas de que tratamos neste trabalho e sua relação com elementos variados da contemporaneidade brasileiras serão fundamentais. Estas contribuições serão trabalhadas adiante.

Quando este trabalho começava a entrar em sua fase de finalização, foi lançado um livro sobre o conjunto das mobilizações secundaristas de 2015 em São Paulo. *Escolas de Luta* é fruto de uma ousada empreitada de Antônio M. Campos, Jonas Medeiros e Márcio Ribeiro, que consistiu em coletar material durante a onda de ocupações em São Paulo e lançar, menos de um ano depois de seu desfecho, um livro com algumas análises iniciais e hipóteses sobre o processo. Este livro, bem como o artigo que o antecipou, serviu de importante referência e é um sujeito (não tão) oculto ao longo desta dissertação, com o qual debato e do qual retiro indicações que foram de grande ajuda. No artigo dos autores, no entanto, encontrei, já após percorrer parte do meu percurso, uma formulação do problema que tomo emprestada e na qual insiro o trabalho aqui apresentado. Os autores identificam a:

“Emergência de uma espécie de ampla disposição de luta entre uma geração de estudantes de escolas públicas, que antecede Junho de 2013 e ultrapassa as desocupações de escolas em dezembro de 2015. [E que] Talvez esta seja a conexão mais interessante, pois ela possibilitaria apreender as tendências mais profundas, porém certamente é a que mais se reveste de caráter hipotético, **devendo necessariamente ser desenvolvida em investigações empíricas**” (Januário. et al., 2016, p. 23).

Por investigações empíricas, os autores consideram:

“investigar a experiência concreta dos sujeitos, pois ela nasce da vida cotidiana, de um aprendizado autônomo com relação aos problemas sociais em questão” (Januário. et al., 2016, p. 24).

Não conseguiria dizer com melhores palavras qual é o propósito deste estudo de caso com os adolescentes moradores do extremo Leste de São Paulo, que participaram do movimento das ocupações de escolas no fim de 2015. O engajamento e as visões de mundo destes jovens parecem ser peça fundamental no quebra-cabeça que é Brasil de hoje, cujo caráter assombrosamente regressivo da “política dos homens”, nas palavras de Pedro Cesarino (2016), não pode apagar a potência das meninas e meninos.

Este trabalho está organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, pretende-se reconstruir em linhas gerais a trajetória da periferia paulistana e de seus sujeitos, tanto do ponto de vista de suas condições sociais e históricas quanto da formação de suas diferentes formas de engajamento. O foco está na Zona Leste de São Paulo, região na qual desenvolveu-se este estudo de caso com os secundaristas oriundos do bairro de José Bonifácio, que faz fronteira com Itaquera e Parque do Carmo. A urbanização periférica fundadora das periferias paulistanas e o atual padrão de gestão das fronteiras articulam-se com os movimentos sociais produzidos e produtores da redemocratização brasileira e os movimentos culturais periféricos da década de 1990. Estas formações urbanas, sociais, culturais e políticas se sucedem até chegarmos ao período caracterizado como lulismo e às formações históricas nas quais se formaram os jovens nascidos na década de 2000. Por fim, indica-se a emergência e as características de novos sujeitos políticos que se apresentem na crise dos anos 2010 e hipóteses sobre sua relação com jovens periféricos. Este capítulo busca, além de reconstruir o contexto no qual se dá esse estudo de caso e as heranças e perspectivas que caracterizam os sujeitos aqui estudados, levantar hipóteses a partir da literatura sobre os processos descritos e seus sentidos.

No segundo capítulo, o objetivo será reconstruir a trajetória do coletivo Malambe e do cursinho popular mantido por ele na Zona Leste de São Paulo, fundamental para o processo de formação e engajamento político dos adolescentes que fizeram parte deste estudo de caso. Este coletivo e sua relação com os jovens da Zona Leste são apresentados discutindo-se a hipótese da realização de um “trabalho de base” e suas características, para além das impressões superficiais que se costuma encontrar sobre este tipo de atividade. Apresentando um primeiro conjunto de dados etnográficos, procura-se mostrar a relação complexa e de troca entre sujeitos com origens sociais diversas e como este processo forma um ator político local. Em um segundo momento procuraremos apontar as relações que esta experiência estabelece com outros atores no interior de uma rede de ativismos que se constitui em oposição à institucionalidade e produz um novo repertório político. Estes dois processos são fundamentais para compreender como os adolescentes da

Zona Leste se inserem na mobilização secundarista de 2015 e como, neste contexto, produzem práticas e subjetividades políticas a partir de seu cotidiano.

No terceiro capítulo reconstruiremos a experiência da ocupação da EE Victor Jara a partir das memórias dos adolescentes e ativistas que fazem parte deste estudo de caso e de outros materiais, como mensagens postadas pelas páginas do coletivo Malambe e pela página da ocupação da EE Victor Jara nas redes sociais. Em um primeiro momento, o objetivo será contar o que entende-se aqui como uma primeira etapa da ocupação, marcada pela produção de novas sociabilidades a partir do espaço escolar e sua relação com a comunidade e seus diversos atores, que sinalizam apoio aos meninos e meninas. Na segunda parte deste capítulo, a proposta é abordar a segunda etapa do processo de ocupação, onde explora-se a ideia de que uma rede de agentes da ordem busca cercar e sufocar a mobilização se valendo da deslegitimação do movimento por meio de uma construção discursiva que o associa ao crime e o desloca para além das fronteiras do legal e do moral.

No quarto capítulo o objetivo será apresentar um conjunto de dados etnográficos e debate-los buscando identificar os rastros deixados pelo processo inicial de politização dos jovens após o fim da onda de ocupações. Acompanha-se nesta seção o engajamento dos jovens da Zona Leste deste estudo de caso com diferentes movimentos e situações pelas quais passaram ao longo do ano de 2016. A relação entre sua formação política e outros atores e instituições é perpassada pelo imaginário construído em processos concretos de mobilização e pela condição periférica de seu cotidiano. Neste entrecruzamento, pretende-se mostrar as características de sua disposição para o engajamento e o desencontro entre este e, principalmente, projetos universalistas e as instituições representativas.

v. Um breve parêntese: O que foi o movimento de ocupações de escolas públicas em São Paulo em 2015?²

Nos meses finais do ano de 2015, ocorreu em São Paulo uma onda de ocupações de escolas públicas estaduais, contra uma medida anunciada pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB) que incluía o fechamento de unidades escolares. O projeto, batizado de “reorganização escolar”, foi anunciado no dia 23 de setembro de 2015, pelo jornal Folha de São Paulo e pelo noticiário matinal “Bom Dia SP”³, telejornal da rede Globo de televisão, que trazia como convidado o então Secretário de Educação do governo estadual, Herman Voorwald.

A medida previa que cada escola atenderia apenas um ciclo educacional: Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio. A consequência prática da alteração seria o fechamento de 93 escolas, afetando diretamente 311 mil alunos e 74 mil professores. Os argumentos apresentados pelo Governo para a implementação da medida foram a queda na demanda pelo ensino público (por diminuição da taxa de natalidade ao longo das últimas duas décadas e pela migração para escolas particulares) e o suposto melhor desempenho de escolas de ciclo único, fundamentado por um estudo da CIMA (Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional). A Secretaria de Educação procurava construir uma imagem de diálogo, dizendo que buscava o envolvimento de pais, alunos e professores no processo (Januário. et al., 2016).

As reações negativas ao anúncio da medida foram imediatas. A primeira veio do sindicato dos professores da rede estadual de ensino, a APEOESP, que se colocou contra à medida anunciada argumentando que ela aumentaria o número de alunos por sala e por professor, o que seria prejudicial ao ensino e às condições de trabalho; e que reduziria vagas de trabalho. Faculdades de educação paulistas e do país

² As principais referências para a reconstrução da mobilização secundarista de 2015, em São Paulo, são reportagens de jornal, o livro “*Escolas de Luta*” (Campos, M. A., et al., 2016) e o artigo “*As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social*” (Januário, A. et al), publicado na Revista Fevereiro, n. 9. Em abril de 2016.

³ <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1685232-sp-vai-transferir-mais-de-1-milhao-de-alunos-para-dividir-escolas-por-series.shtml> . Acessado em 7 de dezembro de 2016; e <https://globoplay.globo.com/v/4486989/> Acessado em 7 de dezembro de 2016.

também criticaram desde o início a medida, apontando falhas no estudo da CIMA⁴. Enquanto isso, o governo demorava para divulgar a lista das escolas que seriam afetadas pela medida, causando apreensão em toda a comunidade ligada ao ensino público estadual, e seu discurso de que buscaria o diálogo se enfraquecia. Pais, alunos e professores seriam apenas “informados” sobre o fechamento de suas respectivas unidades. Segundo os autores do artigo *“As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social”* (Januário. et al):

“as decisões seriam implantadas sem que fosse permitido serem ouvidos todos os concernidos no processo e sem levar em conta as necessidades e os direitos das alunas e alunos pertencentes às escolas alvos do processo, pois a “reorganização” foi tratada como assunto meramente administrativo e centralizado na burocracia da Secretaria de Educação (...)O que o governo tomou por participação democrática, na realidade, foi o envolvimento de alguns extratos burocráticos das Diretorias de Ensino e, mesmo essa participação, possuiu muito mais um caráter de execução do que um envolvimento na formulação da “reorganização” como um todo” (p. 4).

A reação dos estudantes veio com a criação de inúmeras páginas no Facebook, comentários em série na página da Secretaria de Educação na mesma rede social e o envio de e-mails para a Secretaria de Educação e para as Diretorias de Ensino regionais. As respostas da burocracia do Estado vinham sempre no sentido de “esclarecer”, o que causava indignação nos secundaristas. Estudantes sentiam-se desrespeitados pelo fato de a burocracia do Estado apontar-lhes como incapazes de “compreender” o que já haviam compreendido. Sua crítica se voltava não apenas ao modo como fora colocada em ação a medida, mas também ao seu conteúdo. O Governo colocava-se de modo decidido a não rever a implementação da medida anunciada. Ainda de acordo com os autores (Januário. et al), os posts no Facebook:

“tem como orientação geral posicionar-se contra a “reorganização” escolar, já indicando a radicalidade dos estudantes desde o início. Enquanto o governo parecia acreditar que o conflito se resumia a uma “falha de comunicação” e, portanto, tentava remediar a situação

4

<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,analise-de-universidade-federal-contesta-reorganizacao-escolar-em-sp,10000003458> . Acessado em 7 de dezembro de 2016.

apenas divulgando a medida e os argumentos “pedagógicos” por trás dela, para os estudantes, o problema ia muito além disso” (p. 6).

A medida havia sido formulada sem levar em consideração a experiência concreta das meninas e meninos, familiares e professores que vivenciam cotidianamente a realidade das escolas públicas estaduais. Entre os argumentos contrários à “reorganização escolar”, figuravam a separação de irmãos que estavam em ciclos diferentes, o aumento das distâncias entre casa e escola e o fato de a medida romper vínculos estabelecidos. Frente aos argumentos, a Secretaria passou a aventar a possibilidade de discutir “caso a caso”, sinalizando promover alterações isoladas no plano inicial. A esta sinalização, os estudantes respondiam com mais uma negativa, construída a partir dos laços com pares de outras unidades escolares que já existiam e que passavam a se intensificar. É importante a seguinte indicação:

“Em realidade, o que houve foi também um desencontro de visões do que é a experiência escolar. A visão tecnicista que o governo tem da educação não corresponde à experiência dos estudantes, para quem a escola é muito mais que apenas um prédio e vagas em uma sala de aula. Grande parte da recusa dos alunos em aceitar a “reorganização” foi seu apego pela escola, pelo que ela significa enquanto parte de sua história e memória, e enquanto parte da comunidade e lugar da construção de laços sociais. Esse apego se mostrou presente tanto nas escolas com melhores condições quanto nas escolas mais precarizadas. Independente de qualquer insatisfação, os estudantes mostraram que tinham a escola como um lugar social central em suas vidas”. (Januário. et al, p. 7).

No limite, os secundaristas se opunham por diversos motivos à medida enquanto política pública, por discordarem do seu conteúdo a partir de sua experiência vivida. As críticas estudantis às escolas eram muitas, mas a medida apresentada pelo governo ia no sentido oposto daquele orientado pela sensibilidade dos alunos. Criava-se uma oposição entre o discurso tecnocrático e a experiência de vida dos adolescentes, que viria a conformar um consenso de que a medida se restringia a uma forma de economizar nas contas públicas. Este é o contexto de uma mobilização que veio a ganhar grandes proporções por todo o Estado e, enfim, culminar no recuo do Governo e na demissão do Secretário de Educação.

A mobilização passou por três etapas que podem ser distinguidas do ponto de vista analítico. A primeira diz respeito a uma sequência de protestos de rua iniciados

pelo interior do Estado e que depois tomaram a capital. No interior, o papel da APEOESP em cada município foi fundamental para a organização de ações contra a medida. Na capital, no entanto, os protestos seria marcados por características autonomistas, de experiências horizontais e de maior radicalidade. Após uma sequência de protestos que buscavam reunir grande número de secundaristas em pontos centrais da capital paulista – como a Avenida Paulista e a Praça da República –, o movimento passa a avaliar que a estratégia do Governo seria vencer os secundaristas pelo cansaço e pela deslegitimação perante a opinião pública. O Governo insistia que se tratava de um movimento impulsionado pela APEOESP, ligada ao Partido dos Trabalhadores, e que a medida seria positiva e contaria com o apoio de todos, tão logo todos fossem “*esclarecidos*”.

Parte-se então para uma segunda etapa da mobilização, que faria do movimento uma experiência transformadora do cotidiano e adquiriria relevância em todo o país. Este foi o momento das ocupações de unidades escolares. O repertório do movimento vai tornando-se cada vez mais radical e criativo, desestabilizando o roteiro típico dos embates entre movimentos sociais e governos nas últimas décadas, que recorrentemente teve como desfecho o cansaço e o isolamento dos movimentos diante da opinião pública. A exceção é – não por coincidência, como se tentará demonstrar – junho de 2013, quando um movimento carregado de novas práticas e gramáticas (contraditórias em muitos aspectos) se massificou, conquistou a opinião pública e fez recuar os governos estadual e municipal.

Escolas foram sendo ocupadas uma a uma, a partir do dia 9 de novembro, até alcançar mais de 200 unidades nestas condições. Assembleias, atividades de debate, produção de materiais para dialogar com as comunidades, utilização intensa das redes sociais para comunicação interna e externa, organização horizontal e substituição de lideranças por comissões designadas para realizar tarefas do dia a dia compuseram a experiência das ocupações.

O surgimento da ideia de ocupação é motivo de discussão. No entanto, um manual intitulado “*Como ocupar sua escola*” – produzido a partir de uma experiência de secundaristas chilenos em 2011 e traduzido para o português por um coletivo

chamado O Mal Educado no fim de 2013, cuja formação guarda relações com o Movimento Passe Livre – teve importante papel. Da mesma forma, o filme “*A Rebelião dos pinguins*”, que retrata a mesma experiência chilena de 2011, também passou a compor o repertório dos secundaristas e das escolas em estado de ebulição.

Como sugerem os autores de Escolas de Luta, no entanto, seria possível dizer que “cada ocupação é completamente diferente uma da outra” (Campos. et al., 2016). A relação com a comunidade do entorno, os vínculos com apoiadores de diferentes origens e orientações políticas, os processos de engajamento anteriores às ocupações de cada turma de secundaristas, tudo isso multiplica particularidades por todo o Estado e, principalmente, por toda a cidade de São Paulo, até suas regiões periféricas mais distantes do centro. Como foi sugerido na introdução desta dissertação, a localização das escolas implica uma vivência particular da condição periférica. Isto é, uma ocupação do centro é muito diferente de uma ocupação na periferia da cidade. Cada ocupação foi um movimento criativo que articulou diferentes redes de apoio e experiências de vida. Ainda que tenham compartilhado um repertório comum, composto um movimento que foi visto como “unificado” e tenham contado com o apoio de diversos movimentos, coletivos e ativistas, o caráter de autonomia desde baixo, de cada ocupação, foi uma marca do movimento.

A terceira etapa desta mobilização seria marcada pelos “trancamentos” de avenidas. Mais de dez pontos da capital paulista tiveram o trânsito interrompido ao mesmo tempo em um dia de manifestações no mês de dezembro de 2015. As ações contavam com forte elemento performático, como a utilização de carteiras escolares com estudantes sentados em grandes avenidas, interrompendo o tráfego. Ainda que a radicalidade de uma ação como essa sempre seja motivo de discussões, esta etapa gerou episódios de solidariedade popular aos secundaristas que expressavam o apoio da opinião pública ao movimento, medido em pesquisas de opinião divulgadas à época⁵.

Este foi o momento em que a repressão jurídica e policial ao movimento dos secundaristas se manifestou de forma mais intensa. As investidas de forças policiais

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1714813-popularidade-de-alckmin-atinge-pior-marca-aponta-datafolha.shtml>. Visualizado em 08/12/2016.

e jurídicas sobre o movimento secundarista cresceram na mesma medida em que foram rejeitadas pela opinião pública e formadores de opinião. O que havia sido uma constante ao longo da mobilização, a repressão, desestabilizou o conformismo de uma sociedade acostumada a acompanhar violações por parte da polícia, o que talvez se deva à oposição tão metafórica entre adolescentes sentados em carteiras escolares e policiais com armas, cassetetes e bombas de efeito moral.

Ao longo dos meses de novembro e de dezembro, mais de 200 escolas foram ocupadas. Nos meses seguintes, o movimento inspirou ocupações de escolas públicas por outros estados, como Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Governo de Geraldo Alckmin foi colocado contra a parede e o movimento conquistou parte importante da opinião pública: intelectuais, organizações tradicionais de esquerda e de direitos humanos, familiares e personalidades.

Ao mesmo tempo em que conquistava apoio, os estudantes construíam uma experiência intensa de convivência e formação política com capacidade de produzir alterações em suas visões de mundo e veio a alimentar sua disposição de resistência. Aulas públicas “doadas” por estudantes de universidades tradicionais da capital paulista e do interior do Estado, apresentações de grupos musicais e de teatro, rodas de conversa com coletivos ligados à questão de gênero e racial deram o tom dos meses de novembro e dezembro nas escolas ocupadas. A manutenção de dezenas de adolescentes era feita por eles próprios, por meio de comissões executivas: comissão de segurança, comissão de limpeza, comissão de cozinha, comissão para falar com a imprensa, etc. A linha política e as grandes decisões, no entanto, eram tomadas em assembleias diárias, com direito a voz e voto de todos os secundaristas presentes, operando no registro da horizontalidade, tão característico do já não tão recente junho de 2013 e típico também de diversos movimentos de juventude que ganharam relevância nos últimos anos, fora do campo tradicional dos sindicatos, “movimentos sociais” e partidos políticos. A comunicação por meio das redes sociais também foi uma marca da mobilização, tanto “para fora” quanto entre os próprios sujeitos das ocupações: Facebook e Whatsapp, mas também o aplicativo russo criptografado Telegram foram utilizados amplamente.

Após estas três etapas da mobilização – que evoluíram em táticas cada vez mais radicais e com capacidade de aglutinar milhares de estudantes –, e uma sequência de reuniões e audiências de negociação terminadas sem acordo, os secundaristas venceram sua batalha: o governo recuava, suspendendo a chamada “reorganização escolar”, e demitia o secretário estadual de educação, Herman Voorwald, às vésperas do Natal de 2015.

1. O LONGO PERCURSO DAS PERIFERIAS PAULISTANAS E DO ENGAJAMENTO: AUTOCONSTRUÇÃO DA CIDADE E DE SUJEITOS POLÍTICOS EM SÃO PAULO

Neste capítulo pretende-se reconstruir em linhas gerais a trajetória da periferia paulistana e de seus sujeitos, tanto do ponto de vista de suas condições sociais e históricas quanto da formação de suas diferentes formas de engajamento. O foco está na Zona Leste de São Paulo, região na qual desenvolveu-se este estudo de caso com os secundaristas oriundos do bairro de José Bonifácio, que faz fronteira com Itaquera e Parque do Carmo. A urbanização periférica fundadora das periferias paulistanas e o atual padrão de gestão de suas fronteiras sociais, morais e geográficas articulam-se com os movimentos sociais produzidos e produtores da redemocratização brasileira e os movimentos culturais periféricos da década de 1990. Estas formações urbanas, sociais, culturais e políticas se sucedem até chegarmos ao período caracterizado como lulismo e às condições históricas nas quais se formaram os jovens nascidos na década de 2000. Por fim, indica-se a emergência e as características de novos sujeitos políticos que emergem na crise dos anos 2010 e hipóteses sobre sua relação com a juventude periférica. Este capítulo busca, além de reconstruir o contexto no qual se dá esse estudo de caso e as heranças e perspectivas que caracterizam os sujeitos aqui estudados, levantar hipóteses a partir da literatura sobre os processos descritos e seus sentidos.

A trajetória e a constituição da periferia paulistana e sua relação com os movimentos e o engajamento popular foi objeto de investigação e reflexão de um grande número de estudos desde o fim dos anos 1960. Este debate se confunde com o amadurecimento das ciências sociais em São Paulo e no Brasil e deixou uma extensa lista de clássicos, nos quais a cidade de São Paulo ocupa posição de destaque. “Quando novos personagens entraram em cena”, de Eder Sader (1988), e “São Paulo 1975: crescimento e pobreza” (1976) (estudo realizado para a Arquidiocese de São Paulo, com artigos de Fernando Henrique Cardoso, Lucio Kowarick, Paul Singer, entre outros) são dois exemplos cujas formulações

atravessaram décadas de leituras sobre a condição periférica e sobre o engajamento das classes populares.

Este momento do debate público e das ciências sociais contribuiu para o aumento da visibilidade da Antropologia Urbana brasileira, por exemplo, e para uma onda de trabalhos empíricos na Ciência Política (Magnani, 2012), que posteriormente articularia importantes campos de estudo na área (Moya, 2011).

Com a lenta desestruturação da ditadura militar, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a sociedade civil se fortaleceu, fazendo emergir setores sociais até então ausentes nas análises como protagonistas das lutas sociais: mulheres e negras e negros, para dar dois exemplos de destaque. Os estudos de caráter antropológico sobre a realidade dos grandes centros eram requisitados pela conjuntura, na entrada dos anos 1980, uma vez que “se tornava urgente conhecer de perto esses novos atores, seu modo de vida e aspirações” (Magnani, 2012). Assim, os moradores das periferias paulistanas passaram a ser “temas” e “objetos” centrais na produção da ciências sociais do período.

A Antropologia experimentou, neste contexto, um grande impulso enquanto disciplina e campo de pesquisa, marcadamente com os trabalhos de Ruth Cardoso e Eunice Durham, e orientandas suas como Alba Zaluar e Teresa Caldeira. Em 1972, Cardoso e Durham transferiram-se para a área de Ciência Política. Na época de sua estada na área (Durham ficou até 1985 e Cardoso até 1994), elas conviveram e trocaram experiências e métodos de trabalho com pesquisadores como Juarez Brandão Lopes, Oliveiros Ferreira, Francisco Weffort, Maria do Carmo Campelo de Souza, entre outros (Magnani, 2012). O importante a se destacar aqui é o papel dos trabalhos de campo e da inspiração etnográfica para a compreensão e reflexão sobre esses fenômenos no interior da Ciência Política.

1.1. 1940-1970: A Urbanização Periférica na Cidade de São Paulo

A produção de Teresa Caldeira (2000; 2011; 2015) oferece um rico material para a reconstrução da trajetória do espaço periférico e seus sujeitos. Isto porque a antropóloga liga, carregando a tradição citada, a década de 1970 ao presente, costurando mais de 40 anos da experiência dos moradores da periferia paulistana, articulando questões como produção do espaço urbano, violência urbana, produção cultural e engajamento político.

Para Teresa Caldeira (2000), no livro *Cidade de Muros*, a urbanização em São Paulo seguiu um percurso típico das metrópoles do sul global, sendo moldada pela forma como os trabalhadores pobres construíram, eles mesmos, a cidade. Este processo de conformação da cidade baseado na autoconstrução⁶ é chamado pela autora de “urbanização periférica”.

Em termos gerais, a urbanização periférica consiste no processo de chegada de trabalhadores migrantes pobres a determinada zona em processo de industrialização para trabalhar, mas sem moradia garantida. A opção é a compra de terras baratas em áreas não urbanizadas nas margens da cidade e a construção e expansão de suas residências com o próprio trabalho em um processo de longo prazo. Três são as principais características da urbanização periférica. Em primeiro lugar, seria um processo de longo prazo. Em segundo lugar, seria um engajamento articulado com diferentes lógicas oficiais. E, por fim, em terceiro lugar, a urbanização periférica nesses moldes gerou novos modos de política através de práticas que produzem novos tipos de cidadãos, demandas, circuitos e contestações (Caldeira, 2000).

A formação de São Paulo nestes termos inicia-se nos anos 1940. Segunda a contribuição da autora, toma-se as periferias como espaços que nunca estão prontos, sempre sendo produzidos, alterados, complementados, constituindo grande parte da metrópole como “bricolagem” e “improviso”. A atuação dos residentes das periferias desde meados do século XX se deu sobre um espaço de precariedade que é

⁶ “o processo a longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam décadas expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa” (Caldeira, 2000).

modificado com a expectativa de que alcance condições de dignidade equivalentes as verificadas no centro da cidade.

Em São Paulo, a urbanização periférica gerou um modo específico de alta segregação no espaço urbano e de relação entre a cidade, os residentes e as transformações no decorrer do processo de democratização. Como consequência do modo como as periferias foram construídas, nos anos 1970, São Paulo figurava como uma metrópole segregada no típico padrão centro-periferia, fazendo com que quase qualquer indicador de qualidade de vida piorasse na medida em que se afastava do centro da cidade (Caldeira, 2000).

Com o tempo, crescimento dos bairros, asfaltamento de ruas, expansão do comércio e chegada de água e eletricidade produzem uma mudança com dois significados importante. Por um lado, alteram a paisagem e as condições concretas de vida, materializando um modelo de mobilidade social ascendente. Por outro lado, ao passarem por tal metamorfose, as periferias se tornam inacessíveis para os mais pobres desencadeando novamente o mesmo processo e deslocando as periferias para cada vez mais longe, expandindo a cidade com periferias cada vez mais distante e zonas intermediárias entre estas e o centro. A urbanização periférica, portanto, constitui um processo que está sempre sendo deslocado e reproduzido em algum outro lugar onde a terra é mais barata porque as condições de vida são mais precárias e o acesso é mais difícil (Caldeira, 2000).

As periferias constituem-se como espaços nos quais seus respectivos residentes engajam-se em processos de construção que os constroem simultaneamente enquanto novos tipos de residentes urbanos, consumidores, cidadãos e, da mesma forma, sujeitos políticos. A agência política é vista nesta abordagem como inseparável da configuração espacial da cidade (Caldeira, 2000). Para a autora, a relação com o espaço que estes sujeitos constroem e onde habitam e o modo como esse espaço se insere na *geografia da igualdade e da desigualdade* da cidade estão entre os principais elementos que moldam a agência política dos habitantes das periferias de São Paulo e suas identidades e visões de mundo.

Periferia e política mudaram muito ao longo dos últimos setenta anos, obviamente, passando por significativos processos de transformação nos bairros, nos modos de circulação, na produção cultural e na sociabilidade. No entanto, Caldeira (2014) sustenta que, mesmo com as mudanças nos anos 1980 e 1990, a dinâmica de inserção em espaços urbanos periféricos seguiu ancorando as subjetividades e engajamentos políticos de seus residentes. Por mais intensas que sejam tais transformações, elas não conseguem apagar a distância que separa as periferias e seus residentes de outros espaços e grupos sociais, uma distância que segue sendo sempre recolada e metamorfoseada.

1.2. Zona Leste de São Paulo como caso típico da urbanização periférica

Nesse estudo de caso tem-se como referência espacial a zona Leste de São Paulo que viveu intensamente o processo de urbanização periférica descrito a partir de Itaquera. Segundo Tiarajú Pablo D'Andrea (2012), no transcorrer do século XX, processos econômicos foram aos poucos substituindo as áreas rurais da região por vilas e loteamentos. Grandes levas de migrantes nordestinos se estabeleceram em Itaquera, atraídos por terras baratas e pela estação de trem, inaugurada em 1875, que possibilitava o deslocamento até o Centro.

Estabelecendo a mesma cronologia utilizada por Caldeira (2000; 2015) e Feltran (2008; 2011), o autor delimita este momento de constituição da região de Itaquera entre as décadas de 1940 e 1970. Na década de 1960, Itaquera era um bairro *periférico não consolidado*, ou seja, com pouca infraestrutura urbana. A atividade dos moradores se dava por meio do assalariamento na indústria e no comércio e a população pagava em parcelas o sonho da casa própria. O cenário do entorno das casas era de precariedade, sem asfaltamento e saneamento.

Foi na década de 1970 que, segundo D'Andrea (2012), surgiram as primeiras favelas da região. No entanto, o autor afirma que a explosão demográfica de Itaquera viria a partir de 1980 com a construção das Cohabs. Neste contexto, a Cohab de José

Bonifácio, onde moram vários dos jovens que fizeram parte deste trabalho, foi inaugurada em 1980 pelo último presidente do regime militar João Batista Figueiredo.

O local escolhido para a construção da Cohab foi distante da estação de trem, mais em direção à periferia que ao centro. O motivo, segundo o autor, era garantir os lucros de uma série de agentes na tarefa de ligar a Cohab à macha urbana que se estendia do centro até a estação de trem de Itaquera. Estes agentes foram os donos das empresas de transportes; as empreiteiras e construtoras, contratadas para realizar obras de infraestrutura urbana; os pequenos e os grandes especuladores imobiliários, apostando na valorização dos vazios urbanos entre uma e outra região. A história da periferia, para D'Andrea, é a de uma "*lógica da desordem* em que a ordem foi o lucro fácil de diversos setores que atuaram no filão da urbanização" (D'Andrea, 2012). Esta ordem da desordem inverteria a lógica formal da urbanização, em que primeiro se instala a infraestrutura para depois instalarem-se os moradores.

A explosão demográfica trouxe junto a reivindicação dos moradores perante o poder público visando serviços essenciais como escolas, hospitais e postos de saúde, que teriam sido em parte atendidas. No que diz respeito à região de Itaquera e José Bonifácio, o autor destaca o ano de 1987 – em que um acidente de trem deixou centenas de trabalhadores mortos – como o auge da precariedade daquela região. A partir de então, a região para além de Itaquera se converteria em um bairro periférico *consolidado*, ou seja, uma localidade com infraestrutura urbana, representada pela chegada da estação de metrô em 1988.

Segundo Raquel Rolnik (2000), a periferia consolidada representa "a expansão periférica que foi predominante na metrópole a partir dos anos 40, cuja ocupação encontra-se consolidada à força de persistentes micro investimentos privados e lutas pela provisão de infra-estrutura no sentido de superar a precariedade original". Vera Telles (2006) adota como enfoque o que denomina de mobilidades urbanas, focando na trajetória dos sujeitos no espaço urbano. A periferia consolidada sedimentaria nas suas redes de relações sociais os "tempos biográficos e tempo social". Em contraposição a regiões de periferia recente, a periferia consolidada seria a expressão do "ciclo de integração urbana" ocorrido entre os anos 1970 e meados da década de

1980. Telles descreve as periferias consolidadas destacando “ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos”.

O termo periferia consolidada é utilizado de diferentes formas na bibliografia. Sua utilização responde à necessidade de apontar áreas de ocupação urbana originalmente precárias, improvisadas e irregulares, que, no presente, são caracterizadas por oferta relativamente razoável de infraestrutura e serviços. A periferia consolidada apresenta taxa de crescimento menor se comparada a periferias recentes, permanecendo como uma região ocupada por população pobre, ainda que esta possa ter apresentado alguma mobilidade social ascendente nas últimas décadas.

Este espaço de encontro entre duas condições periféricas e de experiências no espaço urbano pode ser observado nas imagens abaixo, que mostram a heterogeneidade da condição periférica na cidade de São Paulo.

Imagem de satélite da área metropolitana de São Paulo com a localização de favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais. Elaboração de Camila Saraiva, em "A PERIFERIA CONSOLIDADA EM SÃO PAULO: categoria e realidade em construção" (2008).

Fonte: Rolnik et. al., 2000, p. 111

O conjunto de atividades deste estudo de caso tem como referências os bairros de Itaquerá e José Bonifácio e o Jardim Helian (comunidade localizada no Parque do Carmo). Na sequência, os mapas mostram, respectivamente: pontos chave desta investigação em aproximação (EE Victor Jara, cursinho, APEOESP, Estação José Bonifácio da CPTM, Cohab II) em mapas produzidos a partir do *Google Maps*; e uma aproximação do mapa presente no trabalho de Raquel Rolnik (2000). As imagens situam o caso estudado na fronteira entre a periferia consolidada e a periferia recente e a heterogeneidade e sobreposição de condições da Zona Leste da cidade de São Paulo.

A caracterização espacial do presente da Zona Leste e de sua relação com o centro é elemento central para a compreensão do cotidiano desses jovens. A inauguração da Estação Corinthians-Itaquera, em 1988, criaria uma nova relação entre a região e o centro da cidade, transformando Itaquera em um “centro da periferia”. No final da década de 1990 referenda-se o processo de aquisição dos terrenos baratos da *periferia consolidada*, *inserindo-os* em circuitos mais elevados de valorização fundiária.

Em 1995, o então prefeito Paulo Maluf (PPB) inaugurou a Avenida Jacu-Pêssego, que atravessa o bairro de ponta a ponta e, sobre a antiga estação de trem onde ocorrera o acidente de 1987, construiu-se a Nova Radial Leste. Este seriam marcos da priorização do transporte individual em detrimento do transporte público. Sobre, num processo de apagamento da memória dos pioneiros, segundo D’Andrea (2012).

Como mencionado anteriormente, uma das faces da transformação de bairros da periferia é a chegada da iniciativa privada, buscando lucro em localidades já beneficiadas com infraestrutura urbana empreendida pelo Estado. Ainda que vários padrões de urbanização existam de maneira concomitante em Itaquera, é evidente a ação de uma série de agentes visando à consolidação desse terceiro momento, que ocorre depois da chegada dos moradores e da introdução de infraestrutura urbana.

Com a construção do Shopping Metrô Itaquera, em 2007, e de uma série de edifícios de médio padrão, verifica-se um momento histórico de transição e encarecimento do padrão de vida no bairro. E é nesse momento que a construção do estádio do Corinthians, palco da abertura da Copa do Mundo de 2014, é anunciada. Assim, as obras e suas consequentes remoções – as obras viárias e o parque linear previstos para a região pressupõem a retirada de 4.500 famílias moradoras de favelas – não resolveriam os problemas estruturais que afetam o cotidiano da população local.

Apresenta-se a seguir alguns dados referentes aos distritos onde moram e estudam os sujeitos que compuseram esta investigação: Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo. A fonte utilizada é o DNA Paulistano, pesquisa conduzida pelo instituto DataFolha em 2012⁷. Os dados são apresentados em comparação com outros cinco distritos: Parelheiros (Zona Sul), Cidade Tiradentes (Zona Leste), Tatuapé (Zona Leste), Pinheiros (Zona Oeste) e Moema (Zona Sul). O objetivo é situar as regiões estudadas nas complexidades da cidade de São Paulo. A escolha destes distritos se deu considerando que: Parelheiros e Cidade Tiradentes, localizados nos limites do município, estão entre os distritos com os piores indicadores da cidade em diversos aspectos e representariam o extremo do que se pode chamar de “condição periférica”. O Tatuapé, por sua vez, se apresenta como uma região que migrou da condição periférica para uma condição social e urbana mais próxima àquela presente no centro da cidade do ponto de vista dos indicadores. Pinheiros e Moema, por fim, representam nesta comparação o outro extremo da cidade, figurando no topo dos rankings sob diversos aspectos e encarnando, a partir desta condição, as elites paulistanas. Os distritos da Zona Leste de São Paulo nos quais a presente investigação foi realizada se inserem nas fronteiras entre a “periferia consolidada” e a periferia recente, como mostram os mapas das páginas 38, 39 e 40 desta dissertação.

Os dados aqui apresentados buscam mostrar como este gradiente de condições se expressa em questões como escolaridade e renda. José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera figuram nos três gráficos como pontos intermediários entre o centro e as periferias extremas paulistanas. Vale destacar que Itaquera apresenta indicadores pouco mais elevados que José Bonifácio e Parque do Carmo,

⁷ <http://folhaspdados.blogfolha.uol.com.br/2012/09/14/dna-paulistano-navegue-pelos-dados-em-mapa-interativo/>. Acessado em 7 de dezembro de 2016.

sendo menos híbrido que os vizinhos. Como os referidos mapas fazem notar, José Bonifácio e Parque do Carmo são cortados ao meio pelas fronteiras que separam a periferia consolidada e a periferia recente, o que sugere elevada heterogeneidade no que diz respeito a condições de moradia, asfaltamento, equipamentos e serviços públicos. O distrito do Tatuapé inserido nesta comparação permite identificar o resultado dos processos de especulação imobiliária, como o afastamento das famílias mais pobres, que já marcaram a condição do bairro num passado não tão recente. Hoje, o Tatuapé representa uma transição entre a periferia consolidada e os bairros nobres, Pinheiros e Moema. Esta sucessão de condições urbanas e sociais podem ser sistematizadas no diagrama apresentado a seguir e nos gráficos que apresentam as situações de escolaridade, estratificação por classes e renda familiar mensal.

Centro/Bairros nobres	(Transição)	Periferia Consolidada	(Transição)	Periferia Recente
Pinheiros/ Moema	Tatuapé	Itaquera	José Bonifácio/ Parque do Carmo	Parelheiros/ Cidade Tiradentes

ESCOLARIDADE (%)

Escolaridade (%)	Parelheiros	Cidade Tiradentes	Parque do Carmo	José Bonifácio	Itaquera	Tatuapé	Pinheiros	Moema
Fundamental	49	36	43	35	36	19	20	8
Médio	45	58	41	54	45	30	31	24
Superior	5	6	16	11	19	51	49	51

Fonte: DNA Paulistano, DataFolha, 2012

CLASSES (%)

Classe	Parelheiros	Cidade Tiradentes	Parque do Carmo	José Bonifácio	Itaquera	Tatuapé	Pinheiros	Moema
A	0	0	3	2	2	19	21	33
B	27	23	38	39	40	52	47	56
C	61	70	50	55	54	25	31	11
D	12	8	10	5	5	3	2	1
E	1	0	0	0	0	1	0	0

Fonte: DNA Paulistano, DataFolha, 2012

RENDIA FAMILIAR EM R\$ (%)

Renda familiar em R\$ (%)	Parelheiros	Cidade Tiradentes	Parque do Carmo	José Bonifácio	Itaquera	Tatuapé	Pinheiros	Moema
Até R\$ 1.244,00	45	43	41	29	29	14	11	3
De R\$ 1.245,00 até R\$ 1.866,00	19	32	16	25	22	8	9	3
De R\$ 1.867,00 até R\$ 3.110,00	15	17	20	17	20	13	18	8
De R\$ 3.111,00 até R\$ 6.220,00	4	3	15	8	13	21	19	19
De R\$ 6.221,00 até R\$ 12.440,00	3	0	3	1	3	16	12	18
De R\$ 12.441,00 até R\$ 31.100,00	0	0	0	0	1	4	6	15
R\$ 31.101,00 ou mais	0	0	0	0	0	1	2	4

Fonte: DNA Paulistano, DataFolha, 2012

1.3. 1970 e 1980: os Movimentos Sociais Periféricos e o “Projeto do Trabalhador”

Nos anos 1970 e 1980, os principais agentes de transformação dos processos políticos nacionais foram movimentos sociais urbanos que disseminaram-se reivindicando direitos à cidade. Esses movimentos contribuíram ativamente para a relativa democratização da sociedade brasileira e para transformar a realidade das periferias. A maioria das pessoas engajadas nesses movimentos eram auto construtores e casados, com destaque para o envolvimento feminino, o que acabava por conferir centralidade à família na ação e no discurso da política dos movimentos sociais (Caldeira, 2000; 2015; e Feltran, 2011).

Estes sujeitos das periferias legitimavam suas demandas, em parte, por meio da ênfase de sua condição de proprietários e pagadores de impostos, atravessando e revestindo-se com as lógicas oficiais. A grande maioria dos participantes havia comprado lotes de terra, mas não conseguia regularizá-los em função das múltiplas camadas de legalidade e ilegalidade legadas pela história da ocupação do território na cidade de São Paulo e em suas margens. A impossibilidade de registro associada às condições precárias de infraestrutura e a ausência de serviços públicos nos bairros periféricos fizeram os residentes se organizar para reivindicar o que se chamou, nos anos 1970, de direitos à cidade (Caldeira, 2000):

“Nos últimos anos do regime militar, o movimento sindical foi reorganizado na região metropolitana de São Paulo e movimentos sociais exigindo serviços e equipamentos urbanos articularam-se por toda a periferia. A elite não previra que a propriedade da casa, em vez de ser um meio de estabilidade social e docilidade da classe trabalhadora, iria, ao contrário, politizar os moradores da periferia, levando-os a reivindicar seus direitos à cidade. Tão logo se iniciou a abertura política em meados da década de 70, movimentos sociais emergiram por toda a periferia. Os moradores pobres de São Paulo, que haviam sido esquecidos no silêncio das margens da cidade, aprenderam rapidamente que, se pudessem se organizar, provavelmente poderiam melhorar a qualidade de vida nos seus bairros. A mobilização política daqueles que até então haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia e ajudou a população de São Paulo a perceber o padrão de segregação social e

organização espacial da cidade. O modelo centro-periferia passou a ser invocado em negociações políticas entre os funcionários do governo e os representantes dos movimentos sociais. Foi também o modelo usado pelos meios de comunicação de massa nas suas frequentes reportagens sobre manifestações, e pelos cientistas sociais, que observaram fascinados a politização que não haviam previsto. Esse modelo tornou-se, assim, uma referência comum para moradores, organizações políticas, planejadores e cientistas sociais. No entanto, à medida que a periferia encontrava seu caminho na vida política e intelectual da cidade, outros processos já estavam mudando sua configuração de tal forma que, num curto período de tempo, o modelo centro periferia não era mais capaz de representar acuradamente as dinâmicas sócio espaciais da cidade” (p. 230).

Com Ruth Cardoso, Caldeira (2015) afirma que duas características são marcantes nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. Por um lado, sua relação simbiótica com o Estado. E, por outro, a transformação cultural que eles provocaram na vida cotidiana.

Gabriel Feltran (2011) vai na mesma linha ao analisar o ciclo social e político das periferias paulistanas nos anos 1970 e 1980. Segundo o autor, os sujeitos e territórios periféricos e os movimentos populares foram construídos, num primeiro momento, a partir de teorias normativas, do que a cidade e a sociedade “deveriam ser”. Essas periferias seriam espaços de privação e resistência, especialmente quando politizadas no contexto do ciclo ascendente dos movimentos sociais, a partir dos anos 1970.

Tanto pela força dessa figuração coletiva, quanto pela baixíssima expressividade dos interesses dessa população pobre e periférica no contexto do regime autoritário, esta vai constituir atores de representação já na segunda metade dos anos 1970, bem como constituir em ato um projeto político, tratado na bibliografia como projeto “operário”, “cidadão” ou “trabalhador”. Os movimentos sociais que surgiram nas periferias de São Paulo, naquele período, foram a manifestação pública, e depois política, desse projeto de integração social. Lula, os sindicatos e os movimentos de base simbolizavam a entrada dessa população no rol daqueles que poderiam participar do “novo brasil”, democrático e inclusivo do ponto de vista da cidadania em construção (Feltran, 2008). Para o autor, o PT foi funcionalmente, na

perspectiva dessa comunidade trabalhadora, o ator mais legítimo para a representação de seu interesse no espaço público.

Na década seguinte, passaram a se expressar a partir destes movimentos os interesses dos mais pobres da cidade. Primeiro por suas ações diretas, depois em canais institucionalizados de relação entre sociedade civil e Estado. A expectativa, no terreno da política e entre a parcela progressista e democrática nos meios acadêmicos, era de que esses movimentos gerariam um impacto democratizante de amplo alcance. Em outras palavras, a reivindicação por bens sociais se traduziria em luta pela universalização de direitos, fundindo democracia e justiça social na janela histórica de construção de um novo regime político e social. A pauta do(s) direito(s) verificava que, justamente naquelas periferias, constituíra-se um projeto político que ia além daqueles territórios, espalhando-se por todo o tecido social do Brasil que superava a ditadura militar. A respeito do projeto político “cidadão” (ou “do trabalhador”) forjado nos anos 1980, Evelina Dagnino (2004) diz:

“A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc.). Um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis implica o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos” (Telles, 1994, p. 46). Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam se consolidar como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social. A conquista da cidadania foi frequentemente definida por aqueles que lutavam por ela como sendo o próprio processo de constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos) definindo coletivamente o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento como tais. Profundamente vinculada à ideia da ampliação da política, portanto, essa concepção apontava na direção da redefinição de uma referência central da sua contrapartida liberal: a reivindicação ao acesso, à inclusão, à participação e ao pertencimento a um sistema político já dado. O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição desse sistema, para definir de que queremos ser membros, isto é, a invenção de novos formatos para a política e para a sociedade, afirmando a capacidade propositiva desses novos sujeitos. O

reconhecimento dos direitos de cidadania, tal como é definido por aqueles que são excluídos dela no Brasil de hoje, apontaria então para transformações radicais em nossa sociedade e em sua estrutura de relações de poder. (Dagnino, 2004: 155)

Inicialmente, no período de lenta desestruturação do regime autoritário, os movimentos sociais endereçavam sua reivindicação ao Estado, em uma relação de enorme tensão. No entanto, as novas formas de ação política articuladas pelos movimentos sociais nos anos 1970 e 1980 foram intrinsecamente associadas às mudanças ocorridas no Estado. No decorrer do relativamente longo processo de democratização, o Estado brasileiro em diferentes níveis optou por engajar-se com esses movimentos e incorporar tanto suas demandas como a participação popular em sua própria lógica de operação (Caldeira, 2015).

Por um lado, com a eleição de novos prefeitos – com destaque às primeiras prefeituras conquistadas pelo PT, mas na sequência reproduzido por outras agremiações e governos –, endereçou-se políticas diretamente às periferias, que detinham grande quantidade dos votos, investindo em melhorias na infraestrutura. Por outro lado, com a consolidação da transição democrática, a aprovação da Constituição de 1988 e, especialmente, a ampliação da influência do PT no interior da estrutura estatal, a participação popular se tornou parte do *modus operandi* do Estado.

Em outras palavras, o Estado dependia da participação popular para formular políticas públicas. Na sequência, as agências do Estado começaram a se relacionar diretamente com grupos organizados de acordo com a lógica da segmentação – o que se expressava especialmente na formação de conselhos setoriais –, contribuindo (junto a outros muitos fatores) para a fragmentação dos movimentos e sua desmobilização no fim dos anos 1980. Portanto, em paralelo a esta contribuição dada a democratização política e social do Brasil operada pelos movimentos sociais, está a ideia de “inserção institucional” destes movimentos, que será tratada mais adiante (Feltran, 2005; Dagnino, 2002; Tatagiba, 2009).

Em suma, mudanças na sociedade civil e organização de movimentos sociais urbanos, por um lado, e mudanças no aparato do Estado, por outro, constituíram dois

lados da mesma moeda. A história da democratização e as mudanças do aparato estatal não podem ser separadas da história dos movimentos sociais.

Paralelamente aos movimentos de direito à cidade, multiplicaram-se movimentos que envolviam identidades e movimentos de “minorias”. Independente das diferenças, todos os movimentos acabaram mudando profundamente a sociabilidade de seus membros, desafiando hierarquias e, em especial, as relações de gênero. A legitimação da liderança feminina nos movimentos sociais periféricos se dava pela reivindicação da maternidade e do papel de donas de casa que precisavam lutar para melhorar as condições de suas famílias. Seu engajamento, no entanto, alterava ao mesmo tempo as dinâmicas internas da casa e da família. No “projeto do trabalhador”, o centro da mudança de vida era associado à mobilidade ascendente da família e tinha a figura do trabalhador como horizonte moral de toda a população. O projeto de mobilidade ascendente era um norte de estruturação familiar que, pela difusão da promessa de contrapartida salarial, tornava-se a representação coletiva dominante nas periferias de São Paulo (Feltran, 2011).

1.4. Violência, crime e segregação: o lado de lá da fronteira do Estado de direito

Para ligar os anos 1970 ao presente, é preciso passar pelo conjunto das transformações na realidade das periferias que ocorre nos anos 1980 e nos anos 1990. Um processo negativo e estruturante nas periferias paulistanas, que coincide com o longo percurso da democratização e a construção do Estado de direito: o crescimento e determinada organização da violência e do crime, especialmente nos bairros pobres.

Nos anos 1980, as taxas de homicídio começaram a crescer drasticamente, saltando de 14.62 por 100.000 habitantes, em 1981, para 47.29, em 1996; e para 57.3, em 2000. Nas periferias, os assassinatos alcançaram 120 por 100.000 habitantes em algumas áreas, contrastando com uma taxa de 10 por 100.000 habitantes, em áreas centrais (Caldeira, 2000). A maioria das vítimas eram jovens rapazes negros. Esses números são acompanhados por crescentes relatos de violência policial contra a

mesma população. No estudo “Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil”, a simbiose entre as violências do crime e de responsabilidade policial atuante sobre as particularidades do cotidiano periférico são apresentadas da seguinte forma:

“Paralelamente ao crescimento do crime e da violência urbana nas décadas de 1980 e 1990, aumentou a violência das instituições policiais (polícia civil e polícia militar) responsáveis pelo controle do crime e da violência (21). As áreas em que há maior incidência de homicídios, em que existe maior superposição de carências, onde a população não tem acesso a direitos fundamentais e onde as polícias se mostram incapazes de controlar o crime e a violência também registram uma maior incidência de violência policial. São áreas em que a população está altamente exposta a dois tipos de violência, do crime e da polícia, que se alimentam mutuamente e intensificam o processo de exclusão social — áreas que Pinheiro caracterizou como zonas de “não-estado de direito” e de “democracia sem cidadania”, e que demonstram as limitações do processo de consolidação democrática no Brasil” (PERES, M. F. T. et al, 2008. p. 269).

Nos anos 1980, a violência e o medo tornaram-se marcas da vida cotidiana e das dinâmicas sociais. No final dos anos 1980, as mortes por agressão passaram a figurar no primeiro lugar entre as causas de morte da população jovem, de 15 a 24 anos. As armas de fogo estavam presentes em 70% dos homicídios. Entre os anos 1980 e meados da década de 1990, o Brasil apresentava o mais acentuado crescimento da taxa e mortalidade por homicídios da América Latina. Entre jovens do sexo masculino, o crescimento foi de 192,0% (de 19,3 para 56,4 por 100-000 habitantes no grupo de 15 a 29 anos), e de 117,0% para o grupo de 20 a 24 anos, em que as taxas passaram de 43,6 em 1980 para 94,4 por 100 000 habitantes em 1994, as mais altas entre toda a população, onde o crescimento também havia sido expressivo (102%) (PERES, M. F. T. et al, 2011). Nos anos 1990, os movimentos sociais minguam enquanto os assassinatos alcançavam suas maiores taxas.

Nas palavras de Caldeira (2000):

“A São Paulo do final dos anos 90 é mais diversa e fragmentada do que era nos anos 1970. Uma combinação de processos, alguns deles semelhantes aos que afetam outras cidades, transformou o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades através da região

metropolitana. São Paulo continua a ser altamente segregada, mas as desigualdades sociais são agora produzidas e inscritas no espaço urbano de modos diferentes. A oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e as novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas. São Paulo hoje é uma região metropolitana mais complexa, que não pode ser mapeada pela simples oposição centro rico versus periferia pobre. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes; antes de mais nada, é uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social". (Caldeira, 2002: 350)

Feltran (2008; 2011) reflete a respeito das representações da violência urbana, seus significados e transformações, que ocorrem no contexto da passagem da década de 1980 para 1990. As categorias "trabalhador" e "bandido" são deslocadas, alterando a oposição inicial, que dava sentido ao projeto das famílias periféricas. A experiência dessas famílias era ancorada no *trabalho* e na sucessão geracional como diagrama da melhoria de vida, em oposição a "bandidos" e "vagabundos". O autor amplia sua ênfase analítica para além dos "trabalhadores" e seus movimentos passando, aos poucos, ao estudo do "mundo do crime" e suas ações coletivas nas periferias da cidade. Busca, assim, os sentidos políticos que emergem das mudanças no tecido social das periferias, como transformações intensas no mundo do trabalho, da família, da cidade e do associativismo popular.

Essa bibliografia procura demonstrar a emergência de modos de conflito distintos dos anteriores, que não mais seriam compatíveis com os marcos universalistas dos direitos da cidadania. O olhar para a periferia desloca-se de "direitos da cidadania e seus potenciais de extensão universal" para a figuração pública da contradição essencial entre "trabalhadores" e "bandidos", que "organiza a percepção da fratura social contemporânea e solicita administração de suas fronteiras". Nas palavras do autor:

"Se a perspectiva inicial era vislumbrar como a emergência dos movimentos políticos impactava a dinâmica social das periferias e influenciava a transformação de suas práticas cotidianas, rumo a um horizonte de democratização, agora trata-se de vislumbrar os reflexos sociais, de rumos indeterminados, da emergência do "mundo do crime" como uma outra instância normativa" (Feltran, 2011. p. 350).

Tratava-se de demonstrar empiricamente as distinções de sentido que as categorias ganham quando utilizadas de um lado ou outro do que chama de “fronteira do direito”. Esta fronteira não é apenas física. Ela aparta não apenas territórios, mas também os sujeitos específicos e concretos, localizados para além da condição de legitimidade necessária àqueles que serão vistos como dignos de deter direitos da cidadania, de serem vistos como cidadãos e assim tratados por agentes da ordem e pelas narrativas que organizam a moralidade. Isto é, sujeitos colocados, no discurso público, para fora da zona dos “merecedores de direitos”, pela generalização da condição dos habitantes da periferia como agentes nocivos à ordem que devem ser mantidos do lado “de lá da fronteira” e não mais como sujeitos que representam o desafio, por parte do Estado de Direito, de integração à cidadania e aos direitos.

Os 40 anos que se passaram entre 1970 e 2010 foram um período de transformações profundas nas periferias da cidade. A reestruturação produtiva muda a vida no trabalho, centro de gravidade daquele modelo familiar e comunitário. A família é obrigada, com o passar das décadas na cidade, a modificar suas relações interiores, desafiada diante do aumento do desemprego e, quando há emprego, da rotatividade e flexibilidade característica das condições contemporâneas majoritárias do trabalho. As transformações em questão produzem deslocamentos não apenas no ambiente familiar, mas nas dinâmicas sociais em seu conjunto: desde o plano mais privado da organização das vidas até os modos de conformação dos discursos públicos e das ações políticas. Transformam-se, assim, experiências religiosas, educacionais e culturais.

Neste período, o projeto de mobilidade por meio do trabalho e do “futuro dos filhos” permanece como pivô do sistema de crenças das famílias periféricas, mobilizado nos discursos voltados ao exterior (ao outro lado da fronteira), ao conjunto da sociedade. Contudo, no interior da comunidade “o lugar é aqui e o tempo é hoje”. No plano religioso, por exemplo, a população das periferias transita significativamente do catolicismo ao pentecostalismo, nas últimas décadas. O sentido descrito pelo autor é o da maior individualização. A expansão pentecostal teria relação com a crise do projeto de cidadania encarnado no operário, de lenta ascensão social, ao longo de

gerações. Se a necessidade impõe um tempo mais curto para a ascensão, as investidas devem ser mais precisas e a teologia pentecostal figura, então, como dotada de maior afinidade com os desafios presentes da vida deste sujeito que vive “do outro lado da fronteira”. Nas palavras de Feltran (2011):

“a conversão encerra uma vida e inicia outra, a prosperidade se obtém na terra, os valores e narrativas se conectam mais adequadamente a essas transformações” (p. 357).

A vida nas periferias teria como marca a heterogeneidade. Na tipologia de Feltran (2008), temos aqueles que se consideram de “classe média” (“playboys”), os moradores das “casas” e do “bairro” mais próximos das avenidas que das favelas, o pessoal que vive nos “conjuntos” (habitacionais) e o pessoal “da favela”. No entanto, é a franja mais pobre das periferias da cidade, aquela que habita as favelas e suas margens, que vai aparecer publicamente como a típica expressão desses territórios, como a imagem pública das periferias de São Paulo, em uma sociedade “*obcecada por segurança e discriminação social*”, tomando emprestada a expressão de Caldeira. Frustrado o projeto (“operário”) de melhoria das condições de vida, em declínio verificado na virada dos anos 1980 para os anos 1990, essas famílias se distribuem desigualmente pelos territórios das periferias, mas em todos eles sua presença teria gerado desconforto e criado clivagens reconhecidas internamente por estigmas e estereótipos. O território da periferia compreende um gradiente de condições de vida, mas é visto como uma só condição a partir de fora, caricaturado a partir dos elementos mais pobres, violentos e ilegais, em uma imagem construída que justifica a segregação onde violência e negação de cidadania são os meios de garantia da ordem. Nesse sentido, a reação local à generalização negativa no discurso público é a diferenciação interna, buscando o distanciamento individual destas características transformadas em típicas e responsáveis pela estigmatização do coletivo. Projeta-se no outro – o mais pobre, o que vive em condições mais precárias, o que não alcança individualmente o trabalho formal e duradouro – o responsável pela visão negativa que afeta o conjunto (Caldeira, 2000; Feltran, 2008 e 2011. Almeida, R. et al. 2008).

Os jovens das periferias, diferente de seus pais, vivem num território urbano consolidado, conectado a outras partes da cidade e à esfera do consumo global. Os atores políticos nascidos nos anos 1970 têm sua representatividade duramente

questionada neste contexto. Para Feltran (2011), estabelecem-se uma série de fronteiras de tensão entre as periferias da cidade e os espaços ampliados de ação social e política:

“Essa lacuna de representação é, definitivamente, mais radical entre a parcela mais pobre dos jovens das periferias e, sobretudo, dos moradores de favela. A narrativa político-partidário lhes é desinteressante” (p. 361).

Nascidos para representar uma população migrante, operária e católica, e inscritos na ação política voltada à construção democrática, esses atores têm dificuldades para se legitimar frente a uma geração já nascida nas periferias, em boa parte pentecostal e com trajetórias acidentadas de trabalho e desemprego, típicas da desestruturação do fordismo como base da regulação da vida social, e ligadas em outros canais de construção de vínculos e discursos, como é o caso das redes sociais (Caldeira, 2015; Feltran, 2010 e 2011). Alteradas as condições de vida dos moradores das periferias, suas representações de mundo e perspectivas de mudança das condições da vida, por um lado, e o projeto efetivamente operado pelo Estado e os atores políticos que atuam como parte dessa implementação – dentre os quais estão as organizações populares forjadas na constituição do “projeto operário” de democracia e cidadania –, por outro, identifica-se um processo de desconstrução da identidade desta parcela da população com os agentes políticos que outrora cumpriram o papel de organizar política e discursivamente seus interesses, ações e demandas.

Os antigos “novos movimentos sociais” haviam cumprido uma trajetória em direção ao aparato estatal e distanciando-se do trabalho de base nas periferias, em processo identificado na bibliografia como “inserção institucional” (Feltran, 2005; Dagnino, 2002). Ocorre uma inversão da ação normativa da relação desses atores com o Estado e os espaços públicos. Sua atuação é, assim, funcionalizada prioritariamente na intermediação da execução de políticas estatais junto à “população atendida”, ou do seu público alvo.

Neste contexto, todas essas esferas tradicionalmente legítimas nas periferias da cidade – a família, a religião, o trabalho, o consumo, a representação política, etc. – passam a se relacionar mais diretamente a outra esfera de sociabilidade, o “mundo

do crime”, que se expande em torno dos mercados ilegais e ilícitos, cuja operação está ancorada e enraizada nesses territórios. A expansão e enraizamento do crime como conhecemos hoje coincide com o momento de declínio do projeto e dos agentes caracterizados pela expectativa de integração das camadas populares da periferia via democracia e direitos, o que faz com que aquele substitua este do ponto de vista da oferta de trabalho e justiça, como perspectiva de regulação da vida local, e também como referência discursiva para aquela população, em disputa direta com igrejas, famílias e agentes públicos. Abriu-se espaço para que o “mundo do crime” disputasse legitimidade com toda essa série de instituições e atores tradicionalmente mais legítimos nas periferias da cidade.

Segundo Pavez (2016), os jovens se veem diante de uma encruzilhada, entre o crime e a trilha do assalariamento. O primeiro ofereceria “dinheiro fácil” para a obtenção de todos os itens e consumo desejados, mas o preço seria a redução da expectativa de vida. O assalariamento, por outro lado, ofereceria estabilidade e proteção legal e material, ainda que com uma renda baixa. O caminho “legal” seria moralmente confortável perante o julgamento interno e externo, mas indesejado quando visto da ótica da baixa remuneração, da rotatividade e da rotina de longos deslocamentos. O crime incide, assim, justamente na desilusão com a precariedade do “andar pelo certo”.

Esta relação tensiona o Estado em seu cerne, porque reivindica para si o monopólio do uso da violência legítima entre a população. Frente à atratividade do “mundo do crime” na comunidade, verifica-se um processo de disputa pela legitimidade no território. Os atores tradicionais da periferia passam a pensar a si próprios e construir sua imagem mais radicalmente em oposição ao crime. Feltran (2011) destaca relatos de campo narrando uma “guerra contra o crime”, travada por professores, assistentes sociais, psicólogos, educadores, militantes e pais de família.

O “mundo do crime”, antes visto por todos como o oposto diametral do “trabalhador”, paulatinamente passa a concorrer como ator e instância normativa nas periferias da cidade, ocupando terrenos mais amplos e solicitando, inclusive, reações de demarcação mais clara de fronteiras da legitimidade. A proposta de vida inscrita nessa subjetivação associada ao “mundo do crime”, o “corre”, nas palavras dos

adolescentes que contribuíram para este trabalho, afasta-se muito da proposta crítica e integradora dos movimentos sociais, sendo traduzida mais criteriosamente pela expressão “vida loka”, enormemente difundida entre adolescentes nas periferias.

Essa fratura engendra também uma cisão discursiva (e cognitiva) mais profunda. O que a “guerra contra o crime” aponta é que esse “mundo do crime” não pode ser extinto, contemporaneamente, porque goza de status suficiente para seguir resistindo na disputa de legitimidade social (Feltran, 2015). Integrantes batizados do PCC reivindicam para si o monopólio de gerir a violência nesses territórios. Neste contexto, perante jovens discriminados e vítimas de abuso da violência policial, a violência do crime enquanto ator integrado organicamente à comunidade, assume ares de maior legitimidade que aquela da corporação policial. Também é assim com as famílias de presas e presos. É o crime quem aparece reivindicando para si o papel de instância normativa da justiça entre grupos sociais e territórios das periferias, e sobretudo aqueles mais próximos socialmente da operação de varejo dos mercados ilícitos. As taxas de homicídio do ano 2000, antes do PCC tornar-se hegemônico na gestão da violência nas favelas paulistas, era de 10 vezes mais que em 2010, quando a facção assume o controle dos mercados criminais, acordos com policiais e uso de armas. Assim, o “crime” pode ser apontado como um dos principais responsáveis pela queda de 70% dos homicídios na cidade de São Paulo ao longo da primeira década do século XXI. Isto sem falar no apoio financeiro às famílias de presos ou na defesa de seus direitos, isto é, contra a humilhação de mães e outros parentes no que diz respeito a visitas em presídios. Tal apoio ganha crescente importância na medida em que aproximadamente um milhão de pessoas da cidade de São Paulo – especialmente homens pobres, pretos e pardos das periferias – passaram pelas prisões do estado desde meados da década de 1990. De 1995 até 2015, o número de presos saltou de 45 mil para 210 mil⁸.

A prática do encarceramento em massa, que se intensifica enormemente a partir dos anos 1990 coincide, pois, com o surgimento e a consolidação daquilo que é comumente chamado como “crime organizado”. No período em que politicamente o

⁸ Os dados são do artigo “São Paulo, 2015: sobre a guerra”, que Gabriel Feltran escreveu para o blog da Boitempo em 2015. <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/16/sao-paulo-2015-sobre-a-guerra/#prettyPhoto>.

Brasil percorria seu caminho de formal democratização, a sociedade brasileira se fechava em muros e discriminação. Os presos são aqueles cuja sentença foi a exclusão, a privação do direito de circular e de se fazer presente. Contra a violência carcerária, organizam-se facções de presos que incumbem-se de regar e gerir a convivência no interior do espaço de privação da liberdade, reivindicando a máxima de que os “ladrões” não devem brigar entre si, mas juntos contra o “sistema” (carcerário ou prisional) e suas violências contra presos e seus familiares (Marques, A. 2010; Biondi, K. 2010).

A massificação dessa relação no interior dos presídios e fora deles projeta as facções e o “proceder” deste “movimento” para fora do sistema prisional, (re)encontrando nas periferias um lugar social que também foi submetido à privação do direito de circular e de se fazer presente, à negação da cidadania e ao abuso violento de autoridade por parte das forças policiais. O transbordamento deste sistema de regras de conduta, justiça e gestão das atividades e da violência afina-se aos territórios urbanos deixados do lado “de lá” da fronteira do direito, cujo cotidiano demanda uma gestão alternativa a da “justiça” que produz arbitrariedade. No entanto, ao mesmo em que esses cotidianos periféricos demandam uma forma alternativa de gestão da violência no interior de suas fronteiras e o “mundo do crime” aparece como solução presente e organicamente para tal; sua sobrevivência para além das fronteiras (físicas, discursivas, subjetivas) no interior das quais foram colocados depende da operação individual de distanciamento das referências e relações do crime. Produz-se assim, uma relação cotidiana, orgânica e contraditória com o “mundo do crime”, na qual a legitimidade e a associação a esta figuração e outros atores oscilam, por vezes no interior do mesmo núcleo familiar ou até na mesma biografia de um indivíduo.

O “mundo do crime”, portanto, não domina os territórios ou as populações tiranicamente, contando com consentimentos ativos e legitimidade por parte população, construídos cotidianamente na sociabilidade das periferias, na relação com outros atores e instituições. O mundo do crime aparece como uma entre outras instâncias de geração de renda, de acesso à justiça ou proteção, de ordenamento social, de apoio em caso de necessidade, de pertencimento e identificação (Feltran, 2011). Se não se trata de um jugo tirânico, também não se trata de um movimento

democrático. Trata-se de um universo de relações em disputa pela legitimação social, pelos critérios de subjetivação social e política, que trava relações tensas (e intensas) com uma série de outras instancias sociais mais tradicionais.

O projeto normativo de fato (e não de direito) das instâncias estatais empenhadas em lidar com essas fronteiras, nos anos 2000, parece deixar de pautar a integração. Consequentemente, abandona também o empenho em produzir subjetivação política entre indivíduos e grupos subalternos, passando a atuar no registro da administração das fronteiras do direito, mantendo o quanto possível fora delas a população figurada como causa dos conflitos que ameaçam um Estado democrático de direito que passa a ser produzido fora dos marcos do universalismo (Feltran, 2008; 2011).

Já não se trata de “construção de cidadania”, mas sobretudo de gerir as margens da cidade, acionando um dispositivo assistencial claramente associado a outras formas de controle. Entre os espaços e grupos que não podem ser administrados a contento, ou se negam a sê-lo, a política essencial que se acopla à assistência e a repressão. Constitui-se assim todo um dispositivo bastante complexo de gestão associado a uma mesma população, que quando não está contida no interior de suas fronteiras nas periferias e principalmente nas favelas, está internada ou presa (Feltran, 2011). Políticas de acesso a direitos, assistência e repressão associam-se de modo distinto do diagrama (normativo) anterior, quando o registro era o da inclusão e da cidadania universalista.

1.5. “Sujeitos periféricos”: cultura como resposta política à violência e à segregação.

De acordo com Caldeira (2011), foi nesta passagem dos anos 1980 para os anos 1990 que se deu a reinvenção e transformação do engajamento nos moradores das periferias. Novas formas de produção cultural explodiram nas margens pobres e violentas da cidade. No começo, essa produção – cujas marcas maiores são o rap e a “literatura marginal” dos saraus – refletiu a distância violenta entre centro e periferia,

reproduzindo e elaborando, no plano cultural e dos discursos, a segregação vivida com forte carga de crítica social.

O “palco” dos movimentos culturais da década de 1990 é o de um enraizamento peculiar da democracia no tecido social. Tratava-se de uma “democracia disjuntiva”, nas palavras de Caldeira (2011), em que os direitos civis continuavam sendo precários. Produziu-se uma cidade democrática e violenta no contexto de um processo de desindustrialização e transformação econômica responsáveis por altas taxas de desemprego. As expectativas de vida dos jovens foram assim profundamente afetadas, não sendo mais possível pensar sobre o futuro com as mesmas referências de seus pais e avós.

Consolidara-se em São Paulo um novo padrão de segregação espacial baseado naquilo que Caldeira (2000) chama de “enclaves fortificados” e no uso intensivo de sistemas de segurança, cujo principal objetivo era impor separações. Este é o contexto do surgimento deste intenso movimento cultural com forte carga política, mas não insitucional.

Essa nova produção cultural começou na primeira metade dos anos 1990 com o hip-hop, quando as taxas de violência e homicídios caminhavam para seu ápice. Foi especialmente o rap que articulou a visão da periferia com o momento. Os rappers de São Paulo identificaram-se como produtos e produtores da periferia, articulando a pobreza e a cor da pele a uma profunda crítica ao “sistema”. Em poucos anos, tornaram-se os interpretes e as vozes de uma geração de jovens rapazes vindos das periferias em seu momento mais violento.

O rap paulista fala da periferia no singular, como um mundo aparte, descrito como violência, feiura, pobreza, sujeira e poluição, um espaço de mães solteiras e pais alcoólatras, garotas e garotos pobres e negros sem perspectiva. Os rappers apresentaram “a periferia” como um símbolo de precariedade, violência e desigualdade, numa imagem que unifica as margens e marca a diferença e a tensão delas em relação ao centro. Uma reação clara à gestão da violência e do espaço, que coloca o jovem periférico do lado de lá da fronteira, como “suspeito” e “ameaça”, não

como cidadão. O rap ofereceu uma linguagem para essa juventude expressar sua frustração e sofrimento na cidade.

Compartilhando dos traços gerais da análise de Caldeira, Tiaraju D'Andrea (2013) forja o conceito de “sujeito periférico”. Para o sociólogo da Zona Leste paulistana, a periferia teria alcançado um sentido subjetivo, um modo próprio de ver o mundo, compartilhada por uma parcela dos moradores das periferias. O sujeito periférico para D'Andrea não se resume a uma condição de moradia e de pertencimento a um território. Antes, representa um sujeito que compreende e intervém no mundo a partir de sua condição social, agindo politicamente no sentido de sua transformação. O rap teria um papel central na conformação desse sujeito. Para o sociólogo, a falta de representatividade de partidos políticos, sindicatos e os antigos movimentos sociais teria resultado na criação de coletivos culturais e expressões artísticas diversas como grupos de dança, hip hop, comunidades de samba, saraus e cineclubes, que figurariam nas periferias como uma alternativa ao mercado de trabalho e à criminalidade, ao mesmo tempo em que operam na lógica da autoafirmação e da reversão de estigmas.

Enquanto o rap e a literatura marginal elaboraram a noção de uma periferia enclausurada, outros artistas estavam indo para além dessa visão, elaborando um registro discursivo e comportamental que apontava para a apropriação da cidade como um todo. Estes movimentos teriam começado a ter alguma visibilidade nos anos 1990, mas viriam a explodir nos anos 2000 (Caldeira, 2011; 2015), momento de uma diminuição dos índices de homicídio e de crescimento de oportunidades e indicadores de qualidade de vida que alteram as narrativas e perspectivas periféricas.

Gêneros como graffiti, pichação e skate articularam a ideia de que a cidade como um todo deveria ser o espaço de intervenção do jovem periférico e que tinham o direito de ocupar e viver a cidade para além das fronteiras que o sistema de segregação lhes colocava. Esses processos mantiveram-se ancorados nas periferias e carregando suas identidades por onde passavam, mas foram além e, principalmente, problematizaram as condições que mantinham os limites e restrições impostos aos jovens periféricos.

O direito de circular livremente e apropriar-se da cidade como um todo tornou-se central para a prática e o imaginário desta produção cultural e intervenção urbana (Caldeira, 2011; 2015). Se o rap e a literatura marginal foram, em um primeiro momento, movimentos de defesa e revalorização dos sujeitos periféricos no contexto da segregação e da violência extrema, os movimentos que se seguem a partir desta tradição são movimentos de retomada do espaço negado e de exercício de um direito auto proclamado (do ponto de vista efetivo e não de direito escrito) de estar presente na cidade.

Caldeira (2011; 2015) destaca que a retomada da cidade e dos espaços expressa a prática e os valores de um número imenso de jovens e de uma intensa produção artística e cultural que prolifera, sobretudo, nas periferias de cidades como São Paulo. Os jovens que formam esses movimentos nasceram nas periferias autoconstruídas por seus pais. A geração aceitava, sem outras opções, certa imobilidade nos espaços periféricos como parte do pacote da autoconstrução, o que lhes permitia “habitar a metrópole mesmo que à distância” (Caldeira, 2000). Para seus filhos, a cidade transformou-se em espaço a ser conquistado e usado intensamente e na sua totalidade.

Sua produção cultural neste segundo momento expressa claramente esse desejo, seja no grafite, na pichação, no rap, no break, no skatismo, no funk ou na literatura marginal. Expressa também a indignação em relação às dificuldades para esse uso da cidade e a agressividade com que se tenta conseguir exercer o direito de estar por toda a parte. Ainda que matizado pelo forte componente de consumo e ostentação que enfraquece as tintas da crítica social, a autora sustenta que também o fenômeno dos “rolezinhos” seria expressão deste desejo geracional pela retomada do espaço negado (Caldeira, 2014).

A perspectiva da nova geração é bastante diferente da dos seus pais. Quando eles nasceram, os movimentos sociais decaíam e o espaço urbano de seus bairros havia melhorado consideravelmente. Eles cresceram em ambiente formalmente democrático, com organizações não governamentais, crescente acesso à educação e trabalho e acesso à bens e tecnologias de comunicação que os colocaram em

contato com redes internacionais de produção cultural. Todos carregam celulares e tem algum acesso à internet. Em contraste, seus pais compunham um grupo parcialmente desprovidos de educação formal, sociabilizados num ambiente de autoritarismo militar e mídia sob censura. Muitos despenderam parte da vida sem energia elétrica e asfalto e nem sonhavam com o acesso aos bens que seus filhos puderam experimentar. Enquanto a pobreza persiste e continua a marcar as áreas periféricas da cidade, suas características e condições certamente se alteraram.

Tem-se assim, uma profunda mudança geracional no que tange as condições de vida e perspectivas de ascensão. A geração que construiu as periferias tinha um projeto central: suas casas e a melhoria dos serviços no entorno da residência, fazendo da família o núcleo central desta experiência. Para isso, fizeram enormes sacrifícios, sendo o maior deles a aceitação de viver em certa imobilidade na cidade. Seus projetos eram projetos familiares e os movimentos sociais refletiam isso. Hoje, os projetos de consumo da nova geração são individuais e mais imediatos. Valoriza-se uma extensa lista de itens de consumo que incluem roupas, telefones celulares, eletrônicos em geral, carros e motocicletas (Caldeira, 2000; 2014).

Estas formas artísticas produzidas nas periferias, segundo Caldeira (2011) desestabilizam sistemas existentes de representação, relações sociais e regras de uso do espaço público dominado pelas classes mais altas. Assim, todas essas práticas deslocam o centro, afetando suas características e reconfigurando o espaço público da cidade como um todo.

Nesse sentido, eles diferem bastante dos movimentos da geração anterior. Os movimentos da década de 1970 e 1980 reivindicavam o reconhecimento da dignidade do trabalhador e os seus direitos como cidadãos, bem como o acesso aos benefícios da cidade moderna em suas ruas e bairros. Seu imaginário vislumbrava trazer para a periferia a qualidade de vida do centro. De modo contrário, a arte das periferias dos anos 2000 – tomada aqui também como forma de expressão e engajamento político – começou a formular uma noção de que a cidade seria tomada pela produção de narrativas vindas da periferia, impactando padrões de desigualdade social, segregação e discriminação profundamente enraizados.

Caracterizando o movimento atual dos jovens periféricos, Caldeira (2015) afirma que tais intervenções só poderiam ser tensas e frequentemente agressivas. Mas que, no entanto, essa produção de auto representação e seu caráter transgressor seriam sem dúvidas um dos mais inovadores produtos da democratização brasileira.

1.6. Lulismo: O horizonte político limitado das classes populares na democracia.

Caldeira (2014), ressalta que a melhora das condições de moradia para estes “pioneiros” foi acompanhada por uma significativa expansão do consumo, especialmente nos anos 1990 e 2000, que se expressaria no acesso a bens duráveis como fogões, geladeiras, aparelhos audiovisuais e o automóvel particular. Em verdade, esta seria a superfície de uma recomposição profunda das condições de vida das camadas populares brasileiras cujas dimensões, méritos e cronologia foram e continuam sendo objeto de intenso debate, o qual não é propriamente o foco deste trabalho. Desde já, é imprescindível pontuar a relação deste processo com a experiência do PT à frente da Presidência da República desde 2002.

Nos meios acadêmicos, no mercado e no interior do Estado discutiu-se muito nos últimos anos a hipótese do surgimento de uma “nova classe”. Para os limites deste trabalho, cabe destacar alguns elementos centrais deste intenso processo de mobilidade social que marcou as camadas populares no período. A composição da renda e da escolaridade de parte expressiva da população foi alterada. A base material destas mudanças foi um modelo econômico representado por grandes negócios no campo, na construção civil e no setor de serviços, levando o país a experimentar a situação de pleno emprego na virada dos anos 2000 para os anos 2010; na disponibilização de crédito para amplas camadas populares, mudando o padrão de consumo e aquecendo o mercado interno; e, por fim, os programas de transferência de renda e políticas ancoradas no valor do salário mínimo, bastante valorizado do período. Essas medidas mudaram a pirâmide de renda no país, dando nova cara à composição de classes, tirando um enorme contingente de pessoas da pobreza e alçando-as à condição de “nova classe média” ou à “nova classe trabalhadora”, entre outras variações conceituais.

Paralelamente, entre outras mudanças importantes na sociedade brasileira, acompanhamos a ampliação de vagas no ensino superior, tanto na rede pública, quanto na rede privada. A duplicação no número de estudantes no ensino superior não ocorreu dentro das fronteiras históricas da classe média tradicional. A escolaridade, que historicamente acompanhara a renda no Brasil, assumiu papel especial na mudança das feições da classe trabalhadora e da relação desta com o restante da sociedade ao longo do período. (Venturi, G et al, 2014).

É importante ressaltar, no entanto, que a diferença de qualidade da experiência educacional – a diferença de concepção e qualidade do ensino oferecido pelas novas universidades privadas e pelas universidades tradicionais, a distribuição desigual de capital cultural ao longo das gerações e a rotina radicalmente diversa de jovens periféricos e daqueles oriundos das camadas médias tradicionais – é recolada no momento de sua massificação. Para Jessé Souza (2012), o privilégio da classe média tradicional ao longo das gerações estaria ligado a apropriação privilegiada de capital cultural, altamente valorizado na sociedade. Educação de pior qualidade e longas jornadas de trabalho precário manteriam a nova classe trabalhadora afastada do recurso típico das “classes do privilégio”, ou seja, o “tempo” para incorporação de capitais culturais altamente valorizados e concorridos.

Politicamente, esse processo foi protagonizado e associado ao Partido dos Trabalhadores (PT), como resultado de sua expansão ao longo de mais de três décadas sobre a preferência do eleitorado brasileiro. O ápice coincide com o término do mandato de Lula, quando o petista ostentava o apoio de mais de 80% do eleitorado brasileiro e via sua sucessora se eleger, dando continuidade ao que André Singer caracterizou como lulismo.

André Singer (2012) argumenta que, somado à motivação econômica, haveria um componente ideológico no voto e na identificação com Lula e Dilma Rousseff por parte das classes populares a partir de 2006. O autor sugere a emergência de uma nova projeção ideológica, que teria se assentado sobre os ganhos materiais de um imenso contingente que passava a ser integrado à economia, o subproletariado, a partir de primeiro mandato em que o PT esteve à frente da Presidência da república.

Ao combinar profundas mudanças sociais com manutenção da ordem, o lulismo oferecia ao subproletariado um “completo programa de classe”, ligando uma fração de classe a uma liderança popular. Na gramática do lulismo, o “espírito do Sion” dava lugar ao “espírito do Anhembi”, contrapondo o momento de fundação do partido com o momento da aprovação da Carta aos Brasileiros, no contexto da eleição de 2002.

O “conservadorismo popular”, entendido como rejeição dos mais pobres ao conflito social e à instabilidade econômica, marcaria as preferências ideológicas no Brasil (Singer, 2000). O que teria se manifestado de 1989 a 2002, com os eleitores de mais baixa renda optando pelos candidatos conservadores, contra a esquerda. A esquerda nunca havia sido capaz de dar direção ao sub-proletariado. Estabelecida a ligação entre o lulismo e os mais pobres, sobre as bases da defesa da ordem, teria restado aos setores políticos conservadores o apelo à classe média tradicional (Singer, 2012).

Este seria o quadro de uma despolarização seguida de repolarização, em que a oposição entre direita e esquerda dá lugar à polarização entre pobres e ricos, protagonizada por PT e PSDB. Lula e o PT não seriam, portanto, nem apenas a opção racional com vistas a benefícios econômicos do setor correspondente às faixas de baixo da sociedade brasileira, nem apenas uma candidatura “dos pobres”, desprovido de conteúdo. O lulismo envolveria projeto político e ideologia, ligando uma fração de classe a uma liderança e a um partido. A vitória de 2010 teria reforçado, para Singer (2012), a ideia de longa duração deste “projeto político de reduzir a pobreza sem contestar a ordem”, o lulismo.

O PT que conquista a presidência quatro vezes seguidas não é o PT da ruptura e da luta de classes, do reformismo forte e do “espírito do Sion”. É o PT do espírito do Anhembi, do reformismo fraco e da conciliação, no seio da sociedade e da institucionalidade. O lulismo caracteriza um período de ofuscamento da luta de classes. O discurso da “nova classe média”, particularmente, opera sugerindo a pactuação de toda a sociedade em torno dos ganhos para todos. O conflito dá lugar à estabilidade na equação que não apenas possibilita a chegada do PT à presidência, mas, especialmente, que garante o sucesso de sua experiência. Singer argumenta que os mais pobres rejeitam historicamente o conflito social, sendo eles os mais

imediate e fortemente penalizados pelas crises econômicas e sociais na história brasileira, desprovidos de proteção de leis trabalhistas, representação e defesa sindical. Este “conservadorismo popular” – mais precisamente o seu acolhimento pelo programa petista na década de 2000 –, seria uma das características do lulismo, experiência de reformismo com conciliação que dava aos pobres do país, finalmente, uma representação política que combinava ordem social com melhoras substanciais nas condições de vida (Singer, 2012).

Neste sentido, o processo democrático e a representação política teriam oferecido durante os anos 2000, às classes populares melhoras concretas nas condições de vida – resolvendo parte dos problemas históricos da sociedade brasileira – e uma disputa simbólica na qual o conflito operava em baixa intensidade. Os caminhos de conciliação oferecidos no plano institucional, no entanto, não abarcavam nem as contradições vividas pelos setores populares emergentes do período e nem ofereciam espaços de engajamento para este setor.

O PT representou eleitoralmente as classes populares, especialmente a partir de 2006 no plano federal. Na cidade de São Paulo, segundo Limongi e Mesquita (2008), este processo teria sido crescente nas periferias desde a fundação do partido. No entanto, por outro lado, como apontam as reflexões de Feltran (2011), Caldeira (2015) e D’Andrea (2013), o partido e a constelação de atores políticos construídos ao longo do período de redemocratização – que haviam alimentado a experiência estatal com demandas populares, diga-se com justiça – haviam perdido as conexões com estes sujeitos no cotidiano enquanto espaços de engajamento direto, militância, construção de sociabilidade política e elaboração de discursos. Pode-se afirmar que estes espaços haviam sido preenchidos, no que tange a realidade periférica paulistana, por movimentos culturais (Caldeira, 2011; 2015; e D’Andrea. 2013) e por outras estruturas como o crime e as igrejas pentecostais (Feltran, 2011).

Ao mesmo tempo, o discurso oficial não abarcava as contradições da vida cotidiana. Ao lado de novas oportunidades, reforçaram-se e surgiram novas precariedades, que vão desde violências físicas e simbólicas até má qualidade e insuficiência de serviços públicos. Esta “nova classe” adquire protagonismo no

mercado e na política, sendo marcada por uma experiência que combina aposta e risco, crédito e endividamento, expectativas e frustrações.

A partir de 2011, no início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), com o segundo choque da crise internacional que abalou o mundo financeiro e os arranjos do comércio e das alianças internacionais e a aposta do governo de Dilma Rousseff em uma agenda heterodoxa e polêmica para enfrentar a crise, verificam-se os primeiros sinais de dissolução do bloco que sustentava a hegemonia lulista (Singer, 2015; Rugitsky, 2015). Esse processo se estendeu até 2016, com idas e vindas, culminando no impeachment de Dilma Rousseff. No entanto, o grande marco do “início do fim” da estabilidade política e social veio em junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas das maiores cidades brasileiras com um conjunto difuso e contraditório de pautas.

Desde então, o debate político se intensificou, desfazendo as narrativas e espaços de conciliação. Cresceram os embates e polarizações nas redes sociais e nas ruas. Abriu-se em junho de 2013 um processo de constante mobilização política extra institucional que não alcançou uma síntese. Isto é, ao longo dos anos que se seguiram, movimentos diversos, com diferentes recortes, horizontes e composições apresentaram-se como manifestações políticas que compartilhavam enquanto conjunto apenas a condição de não pertencentes à esfera institucional. Adotando os recortes de Ângela Alonso (2016), pode-se falar em três grupos no interior deste processo de mobilização não-institucional que se estende desde 2013: autonomistas com práticas performáticas e organização horizontal; tradicionais movimentos sociais e sindicais de viés socialista e partidos de esquerda; e grupos marcados por viés liberal, pró-mercado e anti-Estado, envoltos em repertório patriota e anticorrupção. O movimento secundarista de jovens oriundos das camadas populares que ocorreu em São Paulo no fim de 2015, ainda que tenha contado com a participação de partidos e movimentos sociais e a solidariedade de sindicatos e entidades representativas; está relacionado, do ponto de vista de sua emergência enquanto ator político, justamente ao primeiro grupo na divisão oferecida por Alonso.

Junho de 2013 colocava como questão para a análise política, desde o início desse período, a relação entre jovens oriundos das camadas populares e novas

formas de mobilização. Singer (2013) equaciona da seguinte forma a presença destes jovens nas manifestações:

“Enquanto ao olhar por escolaridade vimos uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo para a classe média tradicional, do ângulo da renda e da ocupação que se pode deduzir dela, as pesquisas apontam uma incidência expressiva da metade inferior da pirâmide nas manifestações. Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas. Em função "do processo relativamente acentuado de escolarização ao longo da última década e meia" é razoável pensar num novo proletariado com nível escolar elevado. Em função disso, deve-se cogitar a possibilidade de ter estado presente nas manifestações uma massa de jovens de escolaridade mais alta que a renda. Convém lembrar que com a ampliação das vagas nas universidades públicas, com o Prouni e com a explosão do ensino superior privado a quantidade de ingressantes nas universidades pulou de 1 para 2,3 milhões por ano de 2001 a 2011 (p. 31)”

Após as eleições de 2014 – as mais acirradas e polarizadas desde a eleição presidencial de 1989 – as tomadas de posição transbordavam os expedientes eleitorais e institucionais no país, invadindo o cotidiano de espaços que haviam se mantido “fora da política” no período anterior. A ideia de que “política não se discute” era deixada para trás no novo estado de espírito que o país vivia e, o que é mais significativo, o estado de consenso, desmobilização e conciliação pareciam evaporar.

A polarização PT-PSDB, característica do lulismo, vivia um novo ciclo que não se restringia às disputas eleitorais. Os dez anos de conflito de baixa intensidade na arena institucional e relativa pacificação social davam lugar a conflitos abertos nos dois níveis. As grandes avenidas e praças que serviram de palco para as manifestações de junho de 2013 e que, num primeiro momento, opunham “sociedade” e “políticos” (ou uma ideia difusa de “sistema”), passam a se dividir entre aqueles a favor ou contra o governo. Paralelamente, no entanto, movimentos de caráter mais autonomista seguiram promovendo intervenções, protestos e organizando suas lutas e a si próprios, colocando em questão hierarquias sociais nos planos da redistribuição e do reconhecimento, sempre articulados a características e discursos voltados à crítica da representação. Em muitos momentos, estes movimentos alcançaram grande visibilidade e impacto nacional, como foi o caso das ocupações de escolas

públicas promovidas por secundaristas em diversos estados brasileiros, das ocupações das sedes regionais do Ministério da Cultura e de manifestações massivas organizadas por movimentos feministas, movimentos negros, movimentos anti-proibicionistas, entre outros.

Nos anos de 2015 e 2016, as manifestações de massa de maior expressão nas ruas se deram em torno da manutenção do mandato ou da cassação de Dilma Rousseff (PT) e suas delimitações mais ou menos tradicionais, agregando a elas características extra institucionais. No entanto, sustenta-se aqui que o campo autonomista que se revela em junho de 2013 em suas diversas expressões, enquanto “novo ativismo”, nem confluiu para um dos dois lados, nem se dissolveu. Esse campo pulverizou-se em ações permanentes e distribuídas que mantêm suas características de horizontalidade e autonomia, em meio à crise instaurada e em paralelo aos conflitos que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff.

Diversas pesquisas verificaram a ausência de jovens oriundos das camadas populares nos protestos que ocuparam as ruas em favor ou contra a manutenção do mandato de Dilma Rousseff (PT) até agosto de 2016. Pesquisas coordenadas por Esther Solano, Marcio Moretto Ribeiro e Pablo Ortellado⁹ a respeito da composição dos protestos a favor e contra o impeachment reforçam estas conclusões. Ao observar manifestações do campo autonomista (ou, em termos mais amplos, do “novo ativismo”) os mesmos pesquisadores encontram resultados opostos, indicando que este campo teria mais capacidade de expressar perspectivas de parcela deste grupo social. Em “Secundaristas e Marcha da Maconha compõem polo de mobilização fora das disputas em torno do impeachment”¹⁰, esses autores indicam que tais manifestações tiveram perfil muito diferente daquelas que apoiavam ou eram contrárias ao impeachment. Elas foram compostas de manifestantes bem mais jovens e com renda familiar mais baixa. Movimentos inscritos na perspectiva autonomista ou representantes de uma “nova geração de lutas” tem sido veículo da expressão política de jovens oriundos das camadas populares, como estas pesquisas e outras observações apontam.

⁹ <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html>. Visualizado em 08/12/2016.

¹⁰ <https://gpopai.usp.br/pesquisa/maconha-secundaristas.pdf>. Visualizado em 08/12/2016.

Teresa Caldeira (2015) oferece uma hipótese para explicar a presença de jovens periféricos nos movimentos de junho de 2013. A autora destaca a conexão discursiva dos movimentos desencadeados pelo MPL com jovens pertencentes aos grupos populares emergentes e suas sub-culturas na cidade de São Paulo.

Para ela, algumas referências dos protestos que marcaram uma inflexão no imaginário político nacional são globais e aproximam São Paulo do movimento *Occupy Wall Street* e dos *Indignados* da Espanha, nos quais “quebram-se os monopólios de produção de informação, de linguagens e de formas de organização, ou seja, quebram-se autoridades instituídas” (Caldeira, 2014). No entanto, existiriam particularidades brasileiras no processo. Sugere que o Movimento Passe Livre não teria sido levado a sério pelos poderes instituídos, mas que teria conseguido “articular as frustrações cotidianas da cidade e as aspirações de seus jovens”. Caldeira sugere que a formulação de direito à cidade do MPL se encontra com a “prática e os valores de um número imenso de jovens e de uma intensa produção artística e cultural que prolifera nas periferias de São Paulo”. Isto é, as bandeiras que desencadearam os acontecimentos de junho de 2013 encontrariam eco nos desejos de jovens periféricos determinados a “retomar” o espaço urbano como um todo e forçar a aceitação de sua presença. A violência policial seria outro ponto de afinidade entre as mobilizações de rua destes movimentos e a experiência cotidiana dos jovens oriundos das camadas populares, potencializado sua participação.

Caldeira (2014) destaca que os governos do PT teriam apostado na promoção do consumismo como marca da mobilidade social. Nesta chave, viria a criação de incentivos e subsídios para a aquisição e produção de carros particulares, por exemplo, às custas da expansão da política de transportes públicos. No caso de Itaquera, como mostrou D’Andrea (2012), as obras da Copa do Mundo, celebradas pelo partido, teriam sido expressão desse modelo. Como resultado, São Paulo, uma cidade com 11 milhões de habitantes, viria a alcançar, em 2011, mais de sete milhões de veículos registrados, gerando tráfego impossível e congestionamento permanente. No transporte público a realidade seria de precariedade diária e produção de uma subjetividade de dignidade negada, que teria se visto espelhada no recado claro dado

pelo MPL, convertendo-se em indignação prática e participação. Não seria difícil, de acordo com Caldeira, compreender porque “tráfego, mobilidade e o preço do transporte público teriam sido o elemento detonador dos eventos do mês de junho de 2013”.

O historiador Lincoln Secco, em dois artigos de opinião (“Trabalho de base” e “A escola retomada”, ambos de 2015) sugere que o “trabalho de base” seria elemento central para a compreensão deste conjunto de fenômenos, incluindo junho de 2013 e a onda de ocupações de escolas públicas em São Paulo¹¹. Narrando uma passagem da Revolução Russa – em que um cossaco pobre que se fizera chefe militar brada “queremos soviets, fora os comunistas” –, Lincoln Secco sugere um dilema das esquerdas frente a processos históricos complexos: “escolher entre o déspota progressivo ou a derrota para inimigos muito piores”. Ressalvando que a situação brasileira em nada se aproxima da russa de 1917, Secco (2015) defende que a situação do Brasil de hoje seria grave, na qual *“O governo [do PT] caminhou tanto à direita que perdeu parte do apoio que tinha nos movimentos sociais e não recebeu nenhum alívio de seus opositores do mundo oficial da política”*.

Diante do cada vez mais provável, àquela altura, impeachment de Dilma Rousseff, a saída desta situação, para o historiador e militante, seria apenas uma: o “trabalho de base”. Tal questão estaria colocada para coletivos, e não para indivíduos. O PT teria perdido tal capacidade, que teria sido adotada por outro conjunto de atores. Assim, Secco (2015) sustenta a hipótese de que os “novíssimos movimentos fazem aquilo que o PT abandonou faz muito tempo: trabalho de base”. A isso se deveria a ascensão do MPL no período de junho de 2013 a janeiro de 2015. Secco (2015) provoca: “só surpreendeu quem estava preso ao país oficial. Desde 2005 ele operava longe dos gabinetes da esquerda bem empregada”. Para o autor, a trajetória do MPL permite perceber que ele “assumiu algumas bandeiras e, especialmente, o trabalho de base que o PT abandonara há muito”. O MPL, no entanto, seria apenas “uma

¹¹ As mesmas hipóteses foram trabalhadas pelo autor em apresentação no “Colóquio Gramsci”, promovido pelo grupo Pensamento e Política no Brasil do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Sua apresentação pode ser acessada em: <https://www.youtube.com/watch?v=RD5qtYBlwFo>

sinédoque para expressar a imensa coleção de movimentos que vieram à luz depois de Junho de 2013”.

O autor caracteriza esse conjunto de atores da seguinte forma:

“Como ele [MPL], muitos coletivos e movimentos fazem seu trabalho silencioso nas periferias. Se despontarem aqui ou ali na cena política não será por obra das redes sociais. Na maioria dos casos não atuam com pautas amplas, concentram-se numa única de grande capacidade de mobilização local ou até nacional. Sua organização horizontal e sua utopia não acorrentam seus membros. Eles e elas formam ali esculturas sociais fora do circuito dos partidos de esquerda. A política oficial está numa frequência, eles e elas em outra”. (Secco, 2015).

Sobre as possibilidades de alinhamentos desses atores ao PT, no momento em que o partido sofria os ataques que lhe apeariam da Presidência da República, Secco sugere que

“A resposta mais óbvia é manter a autonomia. É que esses movimentos, diferentemente daqueles tradicionais da esquerda (sindicalismo, MST, MTST etc) não têm nenhuma relação orgânica com os governos petistas (...), é incabível que eles se associem a um partido e a um governo cuja maioria condenou as manifestações populares dos últimos anos e, em alguns casos, apoiou a repressão a elas”. (Secco, 2015)

Soma-se a esse distanciamento o fato de o PT ter atuado, neste período de intensas mobilizações extra institucionais, muitas vezes no sentido da criminalização (ou da omissão diante desta) destes movimentos. Secco (2015) sugere, como hipótese, que esses movimentos *“continuarão seu trabalho silencioso na infraestrutura da sociedade civil”* e que *“A aposta é que depois de junho vivemos um novo ciclo político no Brasil”*.

1.7. Uma nova geração de ativismos?

Inúmeras referências apontam como estas formas de organização e expressão políticas que serão aqui apresentadas enquanto “novo ativismo” apresentam um caráter produtivo de subjetividades e sociabilidades. Estes processos, nos quais pode-se situar as ocupações e movimentos de caráter horizontal e auto gestor, ao se confrontarem com a ordem e os mecanismos de controle do Estado ou do mercado – desencadeados e justificados seja como política “negativa” (de se colocar contra determinada medida) seja como política reivindicatória – produzem experiências concretas de superação daquilo ou daqueles contra quem se levantam. Isto é, produzem outras formas no momento da mobilização, que podem deixar rastros que, consolidados parcialmente, passam a conviver em tensão com os mecanismos de controle.

Em “A colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças”, Raquel Rolnik (2015) diferencia uma ocupação militar de uma ocupação realizada por movimentos sociais da seguinte forma:

“Uma ocupação militar é o controle de um espaço e a dominação de um território insurgente ou inimigo. Já a ocupação empreendida por um movimento social significa ‘liberar’ o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório). Trata-se, portanto, também de confrontação, mas em sentido inverso ao da ocupação policial/militar” (p. 377).

O antropólogo Pedro Cesarino (2016), pensa as ocupações escolares paulistanas neste sentido, no artigo “Aprender com as crianças // Negociar com os homens”, presente no livro “A batalha do Vivo” (2016). Para o autor, as ocupações escolares em São Paulo produziram uma outra forma de vínculo, responsável pelo resgate do interesse pelo conhecimento e do caráter de comunidade da escola. O autor especifica, no entanto, que não se trataria da:

“comunidade imposta pelas formas de controle, pelos velhos professores que não aceitavam ter a sua autoridade questionada, mas

por uma comunidade construída pelos vínculos horizontais, refeita desde a sua base, restaurada a partir do seu sentido primeiro” (p. 185).

A leitura está baseada na noção de *communitas*¹² de Victor Turner, apresentada por Cesarino (2016) como:

“um laço provisório de fraternidade surgido nos momentos de passagem, ruptura e transformação e, por isso mesmo, oposto à normalidade de estrutura e suas dinâmicas de poder. Sociedades sadias, argumentava o autor, são aquelas nas quais se dá a oscilação entre dois polos, pois cabe justamente à *communitas* a capacidade de reavaliar a vida normal” (p. 185).

Com base nessa noção, Cesarino (2016) compara o movimento secundarista com os protestos de 2013, indicando que ambos indicariam uma tomada de protagonismo político pela população, que seria potente, mas “ainda pouco constante para que seja capaz de consolidar a dinâmica de uma sociedade efetivamente sadia”. O movimento dos estudantes seria cercado sobretudo pelos mecanismos de controle daquilo que considera ser a “política negativa dos homens que se impõe sobre corpos vitais, seus fluxos e manifestações e conhecimento”. Em outras palavras, o novo espaço de sociabilidade e as subversões produzidas pelos secundaristas não teria (ainda) se consolidado, o que levaria a sua reincorporação pelos dispositivos de poder da normalidade, pela “vontade de destruição e de controle da política dos homens”.

O autor (Cesarino, 2016) coloca-se como pergunta, como seria possível garantir que a produção desta experiência deixe rastros, que “encaminhem a produção de um outro modo de existência”. Colocando as ocupações secundaristas no mesmo registro de movimentos desencadeados ao redor do mundo a partir de 2011, o autor questiona em que medida as diversas formas de ocupação:

¹² “*communitas*, isto é: uma forma de antiestrutura constituída pelos vínculos entre indivíduos ou grupos sociais que compartilham uma condição liminar em momentos especificamente ritualizados (...). O autor opta pelo termo latim *communitas* à noção de comunidade, de modo a não conferir circunscrição espacial ao vínculos entre os sujeitos liminares, já que o caráter de antiestrutura da *communitas* está baseado em relações sociais e não em pertencimentos territoriais”. Esta definição de “*communitas*” é de Rafael da Silva Noletto e Yara de Cássia Alves. Consta no verbete sobre Victor Turner da Enciclopédia de Antropologia, acessado em: <http://ea.fflch.usp.br/palavra-chave/pol%C3%ADtica?q=node/38> em 8 de dezembro de 2016.

“implicam efetivamente na produção de uma nova política, nas quais os processos de produção de conhecimento não sejam capturados pelos mecanismos de controle (?) Ou as manifestações em massa das lutas contemporâneas estarão fadadas a se extinguir logo após a sua eclosão?” (p. 186).

Maio de 1968 seria uma referência necessária para encarar estas perguntas. Nesta leitura, as subjetividades produzidas pelos movimentos de 1968 seriam determinantes até hoje. Teria se constituído ali efetivamente um novo modo de existência que teria passado a se equilibrar com as formas de controle em oposição às quais se deu seu surgimento enquanto experiência coletiva. Os movimentos de maio de 1968 não teriam sido “apenas uma ocupação (...) mas sim uma transformação propriamente ontológica, capaz de projetar novos contornos para o pensamento e para a agência política”. Para identificar as potencialidades de firmamento dos rastros de tais processos, segundo Cesarino, seria necessário observar “agenciamentos, estratégias, poéticas, alianças, bases, redes, conexões entre distintas capacidades”.

Em “Quando novos personagens entram em cena?”, Tible e Moraes (2015) consideram que junho de 2013 teria sido a baliza da emergência de um “novo ativismo”. Os eventos teriam constituído “um enorme susto para os poderes constituídos (inclusive os de esquerda)”, e teriam reforçado uma série de iniciativas que já existiam e levado à proliferação de ocupações, greves e, também, de pequenos coletivos e uma miríade de novos grupos com “novas urgências”. Essas experiências conformariam uma “nova geração de lutas” ou “nova geração política”, afetando e produzindo subjetividades em um determinado período. Falar em termos de nova geração não significa operar um corte etário, mas “pensar uma produção política a partir de uma experiência comum de embates, questões e desejos que se abrem em determinado momento histórico”.

A eleição de Lula em 2002 e o projeto conduzido por mais de uma década cumpre um importante papel neste processo, tanto pelos elementos positivos da experiência de governo do PT (como a melhora dos níveis de vida em diversas dimensões), quanto pelos movimentos que se constituem a partir das contradições do lulismo. Este “novo campo do possível”, como os autores se referem ao conjunto de

atores políticos que compõe seu objeto, estaria conectado com as revoltas globais ocorridas em diversos países desde 2011.

Tible e Moraes (2015) destacam, a respeito das características desses movimentos, que eles “não cabem mais nas atuais instituições” e que haveria um “desejo de perfurar algumas camadas mais espessas dos processos e organizações políticas (...) no campo da esquerda”. No convívio com a geração precedente de movimentos e ativistas, cria-se uma tensão a partir da crítica desses movimentos às institucionalizações e à própria forma partido.

A hierarquização de pautas também gera tensões neste encontro. Questões como gênero e sexualidade, por exemplo, não podem ser consideradas preocupações “para depois”. É o que os autores chamam de “novas urgências”. Surge, a partir destas diferenças, uma “intensa desautonomização da esfera do político”, promovendo as diversas relações à condição de elementos imediatamente transformadores. Palavras importantes de Tible e Moraes (2015) para o presente trabalho, são as que seguem:

“esse novo ativismo talvez sinalize de forma mais aguda esse momento de esvaziamento do sentido de representação e também da participação institucional, um esgotamento que já estava sendo também apontado pela geração de militantes que já ocupavam espaços no Estado. [Ao contrário de um movimento de representação, se trata de um] movimento de apresentação – ou seja, de produção de uma existência coletiva capaz de falar por si mesma” (p. 22)

A concepção de democracia desses movimentos passaria pela dimensão da “política vivida” e da necessidade de “criar possibilidades no tempo presente ao invés de apostar em um projeto que se realizará no futuro”.

Nas manifestações de rua, assembleias, marchas, retomadas, ocupações de praças e escolas e constituição de novos elos, a questão da organização é um tema central. Ideias como a ausência de chefia, estruturas descentralizadas, o não falar pelo coletivo são questionamentos práticos às estruturas burocráticas de direção presentes nos movimentos sociais tradicionais, nas entidades de categorias e nos partidos de esquerda. Estas estruturas recebem muita desconfiança dos ativistas e

indicam uma sensibilidade grande ao tema do poder, uma reflexão sobre como gerenciar uma coletividade política no cotidiano sem deixar com que o poder se concentre nas mãos de pessoas específicas. O sentido desta reflexão é o da formação de frentes e dos desafios de uma política distribuída que nega um momento de síntese.

Negri e Cocco (2006), em “Glob(al) – Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada”, elaboram as experiências de cursinhos populares no Brasil em registro similar, como se pode conferir na seguinte passagem:

“No Brasil, os movimentos dos jovens em geral e dos jovens negros das periferias e das favelas, em particular, revelam uma nova subjetividade. Os movimentos culturais, assim como as redes de cursos, administrados em autogestão, para a universalização do acesso dos negros e pobres às universidades “públicas” (na realidade, “estatais”) convergem na construção de um espaço comum de resistência e produção que constrói alteridade seja em relação ao Estado, seja em relação ao mercado e deslocam a retórica consensual dos direitos do homem para o terreno ético dos modos de existência de homens dotados de direitos: assim, resistem ao presente criando. São esses movimentos que introduziram elementos de verdadeira inovação, de radical reformismo na agenda política” (p. 57)

Pablo Ortellado (2016), no prefácio de *Escolas de Luta*, lê o movimento secundarista paulistano no mesmo sentido. A mobilização secundarista, e especialmente as ocupações, teriam forjado novas relações sociais entre os jovens e entre eles o restante da comunidade escolar após o movimento. Esta nova sociabilidade, para o autor, teria como características a horizontalidade nos processos decisórios e o cuidado com o patrimônio público. Para Ortellado, estes elementos seriam “ao mesmo tempo, objetivo da luta e criação imediata, uma espécie de antecipação performativa daquilo que se busca”.

Em “Um projeto de Democracia”, o antropólogo norte americano e ativista do movimento Occupy Wall Street, David Graeber (2015), fala em “política prefigurativa” que seria, em suas palavras, “a ideia de que a forma organizacional de um grupo ativista deve encarnar o tipo de sociedade que ele quer construir”. A ideia de política prefigurativa está diretamente associada, no que diz respeito a experiência norte americana, ao que o autor chama de “contaminacionismo”, ou seja, a possibilidade de

uma forma de luta se massificar e passar a ocorrer em outras localidades não por meio de uma ação centralizada e coordenada desde um núcleo dirigente, mas por inspiração. Para o autor, a rejeição por completo da ordem política e a “total reinvenção da democracia” teriam sido fundamentais para “as ocupações começarem a brotar por todo o país”. Este elemento “anarquista” teria sido fundamental para o sucesso do “contaminacionismo” e do apoio da opinião pública ao movimento. Nas palavras de Graeber (2015):

“Todos sabíamos que era praticamente impossível convencer o americano médio apenas com a retórica de que uma sociedade verdadeiramente democrática é possível. Mas podíamos mostrar. A experiência de assistir a um grupo de mil ou duas mil pessoas tomando decisões coletivas sem uma estrutura de liderança, motivadas apenas por princípios de solidariedade, pode mudar as premissas mais fundamentais sobre o modo de funcionamento da política ou, no caso, da vida humana”. (p. 102)

A leitura de Ortellado (2016) sobre o movimento dos estudantes secundaristas, também aposta na continuidade destes em relação a junho de 2013. A autor descreve o movimento dos estudantes secundaristas como “o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013”. Junho de 2013 teria tido dois tipos de reivindicação, sendo eles a crítica da representação – decorrente da crise de legitimidade do sistema político brasileiro – e a defesa de direitos sociais. Nos anos que se seguiram, marcados por intensa atividade política extra institucional, este duplo legado teria sido dividido entre dois campos que se polarizaram. De um lado, o MPL, o movimento contra a Copa do Mundo de 2014, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto e outras iniciativas semelhantes teriam levado adiante o legado “social”. De outro, grupos de direita como Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre teriam elaborado a crise de legitimidade do sistema político explorando exclusivamente combate à corrupção. Ortellado sustenta que os secundaristas, pelo caráter social de sua pauta e radicalmente democrático de sua organização, teriam reunificado o legado de junho de 2013.

No artigo “As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social” (Januário et al), os autores também procuram conexões do movimento dos secundaristas paulistanos

com junho de 2013. Para eles, este movimento se insere em tendências históricas que foram se tornando mais evidentes a partir do ano de 2013, o que implicaria em inserir a análise deste processo específico no campo de questões mais amplas do Brasil contemporâneo.

Para eles, seria importante evitar uma comparação superficial das continuidades entre o movimento dos estudantes secundaristas de 2015 e as manifestações de junho de 2013. O que apontaria para a necessidade de focar as conexões passíveis de reconstrução entre os dois eventos que simbolizam novas formas de luta social. Em suas palavras, a “investigação das conexões concretas entre os dois momentos históricos como parte de um mesmo processo social mais amplo”. Assim, indicam três “pistas” desta conexão.

A primeira seria a relação entre duas organizações que foram importantes como catalisadoras (e não como protagonistas ou dirigentes, frisam) dos protestos de junho, de um lado, e das ocupações de escolas, de outro: o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) e o coletivo O Mal Educado, respectivamente. Além do engajamento comum na pauta dos transportes, os autores destacam que:

“aqueles militantes que haviam saído d’O Mal Educado para se dedicar aos atos que desaguaram em Junho de 2013, saem do MPL-SP em meados de 2015 e se reaproximam do coletivo, participando de uma frente de coletivos, movimentos, organizações e militantes independentes que foi fundamental para a divulgação da ocupação de escolas enquanto tática de luta e forma de ação coletiva durante o mês de outubro de 2015, resultando na primeira leva de ocupações na segunda semana de novembro (....) ambas são pertencentes ao chamado campo autonomista, compartilham de certa cultura política, um repertório de lutas que privilegia a ação direta, uma valorização da horizontalidade, bem como uma recusa declarada à “política tradicional”, com seus partidos e lógicas mais formais e institucionalizadas. A cultura política autonomista se revelou, em ambos os momentos históricos, excepcionalmente capaz de detonar processos inovadores com relação ao cenário de lutas sociais que estavam em andamento, como foi o caso dos atos de rua massivos em 2013 e das ocupações de escolas no ano passado”. (p. 21)

A segunda pista das conexões entre os dois eventos seria a experiência individual que muitos dos secundaristas tiveram em junho de 2013. Seria um momento crucial de sua trajetória e formação individual enquanto sujeitos políticos. Os

estudantes envolvidos na onda de ocupações escolares de 2015, veriam em junho principalmente um movimento que conseguiu fazer o governo recuar de uma medida anunciada. Ou seja, o junho de 2013 para os estudantes com quem os autores conversaram em sua investigação seria aquele correspondente ao que muitos consideram como uma primeira fase dos acontecimentos, até o recuo de Geraldo Alckmin e Fernando Haddad no aumento das tarifas do transporte. O impacto de junho imaginário dos jovens seria inegável.

Por fim, os autores oferecem uma indicação que serve como motivação para o presente trabalho. Sugerem que junho de 2013 e o movimento secundarista de 2015 estariam no registro da:

“Emergência de uma espécie de ampla disposição de luta entre uma geração de estudantes de escolas públicas, que antecede Junho de 2013 e ultrapassa as desocupações de escolas em dezembro de 2015. [E que] Talvez esta seja a conexão mais interessante, pois ela possibilitaria apreender as tendências mais profundas, porém certamente é a que mais se reveste de caráter hipotético, devendo necessariamente ser desenvolvida em investigações empíricas”. (p.23)

O que os autores chamam de “disposição de luta” seria diferente de “expressões abstratas como espírito de junho” pois, para compreender esta disposição, seria preciso sobretudo “investigar a experiência concreta dos sujeitos, pois ela nasce da vida cotidiana, de um aprendizado autônomo com relação aos problemas sociais em questão”. Insistem os autores que reconstruíram o movimento secundarista de 2015 desde uma perspectiva macro que seria necessário “debruçar-se sobre os processos de luta social em nível micro, [que] em geral passam sem registro histórico, e buscar conhecer mais profundamente o universo de referências e a experiência acumulada dos sujeitos”.

Os autores apontam elementos gerais que embasariam a hipótese da “disposição de luta” mais ampla, a começar pelo engajamento imediato após o anúncio da “reorganização escolar” e seu caráter autônomo. Destacam ainda que os mesmos alunos já haviam organizado autonomamente atos de rua em apoio à maior greve dos professores da rede estadual de São Paulo, que ocorreu entre março e

junho de 2015, durando 92 dias. Nestes episódios, os estudantes teriam trazido pautas próprias, de caráter antiautoritário como “chega de violência e repressão” e “É um absurdo vir para a escola e voltar para a casa só porque não estou com a camiseta branca! Chega!!!”.

Quanto aos desenvolvimentos posteriores às desocupações de escolas no Estado de São Paulo, os autores apontam o ascenso de outras lutas estudantis. No caso de São Paulo, após a desocupação das escolas em 2015, muitos secundaristas voltaram a se mobilizar. Logo no início de 2016, o objeto de seu engajamento foi o aumento das tarifas do transporte. Depois, a partir de abril a pauta da educação voltaria ao centro de sua organização no caso do desvio de verbas das merendas escolares.

A hipótese dos autores de que haveria uma “disposição de luta” por parte dos jovens da nova geração – disposição esta que teria se manifestado nas ocupações paulistas de 2015 – parece se confirmar, ao menos parcialmente. Após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e a adoção de uma agenda agressiva de austeridade que impacta diretamente a educação pública pelo governo de Michel Temer (PMDB) – nascido envolto em acusações de corrupção, tonalidade autoritária, rechaço dos mais diferentes setores da sociedade civil organizada ou espontaneamente engajada e outros elementos que alimentam a crise institucional ao invés de resolvê-la – um amplo movimento de ocupações estudantis passa a figurar como a maior e mais combativa resistência a Michel Temer e governos estaduais. As ocupações secundaristas que nasceram em São Paulo, no fim de 2015, e viajaram os estados de Goiás, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul, ao longo de 2016, se agigantaram no estado do Paraná em reação aos cortes na educação em nível local e medidas federais. Ocupações secundaristas seguiram-se por outros estados, como o Espírito Santo. Com a entrada das universidades federais na mobilização, as ocupações estudantis que se alastraram por todo o país em 2016 foram tomadas, por jornalistas e analistas, como a maior mobilização estudantil da história brasileira.

2. TRABALHO DE BASE E RENOVAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE MOBILIZAÇÃO A PARTIR DAS PERIFERIAS

Este segundo capítulo buscará reconstruir a trajetória do coletivo Malambe e do cursinho popular mantido por ele na Zona Leste de São Paulo, fundamental para o processo de formação e engajamento político dos adolescentes que fizeram parte deste estudo de caso. Este coletivo e sua relação com os jovens da Zona Leste são apresentados discutindo-se a hipótese da realização de um “trabalho de base” e suas características, para além das impressões superficiais que se costuma encontrar sobre este tipo de atividade. Apresentando um primeiro conjunto dados etnográficos, procura-se mostrar a relação complexa e de troca entre sujeitos com origens sociais diversas e como este processo forma um ator político local. Em um segundo momento procuraremos apontar as relações que esta experiência estabelece com outros atores no interior de uma rede de ativismos que se constitui em oposição à institucionalidade e produz um novo repertório político. Estes dois processos são fundamentais para compreender como os adolescentes da Zona Leste se inserem na mobilização secundarista de 2015 e como, neste contexto, produzem práticas e subjetividades políticas a partir de seu cotidiano.

2.1. O Coletivo Malambe: Trabalho de Base na Zona Leste de São Paulo

Um dos elementos centrais na experiência política dos jovens deste estudo de caso é um cursinho popular que atua na Zona Leste de São Paulo, construído a partir do coletivo Malambe. Assim como determina e é determinado pela experiência destes jovens periféricos, o cursinho se confunde com a trajetória de um outro conjunto de militantes, um conjunto heterogêneo que coleciona outras origens e referências sociais, culturais e políticas.

A UNEAFRO (União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora) é uma rede do movimento popular que se organiza há mais de

10 anos, marcada pela atuação de cursinhos populares. A descrição desta organização em seu site¹³ diz que:

“A UNEafro é um movimento que se organiza em núcleos de atuação em diversas áreas. O trabalho mais conhecido são os cursinhos pré-vestibulares comunitários que atendem jovens e adultos oriundos de escolas públicas, prioritariamente negros/as, que sonham em ingressar no Ensino Superior e preparar-se para o ENEM ou Concursos Públicos”.

Foi em um dos cursinhos da rede que algumas militantes oriundas da PUC São Paulo deram prosseguimento aos seus engajamentos políticos após a conclusão da graduação e o término de um ciclo de militância no movimento estudantil universitário. O desafio de não encerrar a militância política junto com os estudos em universidades tradicionais é uma constante para muitos jovens de classe média que vivem essa experiência intensamente. Em um processo que se repete por toda a cidade de São Paulo, essas ativistas optaram por dar aulas em uma unidade da rede de cursinhos populares (UNEAFRO) e assim se envolver com uma experiência que ampliava seus horizontes de classe, da vivência na cidade e dos problemas enfrentados. Natalia (27) e Christiano (25) foram os contatos a partir dos quais esta investigação foi realizada, tanto como interlocutores quanto como pessoas chave para que se estabelecesse contato com a realidade imediata dos adolescentes e de suas experiências políticas.

Natalia é graduada em Direito, advogada ligada ao ativismo e foi militante de um coletivo radical na faculdade. Seu envolvimento passava, além de questões relacionadas à políticas educacionais, por pautas de direitos humanos e pela militância feminista. Ela não queria que seu engajamento político se encerrasse junto com a experiência universitária. Chegou ao cursinho como forma de dar prosseguimento ao envolvimento político iniciado na faculdade de Direito, onde participou ativamente da construção de um coletivo ao lado de colegas militantes que seguiam a mesma trajetória. A experiência deste coletivo é marcada pela influência de formulações, organizações e intelectuais anarquistas, trotskistas, luxemburguistas, autonomistas, fortemente vinculadas a pautas e movimentos de negras e negros, de mulheres e LGBTTs, e atenta a acontecimentos ao redor do mundo que

¹³ <http://uneafrobrasil.org/uneafro-brasil/> Acessado em 08/10/2016.

alimentam a aposta na auto-organização, na horizontalidade, nas redes sociais e movimentos que desafiam os arranjos de conciliação entre as classes e no interior dos sistemas políticos. Fora do ambiente universitário, o coletivo participava de protestos de rua e da organização de frentes unitárias ligadas a pautas de transporte público, reconhecimento e direitos humanos.

Foi neste contexto que se criaram vínculos tanto com militantes de mesma origem social, espalhados em diferentes universidades, entidades estudantis e coletivos políticos, como com militantes oriundos de movimentos populares, organicamente ligados às periferias de São Paulo. Neste último caso, um dos exemplos é uma das lideranças da rede de cursinhos na qual Natalia e algumas companheiras deram prosseguimento a sua militância após a conclusão da faculdade, no ano de 2012.

Foi a partir deste contato que Natalia começou, num primeiro momento, a conduzir oficinas e cursos de formação aos finais de semana em algumas unidades do cursinho. Na sequência, migrou sua atuação para a Zona Leste, no ano de 2012. O grupo que conduzia o cursinho no qual Natalia estabeleceu sua militância na Zona Leste era heterogêneo: pessoas da periferia e pessoas do centro, de classes populares e de classes mais altas, jovens graduandos ou graduados e pessoas mais velhas que acumulavam experiências em movimentos populares.

No ano de 2013, o cursinho contava com poucas pessoas envolvidas em sua organização, sendo elas jovens de classe média e pessoas locais da Zona Leste, crescidos na Cohab. Ainda assim, seu funcionamento foi mantido e a partir do cursinho os jovens se organizaram para participar dos protestos contra o aumento das tarifas do transporte. Após os acontecimentos de junho de 2013, Natalia conta que eles realizaram uma grande atividade em uma praça da região. Também neste ano criaram pontes com movimentos culturais da Zona Leste, que contavam com a participação de artistas formados na década de 1990, e com um coletivo feminista de Cidade Tiradentes que foram fundamentais para ampliar sua relação com a comunidade. 2013 e 2014 foram anos de muita discussão e crítica no que diz respeito à organização da Copa do Mundo FIFA, que impactou Itaquera e a Zona Leste como

um todo, por conta da construção do estádio do Corinthians. Natalia e seus companheiros participaram de uma assembleia com 200 famílias que haviam perdido suas casas em função da construção de uma unidade do programa Minha Casa Minha Vida. Natalia destaca:

“A copa tem dessas... vem o Itaquerao, mas não vem só o Itaquerao. Vem Minha Casa Minha Vida, vem tudo... vem a banda da Caixa Econômica e do BNDES e do Governo Federal ‘praquele’ lugar”.

(Natalia, 27 anos)

Essas famílias viriam a formar a ocupação Copa do Povo, coordenada pelo MTST, movimento com o qual o grupo do cursinho manteve contato no período e que merece atenção quando analisamos o repertório de referências e localização política de expressões de “novo ativismo”.

Em 2014, segundo Natália, a experiência do cursinho foi revigorada. Entre os motivos, a ativista destaca o ânimo que junho de 2013 injetou na militância e o estreitamento de laços com a comunidade, atribuído à relação de confiança estabelecida com os coletivos de cultura no ano anterior. A Copa do Mundo continuava sendo objeto de discussão e crítica.

Um dos meninos com quem conversei conta que um amigo e sua família perderam as condições de se manter em Itaquera depois da construção do estádio de futebol. Nenhum dos dois faziam parte do cursinho em 2014. A família foi morar na favela próxima a Cohab e o rapaz diz que 2014 foi o ano do “*não vai ter copa e nem casa*”. Moravam em Itaquera, o bairro da periferia consolidada que funciona como o “centro” da Zona Leste. A construção do estádio aumentou muito os custos da região, forçando as famílias a mudar de lá. Mudar no sentido da periferia e não do centro, ficar mais longe, perder mais tempo. Nesta mudança, o menor tempo e o menor custo para se estabelecer levam as famílias à favela. A experiência, assim, não se resume a mudança de casa, de um bairro relativamente mais próximo do centro e mais servido de aparelhos públicos e privados para uma favela onde a vida é mais precária. É também uma experiência política.

O jovem participou de uma manifestação contra a Copa do Mundo no dia da abertura do evento, convocada por movimentos sociais e partidos de esquerda, e que teve certo protagonismo do MTST e do Sindicato dos Metroviários (dirigido por uma corrente do movimento sindical que se colocava como “oposição de esquerda” ao governo do PT), cuja sede serviu de palco para o desfecho violento da manifestação. A Polícia Militar reprimiu o ato, conduzindo-o para a frente do sindicato. Ao entrarem no prédio para se refugiar da ação da polícia, os manifestantes foram acompanhados por bombas de gás dentro do sindicato. O menino resume a situação da seguinte forma:

“Os cara expulsam gente das casas... a gente vai protestar e eles ainda jogam bomba? Assim, eu já não gostava de policial.. mas depois dessas coisas eu tenho mais raiva, mano. Os cara jogaram bomba dentro... Tinha adolescente lá.. mulher. Aí falam que quem fala mal da polícia defende bandido né... aham... mulher com criança é bandido agora”

É emblemático que junho de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014 (ou o “*#NãoVaiTerCopa*”) figurem nos relatos como momentos de inflexão individual e coletiva no que diz respeito à formação de horizontes políticos, tanto de jovens periféricos quanto de jovens ativistas oriundos das camadas médias. Estes eventos são tomados como manifestações e episódios da crise instalada no Brasil desde a virada da década, cujo um dos componentes é, sem dúvida, o crescimento do elemento extra institucional, do desgaste do apoio popular ao lulismo e da tática institucional que marcou a experiência do PT e de sua hegemonia no campo das esquerdas. No caso aqui estudado, os eventos estruturam e são estruturados por uma forma de atuação e de relação com a realidade social e política que vai tomando contornos que remetem à ruptura com a centralização da ação política, formas autônomas e horizontais e uma tendência à ação direta.

A afinidade que sujeitos oriundos de diferentes realidades encontram no plano tático e ideológico parte de processos particulares. No caso do jovem periférico, a violência policial e a questão da moradia, de uma dupla negação da dignidade, impulsionam o engajamento político. No mesmo cenário, outros atores, articulados com movimentos de esquerda, vão se envolvendo em ações mais radicais e

conformando um repertório de atitudes, encontros e relações que animam as projeções anteriores de uma militância crítica do lulismo mas que, inicialmente, tinha dificuldade de render frutos fora dos círculos mais restritos de militância e origem social de maior privilégio. Os processos parecem alimentar-se mutuamente.

Ao longo de 2013 e 2014, o grupo e a unidade do cursinho que está sendo abordada aqui passaram por um processo de distanciamento da UNEAFRO como um todo. Os motivos são diversos e incluem o crescimento da UNEAFRO e a consequente perda da proximidade das unidades com o espaço central de coordenação, incômodos com prioridades que a rede estabelecia, “quem falava pelo movimento”, certa preocupação com desdobramentos eleitorais vistos como demasiados e questões de gênero que teriam também motivado, inclusive, o rompimento de outras unidades no mesmo período. A esta altura, o cursinho funcionava em uma escola estadual em Itaquera.

Ainda em 2014, o grupo reunido no coletivo, junto a núcleos de outras organizações de esquerda e aos coletivos culturais periféricos da região se lança numa ação ousada: realizar uma ocupação com o objetivo de estabelecer uma sede coletiva para diversas iniciativas, dentre as quais o cursinho. Escolheram o local, uma casa abandonada, que foi ocupada durante a noite e, pela manhã, passou por um pesado trabalho de limpeza. Rapidamente, no entanto, começaram a ser ameaçados por pessoas mandadas pelo proprietário que ficaram sabendo ser um coronel reformado da polícia. Mais uma vez, percebe-se o aumento da radicalidade das ações do grupo.

No fim de 2014, a relação com a vice-diretora, que havia estabelecido o acordo de garantia do espaço para o funcionamento do cursinho na escola estadual já não ia bem. A partir da constatação do distanciamento que a unidade do cursinho havia experimentado em relação à UNEAFRO e da reflexão sobre suas divergências, o grupo opta pelo rompimento com a rede e pela fundação de um coletivo que seguiria organizando as atividades do cursinho. Funda-se então o coletivo Malambe, lançado oficialmente no início de 2015.

Foi este o momento de transferência do grupo e do cursinho, agora autônomo, para um ponto de cultura que abrigava diversas outras iniciativas, localizado muito próximo a uma estação da CPTM. A transferência para este espaço se deve à relação construída com os coletivos locais de cultura, que também utilizavam o espaço. Ali o cursinho funcionaria até o fim do ano de 2015. O coletivo Malambe se auto define como:

“O Coletivo Malambe de Cursinho Popular é um movimento social que luta pela educação pública, gratuita e de qualidade para as trabalhadoras e os trabalhadores da periferia da Zona Leste de São Paulo. Nosso objetivo político não é apenas que a juventude trabalhadora ingresse na universidade, mas que possa, por meio das experiências de debate, formação política e produção coletiva de conhecimento popular, se identificar como sujeito oprimido pela sua condição de classe, de raça, de gênero etc., ao mesmo tempo, como sujeito potencial de mudanças radicais dessa condição de classe. O Cursinho Popular sai da sala de aula para caminhar nesse rumo: estamos ao lado das lutadoras e dos lutadores da quebrada, movimentos sociais e coletivos que não se amarram a governos, empresas e partidos da ordem, e que lutam por justiça e igualdade para os nossos”.

O coletivo Malambe configura assim um grupo heterogêneo que buscava fazer do engajamento em torno da questão educacional uma “luta territorial”, nas palavras de Cristiano (25), professor de geografia. Isto significaria ser perpassado pelas múltiplas questões do seu entorno, refletindo e atuando sobre elas. Seu contexto era a realidade da Zona Leste de São Paulo, marcada por problemas estruturais como a violência policial, o crime organizado, a segregação e o estigma social e questões conjunturais que impactavam a região, como havia sido a construção do estádio que foi palco da abertura da Copa do Mundo FIFA em 2014.

A rotina do cursinho era pautada pelo conteúdo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de vestibulares e conteúdos escolares em geral, bem como por atividades que buscavam abordar a questão de gênero, problemas do mundo do trabalho, do preconceito racial e da violência urbana. Sempre a partir de uma perspectiva crítica que apontava para a ação política voltada à transformação da realidade.

Para compreender qual o sentido desta experiência, é importante ressaltar que o caráter da ação pretendida combinava o engajamento direto da comunidade, pautado na compreensão crítica e divulgação da origem e dos responsáveis pelos problemas apontados, com a conquista de melhorias concretas das condições de vida junto aos agentes do Estado, sem deixar de apontar os limites e contradições destas conquistas.

Nota-se um paralelo com a própria questão do acesso ao ensino superior, objeto principal de atuação de um cursinho popular. O acesso ao ensino superior representa, em determinado nível, uma conquista individual mediada pelo filtro excludente dos vestibulares das universidades públicas ou pela entrada em universidades privadas no contexto de sua massificação financiada por políticas dos governos petistas ao longo da década de 2000. O crescimento do acesso ao ensino superior foi expressivo nos marcos do lulismo e impactou os horizontes da juventude das camadas populares. Além disso, ações afirmativas – como cotas raciais e sociais – conferiram um elemento de transformação estrutural para o que é o ensino superior no Brasil no que diz respeito à sua composição.

A duplicação no número de estudantes no ensino superior não ocorreu dentro das fronteiras históricas da classe média tradicional. A escolaridade, que historicamente acompanhara a renda no Brasil, assumiu papel especial na mudança das características da classe trabalhadora e da relação desta com o restante da sociedade no Brasil dos anos 2000 e 2010. É importante ressaltar, no entanto, que a diferença de qualidade da experiência educacional – a diferença de concepção e qualidade do ensino oferecido pelas novas universidades privadas e pelas universidades tradicionais, a distribuição desigual de capital cultural ao longo das gerações e a rotina radicalmente diversa de jovens periféricos em relação àqueles oriundos das camadas médias tradicionais – é recolada no momento de sua massificação. Para Jessé Souza (2012), o privilégio da classe média tradicional ao longo das gerações estaria ligado à apropriação privilegiada de capital cultural, altamente valorizado na sociedade. Educação de pior qualidade e longas jornadas de trabalho precário manteriam a nova classe trabalhadora afastada do recurso típico das “classes do privilégio”, ou seja, o “tempo” necessário para incorporação de capitais culturais altamente valorizados e concorridos.

Rômulo (18) concluiu o ensino médio no ano de 2015 e também esteve engajado desde o início das mobilizações contra a reorganização escolar e da própria ocupação. Rômulo e seu irmão Giovani (15) são moradores da Cohab. Sua mãe trabalhou muito tempo na escola e mantém relação com os funcionários de lá. Rômulo não conseguiu uma vaga em engenharia na Universidade Federal da Bahia por um ponto no ENEM. Começou a cursar engenharia mecânica na UNINOVE, no início de 2016. Outros dos garotos e garotas querem ser advogados, físicos, médicos, arquitetos, historiadores e dentistas.

O ensino superior faz parte dos planos de todo o grupo. Mas é comum interromperem o tom de empolgação quando falam dos irmãos mais velhos, amigos e conhecidos da comunidade. Muitos jovens começaram o curso superior e não o concluíram. Outros muitos concluíram, mas seguem vivendo rotinas cansativas e de menor sucesso que imaginavam, como é o caso da irmã de Marília, que segue no telemarketing após a conclusão do curso de direito. Além do pai de Sofia, outros pais, tios e irmãos mais velhos estão desempregados ou em situação de dúvida em relação ao emprego e à renda.

Identifica-se aqui um encontro entre o lulismo e seus resultados, a vida dos jovens periféricos deste estudo de caso, o cursinho como espaço de sociabilidade e organização política e a luta dos secundaristas. O fato de o ensino superior ter passado a compor o horizonte destas meninas e meninos é produto da sua experiência imediata com irmãos, primos e amigos, que ultrapassaram a escolarização formal que seus pais obtiveram, bem como da pressão de um mercado de trabalho que cobra “mão de obra qualificada” e impõe intensa competição.

Ao mesmo tempo, este horizonte de desejo popular pelo acesso à universidade imbricado em uma contradição produzida pelos filtros do vestibular e pelo preço dos cursinhos particulares, abrem um flanco para uma atuação política de tom crítico e inclusivo. Desejosos de acessar o ensino superior e não tendo dinheiro para complementar uma educação pública básica reconhecida como de qualidade inferior – isto é, sabendo da imperiosidade de se colocar em condições de competitividade,

mas não tendo recursos financeiros para tanto – os jovens periféricos encontram nos cursinhos populares que se multiplicaram ao longo das últimas duas décadas um espaço de possibilidade. Por sua vez, os coletivos políticos orientados à construção de um trabalho político de base junto à comunidades periféricas, que se colocam no campo da denúncia das contradições da experiência lulista e da autonomia de uma construção política voltada à estimular tal crítica, tem nesta modalidade o seu espaço de possibilidade. Ou seja, os cursinhos populares oferecem, ao mesmo tempo, a possibilidade de conquistas concretas e imediatas e de mobilizar energias e reflexão no sentido de uma transformação mais ampla da sociedade, questionando a contradição entre o desejo de acessar o ensino e os elementos cotidianos que criam condições sociais desiguais para tanto.

No mesmo sentido, os pontos de cultura¹⁴, como política pública do período do lulismo, aparecem nos relatos de Cristiano. Parte do sucesso do cursinho se deve ao espaço apropriado para seu funcionamento: um ponto de cultura a 100 metros de uma estação da CPTM. Este espaço era um ponto de cultura, que reunia atividades promovidas por coletivos e ativistas que cumpriram importante papel para o enraizamento do coletivo Malambe na comunidade. Também no plano individual, Cristiano conta que o espaço cultural “decolou” após ter se tornado um ponto de cultura, uma vez que permitiu que seu principal impulsionador pudesse se dedicar exclusivamente à manutenção do espaço e articulação de diferentes atores.

Estes dois exemplos demonstram o que pode ser encarado como uma dimensão transformadora alternativa do lulismo, que não aparece nas estatísticas. Ou

¹⁴ Segundo o site do Ministério da Cultura, em sua atualização de abril de 2015, um ponto de cultura é: “É a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. É fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação. Neste sentido os Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade. Esta base social também se amplia para outros segmentos sociais, alcançando os setores médios, em especial a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos, toda uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada daqueles que encontram no fazer cultural uma alternativa de trabalho, vida e inserção social. O Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei 12.343/2010) estabelece em seu Plano de Metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Para atingir a meta seria necessário fomentar 1.750 novos Pontos de Cultura por ano até 2020, com um investimento anual de aproximadamente 113 milhões/ano, considerando o valor de 60 mil/ano para cada Ponto de Cultura”. <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> Acessado em 8 de dezembro de 2016.

seja, um potencial de transformação da sociedade no qual o lulismo está imbricado não produzindo propriamente os resultados, mas criando condições para que se articulem sujeitos e projetos transformadores. Como se pode ver, este percurso “certo por linhas tortas” da experiência lulista acaba por formar sujeitos políticos que o criticam, cobram mais resultados e sugerem a necessidade de superação dos próprios caminhos oferecidos pelo lulismo. Aqui, o lulismo abre possibilidades para o trabalho de base que, por sua vez, produz uma atuação crítica ao lulismo.

Ao longo do ano de 2015, além das aulas, o cursinho do coletivo Malambe foi espaço de debates e atividades diversas: discussão sobre o poder popular na Venezuela, com um militante do país vizinho de orientação chavista que mora em São Paulo e é casado com uma professora do cursinho; participação em atos de rua em apoio à greve da APEOESP; discussões sobre propostas legislativas que ampliariam as possibilidades de terceirização do trabalho nas empresas, com a presença de sindicalistas; diversas atividades junto à “Frente de Cursinhos Comunitários e Populares – SP”, que reuniu iniciativas similares ao coletivo Malambe por toda a cidade de São Paulo; rodas de conversa com movimentos como o MPL e a Rádio Várzea (organizada por estudantes da Universidade de São Paulo) e os organizadores do site Passapalavra, sobre transporte público e comunicação independente, respectivamente; vídeos de apoio à greve dos professores do Paraná, que foi duramente reprimida pela Polícia Militar causando focos de solidariedade por todo o país; e o engajamento na reivindicação por melhorias na UBS (Unidade Básica de Saúde) do Jardim Helian, junto à associação de moradores e o Fórum Popular de Saúde de Itaquera.

Todo o ano de 2015 havia sido intenso para o grupo ativista. O balanço já era positivo em meados do ano, especialmente pela avaliação de que a articulação com coletivos culturais da comunidade e o fato de o cursinho estar funcionando no referido ponto de cultura, localizado muito próximo a uma estação da CPTM, teriam ampliado o número de jovens envolvidos e de pessoas dispostas a dar aulas, bem como a adesão às atividades políticas e culturais promovidas.

Essa longa lista de atividades expressa o trabalho constante de politização realizado por este coletivo junto a um grupo de jovens da comunidade, combinando discussão e engajamento prático e inserindo esta experiência numa ampla rede de atores políticos ligados a diversas pautas, grupos sociais e orientações organizativas e marcados por diferentes níveis de acúmulo e estrutura. Cabe dizer que este conjunto de atores políticos com o qual o coletivo Malambe estabelece relações está inteiramente fora do campo de influência do PT e de sua experiência hegemônica na esquerda e, em certo nível, no país ao longo das últimas décadas.

A atuação do coletivo reproduz a sua formação. A construção de pontes entre a militância periférica e grupos políticos gestados em espaços de sociabilidade da classe média tradicional – como a Rádio Várzea organizada pelos estudantes da USP, por exemplo – reconstrói os próprios encontros que deram corpo à experiência do cursinho na primeira metade dos anos 2010, com estudantes vindas da PUC e ativistas da Zona Leste de São Paulo, bem como jovens que entraram no cursinho como alunos e permaneceram engajados em sua organização. Ao mesmo tempo, diferentes gerações encontravam-se no coletivo e nos laços que estabeleciam, como ativistas oriundos do sindicalismo e do histórico movimento de saúde popular da região, aqueles que participaram de experiências culturais que marcaram as periferias paulistanas desde os anos 1990 e jovens estudantes secundaristas ou que recém haviam concluído o ensino médio.

Ainda que a diversidade de perspectivas organizativas e avaliações sobre a conjuntura política marque tanto a constituição interna do cursinho quanto a rede de atores políticos com a qual ele estabelece relações, a oposição ao governo petista e seu campo de influência ao longo do período, especialmente no que diz respeito à sua tática que privilegia o acúmulo de espaços institucionais, é um elemento central.

No fim de agosto de 2015, no entanto, as primeiras notícias da reorganização escolar vieram sacudir qualquer abatimento. A notícia não chegou pela mídia ou pelo governo e nem pela diretoria da escola. A mãe de um dos estudantes da EE Victor Jara, Douglas, trabalhava como inspetora em uma escola da região e já havia trabalhado na própria EE Victor Jara. Foi ela quem contou ao filho que a escola teria suas atividades encerradas pelo Governo do Estado. Douglas levou indignado a

notícia para o cursinho, onde foi desencadeado um processo de intensa discussão e elaboração de ações concretas que buscavam divulgar a medida e barrá-la, por meio da pressão da comunidade.

Antes de entrar na experiência local dos jovens da Zona Leste na sua mobilização contra o projeto de reorganização que pretendia o Governo do Estado, é importante situar esta experiência de “trabalho de base” do coletivo Malambe num contexto ampliado, que oferece elementos importantes para compreensão do processo local.

2.2. O Mal Educado e o Coletivo Malambe: Trabalho de Base, Conexão e a Renovação das Experiências de Mobilização Desde as Periferias

Paralelamente ao processo local, a rede de atores políticos na qual o coletivo Malambe se insere também foi espaço de elaboração do problema identificado no fechamento das escolas. O contato com integrantes do MPL; partidos de esquerda opositores do governo petista; coletivos de atuação local e/ou focados em pautas de reconhecimento; e com militantes mais velhos ligados a setores da APEOESP ou movimentos populares foi fundamental para ligar, desde o início, o movimento contra o fechamento da escola que se gestava ali na Zona Leste com focos espalhados por toda a capital, que juntos conformaram a chamada “primavera secundarista” nos meses finais do ano de 2015.

Esta rede de sociabilidade e militância apresenta um caráter fluido que não pode ser confundido com um movimento de planejamento centralizado e vertical, de organização premeditada na qual o plano de ação do conjunto precede a ação conjunta. Em outras palavras, procura-se apontar desde já o caráter de permanente diálogo e certa negociação entre inúmeras singularidades de ativismos que respondem, em primeiro lugar, a condições e objetivos particulares, que guardam e alimentam entre si afinidades quanto ao ato de localizar-se no espectro ideológico e movimentar-se por dado conjunto de táticas e referências discursivas e de ação.

Em dados momentos, estes ativismos confluem em ações comuns por meio da comunicação concreta que se dá entre militantes e grupos, por canais construídos no dia a dia de um espaço alternativo de engajamento que se deu à margem das disputas que tomaram o centro do debate nacional nos “anos de ouro” do lulismo. Estes ativismos e suas singularidades – pautas, táticas e discursos, improvisos, sociabilidades e seus encontros (e também seu sectarismo) – emergem na cena política trazendo à superfície do debate público sujeitos que por dado período se viram engessados em estatísticas crescentemente positivas, desprovidos de discursos e representações políticas próprias e celebrados em suas novas oportunidades que eclipsavam as precariedades da vida cotidiana.

A surpresa frente a estes movimentos se deve ao fato de que toda a representação que se fazia do país e da juventude, especialmente de seu enorme contingente pertencente a “famílias da nova classe média”, foi uma representação ao mesmo tempo celebrativa e que não dava voz aos próprios sujeitos, apresentando-os como matéria-prima (“pobres”) transformados em produtos (“nova classe média”) por meio da agência virtuosa das políticas públicas e das quimeras do mercado. Onde estava a subjetividade e a agência auto reflexiva desses jovens? Com diferentes pesos e julgamentos, parte da literatura dá conta de elementos de corte liberal, meritocrático e individualista que passaram a povoar o imaginário e a agência de jovens oriundos das camadas populares brasileiras. Em outros casos, trata-se das experiências e visões de mundo desses jovens indicando sentidos permeados de contradições, como é o caso da formulação do “empreendedorismo de si mesmo”.

Aqui, não se pretende demonstrar a inexistência desses sentidos ou mesmo criticá-los a fundo enquanto hipóteses. Por um lado, se reconhece a validade destes traços, inclusive no âmbito deste estudo de caso. Por outro, busca-se agregar a partir dos dados trazidos da experiência acompanhada, uma dimensão de crítica social ativa e de engajamento radical por parte de jovens pertencentes a este macro grupo social, cujo veículo muitas vezes é um ativismo que sob diversos aspectos pode ser concebido como “novo” ou “renovado”, tanto do ponto de vista de práticas e discursos quanto do ponto de vista de sua relação com o contexto.

Se, por um lado, tais “novos ativismos” vêm à público trazendo uma ideia de espontaneidade, irrupção e mesmo descontinuidade entre um e outro “grito”; por outro, essas expressões decorrem da construção de relações diretamente políticas, de laços locais e canais de comunicação que atravessam anos e criam raízes em diferentes realidades sociais. Se eventos massivos como os primeiros atos de rua de junho de 2013, as marchas feministas contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a Marcha das Vadias, a Marcha da Maconha ou a chamada “primavera secundarista” podem surpreender por emergirem com grandes dimensões sem “aviso prévio”; as pequenas partes que compõe essas irrupções pouco parecem ser produtos do acaso, da sorte (ou azar, dependendo do ponto de vista) ou de envolvimento produzidos majoritariamente por “imitação” ou “curiosidade”. Duzentas escolas ocupadas em São Paulo por adolescentes de baixa renda, munidos de um repertório radical de ação e desconfiados em relação a partidos políticos e entidades de tonalidade oficial parece ter sido o produto de alguns anos de construção de relações pessoais e políticas em escala micro. Esses vínculos, subjetividades, redes e imaginários com forte relação com as condições cotidianas de experiência social produziram sujeitos políticos locais que vieram a se encontrar em movimento tão significativo, sem que isso tenha sido planejado desde o início destas jornadas desencontradas e distribuídas.

Um exemplo destas repetidas experiências é o do coletivo Malambe e a atuação que daí decorre na Zona Leste de São Paulo. Outro é o do coletivo O Mal Educado e de diversas experiências locais construídas com jovens de outras regiões da capital paulista. Experiências estas que vieram a se encontrar no movimento massivo que tomou corpo no fim do ano de 2015. O coletivo O Mal Educado é apontado em muitas análises como agente fundamental da mobilização secundarista contra a chamada reorganização escolar. O histórico do coletivo O Mal Educado é reconstruído no livro *Escolas de Luta* (Campos. Et al. 2016). Os autores retornam ao ano de 2009 para traçar o caminho tortuoso que teria dado origem a identidade que ficou conhecida em 2015 como O Mal Educado. Este percurso passa por um conjunto de experiências ligadas entre si pelos encontros e desencontros de um pequeno grupo de militantes: a luta de estudantes secundaristas, em 2009, contra a diretoria da EE José Vieira de Moraes; a organização da chamada Poligremia,

articulação de grêmios de cinco colégios particulares da capital (Escola da Vila, Santa Cruz, Equipe, Vera Cruz e Santa Clara) e de uma escola Técnica Estadual (ETEC Basilides de Godoy) e a posterior inclusão de grêmios de outras ETECs e de uma escola do SESI; a publicação de um texto do já referido site Passapalavra, com o título “A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista”. Desde o início, esta experiência se caracterizava pela reivindicação de uma estrutura “horizontal e participativa”. Os autores de Escolas de Luta narram a forma como certa descontinuidade na mobilização secundarista era preenchida por estes ativistas pelo seu engajamento no MPL, o que leva os autores a afirmar que:

“Foi a rede de contatos e sociabilidade em torno do MPL-SP que permitiu o encontro de duas experiências que resultaram na fundação do coletivo O Mal Educado” (Campos. Et al. 2016; p. 61)

A fundação do coletivo se deu em 2012, a partir do encontro das experiências dos secundaristas do “Vieira” de 2009 e da Poligremia, por meio da articulação proporcionada pelo MPL. O coletivo se lançou prioritariamente na mobilização em torno da pauta do transporte público, lançando o movimento Luta do Transporte no Extremo Sul, no bairro do Grajaú. Em 2012, o coletivo passa por um relativo esvaziamento, devido a migração de parte de seus ativistas para a preparação dos atos do MPL que viriam a acontecer – e servir de elemento detonador de um terremoto na política nacional – no ano de 2013.

Em 2013, no entanto, o fragilizado coletivo O Mal Educado desenvolve uma ação que teria importância capital na experiência futura das ocupações. O Mal Educado traduz, em novembro de 2013, o manual “Como ocupar um colégio?”. A origem da ideia estaria na viagem que um integrante do coletivo fez ao Chile em 2011, para acompanhar o movimento secundarista do país andino (Campos. Et al. 2016). A partir deste período, e sob forte impacto dos acontecimentos de junho de 2013, o Mal Educado diminui a centralidade da organização de grêmios escolares e define como prioridade a realização de encontros de estudantes por região. O Mal Educado passa, então, a ter uma atuação mais vinculada à Zona Sul de São Paulo.

Em 2015, a situação do coletivo era de maior fragilidade, contando com cinco integrantes. Paralelamente a esta debilidade, a disposição de ação dos secundaristas, mesmo antes das ocupações, era crescente, o que se podia verificar no apoio ativo dado à greve dos professores da rede estadual – uma greve longa e combativa que durou mais de 90 dias. Diversos casos de mobilização dos alunos sugerem a radicalidade e a diversificação das táticas que viriam a marcar a experiência das ocupações. Durante a greve, foram registrados paralisações e boicotes letivos, piquetes nos portões das escolas, assembleias “relâmpago” nos pátios e auto-organização por meio das redes sociais para o comparecimento nas passeatas.

O coletivo O Mal Educado, no entanto, passava por tamanha debilidade em 2015 a ponto de seus integrantes pensarem em encerrar as atividades. Foi uma dissidência do MPL que passa a integrar O Mal Educado que permitiu a reposição das fileiras do coletivo, no início da mobilização contra a “reorganização escolar”. A participação nos atos, o contato com os secundaristas presentes e a confirmação de vínculos por meio das redes sociais e a distribuição de panfletos e do manual traduzido da experiência chilena reergueram o Mal Educado, inicialmente em função da grande visibilidade que sua página no Facebook adquiriu com o acompanhamento incansável da mobilização secundarista de 2015 como um todo, com fotos, vídeos e relatos. No entanto, esse processo de “recuperação” do coletivo no momento específico de que se trata deve ser devidamente dimensionado e caracterizado. Novamente segundo os autores de Escolas de Luta:

“O nome ‘O mal Educado’ acaba ficando com uma fronteira fluida entre o núcleo mais duro de integrantes e ex-intergantes históricos do coletivo e novas pessoas, provenientes de outros coletivos e movimentos com uma cultura política similar. É o que vários dos militantes passaram a chamar de uma ‘Frente’” (Campos. Et al. 2016; p. 73)

Esta passagem corrobora o relato de Cristiano (25), do coletivo Malambe. Segundo Cristiano, O Mal Educado nessa época era “*mais um jornal... a página [do Facebook] ainda*” e “*tinha gente de vários coletivos... eu mesmo fui em algumas das reuniões no começo... tipo, eu não era do Mal Educado*”. Esta ligação é importante porque mostra uma rede de diferentes atores que haviam apostado no chamado

“trabalho de base” nos últimos anos encontrando-se e cumprindo certo papel de ponte entre experiências secundaristas espalhadas por toda a capital e diversos pontos no interior. Cristiano e alguns dos secundaristas, que carregam diferenças e tensões com a experiência posterior do Mal Educado, relataram como esta rede foi importante no início da mobilização.

A origem da própria ideia de ocupação das escolas é objeto de incerteza. Se, por um lado, O Mal Educado traduziu e divulgou o manual que explicava como levar esta tática a cabo, por outro, durante a primeira fase da mobilização dos secundaristas, integrantes da APEOESP e movimentos populares de moradia, como a CMP e o MTST, chegaram a defender a ocupação das escolas que fossem ter suas atividades encerradas.

Em Escolas de Luta, o argumento é que a tática das ocupações foi levada a cabo principalmente por esta “frente” que se confundiria com a identidade do Mal Educado. A estratégia da frente seria a organização de

“encontros regionais para fortalecer a luta nos bairros, articular escolas mobilizadas em uma mesma zona da cidade de São Paulo (mesmo porque os atos centralizados já não estavam mais cumprindo este papel de conectar as escolas) e divulgar a tática da ocupação, por meio da cartilha e da exibição do documentário A rebelião dos pinguins, sobre a luta dos secundaristas chilenos”. (Campos. Et al. 2016; p. 76)

A primeira assembleia regional realizada, em 27/10, foi na Zona Leste e canalizou os esforços da frente para a EE Victor Jara. Este momento indica o encontro de múltiplos processos, dentre os quais o “trabalho de base” realizado na Zona Leste pelo coletivo Malambe; e uma rede de ativismos que se situa fora da esfera da influência mais direta do PT, construída durante o período do lulismo.

O pivô do processo de trabalho de base realizado na Zona Leste, mais especificamente na região da Cohab, em José Bonifácio, foi o coletivo Malambe. Este coletivo, por sua vez, é produto de reflexões e constituição de redes de sociabilidade que remontam a experiências anteriores.

Como já foi colocado, ele representa um encontro de diferentes origens sociais, políticas e geracionais. Sem dúvida, o papel de jovens oriundos de camadas médias é determinante neste processo. No entanto, é fundamental afastar precipitadas conclusões que tratariam a constituição desta experiência como um binômio formado por um polo ativo vindo do centro e um polo passivo representado por moradores da periferia.

O elemento geracional cumpre o papel de refinar a apresentação deste processo. Se o conjunto de universitários e recém graduados oriundos das classes médias teve indiscutível relevância, também a teve o conjunto de militantes mais velhos oriundos da realidade periférica e da experiência em diversos movimentos sindicais, populares e culturais que remontam às experiências da década de 1980 e 1990. Ao mesmo tempo, um conjunto de ativistas mais novos, dentre os quais aqueles que fizeram parte do cursinho como alunos e posteriormente somaram-se à organização do coletivo e de suas atividades, apontam para o caráter heterogêneo da experiência.

Um elemento fundamental nesta caracterização é a condição de externalidade em relação às redes do campo lulista que todos esses atores compartilham, sem prejuízo do reconhecimento da influência que uns exercem sobre os outros. De um lado, obviamente, os jovens oriundos da classe média tradicional formados no interior de correntes de opinião referenciadas no socialismo, no anarquismo e nos debates universitários, contribuem ativamente – e enquanto referências a partir da condição de “professores” e “companheiros” – tanto para a politização de adolescentes periféricos que inicialmente não se interessavam por política quanto para a formação de uma visão crítica da experiência do lulismo. De outro, as condições de vida dos jovens periféricos e de suas famílias e a materialidade que elas assumem no cotidiano desta experiência, alimentam uma visão cada vez mais crítica de táticas políticas centradas no aparato estatal e nas políticas públicas, uma vez que o rechaço ao Estado e seus agentes (policiais e burocratas do sistema de ensino, por exemplo) compõe a visão de mundo destes adolescentes, gerando aversão em relação a “políticos” (como muitas vezes os meninos e meninas se referem a membros de

associações de bairro, sindicatos e movimentos sociais filiados a grandes partidos políticos), instituições e partidos.

Outro processo que compõe este momento relevante é a articulação de diferentes trabalhos de base realizados desde o fim da década de 2000 e começo da década de 2010, situados fora da esfera de influência do PT. Relevante, nesta investigação, pelo fato de a organização da primeira assembleia regional, enquanto tática de uma ampla rede distribuída de ativismos ter se dado na Zona Leste e ter canalizado seus esforços para a EE Victor Jara.

A experiência do coletivo Malambe é bastante particular, mas pode ser colocada, em certa medida, como equivalente a outras tantas, como, por exemplo, aquelas que constituíram o percurso d'O Mal Educado na Zona Sul de São Paulo e com a Poligremia. O Mal Educado e o coletivo Malambe compartilham um conjunto de características e condições, sem que possam ser dissolvidos num todo homogêneo. Ambos são fruto do encontro entre jovens periféricos e jovens oriundos da classe média tradicional, sendo que estes últimos carregam consigo a experiência e a formação de escolas e universidades renomadas. Ao mesmo tempo, ambos fazem parte do que poderia se chamar de uma “periferia da esquerda”, do ponto de vista de que se mantiveram ao longo do período descrito fora da esfera da influência do lulismo, em oposição a muitas de suas políticas e realizando críticas da tática que priorizava a institucionalização das lutas da esquerda. Mais ou menos distantes de experiências institucionais, o sentido da ação deste conjunto de atores foi o da busca de uma construção política que se pretendia orgânica junto aos setores populares e a realidade periférica, sem mediação do Estado diretamente ou de organizações e entidades cuja atuação vinha se confundindo com as lógicas estatais – no caso de movimentos estudantis, os exemplos mais imediatos seriam as entidades oficiais como UNE, UBES e UMES.

O encontro destas experiências de trabalhos de base locais no processo que culminou no conjunto das ocupações de escolas – uma mobilização que não viria a ter um caráter local, alastrando-se por todo o Estado e posteriormente pelo país – se realiza no interior e por meio desta rede de sociabilidade forjada em oposição ao lulismo e outras ordens e cujos agentes que promovem mais ativamente o encontro

são jovens ativistas graduandos e graduados em universidades tradicionais da cidade de São Paulo nos últimos anos. Estes ativistas acabam atuando como mensageiros das diferentes experiências das quais participam, influenciando e deixando-se influenciar, muitas delas nas periferias de São Paulo.

Esta função de comunicação e articulação se dá através de uma rede de canais, espaços e relações construídas por estes atores ao longo do período que vai do final dos anos 2000 até o início dos anos 2010, no movimento estudantil universitário paulistano, na organização de atos quase anuais contra o aumento das tarifas de transporte, nos encontros de movimentos feministas, de movimentos negros e de movimentos LGBTTs, de movimentos anti-proibicionistas, entre outros.

Cabe destacar, por exemplo, dois momentos já citados em que esta rede atuou neste período: em junho de 2013, desde seu momento de preparação, e nos atos que criticavam a forma como havia sido conduzido todo o processo envolvendo a Copa do Mundo FIFA em 2014. Nos dois momentos, o PT se posicionou contrário ou de forma dúbia em relação às mobilizações. Ao mesmo tempo, pode-se verificar a presença de jovens oriundos de camadas populares, a exemplo de alguns dos secundaristas que compõe esta investigação, nestas oportunidades.

3. A OCUPAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL VICTOR JARA

Neste capítulo reconstrói-se a experiência da ocupação da EE Victor Jara a partir das memórias dos adolescentes e ativistas que fazem parte deste estudo de caso e de outros materiais, como mensagens postadas pelas páginas do coletivo Malambe e pela página da ocupação nas redes sociais. Em um primeiro momento, o objetivo será apresentar o conjunto de experiências e narrativas que correspondem a uma primeira etapa da ocupação, marcada pela produção de novas sociabilidades a partir do espaço escolar, sua relação com a comunidade e seus diversos atores, etapa esta que foi marcada pela conquista de relativo apoio por parte da comunidade aos meninos e meninas. Na segunda parte deste capítulo, a proposta é abordar a segunda etapa do processo de ocupação, onde explora-se a ideia de que uma rede de agentes da ordem busca cercar e sufocar a mobilização se valendo da deslegitimação do movimento.

3.1. A Ocupação da EE Victor Jara 1: Meninas e Meninos Reinventando a Vida Contra a “Política dos Homens”

Sobre a experiência da ocupação na EE Victor Jara pelos adolescentes da Zona Leste paulistana, foram valiosas as memórias recentes de Raquel (17). Ela começou a frequentar o cursinho do coletivo Malambe em 2015, quando iniciava o segundo ano do Ensino Médio. Conta que era muito tímida e que “não falava com ninguém”. Estava lá porque precisava reforçar os estudos para prestar o vestibular de uma escola técnica e fazer o curso técnico profissionalizante junto com o ensino médio. Raquel conta que Rômulo (18) chegou ao cursinho, ainda no início de setembro, com a informação repassada pela mãe de que a escola seria fechada. Ambos estudavam na mesma escola, mas não eram amigos. No cursinho, e em função do potencial fechamento da escola, aproximaram-se. Segundo Raquel:

“Um dia o Rômulo chegou lá no cursinho e disse assim ‘minha mãe contou que vão fechar o EE Victor Jara e nos mandar pra outras

escolas'... ai eu já disse 'a gente tem que fazer alguma coisa'... mas assim, a gente não sabia como fazer nada disso, não sabia nada de nada... a gente queria fazer um manifesto contra aquilo de fecharem a escola.... e aí a gente pediu ajuda pra Natália e decidiu que ia fazer uma conversa com os alunos. Mas a gente tinha que saber com quem que ia falar né, porque, sei lá, a gente tava ali... no cursinho... tinha formação política todo o sábado... mas nem todo mundo era assim... ai a gente pensou em mais algumas pessoas que era do cursinho e umas outras... e aí a gente foi na frente da escola, distribuiu uns panfletinhos assim e chamou todo mundo pra conversar na quadra e contou assim que iam fechar a escola... Aí a gente já chamou um protesto pra primeira semana depois dali..."

(Raquel, 17 anos).

Esta fala de Raquel revela dois elementos. O primeiro é autonomia dos adolescentes. A disposição para se mobilizar contra a medida que impactaria sua vida, de acordo com o que coloca Raquel, precede a ativação das relações e instrumentos que estavam ao seu alcance. Foram contra a medida e se incumbiram de “*fazer alguma coisa*” como primeira reação. Ao mesmo tempo, percebe-se que esse “*ser contra*”, no sentido de dizer “*não*” e barrar medidas que são impostas, compõe o repertório destes adolescentes. Contrasta com sua visão de que seria possível barrar a medida, a postura dos professores da escola e de muitos pais que desestimulavam os adolescentes sugerindo que a medida já havia sido anunciada, que o Governo não voltaria atrás e que a ação dos adolescentes iria “virar baderna”.

Outro elemento que esta fala de Raquel permite apontar é a referência que o cursinho tem antes (como elemento preparatório) e durante (como espaço de organização) a mobilização. O cursinho diferencia os adolescentes por oferecer “*formação política*” e serve de espaço para se organizarem com seus pares e para “*pedir ajuda*” para levar adiante sua disposição de engajamento, contando com apoio e alguma estrutura (ainda que reduzida) de um conjunto de ativistas mais experientes e inseridos numa rede distribuída e heterogênea que potencializa ações locais.

Os elementos apontados vão no sentido de algumas hipóteses levantadas pela bibliografia. A primeira seria a hipótese de uma “*disposição de luta*” por parte dos secundaristas que precede a onda de ocupações (Campos. Et al. 2016). A fala de Raquel mostra que ela e seus colegas não precisaram ser convencidos a se mobilizar.

De modo inverso, imbuídos de uma disposição de se mobilizar, mobilizaram tudo aquilo que estava ao seu alcance.

Outra hipótese é a referência à junho de 2013. O junho de 2013 na memória dos secundaristas que se mobilizaram, segundo os autores de *Escolas de Luta* (Campos. Et al. 2016), não era um movimento patriótico contra a corrupção, mas sim o movimento que havia conseguido reverter o aumento das tarifas do transporte com atuação radical. De fato, importa dizer que não apenas os secundaristas neste caso estavam dispostos a barrar a medida do governo, como em outros momentos Raquel fez referências aos atos de 2013, que teria ficado marcado pela garota como um momento em que “o Alckmin e o Haddad tiveram que mudar de opinião porque foi todo mundo pra rua protestar”. Por fim, tanto esta contribuição, quanto as hipóteses de Lincoln Secco (2015) sugerem a existência e a relevância de um trabalho de base realizado nas periferias como componente da emergência de “novíssimos movimentos sociais”, na contramão do processo de institucionalização do PT.

Os autores de *Escolas de Luta* (Campos. Et al. 2016) apontam que:

“A EE Victor Jara já vinha se mobilizando com uma ida até a sua diretoria de Ensino, sem resultados, como visto anteriormente. O cursinho popular Malambe e o movimento São Miguel em Luta organizaram, antes mesmo da primeira ocupação em Diadema, um “Encontro em defesa das escolas da ZL”, que foi realizado na manhã de 03/11 no Victor Jara. A proposta era projetar o documentário A rebelião dos pinguins e depois fazer uma reunião com estudantes de diferentes escolas da Diretoria de Ensino Leste 3”. (Campos. Et al. 2016; p. 87)

Raquel narra a ida à diretoria de ensino com detalhes, tendo sido essa uma experiência marcante para o grupo. Segundo Raquel,

“a gente chegou lá na diretoria de ensino... ela tirou uma com a nossa cara... a gente tava em umas 40 pessoas, 50... aí ela [diretora de ensino] disse que só iam entrar 10... aí a gente disse que não, que tava todo mundo ali e que ia entrar todo mundo... ‘não, não vai entrar todo mundo, só vai entrar 10’... aí beleza... a gente separou os 10 pra entrar... chegou lá ela só repetiu tudo...e ainda o Felipe tirou uma com ela... depois que ela terminou de falar tudo ele disse ‘to até emocionado’... e a gente foi embora revoltado xingando... e os cara lá

da diretoria de ensino dizendo que a gente tava sendo assim manipulado né... como? Se a gente que tinha organizado? Aí a gente encontrou com todo mundo que tava lá embaixo... e voltou pra escola”.

(Raquel, 17 anos).

O relato de Raquel – e também de Felipe (15), que relatou o mesmo episódio em outra entrevista, reforçando a relevância da experiência – permite apontar a carência de legitimidade da burocracia da Secretaria de Educação perante os adolescentes e visões diferentes entre estes dois atores no que diz respeito a qual deveria ser a participação estudantil e da comunidade na “reorganização escolar”. Ou, em outros termos, o não reconhecimento mútuo entre a burocracia da diretoria de ensino e o grupo de jovens.

O tratamento dado pela diretora de ensino e pelos funcionários da diretoria aos adolescentes os desqualifica enquanto sujeitos potenciais de um processo de reforma do ensino, no momento em que eles vão até a burocracia buscar algum diálogo e manifestar o seu descontentamento. Isto é, a burocracia nega a condição de sujeito aos adolescentes exatamente no momento em que eles expressam seu desejo em participar. Tal negação não ocorre somente do ponto de vista da implementação da medida, mas também com as provocações de que eles estariam sendo “manipulados” em seu engajamento. Isto é, aos olhos da burocracia do Estado ali presente, nem mesmo no seu próprio movimento eram sujeitos.

Aqui esboça-se uma rede de atores que agem no sentido da manutenção da ordem e do controle dos jovens, rede esta que será abordada ao longo do trabalho. A diretoria de ensino reproduz o discurso dos professores e de alguns familiares que, como dito anteriormente, teriam desestimulado a ação dos adolescentes. Até aqui, tudo que os adolescentes encontraram ao buscar ajuda ou demonstrar seu descontentamento foi a recusa em considerar a legitimidade e a potencialidade de sua agência. A exceção é o cursinho. Este episódio, à imagem de outros subsequentes e anteriores, como se pretende demonstrar ao longo deste trabalho, vai minando não apenas a legitimidade dos agentes estatais e de outros elementos cujo sentido da atuação é o de reprodução da ordem e do controle, que passam a ser vistos como

obstáculos, mas também a perspectiva de transformação da realidade por caminhos institucionais no imaginário dos adolescentes.

Na sequência da mobilização que antecedeu a ocupação da EE Victor Jara, como apontado no livro *Escolas de Luta*, o coletivo Malambe e o movimento São Miguel em Luta (participante da frente d'O Mal Educado) pretendiam passar o filme "A rebelião dos pinguins" e depois realizar uma conversa com secundaristas da região. Ainda com as palavras de Raquel:

"Aí a gente tinha decidido passar o filme dos estudantes chilenos e tinha até falado com o diretor, que tinha deixado já... só que no dia, a Natália chegou lá com um projetor pra passar o filme e a vice-diretora... porque o diretor não tava lá... embaçou, não queria deixar entrar na escola... aí a gente reuniu quem sobrou e decidiu fazer um festival na escola contra a reorganização... aí o festival também não deu certo e começou todo mundo a falar que queria ocupar... 'vamo ocupar... eu quero ocupar'... e aí antes de ocupar, na semana antes... a vice-diretora chegou pro Rômulo e falou que se ocupassem o colégio ia chamar a polícia pra prender ele e eu... e a gente disse 'se chamar, chamou... não to nem ligando' né... e aí veio a ocupação"

(Raquel, 17 anos).

Mais uma vez a fala da menina revela elementos importantes. Recoloca uma relação entre este grupo de adolescentes e agentes do Estado que se dá na chave do controle e da imposição de ordem. Outro adolescente, Rogério (17), sobre esse episódio utilizou o seguinte raciocínio:

"eles falam que é pra gente ficar na escola pra não ficar no corre... mas aí quando a gente vai fazer protesto eles não querem que a gente fique na escola, dizendo que o que a gente ta fazendo lá é bagunça..."

(Rogério, 17 anos).

Nesse raciocínio, a escola funciona como contenção do envolvimento dos jovens com a realidade da comunidade. Mas quando a ordem é questionada na escola ou a partir dela, opta-se por dispersar os jovens como modo de conter o questionamento da ordem. Em outras palavras, a escola seria mais um dispositivo comprometido com o controle dos movimentos dos adolescentes. A realização de

atividades organizadas pelos próprios estudantes, assembleias e fortalecimento de vínculos com outros agentes, como coletivos e movimentos, surge aos olhos da vice-diretora como desestabilização da ordem e a leva a fechar a escola e dispersar os alunos.

O que se pretende refletir a partir deste episódio e suas narrativas por parte dos adolescentes, é que os mecanismos de gestão das populações periféricas tratados por Feltran (2008; 2011) são mobilizados para conter o engajamento. O próprio autor insere professores e diretores de escola ao lado de famílias, igreja e polícia quando trata da gestão física e moral das fronteiras entre o que seriam “cidadãos de bem” e “bandidos”. Ao mesmo tempo, argumenta que, fora de suas fronteiras, a população periférica é encarcerada em presídios e clínicas. Relatos como esses de Danilo (17) e Raquel (17) revelam a atuação destes atores operando não na demarcação de legitimidade com o crime, mas sim com a contestação política. Isto é, no momento em que emerge um movimento (inicialmente) reivindicatório e crítico, os agentes passam a operar não apenas no controle das fronteiras entre o crime e o direito, mas entre a ordem e a crítica.

Desta vez, inclusive, surge o elemento policial nesta rede de agentes da ordem. Ao ameaçar chamar a polícia, a vice-diretora insere mais um elo de contenção dos adolescentes, ao lado de familiares, professores e agentes da burocracia da escola e da diretoria de ensino. A inclusão da polícia nessa rede de contenção sugere que o jovem que não se submete à ordem passa a ser considerado “caso de polícia”.

Nesse caso, a ameaça à política é ser colocada em equivalência ao crime, o que implica enorme estigma social e isolamento. Ao mesmo tempo, a atuação policial no imaginário destes adolescentes passa por mortes, humilhação, desaparecimentos e outros tantos tipos de violência. A ameaça de chamar a polícia, portanto, implica não apenas em consequências de julgamento moral coletivo, mas de risco de sofrer violências físicas e simbólicas por parte da polícia, conhecidas dos meninos e das meninas em sua experiência cotidiana. A naturalidade com que Raquel (17) lida com esta ameaça serve aqui para ressaltar o caráter rotineiro do uso da polícia para contenção preventiva e abusiva dos jovens na comunidade e o fato de estar

acostumada com isso. Esta relação com a polícia é tratada por quase todos os jovens entrevistados e alguns exemplos serão apresentados mais adiante.

A história da ocupação na EE Victor Jara contribui enormemente neste trabalho pelo significado que teve para a formação política dos jovens. A reconstrução do processo das ocupações como um todo realizada no livro *Escolas de Luta* demonstra a importância da experiência dos jovens da Zona Leste:

“Por pouco que o movimento massivo de ocupação de escolas não começou ali; uma semana depois, começaria por Diadema e chegaria definitivamente à Cohab José Bonifácio, onde fica o Victor Jara, tendo antes ocorrido um festival contra o fechamento da escola no sábado, 07/11, finalmente com a livre exibição do filme sobre a luta dos estudantes do Chile (simbolicamente exibido na escola nomeada em homenagem [ao cancionero chileno, socialista e perseguido] pelo golpe militar)”. (Campos. Et al. 2016; p.68)

A grande atenção dada pela página do Mal Educado às atividades na EE Victor Jara antes das ocupações indica, ao mesmo tempo: o funcionamento da articulação entre os agentes que formam a referida rede distribuída de ativismos empenhados em atuar no registro do chamado “trabalho de base”; e a expressão da construção local em José Bonifácio, na qual o coletivo Malambe desempenha importante papel. Isto é, a atuação do coletivo Malambe, desenvolvida nos últimos anos, se traduzia naquele momento em uma luta concreta, vista e estimulada com entusiasmo por uma multiplicidade de grupos e experiências de ativismo que compartilhavam de horizontes e táticas políticas, como a postura crítica diante da experiência lulista e a aposta no “trabalho de base” e na ação direta.

A tática da ocupação e o filme “A rebelião dos pinguins” como material de agitação já era um repertório compartilhado antes do movimento secundarista tomar as dimensões que tomou. A mobilização destes elementos na EE Victor Jara mostra que havia uma conexão entre a rede ampliada de ativismos e a experiência construída a partir daquela realidade local com suas particularidades. Essa conexão em rede possibilita o compartilhamento de experiências e recursos, ao mesmo tempo em que potencializa outras mobilizações de mesmo sentido. A autonomia e as particularidades, bem como as tensões, no entanto, não são apagadas neste processo.

A relação entre o coletivo Malambe e o Mal Educado ao longo da ocupação não se deu sem tensões. Foge ao objetivo deste trabalho aprofundar este elemento. Merece indicação, no entanto, o fato de a mobilização efetiva na EE Victor Jara ter sido conduzida diretamente durante todo o período pelo grupo produzido de modo orgânico a partir da realidade da Zona Leste paulistana por meio de encontros ao longo de pelo menos três anos entre múltiplos sujeitos no nível local. As mobilizações conduzidas por este grupo, dessa forma, pontencializam e são pontencializadas em uma rede, construída em outro nível, na qual se relacionam militantes que participam tanto da construção local quanto de uma construção mais ampla de frentes, marcada pela autonomia e pela descentralização, ao longo do mesmo período.

A EE Victor Jara foi ocupada na madrugada do dia 12 de novembro, sendo uma das primeiras escolas de São Paulo a serem ocupadas. Após a sequência de atividades das primeiras semanas de mobilização contra a “reorganização escolar”, segundo os relatos dos jovens, a tática da ocupação ganhou centralidade a partir da constatação de que os outros métodos não estavam surtindo efeito em barrar a medida. As tentativas de diálogo junto à burocracia da Secretaria de Educação e da Diretoria de Ensino, os atos e passeatas vinham perdendo força e gerando cansaço nos alunos, o que ameaçava esvaziar a mobilização. A ideia da ocupação circulava durante todo o período no meio ativista secundarista – nos atos conjuntos realizados no centro da cidade, nos encontros que reuniam estudantes de diversas escolas e na internet – e se tornara, após um mês de mobilização, a aposta dos adolescentes e dos coletivos. Estimulados pelas primeiras experiências e sentindo-se seguros após uma semana de organização “secreta” realizada apenas com colegas de confiança, dez alunos da EE Victor Jara ocuparam sua escola às 4h30 de uma quinta-feira.

Na semana anterior à ocupação, os alunos envolvidos com o cursinho buscaram identificar colegas de confiança para planejar a ação. Os horários de chegada dos funcionários foram registrados e Raquel, adolescente que gosta de desenhar e tem sonho de estudar arquitetura, desenhou a planta da escola. O grupo de alunos mapeou entradas, janelas e locais onde ficam as chaves das salas. Além disso, a rotina do caseiro foi observada. A articulação com os ativistas do Mal

Educado, que já vinha sendo ativada desde a organização das atividades anteriores, foi intensificada de modo a garantir apoio e divulgação imediata para a ação. A visibilidade era fundamental. Por meio das relações de amizade e coleguismo, estudantes de outras escolas da região – algumas das quais também estavam ameaçadas com a medida do Governo – foram convocados a prestar sua solidariedade e se juntar às atividades da ocupação. Outra preocupação dos ativistas dizia respeito ao apoio da comunidade, que foi buscado desde o início por meio de panfletagens nos pontos de ônibus, na estação de trem e em estabelecimentos comerciais. Estes elementos reforçam o protagonismo dos adolescentes, a importância da rede de contatos com outros coletivos e movimentos da capital e a preocupação permanente em fazer um movimento colado à comunidade que caracterizava a concepção do coletivo Malambe há alguns anos.

Um novo elemento que surge aqui é a rede de contatos entre os estudantes secundaristas de diversas escolas. Este traço viria a ser um dos pilares do movimento como um todo durante o mês de novembro: as relações pessoais entre adolescentes que frequentam festas juntos, brigam, namoram e jogam futebol vai adquirindo um papel político ao longo da mobilização tanto em nível local, dos bairros e regiões, como em nível municipal. Não apenas as antigas relações vão adquirindo um caráter eminentemente político, conformando uma estrutura que será fundamental para o sucesso do movimento; como também, a partir da experiência política, novas relações vão se criando, conectando jovens separados pelas grandes distâncias e barreiras que conformam a cidade de São Paulo. Neste sentido, a ocupação da EE Victor Jara, contou com grande apoio dos colegas de uma escola próxima nos primeiros dias, recebendo algumas dezenas deles logo na manhã do dia 12 de novembro, como também serviu de espaço para o planejamento da ocupação desta outra escola, que viria a acontecer uma semana depois. Alguns dos adolescentes que contribuíram para esta pesquisa estudam nesta escola.

As primeiras horas da ocupação foram de apreensão, que só seria dissipada após a consolidação da mesma. Em termos práticos, consolidação significava o bater em retirada por parte da polícia, que havia sido chamada imediatamente. Desde o início, movimentos sociais, sindicalistas e ativistas organizaram uma vigília, para impedir que a polícia entrasse na escola e retirasse os estudantes com a costumeira

truculência da corporação, que permaneceu sendo um fantasma para os adolescentes durante todo o período em que a escola ficou ocupada, gerando tensão entre os agentes do Estado e o movimento.

A comunidade – especialmente pais e amigos – se fez presente, primeiro pela curiosidade e, posteriormente, prestando solidariedade. Natalia (27) destaca o papel da APEOESP da Zona Leste (dirigida pela “oposição de esquerda”), que teria enviado alimentos, material de higiene e limpeza para a ocupação e, sem a qual, segundo a ativista, não teriam conseguido se manter.

Já no primeiro momento, reproduzindo os passos descritos no manual traduzido pelo Mal Educado e adotado pelo conjunto do movimento, os estudantes realizaram uma assembleia para definir as regras e tarefas da ocupação e formaram comissões. Cada comissão era responsável por um conjunto de tarefas indispensáveis para a vivência e para a luta política: comunicação, limpeza, cozinha e segurança. Também escreveram uma carta da ocupação com suas reivindicações e compromissos. O documento foi lido das escadarias da escola para as pessoas que se aglomeravam em frente do portão, divulgada na página criada no Facebook e para a imprensa.

A dinâmica da ocupação é marcada, desde o primeiro momento, por uma horizontalidade radical. As assembleias eram diárias, definindo coletivamente o que seria feito e comunicado pela ocupação. Aos “porta-vozes” (e não “lideranças”), expressão usada pelos adolescentes, só cabia reproduzir o conteúdo das deliberações coletivas. A ideia de liderança era rejeitada a todo o momento. Cabe dizer, rejeitada inclusive pelos adolescentes engajados desde o início no processo. O conteúdo dos comunicados e entrevistas priorizava atribuir a importância daquele movimento à contribuição que a escola dava ou deveria dar à comunidade. Tal estratégia se inseria no contexto de uma “guerra de informação”, uma vez que o fechamento da escola era justificado pelo Governo, sua burocracia e os adeptos da medida com base em um suposto desperdício e distorção das finalidades da escola. A matéria publicada pelo portal de notícias R7, no primeiro dia da ocupação, expõe os argumentos favoráveis ao fechamento da EE Victor Jara:

“Ao R7, os servidores públicos contaram que a escola já seria fechada pelo Governo do Estado de São Paulo, devido à grande evasão de alunos. Os professores alegam que a escola tem capacidade para atender muito mais do que os cerca de 370 alunos que lá estudam no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. De acordo com uma das professoras, são 18 salas — algumas sem ocupação — e as que têm alunos atendem entre 15 e 20 estudantes.

— Essa escola é um prejuízo para o Estado. Muitos pais não querem que seus filhos estudem aqui por causa da violência e do tráfico de drogas que dominam o entorno do colégio. Os moradores preferem que aqui seja um Batalhão da PM (Polícia Militar).

Os professores contam que muitos alunos do Ensino Médio só fazem a matrícula para conseguir benefícios, como o Bilhete Único do Estudante, e a declaração de escolaridade, para apresentar no trabalho e, depois, desaparecem.

— Tem quem se matricula e não vem para escola, tem traficante que se matricula para ficar perto dos alunos. Temos um problema social muito grande nessa região. O estudo não é prioridade”. (Trecho de notícia do portal R7.com publicada no dia 12 de novembro de 2015).

Em um vídeo produzido por um canal virtual de mídia independente, que entrevistou a comissão de comunicação da ocupação, os alunos insistem na importância da escola para a comunidade. Argumentam que a escola fica dentro de um grande terreno “cheio de mato” e que, se fechada, seria rapidamente tomada pelos “nóias”. Ainda segundo os estudantes, aos finais de semana, pessoas serviam refeições a moradores de rua na escola e ali seria um dos poucos lugares de encontro dos jovens.

Outro argumento utilizado contra a ocupação é o da suposta manipulação dos estudantes por movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, o mesmo da Diretoria de Ensino. Como naquela ocasião, este argumento incomoda os estudantes, que se sentem subestimados. Ainda de acordo com a reportagem do R7, a este argumento, um aluno responde:

“Nós que decidimos na calada da noite ocuparmos a escola. Entramos em contato com os movimentos e eles nos deram dinheiro para produzir faixas e cartazes”.

(Aluno que concedeu entrevista ao portal de notícias R7).

Outra resposta aos argumentos contrários vinha do ano anterior. Os alunos e demais ativistas do coletivo Malambe lembram que os períodos noturnos e o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) também foram cortados, o que teria acarretado na diminuição do número de alunos.

Convencidos da necessidade de trazer a comunidade para o seu lado, o início da ocupação centrou esforços em produzir faixas, cartazes e panfletos para dialogar com os curiosos. Ao mesmo tempo, as atividades de limpeza e realização de consertos cumprem um papel importante, mudando a cara da escola para apresentar resultados concretos da luta a quem quisesse ver. As comissões de limpeza e cozinha desencadeiam processos individuais e coletivos relacionados à questão de gênero, que liga o cotidiano da ocupação ao cotidiano dos adolescentes. Aqui, a mobilização passa a questionar não apenas a ordem da escola, da educação enquanto serviço público e dos processos de tomada de decisão referentes àquilo que é comum, como também a ordem no plano das relações sociais.

A questão de gênero se destaca na experiência de ocupação da EE Victor Jara, como o foi para o conjunto do movimento secundarista. Ouvi em diversos relatos que, no começo da ocupação, só meninas assumiram a cozinha e a limpeza. Organizaram então uma reunião somente de meninas e decidiram que seguiriam cumprindo tarefas na cozinha e na limpeza, mas assumiriam também o controle da assembleia e do contato com a imprensa. A página da ocupação no Facebook postou fotos de meninos limpando banheiros e a cozinha, com os dizeres: “*Os meninos também limpam*”.

Esse episódio repete localmente uma experiência comum ao movimento como um todo, o protagonismo feminino no cotidiano das ocupações, como foi registrado no documentário “Lute como uma menina”¹⁵, produzido por Beatriz Alonso e Flávio Colombini. Este protagonismo verificou-se também nos atos de rua, trancamento de avenidas e condução do jogral. Na última etapa da mobilização, marcada pelos trancamentos, teve grande impacto a imagem das meninas na linha de frente dos “trancos” de avenidas com toucas higiênicas que utilizavam nas cozinhas ou

¹⁵ <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/documentario-lute-como-uma-menina-e-lancado-no-youtube-3726.html>. Visualizado em 08/12/2016.

desafiando policiais. As imagens que correram os jornais e portais de internet mostram um grande protagonismo feminino nas ocupações, fortalecido por meio de muitos debates sobre o tema e resolução de conflitos.

Na ocupação da EE Victor Jara, as meninas expulsaram um estuprador das dependências do colégio, por exemplo. Conversando com elas, percebe-se uma relação forte da experiência doméstica com a forma como se colocam, empoderadas, na experiência política.

Muitas meninas relatam a sobrecarga causada pela responsabilidade de fazer todo o trabalho doméstico para seus familiares homens. Novamente, Raquel (17) é um exemplo. A menina tem uma história de vida que reúne inúmeros dramas comuns na comunidade. Perdeu a mãe aos sete anos por motivos de saúde e passou uma temporada morando com a avó. O pai casou novamente, com a tia (irmã da mãe), que nunca teve uma boa relação com a menina. Ambos trabalham fora e Raquel é a mais nova entre 6 filhos. A única irmã vive no interior do Estado. Os quatro irmãos têm suas roupas e louça lavadas pela menina, que também arruma a casa. Raquel trabalha aos fins de semana como animadora de festas infantis. Durante a semana, divide sua vida entre os estudos e todo este trabalho em casa. A relação com um dos irmãos também não é boa, já tendo sido agredida por ele. Raquel lembra de ser acordada para preparar café da manhã para os mais velhos quando ainda iam a escola. Hoje em dia, a rotina de Raquel tornou-se ainda mais carregada por ter obtido sucesso na empreitada de passar no vestibular do Liceu Tiradentes, onde faz um curso técnico no período noturno. O pai e a madrasta de Raquel também não apoiaram seu engajamento com a mobilização contra o fechamento da escola, dizendo que “*não ia dar em nada e que ela tinha mais o que fazer*”. Raquel mentia ao pai, dizendo que ia ao shopping para ir à ocupação. Seu envolvimento no cursinho também era visto com desconfiança pelo pai, que, quando não foi aprovada pela primeira vez no vestibular do Liceu, começou a questionar o que ela “*fazia lá*”, se valia a pena seguir participando das atividades do cursinho.

Marília (17) tem três irmãos e uma irmã. Sua referência é a irmã mais velha, que acaba de concluir o curso de direito, em uma universidade particular. A irmã de Marília teve os estudos garantidos pelo Prouni e trabalha em uma empresa de

telemarketing. Atualmente estuda para passar na OAB. Marília repete que quer ser igual a sua irmã e à Natália, ambas advogadas, “batalhadoras”, “mulheres fortes”. Seus irmãos são descritos como “acomodados”, assim como seu pai.

Neste processo de perceber uma tendência de os meninos deixarem as tarefas de limpeza e alimentação para as meninas na ocupação, diversas meninas relataram o mesmo raciocínio, que pode ser acompanhado nesta fala de Marília:

“Eu não ocupei a escola pra fazer a mesma coisa que faço em casa pros meus irmãos, sabe... Assim, se a gente ta fazendo um manifesto pra questionar e pra participar... eu não vou ficar na cozinha pros moleque ficarem na quadra e dando entrevista... Então, tipo, a gente juntou as minas, fez uma reunião nossa e disse ‘ta bom, a gente faz comida porque a gente faz melhor que vocês... mas vocês vão ajudar... e a gente também vai falar com jornalista...”

(Marília, 17 anos)

Este é um exemplo de como a ocupação passa a ser um espaço de questionamento da ordem em diversos níveis, trazendo para dentro da escola um desejo de transformação da vida como um todo. Ao construir uma experiência de questionamento duradoura e intensa, voltada, inicialmente, para a questão da escola, por meio de uma dinâmica radical de participação, autonomia e “tomada do controle”, este questionamento se expande para outras esferas da vida, na medida em que elas se colocam no dia a dia das atividades da ocupação.

Diversas questões da experiência de vida dos jovens que os desagradam passam a se manifestar ou serem elaborados na escola ocupada, convertida em um espaço onde não apenas as dinâmicas são questionadas, mas a modalidade de protesto – a ocupação – cobra a construção imediata de novas formas de comportamento, novas regras de convívio. A ocupação exige dos adolescentes que construam, operem e legitimem outras práticas no lugar daquelas que questionam, uma vez que desalojaram os agentes da ordem na escala micro da escola. O regime radicalmente democrático de participação na gestão da ocupação faz com que os meninos possam ser legitimamente deslocados das funções tidas como de maior status e as meninas de menor, em uma redistribuição das funções.

Por um lado, estes relatos podem sugerir um eco da experiência dos anos 1970, que ligavam o protagonismo feminino nos movimentos sociais periféricos de então à centralidade da esfera da família como centro dinâmico da ação política (Caldeira, 2000; Feltran, 2011). No caso aqui abordado, no entanto, parece haver uma superação acompanhada de reposição do passado no que diz respeito à condição das meninas e seu protagonismo na ação política coletiva. De fato, as meninas são protagonistas e, de fato, a experiência da ocupação oferece uma mudança individual e coletiva (não só das meninas, mas do conjunto das relações) no que diz respeito ao trabalho doméstico e outras manifestações da opressão de gênero. Mas, se no passado, o protagonismo era ancorado na família, hoje o protagonismo parece se colocar como fuga da família. Não se faz movimento para cuidar da família, mas para romper com a experiência familiar, marcada pela opressão de gênero.

A família aqui, como estrutura cristalizada que constrange o cotidiano das meninas, pode ser colocada como correlata de outras “lógicas oficiais” no exercício de comparar o movimento do presente com o movimento do passado. A EE Victor Jara, por exemplo, foi fruto da conquista dos movimentos de que estamos tratando. O movimento de 2015 é contra o fechamento da escola, mas, ao mesmo tempo, é contra a estrutura da escola. Isto é, os netos do “engajamento articulado com lógicos oficiais” para conquistar melhores condições de vida, dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, parecem ter constituído um movimento que se aproxima das experiências anteriores ao buscar melhores condições de vida e estruturas que garantam o aumento do bem estar e das oportunidades, mas se distancia delas ao fazer da sua experiência própria de luta uma superação em ato das formas de gestão oficiais.

Quando conversávamos sobre a dinâmica da ocupação, Joyce (16) me mostrou orgulhosa uma foto no celular com uma entrevista que havia concedido durante a ocupação. No texto, a secundarista se manifestava da seguinte forma:

"A escola é como se fosse a nossa segunda casa, é isso."

"A gente está fazendo a nossa escola sabe, a escola que os alunos querem estudar, porque hoje o ensino médio é péssimo."

"Escola tem que ser um lugar que a gente goste de frequentar, e hoje a gente não gosta de frequentar a escola, a gente está gostando de frequentar a escola agora que ela está ocupada"

(Joyce, 16 anos)

A menina referendou o que havia dito à jornalista, dizendo que mantinha a mesma visão de que a escola estava melhor com a ocupação do que antes, mas que agora, com a volta às aulas, a escola estava diferente:

"Agora mudou um pouco... até porque teve a ocupação né. Antes os professores falavam, a diretoria falava e a gente baixava a cabeça... Mas agora quando ela vem falar a gente até zoa.. A escola ficou muito melhor com a gente, até mais limpa... Então eu acho que é assim... quando a gente faz essas coisas, de ocupação, de protesto... a gente se sente mais firme pra defender as coisas do jeito que a gente quer..."

(Joyce, 16 anos)

Ao longo da ocupação, os alunos estiveram na escola durante todo o tempo, sempre fazendo as tarefas definidas pelo conjunto. Dentre elas, cortaram o mato que circunda a escola, desentupiram ralos, fizeram refeições descritas como "*muito melhores que as que a escola oferece*". Também promoveram atividades para toda a comunidade, como apresentações musicais e de dança, palestras, peças de teatro, oficinas de grafite e exibição de filmes.

Tudo isso conseguiu trazer a comunidade para uma postura de simpatia perante a ocupação, ao menos em parte. Isto é, a demonstração de que a ocupação não era "bagunça" ou coisa de "bandidos e vândalos" por meio de resultados visíveis e dos quais a comunidade podia participar fez com que as pessoas passassem a apoiar ou a não condenar o movimento dos adolescentes.

Certo dia, parei em frente à estação da CPTM para comer um pastel. Um rapper dava entrevista para um jornalista estrangeiro, falando inglês. O dono da barraca puxou assunto, esboçando certa admiração. "*Ó o cara... falando inglês*". A conversa se desenrolou até um ponto que o homem disse que os jovens hoje em dia eram "muito mais inteligentes". Perguntei então se conhecia a escola e se tinha

acompanhado a movimentação durante a ocupação. Ele disse que alguns meninos e professores por vezes passavam por ali comentando e que, em alguns dias, a movimentação foi mais intensa, principalmente quando vinham jornalistas e a polícia. O homem concluiu:

“Quer saber? Disseram que tinha muito roubo lá dentro, droga.. Mas eu apoio. Conversei com uma professora aqui. Ela disse que queriam fechar a escola. Já não tem nada pros jovens aqui. Ao invés de colocar mais coisas na escola.. uma aula de dança ou de judô.. não. O governo quer fechar? Então assim, eu acho que não é por ai. Parece que eles conseguiram ficar com a escola... melhor assim”.

(Vendedor de pasteis, homem de meia idade, na estação da CPTM)

Muitos pais mudaram de posição e passaram a levar a sério o movimento dos filhos, ainda que céticos quando a possibilidade de reverter a medida. Isso se deve, em parte ao comparecimento de diversas pessoas da comunidade na ocupação.

Dois relatos postados na página do Facebook da ocupação ilustram tal estratégia:

“AGORA NA OCUPAÇÃO DA EE VICTOR JARA | Estudantes vieram mesmo pra dizer de quem é a escola. Além de consertarem canos dentro do prédio há anos quebrados, fazerem diariamente a melhor merenda que já comeram na escola, agora tratam o mato abandonado e cheio de lixo da parte externa para fazerem hortas. Mais do que nunca, tomam o que é deles!”

E:

“EE VICTOR JARA LIMPA E ORGANIZADA!
Não adianta difamar a ocupação. A escola está limpa e organizada. E tudo isso quem fez fomos nós estudantes!!!
#NÃO TEMARREGO
MEÇA SUAS MANOBRAS PARÇA!”

(Postagens da página da ocupação da EE Victor Jara no Facebook)

O que antes era uma “guerra” de versões e discursos se deslocava para uma arena mais favorável aos estudantes: uma comparação entre a escola sob controle da diretoria e a escola sob controle do movimento. Além da limpeza e da comida, acumulava para o apoio da comunidade à experiência a vontade de estar na escola

que os adolescentes demonstravam. Destaca-se aqui a convergência dos relatos e dados coletados por esta pesquisa com as leituras feitas do movimento na chave de uma “política prefigurativa” (Ortellado, 2016).

A expressão utilizada por Pablo Ortellado (2016) está presente em David Graeber (2013), que a relaciona ao “contaminacionismo” e ao sucesso do movimento norte americano Occupy Wall Street em angariar simpatia do “americano médio”. Tomando política prefigurativa como a capacidade de se forjar, nos próprios processos de luta, as formas sociais a que se aspira, poderíamos considerar que o movimento secundarista foi marcado por esta modalidade de luta política e alcançou o mesmo sucesso. Isto é, ao produzir uma nova experiência – marcada pelo cuidado com a escola pública, combate a violências físicas e simbólicas, processos democráticos radicais, etc. – a ocupação passa a colher simpatias e adesões por meio da demonstração de suas aspirações.

Reunindo os relatos que comparam a escola ocupada com a escola em sua gestão regular do ponto de vista das atividades, as que fazem menção à desconstruções de relações opressivas relacionadas à questão de gênero, sexualidade e racismo no interior da ocupação, entre outros, pode-se caminhar na direção da hipótese sugerida por Cesarino (2016) a respeito das ocupações, e também nas indicações mais amplas sobre o novo ativismo oferecidas por Tible e Moraes (2015).

Para o antropólogo, “*nas ocupações produzia-se uma outra forma de vínculo*”, um “estado limiar”¹⁶ que poderia deixar rastros de novas formas sociais que resistiriam as formas da ordem quando estas retomassem o controle (Cesarino, 2016). Se inserirmos esta experiência secundarista no registro de uma “nova geração de lutas”, nos termos de Tible e Moraes (2015), pode-se destacar a dimensão da “política vivida” de sujeitos que se apresentam, em oposição ao que poderia ser chamado de uma “política da espera” de sujeitos que são representados. A política vivida cria

¹⁶ Cesarino se utiliza da ideia de Victor Turnar, para quem “a liminaridade como condição social efêmera vivenciada por sujeitos temporariamente situados fora da estrutura social, dando origem ao que ele denomina *communitas*”. (Rafael da Silva Noletto e Yara de Cássia Alves, para a Enciclopedia de Antropologia, acessada em <http://ea.fflch.usp.br/palavra-chave/pol%C3%ADtica?q=node/38>. 08/12/2016).

“possibilidades no tempo presente ao invés de apostar em um projeto que se realizará no futuro” (Tible e Moraes, 2015). Estas possibilidades no tempo presente são não apenas uma forma de reivindicar, mas uma forma de experimentar e produzir. A forma política que “depõe” os agentes de controle e se vê obrigada a ocupar o seu lugar, nesse sentido, é produtiva pois passa a gerar uma nova ordem a partir de sua constituição, no caso, radicalmente democrática.

Este processo opera na formação da visão de mundo dos jovens, transformando seu modo de encarar a realidade após terem passado pela experiência. A partir dos relatos dados pelos adolescentes sobre a ocupação da EE Victor Jara, pode-se perceber como esta experiência e a do cursinho se entrelaçam em uma dimensão subjetiva que é reproduzida e ampliada na escola ocupada.

São recorrentes as ocasiões em que o cursinho é descrito não apenas como um espaço de estudo e formação política, mas também como espaço de acolhimento que produz novas vivências e perspectivas políticas, novas formas de sociabilidade que não eram experimentadas no cotidiano pelos jovens. A partir desta experiência, amplia-se a capacidade imaginativa no que diz respeito às relações sociais e o que elas podem (vir a) ser, o que será colocado em prática, com um número maior de pessoas, na ocupação. Raquel (17), Karen (18) e Felipe (15) são os exemplos mais marcantes. O cursinho se coloca, ao longo dos últimos anos, como espaço que propõe outras possibilidades, que vão muitas vezes no sentido oposto da experiência que se tem com a igreja, a escola e a também família. Processos individuais dos adolescentes são elaborados em um espaço que oferece outro caminho que não a repressão moral ou física, seguida de adequação ou introspecção.

Raquel (17) conta, por exemplo, que sofreu muito *bullying* na escola onde estudou até a oitava série. Não se trata de provocações esporádicas, mas de uma sistemática violência, inclusive física, no dia a dia. Esta violência produzia resultados sociais e psicológicos extremamente negativos na menina. Em suas palavras:

“Nossa, quando eu estudava na outra escola, eu sofria muito bullying... uma vez umas meninas me empurraram da escada assim... e depois pisaram nas minhas canelas... fiquei cheia de cicatrizes... tanto que eu só usava calça o tempo todo. Puxavam meu cabelo também... zoando

que era crespo e que tinha que alisar... puxava assim no meio da aula... aí eu só usava ele preso. E meu irmão também fazia essas coisas comigo... uma vez ele me bateu porque eu não quis fazer comida lá... E eu tinha muito medo de falar com pessoas novas... eu tinha medo de gente assim... as vezes eu tremia... crise ansiedade né. Aí quando eu fui pro EE Victor Jara, eu fiquei com muito medo. Fiquei com medo porque ia conhecer um monte de pessoas novas e porque todo mundo falava muito mal do colégio.... que a fama era de ser escola de bandido... que tinha traficante lá.. que um menino tinha sido esfaqueado... Aí eu pensei assim 'pronto, agora eu vou ser morta lá' (...) Depois não aconteceu nada disso... e eu comecei a falar com duas meninas... só falava com elas só. No cursinho, quando eu cheguei, eu não falava com ninguém... só fui lá porque queria estudar pro Liceu. Aí começaram a puxar conversa comigo... a Natália queria saber o que eu gostava... já chegou uma outra professora lá e me abraçou. Aí ao longo do tempo eu fui indo pra lá sempre, mesmo quando não tinha aula assim. E lá eu vi filme sobre racismo, uma pá de coisa assim que muda a gente. E aí eu mudei bastante... conheci mais umas pessoas do bairro, fiz novos amigos. As vezes até mentia pro meu pai que tava indo fazer outra coisa pra ir lá no Malambe, porque ele não gostava muito".

(Raquel, 17 anos)

Aqui, percebe-se a forma como o cotidiano violento da menina restringe suas ações e torna o dia a dia, seja na escola ou mesmo no convívio familiar, uma zona de medo, inibição e individualização. O cursinho se coloca como uma experiência oposta, de acolhimento, reconhecimento de si e de outros e reconstrução de laços. No entanto, o relato se torna mais categórico quando avança sobre a experiência da ocupação:

"Nossa, mas na ocupação assim eu me tornei outra pessoa... todo mundo que via nem me reconhecia... desde que falaram que iam fechar a escola eu fiquei muito triste e nem entendiam porque que eu fiquei tão triste. Mas assim, a escola que eu estudava antes era muito ruim pra mim... e no EE Victor Jara eu consegui estudar e tinha alguns amigos... mas eu não queria ir pra outra escola nova. E aí eu me doeie inteira praquilo. Ia lá de manhã e saia a noite. E lá eu falava, falava na assembleia... e todo mundo começou a falar comigo porque eu desenhava os cartazes... fiz até um do Alckmin que ficou famoso nas páginas das ocupações, que dizia 'the Alckmin dead'. E então assim, pra mim a escola fechar era horrível. E ali eu me transformei mesmo... falava com todo mundo. E depois eu me envolvi com o grêmio da escola e ia nas salas falar com os alunos... teve um festival um dia que

eu fui recitar um poema... aí na hora eu travei, tremia todinha... mas aí vieram me falar 'vai Raquel!'. A Patrícia até veio e soltou meu cabelo assim.... aí eu fui... acho que foi uma bosta... mas tipo o pessoal me apoiou”.

(Raquel, 17 anos)

Karen (18) vai no mesmo sentido em seu relato:

“A ocupação assim, igual o teatro, junta as pessoas e até tira os meninos do corre... Muito menino que era do corre, depois das ocupações resolveu até ligar mais pra escola e quer continuar fazer as coisas na escola... fazendo atividade, palestra... Porque assim, no crime né, os moleque ostenta, aparece com quem tem poder aqui, mas os moleque tem medo... então quando entram em outras coisas, assim, faz novos amigos, começa a mostrar as coisas que faz, de arte, de tudo...”

(Karen, 18 anos)

Da experiência da ocupação e dos seus desdobramentos, os relatos revelam como uma possibilidade de convívio diferente, no caso a oferecida pelo cursinho e outros engajamentos, desconstrói a inibição da menina e atua no sentido apostado da individualização. Ou seja, o processo de relativa “libertação” – ao menos momentânea – de certos “fantasmas” dos adolescentes acontece em paralelo a um processo de recomposição de parte da comunidade sob outras bases que não a da hierarquia ou das violências físicas e simbólicas. Tais transformações não se encerram com as ocupações e passam a acompanhar os adolescentes, que apresentam após as ocupações um novo repertório de reações e perspectivas e uma nova sociabilidade que passam a reproduzir ou reivindicar na escola ou na família.

É importante fazer a ligação entre o que se diz do cursinho e de outras experiências e da escola. Em certo sentido, a experiência vivida nas ocupações de forma intensa reproduz o que ocorrera no cursinho e em outros espaços, como o grupo de teatro. Muitos relatos dão conta de que os estudantes passaram a construir, durante a ocupação, a escola como consideravam que ela deveria ser.

Gabriel (17) participa, desde 2012, de grupos de teatro junto com Karen (18). Neste caso, observa-se a relevância dos movimentos culturais na região como espaço

de sociabilidade e de politização dos jovens. Foi no teatro que conheceu referências como Vladimir Maiakóvski e Bertolt Brecht, por exemplo, nomes que carrega como referências e que sabe recitar de cabeça, e que afirma: “*são esses caras que eu queria estudar*”. Estes movimentos operam tanto como espaço de organização e estabelecimento de laços nas periferias, como produtores de discursos em primeira pessoa para os jovens periféricos. Gabriel descreve sua experiência nos grupos de teatro como

“Lá todo mundo faz tudo, mano. Não tem quem manda e quem obedeça... O corre é de todos. Todo mundo trampa na iluminação, carregando caixa e madeira pra cenário, pintando, descolando os pano pro figurino... Ali não tem ninguém trabalhando pra ninguém... é todo mundo trabalhando pra todo mundo...”.

(Gabriel, 17 anos)

A dinâmica da escola ocupada (uma escola produzida pelos estudantes) apresenta muitos paralelos com a dinâmica do cursinho e do grupo de teatro, experimentadas ao longo dos últimos anos pelos jovens. No momento da ocupação, puderam compartilhar com os colegas e transformar aquela experiência até então de poucos, em uma experiência de muitos.

Esses relatos corroboram, mais uma vez, a leitura que Cesarino (2016) oferece sobre o movimento das ocupações, como movimento que produz uma nova sociabilidade, contra as formas de controle do cotidiano. Ao mesmo tempo, a sugestão de Negri e Cocco (2006) – de que os cursinhos populares no Brasil produziram não apenas reivindicações diante do Estado, mas também novas formas sociais e relações – antecipa esse movimento, permitindo conectar a experiência do coletivo Malambe à ocupação por meio de sociabilidades produzidas e carregadas por sujeitos que as vivenciaram e foram transformados por elas.

Esta leitura permite preservar o dado concreto do “trabalho de base” no caso estudado sem que com isso se adote uma visão superficial e que coloque os adolescentes periféricos em posição de passividade. Isto é, permite ligar dois dados da investigação identificando inclusive uma relação mais profunda entre eles, que

contribui para a explicação da emergência e das características de uma mobilização específica de maior relevância e dimensão.

Como dito anteriormente, quando enfocamos o processo do coletivo Malambe, o “trabalho de base” não deve ser visto como um binômio formado por militantes oriundos das classes médias tradicionais na condição de detentores da agência e adolescentes periféricos passivos. O processo de constituição e a atividade do coletivo Malambe (e, aparentemente, de outros como o Mal Educado, por exemplo, sem prejuízo das diferenças e tensões entre eles e da autonomia de cada um) pode ser definido como um trabalho de base, na medida em que opera no nível local, buscando constituir agências políticas orgânicas às vivências populares, protagonizada por seus próprios sujeitos. Existe heterogeneidade social, bem como política, nesta composição, como apontamos. Mas o caso estudado aponta não para um trabalho de base operado por uma “direção” em relação estanque, que oporia base-passiva e direção-ativa, base-ignorante e direção-consciente. Fornece indícios, por outro lado, de que tal atividade desenvolvida no nível local, de base, promove o encontro de diferentes origens em um processo criativo de constituição de sociabilidades, discursos e práticas que transforma os sujeitos nele envolvidos do ponto de vista individual e cria um ator político orgânico à realidade em que este conjunto de relações se insere.

Por trabalho de base, entende-se aqui, portanto, uma relação entre muitos e não uma agência de um. Foi isto que a reconstrução da experiência do coletivo Malambe indicou, assim como os relatos de atores diferentes – como jovens professores oriundos das camadas médias tradicionais, militantes experientes em movimentos mais ou menos antigos da Zona Leste e adolescentes periféricos – envolvidos nessa relação. Em termos mais objetivos, o coletivo Malambe se apresenta como um ator político local e não como um agente externo. As externalidades (do ponto de vista da origem social e espacial) presentes em sua constituição não apenas transformam, mas são transformadas no decorrer da experiência.

Essa leitura permite preservar os dados do “trabalho de base”, da produção de novas subjetividades e vivências e do protagonismo dos adolescentes periféricos que, relacionados, contribuem para a explicação da ocupação da EE Victor Jara enquanto

fenômeno local e da relação da experiência local com o fenômeno mais amplo. Esta relação da experiência local com o fenômeno mais amplo se dá por meio das relações estabelecidas por sujeitos específicos desse processo com outras redes, como a de ativismos da “nova geração” que compartilhavam a experiência de ter-se envolvido em “trabalhos de base” por toda a cidade de São Paulo no último período em oposição aos atores políticos orientados por uma política de caráter mais institucional.

Este conjunto de experiências marcou o que podemos chamar de uma primeira etapa da experiência da ocupação na EE Victor Jara, cujo saldo teria sido positivo segundo o balanço dos participantes. A sequência da mobilização, no entanto, assumiria contornos desafiadores e negativos para os adolescentes e para o coletivo Malambe.

3.2. A Ocupação da EE Victor Jara 2: a Reação da Política dos Homens

Ao longo da ocupação, as ameaças ao movimento e aos adolescentes foram constantes e variadas, como sua página na rede social divulgava:

“AMEAÇAS E REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Desde ontem, a polícia tenta intimidar apoiadores e estudantes, com a permanência de viaturas próximas à entrada da EE Victor Jara. Nesta madrugada, policiais abordaram apoiadores que faziam a vigília do lado de fora, pedindo para entrar na ocupação, porque precisavam “ver se estava tudo bem”. De dentro da escola, insistimos que não autorizaríamos a entrada, então os policiais desistiram e a madrugada correu bem.

Ainda ontem o Tribunal de Justiça emitiu uma liminar de reintegração de posse da ocupação, mas até a manhã de hoje não recebemos nenhuma notificação. A rigor, a reintegração de posse acontece só após 24h da notificação.

Hoje está prevista às 15h uma audiência de conciliação com a APEOESP (sindicato dos professores), para tratar da questão da reintegração de posse nas escolas ocupadas. ”

E:

“MAIS AMEAÇAS

Agora há pouco, dois policiais tentaram entrar aqui na ocupação novamente. Eles disseram que queriam ver o que tava acontecendo, pressionaram, mas os estudantes no portão impediram a entrada. NÃO VÃO NOS INTIMIDAR! NÃO TEM ARREGO”.

(Postagem na página da ocupação da EE Victor Jara no Facebook. Acessado em 8/12/2016)

Felipe (15) ficou marcado na ocupação, sendo alvo de críticas no grupo de jovens da igreja evangélica que frequentava, policiais e agentes da burocracia escolar; foi visto como um “*bandido*” perante pais de colegas e, por tudo isso, sua mãe e seu padrasto passaram a recriminar sua participação no movimento. Junto aos amigos, contou-me que, certo dia, uma viatura parou em frente à escola e os policiais o chamaram. Em tom ameaçador e irônico, o policial disse a Felipe que sua foto estava “*circulando entre os policiais do batalhão*”. Felipe, em tom provocativo, responde dizendo “*E aí? Eu saí bonito na foto?*”.

Kelen (17), outra secundarista envolvida na movimentação, narrou um episódio em que policiais civis entraram de madrugada na ocupação apontando armas para os adolescentes e perguntando pelos nomes de alguns deles, que estavam anotados em um papel. As ameaças eram sempre no sentido de que, quando a ocupação terminasse, as provocações, denúncias e palavras de ordem contra a polícia que faziam parte do cotidiano da ocupação seriam cobrados nas ruas. Esta ação da polícia reverbera histórias do cotidiano, como a morte de parentes e as humilhações sofridas pelos adolescentes no bairro e, principalmente, quando se afastavam dele, sempre associadas à polícia.

Outro exemplo da perseguição sofrida pelos adolescentes diz respeito à atuação de professores e do diretor da escola e da diretoria regional de ensino. O caso mais emblemático é o de Rômulo (18). A mãe do jovem, que trabalhava na escola, recebeu uma série de telefonemas sem identificação que ameaçavam os dois filhos com sanções escolares e ameaças de processos. Uma estudante foi levada à sala da diretora após a ocupação e pressionada a assumir o arrombamento de armários. Negando a pressão, a ameaça passou a ser a de que não receberia os documentos de sua formatura, necessários para matricular-se na faculdade.

Raquel (17) conta que sofreu inúmeras pressões e retaliações. Algumas sutis, como sua separação das amigas quando da virada do ano. Outras mais agressivas como ameaças de suspensão por atividades do grêmio escolar, da qual a menina passou a fazer parte em 2016.

Felipe (15) foi agredido pelo pai de uma colega na ocupação, que lhe deu um tapa no rosto, criando um grande alvoroço. Perguntei se conhecia o homem que lhe bateu. *“É um drogado que mora aqui... Eu ainda vou arrebentar ele... vou pegar ele... esfregar a cara dele no chão..”* disse o menino de 15 anos com muita raiva, manifestando um elemento de violência que perpassa seu cotidiano.

O mesmo menino participava do grupo de jovens da igreja. Durante a ocupação, o adolescente foi duramente criticado pelos presentes em função de seu envolvimento com o movimento secundarista. No culto, discutiu-se as “formas de lidar com a realidade”. No centro do discurso do pastor estava a juventude e como a opção pela revolta prejudicava não apenas o jovem, mas toda a família e as pessoas de seu entorno. Felipe sentiu o acontecimento. Manteve seu envolvimento com a ocupação e com outros protestos. Mas demonstra como a igreja, neste caso, abala emocionalmente o garoto.

“Ah, mano.... eu não sou crente, tá ligado? Mas todo mundo olhando feio... Tipo, eu faço essas coisas de protesto porque eu acho que tá certo. Porque eu quero ter a escola... e não sou nóia. Mas aí o pastor fala essas coisas e parece que eu não tô sendo certo. Eu até não fui na ocupa depois disso aí... mas depois eu decidi voltar”.

(Felipe, 15 anos)

Otávio (16) também frequenta uma igreja, a Comunidade Evangélica Ministério Viver, localizada em Guaianazes. As constantes referências a Deus e “lições de vida” vão no sentido da autonomia perante o mundo. *“Eu luto por mim porque Deus luta por mim”*, diz o jovem quando pergunto sobre qual o papel da igreja no seu dia a dia. Otávio ressalta os encontros:

“E na igreja eu vou com minha mãe, minhas irmãs, tá ligado... encontro uma pá de pessoas lá que no dia a dia assim as vezes a gente não vê tanto... porque cada um tá no seu corre, né... E lá é um lugar que a gente encontra muita gente e vai com a família...”.

(Otávio, 16 anos)

A igreja, para Otávio, é lugar de encontro com amigos e amigas (inclusive jovens envolvidos com a militância, como Kelen) e com a família. Para o jovem é um espaço da comunidade onde se estabelecem relações. Mas quando pergunto ao rapaz se ele discorda do que é dito na igreja pelo pastor ou pelos demais fiéis ele é enfático:

“Eu acho assim... na igreja eu estou para encontrar Deus... para pensar nas coisas erradas que eu faço e penso... vish mano, já fiz uma pá de coisa que se não fosse lá.. tivesse ido lá... não ia conseguir nem olhar pra ninguém depois... Mas as coisas que eu penso sou eu que define... tá ligado? Ninguém diz o que eu penso... Tem uns muito preconceituosos, conservador lá... assim, não comigo... porque eu já fui até de cabelo rosa na igreja (risos) e fui tratado com dignidade... mas, mano, quem pensa sou eu... porque depois eu que vou ter que dormir com meus pensamentos... E não sou ninguém para tratar as pessoas sem dignidade... e também não posso abrir mão das coisas que eu acredito que tem que melhorar”.

(Otávio, 16 anos)

Esta conversa sobre a igreja apresenta alguma tensão interna no discurso. Otávio (16) reconhece que a igreja é um espaço conservador, que contraria alguns de seus posicionamentos. Por outro lado, destaca a questão do (re)encontro com a comunidade.

Pode-se sugerir que, na igreja, Otávio (16) – e de certo modo, também Felipe (15) – reencontra a comunidade com a qual rompe quando se engaja em movimentos, ações e discursos que contestam a ordem no bairro. É emocionalmente difícil para o rapaz ser visto pela lente das “coisas erradas” que supostamente estaria fazendo. A igreja reúne, para Otávio, o reencontro físico – com amigos e familiares cujo cotidiano se afasta do seu – e certa reconstrução da empatia.

Otávio não é ligado ao mundo do crime (o que não quer dizer que não conviva com ele). No entanto, é importante observar que, muitas vezes, o engajamento político é elaborado como parte ou equivalente do crime em uma rede de discursos que envolve a burocracia escolar, a igreja, a polícia e as famílias.

Neste sentido, a igreja parece oferecer para o jovem uma “conversão” ao mundo daqueles que não se enveredaram pelo caminho das práticas *vistas* como condenáveis. Feltran (2011) argumenta que as igrejas pentecostais operam os rituais de passagem nas periferias entre o “mundo do crime” e o mundo da legalidade. No plano do discurso e das disputas de legitimidade cotidianas, esta rede de agentes associa o engajamento político radical e os modos de vida não conservadores ao crime, convidando o jovem engajado a se redimir na mesma medida em que o condena.

Na tentativa de compreender essa complexa relação, é importante considerar dois fatores. O primeiro é a diferença objetiva entre a política e o comportamento, por um lado, e o crime, por outro, diferença reconhecida pela comunidade. O segundo é a ausência do elemento de risco da dissociação com a organização, presente no crime e não presente no engajamento político e nos comportamentos não conservadores descritos, o que não impõe qualquer necessidade de proteção no momento do afastamento no segundo caso.

A partir destes dois elementos, é possível sustentar que a igreja exerce influência sobre o jovem, penalizando (junto a outros agentes) o engajamento e seu comportamento apontado como “desviante” na medida em que o empurra para além da fronteira do que é “*certo*” ou legítimo. O jovem sente o impacto desta agência no seu cotidiano de relações e olhares, afetando-o no plano psicológico. Assim, busca esporadicamente a igreja para reconstruir ou ao menos para viver momentaneamente os laços rompidos pela tensão entre os valores conservadores e sua rotina de atividades, relações e engajamento que não apenas se afastam como também questionam esse conjunto de valores.

O menino estabelece um movimento pendular com a igreja que compreende algumas características: a retomada, mesmo que momentânea, dos laços com familiares e amigos; certo questionamento sobre suas práticas que, associado ao julgamento da comunidade, desencadeiam processos internos de insegurança e autoafirmação em relação as suas orientações; e, por fim, uma resistência no que diz respeito a formação de sua visão de mundo no sentido da preservação da autonomia perante a estrutura da igreja. Sem prejuízo da complexidade da situação e de suas múltiplas camadas, pode-se sugerir que o jovem busca na igreja a retomada dos laços sociais que ela mesmo contribui para romper, ao passo que tenta fazer isso esquivando-se da ascendência da igreja sobre sua visão de mundo, em um movimento do qual, no entanto, não sai ileso do ponto de vista do autoquestionamento e da culpa.

Igreja, famílias, burocracia escolar e polícia atuam como agentes da ordem. Se a primeira etapa da ocupação foi marcada, no plano local, pelo relativo sucesso em conquistar a simpatia da comunidade e criar um espaço de construção de novas experiências e perspectivas para os adolescentes; uma segunda etapa pode ser caracterizada pela reação de uma rede de agentes da ordem que busca desestabilizar e desconstruir a experiência dos secundaristas. Também neste caso, dos agentes da ordem, utilizamos “rede” por não se tratar de um processo centralizado e planejado. Cada um desses agentes opera, a partir de sua constituição, recursos e valores, no sentido de retomar a posição de mando que perde com o movimento dos adolescentes, do ponto de vista da gestão do espaço, dos corpos, da moral e da disciplina doméstica.

Em carta aberta à comunidade, produzida pela ocupação, tais elementos são articulados pelos próprios sujeitos:

“CARTA DA OCUPAÇÃO DA E.E VICTOR JARA

Essa carta se volta às mães, aos pais, aos estudantes, aos professores e a toda comunidade.

Há mais de um mês estamos lutando contra o fechamento da nossa escola. Fizemos reuniões, atos de rua na região da Cohab II, encontros que não deram resultados com a Diretoria de Ensino da Leste 3, um festival cultural aberto à comunidade em apoio à causa,

mas fomos entendendo que só isso não bastava: decidimos então ocupar a escola em defesa do nosso direito à educação.

Desde o primeiro dia de ocupação, a luta de nós estudantes, vem sendo atacada de maneira desonesta pelo diretor da escola e a Vice-Diretora, em aliança com a Dirigente da Diretoria de Ensino.

Eles vem dizendo aos pais e aos estudantes do terceiro ano do ensino médio que a ocupação é uma bagunça e prejudica os estudantes e é ilegal. Porém, o próprio juiz responsável do processo reconhece que a ocupação é legítima:

"(...)Tudo isso levou a conclusão de que as ocupações - realizadas majoritariamente pelos estudantes das próprias escolas - revestem-se de caráter eminentemente protestante (...)"

O que eles chamam de bagunça na verdade para muitos de nós é uma organização surpreendente: temos comissões para todas as funções de limpeza, alimentação, cultura, segurança e etc. O apoio externo, formado pela comunidade, alguns pais, mães, professores, cumpre somente as decisões dos alunos.

Já são quase 100 escolas ocupadas, num movimento que nunca foi visto no Brasil antes, feito por estudantes, que lutam pelo direito básico à educação. A luta ganhou apoio de toda sociedade (artistas, intelectuais, estudantes que não serão prejudicados pelo projeto do governo, e até de organizações internacionais).

NÃO ACREDITE NOS BOATOS E MENTIRAS QUE FORTALECEM OS INTERESSE DOS DONOS DO PODER!

Venha conhecer com seus próprios olhos a ocupação e suas atividades que são divulgadas na nossa página no facebook. Participe das oficinas da programação e fortaleça nosso apoio externo!

#nãofechemminhaescola".

(Postagem na página da ocupação da EE Victor Jara no Facebook)

As ameaças, o ostracismo e a culpabilização perante a comunidade geram, por processos objetivos e subjetivos, o gradativo esvaziamento da ocupação. Compõe este quadro, por exemplo, a proibição por parte dos pais de que alguns adolescentes frequentassem a ocupação, o medo dos alunos, o sentimento de isolamento devido ao engajamento.

O desfecho da ocupação, no entanto, passa por outros elementos fundamentais na dinâmica da comunidade. Relatos deram conta de uma postura de apreensão por parte do crime organizado em relação à ocupação, justificada pela suposição de que as movimentações atrairiam atenções, fazendo com que a polícia fosse forçada a atuar em regiões controladas parcialmente pelo crime. No caso da EE

Victor Jara, como referido nas reportagens sobre o início da ocupação, discutia-se a possibilidade do prédio onde funciona a escola, rodeado por muitas “bocas”, ser utilizado para a instalação de um batalhão da polícia. Assim, neste caso, aparentemente a movimentação dos estudantes poderia, no limite, representar mais uma solução que um problema.

Ao longo de toda a ocupação, outro elemento presente no cotidiano da comunidade causava medo nos jovens: pessoas que eles classificam genericamente como “nóias” ameaçavam saquear a escola, roubar os participantes e colocar em risco sua integridade física. “Nóias” seriam jovens e adultos viciados em crack e alcoólatras que consumiam drogas e que praticavam furtos nas imediações da escola.

O “corre”, isto é, o crime organizado, não se confunde com esse grupo, sendo marcado em seu núcleo mais coeso pela disciplina e pela gestão empresarial do território e no conjunto mais difuso sob sua ascendência pelo respeito a um código de conduta, a uma norma de convívio que desaconselha e pune ações que prejudiquem a comunidade, como roubos, assédios, agressões físicas, etc. O “corre” também detém certos acordos tácitos ou efetivos com agentes do Estado, elementos que são tratados pela bibliografia (Feltran, 2008; 2011; 2015). Fazendo parte do cotidiano da comunidade, com presença constante no comércio e nas ruas e escalando jovens esporadicamente para participar das atividades de varejo de substâncias ilícitas, o “corre” não pode ser facilmente dissociado da vida cotidiana.

Em uma das tardes que passei com os adolescentes na região da Cohab, conversando com seis jovens em uma padaria, localizada em uma parte mais precária do bairro, acompanhei essa relação. A padaria fica localizada em frente a uma igreja evangélica. Em dado momento, um grupo de jovens no estilo “ostentação” se aproxima. Um dos meninos ameaça “zoar”, mas o colega o desaconselha, cutucando-o por baixo da mesa. Ambos sabiam o porquê de não “zoar”. Era o dono da boca, acompanhado por alguns jovens. O dono da boca era um rapaz que não devia ter mais que 20 anos. Chegou na padaria, cumprimentou a dona com um beijo no rosto e pediu um cigarro solto. Ao tentar pagar o cigarro, recebe um “tá certo... qualquer hora acerta”. Logo veio à nossa mesa, cumprimentou todos pelo nome e perguntou o meu. À Renata, irmã de um amigo seu, perguntou de quem era um carro parado em

frente à padaria. Renata não sabia. Perguntou se o carro era meu e eu disse que não. Aparentemente, o carro não devia estar ali. O ponto deveria estar livre em função dos negócios que conduzem. O grupo se afastou e a conversa seguiu com naturalidade. Um deles voltou sozinho, em uma moto, com dois capacetes e se dirigiu a dois meninos que estavam encostados no muro da padaria e não faziam parte do grupo da nossa conversa, perguntando se ele queria fazer “*aquele corre*”. “*Quanto?*”. “*20*”. “*Vamo aí*”. O menino se despediu do amigo e foi fazer o “corre”.

Quando se fala em apoio da comunidade, no caso da ocupação, não se pode afastar a possibilidade de estarmos falando também de relativo apoio ou “não agressão” por parte do crime organizado, elemento presente e enraizado nas relações sociais de parte expressiva da comunidade. O que se pode afirmar a partir dos relatos dos participantes da mobilização neste caso é que o crime organizado não representou uma ameaça ao processo. Diferentemente, os “noias” representaram uma ameaça constante. Durante a ocupação, ocorreram episódios em que pessoas estranhas ao movimento entraram na escola e realizaram furtos.

Enquanto a ocupação contava com alta participação e engajamento de diversos atores, essa ameaça manteve-se controlada. A garantia das vigílias durante a noite foi objeto de muita preocupação por parte da comissão de segurança durante a ocupação. Apoiadores como o Sindicato dos Metroviários, a sessão da Zona Leste da APEOESP, militantes de partidos, movimentos sociais e ativistas simpáticos à causa foram fundamentais. Não era possível contar com a proteção da polícia, nem do ponto de vista objetivo e nem do ponto de vista da relação subjetiva que os adolescentes periféricos têm com a corporação. Os secundaristas lidavam, assim, com o medo da polícia e dos “nóias” ao mesmo tempo.

Com o passar do tempo, o cansaço de um movimento de alta intensidade que se encaminhava para um mês de duração, as investidas desestabilizadoras que vinham dos diferentes agentes da ordem e as constantes ameaças de saque da escola acabaram gerando o esvaziamento da ocupação, especialmente pelo desgaste emocional dos participantes. Importa destacar que, no momento em que ocorreu o

esvaziamento, os secundaristas integrantes do coletivo Malambe mantiveram-se presentes junto a outros colegas.

Quanto menor era a participação de estudantes e o envolvimento da comunidade, maior era o risco do saque. Risco ocorrer efetivamente; um risco maior ainda para os poucos que permaneciam lá. Parte dos estudantes da EE Victor Jara, no entanto, mantiveram o envolvimento com a mobilização mais geral. Migraram para outra escola ocupada da região, localizada na avenida e cercada por muros, considerada “segura”, e seguiram participando dos atos de rua, trancamentos e reuniões do comando das ocupações.

O desfecho se deu neste contexto, em uma sequência de eventos que se desenrolou de modo algo dramático. Um mês após a ocupação, os alunos da EE Victor Jara, exaustos e com sua rede de apoio enfraquecida, deliberavam coletivamente pela desocupação da escola. Na noite do mesmo dia, o saque da escola se efetivou, ocasião em que celulares de quem estava presente, computadores da escola e outros pertences foram roubados.

Na semana da desocupação, o coletivo Malambe divulgava uma nota com sua avaliação política sobre as condições da ocupação:

“Nota do Coletivo Malambe

Nós, militantes do Coletivo Malambe, grupo que organiza há anos um cursinho popular na região da Cohab II, prestamos solidariedade à luta dos estudantes das escolas ocupadas do bairro desde o início do processo de mobilização contra o projeto de reestruturação das escolas públicas do Estado de São Paulo, promovido pelo governo Alckmin.

Voltamos nosso apoio, com destaque, à E.E. Victor Jara, ao longo dos seus vinte dias de ocupação, com a organização de doações, atividades educacionais e culturais e assessoria jurídica.

Entretanto, por razões de avaliação política do Coletivo, declaramos nosso afastamento do apoio externo da ocupação por considerarmos que ela é uma tática de protesto que precisa se combinar com a relação de forças da sociedade envolvidas no processo e com condições de não esgotamento de seus objetivos mais estratégicos.

Por isso, agora, é de fundamental importância nossa ajuda na criação de outras perspectivas que possam dar fôlego à luta em defesa da educação, reforçando inclusive a necessidade de pressionar a

Secretaria de Educação no sentido de abrir uma negociação efetiva com os estudantes.

Permanecemos na luta junto aos estudantes pela educação pública e de qualidade, que seja de fato construída para e pelos trabalhadores, pelo povo pobre e pela juventude das quebradas!”

No entanto, parte da grande imprensa e a burocracia escolar adotaram um discurso de criminalização dos próprios alunos pelo ocorrido. O livro *Escolas de Luta* narra o processo como “*o caso mais grave de responsabilização e criminalização de prejuízos*” no movimento das ocupações:

“A unidade foi desocupada no sábado dia 12/12 e horas depois foi alvo de vandalismo: foram destruídas portas, a cozinha revirada e 20 computadores foram roubados. A Folha de São Paulo repercutiu acriticamente a versão da Secretaria de Educação e horas depois a versão foi desmentida, quando quatro adolescentes e um adulto foram pegos em flagrante: “Diretores estiveram na delegacia e informaram que nenhum dos detidos é aluno da escola”. A rede Globo (no programa SPTV) também não fez nenhum trabalho jornalístico e transmitiu uma matéria na qual diretor e vice-diretora da escola afirmavam que os estudantes que participaram da ocupação foram responsáveis”.

Em nota, a ocupação respondia as reportagens e a burocracia escolar nos seguintes termos:

“NOTA SOBRE O OCORRIDO NA ESCOLA EE VICTOR JARA:

No dia 12 de novembro de 2015, estudantes ocuparam a EE Victor Jara, para se manifestar contra o plano de reorganização escolar proposto pela Secretaria da Educação, e que previa o fechamento de escolas, entre elas o próprio EE Victor Jara. A manifestação dos estudantes foi pacífica e contou com o apoio de diversos pais e pessoas da comunidade. Durante o período que estiveram na escola os estudantes se organizaram para garantir a limpeza e a segurança do espaço. No dia 12 de dezembro de 2015, os estudantes decidiram desocupar a escola. A desocupação se deu voluntariamente devido à preocupação com a segurança dos estudantes. Durante o período em que esteve ocupada, a escola foi invadida algumas vezes por pessoas estranhas à comunidade, que assaltaram ocupantes e roubaram objetos da escola. Na noite do dia 12 de dezembro, isto ocorreu novamente. Assim, os estudantes e aqueles da comunidade que prestam apoio à ocupação entendem que já não é possível garantir a segurança, optando por desocupar a escola. Desta forma, a EE Victor

Jara foi desocupada, não estando mais sob responsabilidade dos estudantes e voltando a estar sob responsabilidade da Diretoria Regional de Ensino da Leste III.
A LUTA CONTINUA!
NÃO TEM ARREGO!”

A reconstrução do que aqui foi caracterizado como uma segunda etapa da ocupação, cujo saldo seria negativo, buscou destacar o que está sendo caracterizado como uma rede de atores da ordem, nos termos deste estudo de caso.

No contexto da Zona Leste da cidade de São Paulo, estes atores figuram em oposição a um movimento cujo sentido e dinâmica é o do questionamento da ordem e da elaboração de outros regimes de convivência, relações, práticas e discursos. Igreja, polícia, famílias e burocracia escolar aparecem nos relatos dos adolescentes como imposição de práticas pautadas na negação da subjetividade e agência, controle de movimentos, estabelecimento de hierarquias por meio de constrangimentos físicos e psicológicos. O sentido desta relação é o da manutenção e reprodução da ordem em diversos planos, como o do trabalho doméstico, da sexualidade, do trabalho desassociado das vontades e sonhos dos jovens e da apropriação do espaço. Por sua vez, a experiência dos estudantes se coloca como negação deste complexo, como desestabilização das ordens estabelecidas e de seus expedientes de controle. No entanto, a ocupação se coloca um passo além do discurso questionador, uma vez que, pelo elemento auto gestor, reúne, produz e potencializa experiências múltiplas que oferecem uma alternativa vivida a esta ordem. Desafiados pelo movimento dos secundaristas, no plano local, estes agentes da ordem articulam discursos e ações que desestabilizam e depõe a deposição da ordem que a ocupação representava.

Este processo passa, no entanto, pela mobilização de outros atores e regimes discursivos centrais no cotidiano da comunidade. A recorrente associação do movimento ao crime ativa o discurso que sustenta a segregação estrutural que caracteriza a cidade de São Paulo e a experiência de diferenciação das classes populares no interior deste regime discursivo. Este regime de segregação corresponde ao que Feltran (2008; 2011) e Teresa Caldeira (2000) trabalham, respectivamente, como gestão das fronteiras de tensão e uma cidade de muros.

O crime enquanto relação na comunidade, no entanto, é também um agente da ordem, uma vez que repete junto aos jovens a “imposição de práticas pautadas na negação da subjetividade e agência, controle de movimentos, estabelecimento de hierarquias por meio de constrangimentos físicos e psicológicos”. A contribuição de Pavez (2016) destaca a sedução que o crime exerce sobre jovens cuja sociabilidade é marcada por individualismo, violência, desejo de consumo e negação do respeito. O crime oferece uma alternativa à ordem legal, mas não rompe com seus horizontes, atuando também no registro da violência, da ostentação e da autoridade. O crime oferece dinheiro fácil e vida curta, enquanto os regimes oficiais oferecem maior estabilidade e conforto moral em uma vida de privação e precariedade. Acompanhando os relatos dos jovens, percebe-se como atua o mundo do crime no seu imaginário. Conheci Marília (17) no início de 2016 e ela me contou que havia perdido um primo que gostava muito. O rapaz de vinte e poucos anos, que tinha um irmão gêmeo, havia morrido em condições mal explicadas não muito tempo antes de nossa conversa. No fim de 2016, em uma atividade do coletivo Malambe, reencontrei Marília. A menina havia acabado de perder o outro primo. O rapaz ficou desaparecido alguns dias e, quando a mãe ligou para a polícia, teve a informação de que seu filho estava no Instituto Médico Legal. Foi encontrado baleado em um terreno não muito longe de onde a família mora. Marília estava bastante triste e não conseguiu fazer o ENEM, que ocorreu enquanto o primo ainda era considerado “desaparecido”. A jovem completa o quadro dizendo que seu tio, pai dos dois rapazes mortos, “é do corre” e que estava sempre envolvido em disputas na região. Foragido da polícia, o tio vive na casa de Marília, causando apreensão na menina e no restante da família.

Por outro lado, muitos dos meninos com quem conversei demonstram alguma sedução pela estética do crime. Não são envolvidos diretamente com as atividades, mas adotam, uns mais e outros menos, a estética da violência do “comando”. Certo dia um dos jovens postou uma foto de Marcos Camacho (o Marcola), líder do PCC, em sua página do Facebook. O texto que acompanhava a foto elencava qualidades daquele que é apontado como a liderança da maior facção criminosa do país. Em muitos casos, o crime surge no repertório quando o assunto é polícia, expressando uma relação entre a violência ilegítima e cotidiana da corporação e o único ator que

faz a polícia sentir o que jovens da periferia sentem quando lidam com policiais. O dinheiro fácil do “mundo do crime” encontra paralelo na “violência fácil” como vingança.

A experiência de mobilização dos secundaristas da Zona Leste de São Paulo neste estudo de caso pode ser tomada como uma tentativa de criar outro mundo entre a oposição engendrada pela segregação; entre a vida de controle e sequestro da subjetividade e do corpo pela ordem legal, familiar e religiosa, e a ordem do “mundo do crime”. No entanto, o cerco deste conjunto de agentes se fecha sobre a experiência dos jovens, forçando-os a se situar em um dos dois lados.

Importa diferenciar, ao menos em linhas gerais, estes atores e estruturas que compõe a realidade estudada e sua relação com a experiência social e política dos adolescentes. A partir dos relatos percebe-se uma disposição de ruptura dos jovens com a burocracia escolar e, especialmente, com a polícia. Em menor medida, também com a família. Por outro lado, a igreja e o crime, são atores que figuram na vida dos jovens com maior legitimidade, cada um a seu modo e de modo contraditório.

A negação dos agentes do Estado – burocracia escolar e polícia – se dá por completo nos momentos de maior tensão, por meio da ridicularização e do conflito aberto. De modo diferente, quando se encontram sob ataque da igreja, o impacto na subjetividade dos jovens durante a experiência é mais intenso e desestabilizador, produzindo oscilação de suas crenças e práticas. De maneira correlata, mesmo que não participem efetivamente das atividades do crime, esta estrutura goza de maior legitimidade perante os jovens. No caso da igreja, o tecido sobre o qual sua influência se efetiva é o das relações sociais e do julgamento moral coletivo, sendo esta a estrutura que consegue, efetivamente, fazer dos olhares da comunidade um elemento que faz o jovem periférico oscilar na adoção de valores que rompem com o status-quo. No caso do crime, analisando especificamente a postura dos jovens deste estudo de caso, o respeito opera em dois níveis articulados, o da coerção e o do consentimento. A coerção como medo daquele que dispõe e faz uso da violência, constrói hierarquias no interior do espaço que domina. O consentimento pela sedução que o crime enquanto oposição armada à polícia – que “*põe medo na polícia*” nas palavras de um dos adolescentes entrevistados – desperta nos jovens; e pelo

enraizamento e pelos acordos (respeitados) com a comunidade que constituem o crime. A polícia também dispõe da violência e produz medo. Contudo, encarnando o Estado e reunindo em si toda a materialidade e a simbologia da segregação social, atuando como agente externo de garantia da não transposição das fronteiras e da agressão descontrolada no cotidiano, figura como elemento externo, como inimigo a ser combatido e como objeto de vingança.

Assim, gozando de níveis de legitimidade diferentes perante os adolescentes, estes agentes atuam de modo articulado para conter ou esvaziar o engajamento dos adolescentes periféricos. Os mecanismos de gestão das populações periféricas operam a partir da cisão física e discursiva entre centro e periferia, entre “cidadãos merecedores de direitos” e “mundo do crime”; não apenas nas lógicas estatais, mas também no interior das comunidades. Estes mecanismos, produzidos e reproduzidos em uma sociedade “obcecada por segurança e discriminação”, parecem ter sido reaproveitados, no caso estudado, para conter uma mobilização política da juventude na periferia paulistana.

Feltran (2011) se ocupa em seu trabalho mais das dimensões morais do padrão atual de gestão das fronteiras que marca a cidade de São Paulo. Neste estudo de caso, a lógica demonstrada pelo autor passa a operar no nível da ação política coletiva. Professores e diretores de escola figuram ao lado de famílias, igreja e polícia quando se trata da gestão física e moral das fronteiras entre o que seriam “cidadãos de bem” e “bandidos”. Os relatos presentes neste trabalho revelam a atuação desta rede de atores operando não na demarcação de legitimidade com o crime, mas sim com a contestação política. Isto é, no momento em que emerge um movimento político que contesta as diferentes autoridades, os agentes passam a operar não apenas no controle das fronteiras entre o crime e o direito, mas entre a ordem e a crítica.

O cerco realizado por este conjunto de atores à ocupação da EE Victor Jara acabou por levar à desocupação da escola por parte dos adolescentes e seu movimento. O *timing* deste desfecho um tanto dramático, no entanto, esteve ao lado dos secundaristas, que desocupavam sua escola na mesma semana em que Geraldo Alckmin publicava um decreto “revogando” a medida e o Secretário de Educação

entregava sua carta de demissão. Houve muita discussão no interior do movimento a respeito do caráter do recuo do governo. Na prática, o fechamento de escolas previsto para o ano de 2016 não aconteceu, como serve de exemplo a própria EE Victor Jara. Por outro lado, Governo e agentes das diretorias regionais de ensino seguiram assumindo posturas que vão no sentido de efetivar a implementação da proposta. Exaustos e isolados em sua comunidade, mas carregando uma experiência nova de sociabilidade criada por eles próprios, os adolescentes da EE Victor Jara podiam, enfim, comemorar o não fechamento de sua escola em 2016.

4. DESDOBRAMENTOS DE UMA POLITIZAÇÃO CONTRA A ORDEM NA ZONA LESTE: IMEDIATISMO, AUTONOMIA E AÇÃO DIRETA

Neste capítulo o objetivo é apresentar um conjunto de dados etnográficos e debate-los buscando identificar os rastros deixados pelo processo inicial de politização dos jovens após o fim da onda de ocupações. Acompanha-se nesta seção o engajamento dos jovens da Zona Leste deste estudo de caso com diferentes movimentos e situações pelas quais passaram ao longo do ano de 2016. A relação entre sua formação política e outros atores e instituições é perpassada pelo imaginário construído em processos concretos de mobilização e pela condição periférica de seu cotidiano. Neste entrecruzamento, pretende-se mostrar as características de sua disposição para o engajamento e a relação entre este e, principalmente, projetos universalistas e as instituições representativas.

Após a desocupação da EE Victor Jara, momento em que a mobilização se encontrava em sua terceira etapa, com trancamentos de ruas e avenidas da capital, o engajamento das meninas e meninos prosseguiu de diversas formas, mas de modo diferente. Fizeram parte destes desdobramentos eventos relacionados à pauta da educação, assim como questões da conturbada conjuntura nacional no período. Além disso, mais uma vez o coletivo Malambe muda sua sede, passando e se estabelecer em uma comunidade no Parque do Carmo, o Jardim Helian, tornando a intensidade do convívio com o cursinho por parte dos jovens menor.

Logo depois das ocupações, os adolescentes e uma série de atores com os quais haviam estreitado laços ao longo dos meses finais de 2015 viram-se desafiados pelos desdobramentos mais imediatos das ocupações: represálias vindas de professores e da burocracia escolar, a organização de uma chapa para o grêmio da escola, participação em reuniões e assembleias do comando das ocupações, a produção de um jornal que buscava reunir e mobilizar estudantes de três escolas da Zona Leste de São Paulo e, perpassando tudo isso, a tarefa que se colocaram de denunciar medidas que buscavam esvaziar a escola (diminuindo matrículas, períodos, etc.) como forma de levar adiante a ideia de seu fechamento.

A punição aos alunos envolvidos com a ocupação veio por meio do isolamento no cotidiano das atividades escolares, por exemplo. Foi o caso de Raquel (17), que ficou em uma sala e todas as amigas em outra quando recomeçaram as aulas. Como

vimos em outro momento, a relação da menina com o ambiente escolar mudou após a ocupação em diversos aspectos, dentre os quais o rompimento com a timidez e o retraimento que marcavam Raquel, produzidos por episódios anteriores de bullying e situações domésticas de violência física e simbólica. Felipe (15), segundo relatos dele próprio e de vários colegas, passou a ser responsabilizado por “*tudo o que acontecia na escola*” e acumular suspensões que, por sua vez, colocavam a família e o menino em tensão. A reação dos adolescentes é, novamente, de conflito com a burocracia escolar, e de desgaste emocional, além da desestabilização de vínculos. O engajamento cobra um preço no cotidiano.

No que diz respeito às ações da burocracia escolar que buscam efetivar o esvaziamento da escola, mesmo após a derrota da chamada “reorganização escolar”, os adolescentes relatam que a diretoria informava pais que vinham matricular seus filhos na escola que a unidade “não tinha vagas”. Buscando fazer frente a tal medida, os adolescentes que haviam se engajado na ocupação fizeram uma campanha no bairro informando que as vagas existiam e pedindo para que jovens ou seus pais fizessem, em grande número, matrículas na EE Victor Jara. A campanha, contam os jovens, atuava principalmente no sentido de desfazer uma imagem negativa da escola, construída pela sua associação ao crime no discurso de um conjunto de atores da comunidade. Este elemento é importante e repõe a discussão realizada no capítulo anterior de que os regimes discursivos de segregação atuam, internamente à realidade vivida por esses jovens, não apenas do ponto de vista moral, mas também diretamente como repressão política. Isto é, a oposição entre “cidadãos” e “bandidos”, trabalhada por Feltran (2008; 2011) e Caldeira (2000), como modo de diferenciação no interior das comunidades periféricas, é reapropriada na luta política como instrumento de repressão ao engajamento de jovens periféricos que nada tinha a ver com o crime organizado. A campanha dos meninos e meninas deu certo e o primeiro ano do ensino médio aumentou em duas salas devido às matrículas.

Paralelamente, envolvidos na referida rede de atores marcados por novas formas de ativismo, os adolescentes engajaram-se na luta contra o aumento das tarifas do transporte de 3,50 para 3,80 reais, desde janeiro de 2016. As manifestações

convocadas pelo MPL¹⁷, se colocavam como uma continuidade da mobilização secundarista do ano anterior, novamente, tanto no que diz respeito às formas de luta quanto no que diz respeito ao conjunto de sujeitos envolvidos. No entanto, as mobilizações contra o aumento das tarifas do início de 2016 não atingiram as grandes dimensões de suas correlatas em anos anteriores ou da mobilização secundarista de 2015. Os secundaristas, contudo, foram componentes expressivo nos atos de rua, o que expressa a manutenção de seu engajamento (Campos, A. et al, 2016). Quanto aos secundaristas da Zona Leste de São Paulo que compõe esta investigação, sua participação foi intensa nos primeiros atos, mas passou a ser menor em seguida, o que discutiremos mais adiante.

Na virada de março para abril de 2016, um escândalo envolvendo o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) e, novamente, o ensino público fazia secundaristas por toda a cidade de São Paulo iniciarem um novo ciclo de mobilizações. O motivo era, ao mesmo tempo, uma sensível piora da qualidade e da quantidade da merenda oferecida nas escolas públicas e a denúncia de desvios nas verbas da merenda na administração estadual¹⁸. O encontro entre o incômodo do dia a dia e corrupção no “andar de cima” tinha potencial explosivo sobre os rastros organizativos e subjetivos deixados pela mobilização secundarista iniciada em setembro de 2015.

Uma força-tarefa da Polícia Civil e do Ministério Público, a Operação Alba Branca, investigava, desde janeiro de 2016, o pagamento de propinas, fraudes de licitações e superfaturamentos de produtos agrícolas usados nas merendas da rede estadual, envolvendo nomes próximos ao governador Geraldo Alckmin (PSDB). O Ministério Público identificou que os desvios de verbas públicas ocorreram em contratos que somavam 38 milhões de reais¹⁹.

A mobilização acompanhava o crescimento das denúncias. Muitos esperavam, desde o início, uma retomada das ocupações de escola e que a amplitude do movimento do ano anterior se reproduzisse em poucas semanas. Como pauta, os

¹⁷ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/08/mpl-realiza-atos-contr-aumento-da-tarifa-em-tres-capitais.htm>. Visualizado em 08/12/2016.

¹⁸ http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/07/politica/1460065823_737538.html. Visualizado em 08/12/2016.

¹⁹ <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/06/fraude-na-merenda-movimentou-mais-de-r-389-milhoes-de-verbas-publicas.html>. Visualizado em 08/12/2016.

secundaristas reivindicavam que fossem interrompidos os “fechamentos de salas” pela burocracia escolar, que as merendas voltassem e melhorassem e que fosse instaurada a “CPI das merendas”. O repertório dos estudantes nesta mobilização continuava articulando protestos de rua – que tinham como foco o Palácio dos Bandeirantes e a Secretaria Estadual de Educação, na Praça da República – e o uso das redes sociais. Um exemplo foi a página “Diário da Merenda”, no Facebook, que publicava fotos enviadas pelos alunos referentes às merendas servidas em suas escolas. Os relatos davam conta de que o arroz e o feijão haviam sido substituídos por bolachas e barras de cereal desde o início do ano letivo. Outro componente desta mobilização era a unidade entre as escolas públicas estaduais e as escolas técnicas.

A repressão policial foi violenta desde o início destas mobilizações e ocorria paralelamente aos desdobramentos das denúncias de violência policial referentes à mobilização do ano anterior. Por exemplo, no dia em que ocorria um dos atos estudantis que pediam, nas ruas, a instalação de uma CPI sobre os desvios da verba das merendas escolares, ocorria também uma audiência de análise de denúncias de violência policial relativa às ocupações pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão ligado à OEA (Organização dos Estados Americanos) que monitora violações no continente. Estiveram presentes nesta audiência uma estudante secundarista, mães representando o Comitê dos Pais e Mães em Luta e duas advogadas da ONG de direitos humanos Artigo 19, autores da denúncia²⁰.

Neste novo ciclo, as escolas técnicas ganhariam mais protagonismo. Em 28 de abril, um grupo de estudantes decidiu ocupar a sede do Centro Paula Souza, autarquia que administra as Etecs (as escolas técnicas do Estado de São Paulo), para reivindicar que todas as escolas da rede tivessem alimentação adequada. Esta ocupação seria o símbolo deste novo ciclo. Inspirados, estudantes de outras Etecs começaram a ocupar as unidades em que estudam, como foi o caso da Etesp (região central), Etec Paulistano (zona norte) e Etec Professor Basilides de Godoy (zona oeste) que tiveram as aulas suspensas. Em 2 de maio, a Tropa de Choque da Polícia Militar invadia o Centro Paula Souza com um mandado de reintegração de posse. Horas depois, a justiça contrariava a ação e os estudantes revigoravam sua ocupação,

²⁰ <http://artigo19.org/blog/2016/03/28/secundaristas-denunciam-estado-brasileiro-em-comissao-interamericana/>. Visualizado em 08/12/2016.

comemorando uma vitória contra a polícia. Em 3 de maio os estudantes ocupavam o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), do qual sairiam com uma vitória: deputados estaduais assinavam em número suficiente o pedido de instalação da “CPI da merenda”²¹. Em meados do mesmo mês, o movimento ampliaria sua atuação para a ocupação de escolas estaduais e diretorias de ensino. A centralidade permaneceria, no entanto, em torno dos estudantes das Etecs, que somavam 15 ocupações. A dimensão do movimento não reproduziu a dos meses de novembro e dezembro de 2015, mas não foi pequena.

Neste ciclo, a EE Victor Jara não foi ocupada. Mas o coletivo Malembe e os adolescentes da escola que haviam se envolvido com o processo de mobilização do ano anterior – que sofria também com a queda na qualidade e na quantidade de merenda – mantinham-se engajados. Na Zona Leste, seja na escola ou no espaço do cursinho, debatiam a questão e se organizavam para participar dos atos. O contato com adolescentes de outras escolas da capital era mantido pela internet e em encontros nas reuniões e assembleias do conjunto do movimento que se manteve articulado.

Neste período, pude perceber algumas tensões no interior do movimento a partir da visão dos adolescentes da Zona Leste. Demonstravam incômodo com a centralidade, por exemplo, da EE Fernão Dias. Centralidade aqui tem dois sentidos. Por um lado, sentiam-se de alguma forma preteridos. A solidariedade dada aos estudantes mobilizados no bairro de Pinheiros não chegava à Zona Leste com a mesma frequência e entusiasmo. As palavras de Rômulo (18) demonstram este incômodo:

“mano, o que me incomoda assim não é o apoio que as pessoas dão pra galera do Fernão. Da hora darem apoio... Mas assim, tudo é Fernão, na TV, na internet... aí as pessoas quando vem aqui só falam do Fernão... e a gente tem muito mais problema que o Fernão. Cê acha que a polícia faz no Fernão o que faz aqui? E também assim... os moleque do Fernão quer fazer tudo lá. O comando das ocupações é lá, os atos são lá.. tudo é lá. E se não tivesse tido um monte de escola ocupada na periferia, tá ligado? Nem ia ter Fernão mais... Aí

²¹ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/05/10/alesp-diz-que-possui-assinaturas-suficientes-para-abrir-cpi-da-merenda.htm>. Visualizado em 08/12/2016.

assim, pros 'playboy' do Fernão tem cobertura o dia todo, doação, show... Aqui o bagulho é diferente... a gente não pode ocupar de novo, por exemplo... muita treta... ainda tem uns que dizem que aqui a gente 'amarelou'... queria ver eles dormir uma noite aqui no fim da nossa ocupa".

(Rômulo, 18 anos)

O incômodo do garoto revela muito. As referências às escolas da periferia são, de fato, poucas. Os artigos de opinião que retratam as ocupações partem majoritariamente das experiências da EE Fernão Dias, da EE Maria José, da EE Caetano de Campos e de outras escolas do centro expandido de São Paulo. Esta mesma "centralidade" figura no apoio de personalidades, intelectuais e ONGs.

Ao mesmo tempo, a oposição que o menino estabelece entre a EE Victor Jara e o "Fernão" ecoa a segregação da cidade e os discursos de diferenciação internos e externos às periferias. Por um lado, demonstra a concretude das diferenças: a periferia é mais violenta em todos os sentidos. A presença do crime organizado e dos "nóias" e o regime de atuação da polícia são elementos que fazem da experiência dos jovens desta região da cidade uma e a daqueles que estudam no centro da cidade, mesmo sendo residentes de outras periferias, outra.

A conversão dos estudantes do "Fernão" em "playboys", no discurso dos meninos da Zona Leste, também é sintomática. Obviamente, do ponto de vista da renda e do local onde moram não são parte da elite paulistana. Aqui vemos, no entanto, uma operação discursiva inversa àquela apontada por Feltran e Caldeira. Os regimes discursivos de segregação entre o centro como detentor de direitos e a periferia como representação da violência fundam-se em uma caracterização homogeneizada da periferia em seu conjunto produzida a partir das imagens mais violentas, "criminosas" e ameaçadoras ao que se poderia chamar de um Estado de direito restrito. A partir daí, segrega-se os moradores da periferia, que passam a ser objeto de contenção. Estes moradores, por sua vez, retraduzem estas categorias para um processo de diferenciação interna às fronteiras periféricas, em que se hierarquizam em um processo que inferioriza aqueles que vivem em condições de maior precariedade ou envolvimento direto ou indireto com o crime ou a informalidade. Procurou-se demonstrar no capítulo anterior como este processo foi posto em

funcionamento pelos agentes da ordem para desestabilizar e derrotar o movimento dos estudantes, associando-os ao crime.

Aqui, por outro lado, o processo de diferenciação inverte-se. Quando Rômulo afirma que os alunos do “Fernão” são “palyboys” – expressão que foi utilizada recorrentemente e por diversos jovens da Zona Leste quando se referiam a estudantes de escolas de destaque do centro da cidade – parece estar revalorizando a sua própria condição. Viver a periferia no extremo é “mais difícil”. O processo aproxima-se mais àquele descrito por D’Andrea (2013), em que o “periférico” se contrapõe ao “boy” na chave do reconhecimento e autovalorização, “hackeando” os regimes físicos e discursivos da segregação.

A necessidade de desfazer estigmas, para os adolescentes da Zona Leste, é permanente, dentro do bairro e com outras pessoas que vivem em outras periferias. Uma adolescente que morava com a mãe em José Bonifácio e passou a morar com o pai em Pirituba conta, por exemplo, que costuma mentir ao pai quando vai visitar os amigos no seu antigo bairro. A menina reproduz o discurso do pai:

“Nossa, ele é muito noiado... quando eu falo que vou na casa da Amanda ele diz que não... que na leste tem muito bandido, que morre gente todo dia, que isso e que aquilo... eu nem falo mais porque senão ele não me deixa...”

(Marta, 19 anos)

Outra experiência que presenciei em campo agrega uma dimensão mais espacial ao mesmo problema. Foram duas ocasiões, uma quando fui acompanhar uma das reuniões de organização da militância dos adolescentes e outra quando fui até o bairro de José Bonifácio encontrar um menino para uma conversa e depois irmos juntos a um dos atos que reivindicava a instalação da CPI da merenda.

Na primeira ocasião, os adolescentes iriam fazer uma reunião voltada à produção de um jornal de estudantes da Zona Leste. Os apartamentos da Cohab são pequenos e as famílias são grandes, de modo que as casas dos meninos e meninas não são locais disponíveis para realizar reuniões, além da indisposição de muitos pais em receber tal tipo de atividade. Também não existem espaços públicos que poderiam

acolher uma iniciativa como essa. A escola, evidentemente, após a ocupação e sua consequente perseguição aos alunos, não era um lugar amigável. A saída foi buscar o espaço de um aliado, a subsede da Zona Leste da APEOESP, dirigida por grupos da “oposição de esquerda” à direção majoritária do sindicato docente, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A localização é próxima à estação Dom Bosco da CPTM, sendo um ponto entre o bairro em que moram e estudam e o centro da cidade.

O deslocamento é de uma estação. No entanto, para andar uma estação é necessário pagar. Os adolescentes com quem conversei foram contemplados pela propagandeada “tarifa zero” nos ônibus, trens da CPTM e metrô para estudantes de escolas públicas. No caso de trens e metrô, no entanto, os estudantes podem usar apenas 48 passagens gratuitas por mês. Se não usarem, as passagens não ficam acumuladas para o mês seguinte. No dia da reunião na subsede da APEOESP, um menino e uma menina não tinham dinheiro para a passagem. No dia do ato pela instalação da CPI da merenda, outro menino não contava com o dinheiro da passagem para ir à Avenida Paulista. Conversando com Natalia, confirmei que a falta de dinheiro para o transporte é recorrente entre os jovens e afeta diretamente sua experiência política e cultural na cidade.

Nesse sentido, o componente espacial da distância entre o centro e a periferia tem uma série de impactos na experiência política. O fato de as reuniões do comando das ocupações, por exemplo, se darem na EE Fernão dias representava, segundo os estudantes da EE Victor Jara, um impedimento para sua participação em grande número, o que acabava por fazer com que a expressão unificada do movimento se desse por meio daqueles estudantes que estavam no centro.

Por outro lado, a ideia de que uma rede de novos ativismos dedicados ao “trabalho de base” cumpre papel de conectar as experiências políticas constituídas nas periferias ganha uma nova dimensão. Esse papel de conexão passa por uma dada condição material, necessária para se fazer presente em diversos pontos da cidade, que se verifica especialmente em jovens oriundos das camadas médias. Por um lado, é importante indicar que há um forte elemento de troca e de mútua transformação entre indivíduos com origens diferentes em diversos aspectos. Por outro, é igualmente válido e necessário reconhecer que, do ponto de vista de uma

política itinerante – que emerge em diferentes pontos do grande território de uma metrópole na qual o deslocamento requer dinheiro –, as condições financeiras diferenciadas dos indivíduos colocam condições diferenciadas de presença na política. Enquanto um grupo social, por suas condições, passa a desempenhar com mais facilidade uma função de articulação; outro, pela carência, reforça sua relação com o imediato. A orientação horizontal, de revezamento no cumprimento de tarefas e de ruptura com a ideia de representação – efetivamente buscada pelos ativistas que se encontram nesta experiência heterogênea do ponto de vista da origem de classe – é cortada por um fator eminentemente material que repõe certa “divisão do trabalho” na organização e na ação política.

O deslocamento como obstáculo, próprio da condição periférica, reforça na experiência política destes meninos e meninas da Zona Leste de São Paulo a ligação com o imediato, com o local, valorizada em oposição ao centro e ao geral. Em algumas conversas, os adolescentes apresentaram a construção de um jornal de estudantes da Zona Leste em oposição a experiências centralizadas, como atos contra o aumento das tarifas e reuniões do comando das escolas ocupadas. Em uma conversa com Amanda (17), a menina exemplifica esta visão:

“Muita gente apoiou nosso movimento e disse que a gente era uma esperança assim... Mas é foda, porque agora querem que a gente faça tudo... os secunda tem que derrubar a tarifa, os secunda tem que defender o PT, os secunda isso, os secunda aquilo... Tipo, calma também sabe... a gente ta se fodendo aqui com diretor da escola que ta boicotando nossa chapa pro grêmio... então, tipo, ‘beleza a gente é contra o aumento da tarifa’ mas se a gente não fizer as coisas aqui ninguém faz... aí vem o Mal Educado e diz que a prioridade deve ser o preço da passagem... mas ninguém vem aqui né? Por isso que a gente ta fazendo o jornal, porque o jornal é uma coisa nossa sabe? A gente tem que se fortalecer aqui... porque aqui é a gente que faz”.

(Amanda, 17 anos)

A fala de Amanda alimenta a ideia de que os adolescentes da Zona Leste deste estudo de caso reformulam as diferenças impostas na cidade de São Paulo, fazendo um juízo positivo e necessário na atuação local, que vai no sentido de uma “coisa nossa” porque “a gente que faz”.

Destes episódios, pode-se sugerir a apreensão de dois elementos. Por um lado, um contorno que se aproximaria de uma identificação de classe ou periférica consciente dos jovens, construída a partir de sua realidade vivida. A categoria de “Sujeito periférico” formulada por D’Andrea (2016) contribui para a descrição dessa identidade. “Sujeito periférico” diz respeito a um fenômeno social referente ao morador da periferia, especialmente sua parcela mais jovem, que:

“passa a fazer um uso político do termo periferia, assumindo-o com orgulho, lutando contra os estigmas que recaem sobre ele, e, por meio de uma série de ações, incidindo sobre as condições de vida na própria periferia”. (D’Andrea, 2016; p. 1)

A constituição deste sujeito periférico se daria no encontro de três vetores: “*a questão urbana propriamente dita*”; uma “*experiência comum compartilhada*”; e uma “*necessidade histórica de rompimento de mediações*” (D’Andrea, 2013; 2016).

Este conjunto de elementos está presente na forma como os adolescentes da Zona Leste narram sua participação na política e seu sentimento em relação a ela. No entanto, é importante apontar que, neste estudo de caso, a condição periférica não é suficiente para produzir uma unidade do conjunto de sujeitos que vivem estas condições na cidade, nem enquanto sujeitos periféricos “em si” e nem enquanto sujeitos periféricos “para si”, para fazer uma analogia a condição de consciência de classe nos termos clássicos colocados por Marx²². O “sujeito periférico” de D’Andrea (2013) compreende um elemento de consciência que não é automático de seu posicionamento na estrutura socioeconômica e de inserção no espaço urbano, sendo, portanto, um sujeito periférico “para si”. A discussão sobre um pertencimento amplo à uma (grande) “periferia” enquanto identidade e disposição política na produção de D’Andrea compreende a ideia de que, ainda que as condições concretas sejam bastante diversas, a experiência sócio espacial compartilhada por moradores de diferentes periferias conformaria uma identidade unificada. D’Andrea (2013) recupera uma frase do rapper Gog que diz: “periferia é periferia em qualquer lugar porque é

²² “As condições econômicas transformaram a massa do país em trabalhadores. O domínio do capital criou uma situação comum, interesses comuns a esta massa. Assim, esta massa já constitui uma classe frente ao capital, ou seja, uma ‘classe em si’, mas não ‘por si mesma’. Na luta, esta massa se une, constitui uma classe ‘por si mesma’. Os interesses que defendem se tornam os interesses da classe”. Marx, K. Miséria da Filosofia, 2009.

uma essência única”. Nas palavras de D’Andrea, “essa variedade de situações ganha unidade por meio de uma autoatribuição em princípio subjetiva, expressa no sentir-se periférico” (D’Andrea, 2013; p. 138).

Os adolescentes deste estudo de caso, no entanto, enquanto sujeitos moradores de uma periferia, apresentam um forte componente local em sua identidade, visão de mundo e disposição política. Este “sujeito da leste” se reforça ao no interior da própria condição social e no interior do próprio conjunto de atores engajados desta condição.

Este componente nos faz destacar a terceira dimensão da formulação de D’Andrea (2016), que seria a necessidade de romper mediações. A necessidade de romper mediações corresponde a que os moradores da periferia teriam iniciado um *“ciclo histórico de não aceitação de intermediários para dizer o que são ou como devem pensar”*. Em outras palavras, são aqueles que *“tomaram a palavra para falar de si mesmos na esfera pública”* (D’Andrea 2016; p. 3). Não aceitação de intermediários não implica, na experiência dos jovens estudados, nem mesmo a possibilidade de representação por parte de outros que compartilham uma condição social de alguma forma periférica. O que nos leva a destacar um componente de diferenciação que opera permanentemente e que vai no sentido oposto de uma ideia de universalismo. Emerge assim uma dimensão que aponta para certa individualização/particularização mesmo no processo de engajamento político.

Tratar nesses termos, neste estudo de caso, implica em indicar traços de desconfiança e de individualismo que perpassam a experiência histórica e concreta destes sujeitos. Recupera-se aqui, para dar conta do caso, o abandono do universalismo na construção do Estado de direito e o individualismo que marca a geração destes jovens (Feltran, 2008), como elementos que se expressam no interior da ação política. Em outras palavras, pode-se sugerir que a ação política que se forma a partir da experiência vivida e constitutiva desses jovens não rompe com esses elementos.

Esta indicação parte do conjunto de experiências que marcou o início do ano de 2016 para além de suas fronteiras, onde uma dimensão universalista poderia ser testada. Isto é, após o fim das ocupações, lutas unificadas num plano mais abstrato que não a realidade imediata do bairro e da escola onde estudam passaram a se seguir, como no caso das tarifas do transporte e naquele referente às merendas escolares. Ao invés de adesão a estas lutas, o que se verificou aproxima-se mais de um processo de desconfiança, recusa e retorno à condição imediata. Isto não quer dizer, deve-se ressaltar, que não se manifeste solidariedade. Os adolescentes com quem conversei expressam indignação com a situação geral da juventude das outras regiões, de outras cidades e estados e com o conjunto de pessoas afetadas por medidas como o aumento das tarifas de transporte público. No entanto, enfocando o engajamento propriamente dito, existe uma necessidade de “estar presente” para que ele seja reivindicado. É como se uma política na qual não se pode estar presente e/ou que não tenha relação imediata com a sua realidade vivida não fosse uma política a ser reivindicada como sua. Há um elemento de rompimento com a representação e a mediação, ao mesmo tempo em que se manifesta um elemento de individualismo, que ecoa desde o cotidiano.

Em termos mais objetivos, com o avançar das mobilizações contra o aumento das tarifas e pela instalação da CPI das merendas, ambas materializadas no centro da capital – por estudantes secundaristas (periféricos) ou não –, os adolescentes da Zona Leste deste estudo de caso voltam-se para a sua realidade mais imediata e a definem como prioridade, o que se expressa em “a gente tem que se fortalecer aqui... porque aqui é a gente que faz”. Esta expressão ecoa uma outra, utilizada por Feltran (2011), “o lugar é aqui e o tempo é hoje”, mostrando um engajamento político que carrega consigo as visões de mundo formadas no cotidiano e adolescentes do seu tempo, um tempo em que o individualismo e a individualidade saltam ao centro das relações sociais e das disposições nas mais variadas esferas da vida.

Das experiências de engajamento dos jovens da Zona Leste com estas mobilizações que acompanhei, uma me chamou atenção. No Centro Paula Souza ocupado, fui passar uma madrugada com dois adolescentes da EE Victor Jara que haviam atravessado a cidade para participar do processo. Chegando lá, vi os dois meninos fora do prédio, no outro lado da rua. A madrugada era fria e, tanto na

imprensa como nos meios de esquerda, o movimento era apontado a todo o momento como algo cheio de potencial. Não havia porque estarem do lado de fora. No entanto, a conversa com os jovens logo revelou o motivo de estarem do outro lado da rua. Felipe (15) disse que a ocupação era “dos moleque do Fernão” e que não voltaria mais ao centro da cidade para acompanhá-la. A justificativa do garoto era de que para ele era difícil estar ali, que já era a segunda vez que comparecia e que os contatos com a imprensa eram feitos sempre pelos “famosinho do Fernão” e a assembleia era “dominada pelos moleques do centro”. Rogério (17) complementou: “Mano, que que a gente vai fazer aqui? Bater palma? Queria ver se ia ter esse monte de gente no Victor Jara se a gente ocupasse”.

Como se pode perceber, há uma necessidade de participar “em primeira pessoa” da política. Estes dois processos de mobilização apresentam uma diferença grande em relação às mobilizações secundaristas do ano anterior. Em 2015, constituiu-se um movimento massivo em que, em algum nível, todos eram protagonistas. A dispersão territorial – escolas ocupadas por toda a cidade – e, ao mesmo tempo, a democracia radical que caracterizaram a onda de ocupações permitia um movimento que fosse unificado sem negar a participação direta. Ainda que a mídia e diversos setores procurassem e expusessem mais umas escolas que outras, no plano imediato o engajamento se dava por meio do protagonismo e as ações questionavam cotidianamente a ordem de sua realidade vivida, personalizada nos agentes locais. Estes meninos e meninas não rompem apenas com as mediações de classe, mas com todas as mediações, valorizando a ação política quando ela permite “viver na pele” o engajamento. Mais adiante, retomaremos este argumento mostrando a afinidade que esses jovens expressam com táticas de ação direta e com estéticas anarquistas e autonomistas.

Uma das vezes que encontrei com Gil (18) foi em um ato de rua, no dia 13 de maio de 2016. Secundaristas, coletivos e movimentos convocaram uma concentração na praça do ciclista, na Avenida Paulista, para o fim da tarde. Alguns elementos que marcaram o ato foram a estética do graffiti e do pixo que dava o tom das faixas que eram produzidas na calçada, um grupo de jovens tocava trompetes acompanhando uma bateria ligada ao MPL e bandeiras de diversos coletivos e partidos políticos da

esquerda não alinhada ao PT eram levantadas. Um jogral puxado por uma menina agregou o conjunto de secundaristas ali presente e jornalistas de mídias independentes. O uniforme dos secundaristas é um não-uniforme: muitos cabelos coloridos, moicanos, dreadlocks e cabelos black power, piercings, tatuagens, broches com mensagens, skates e pinos de malabarismo. O ato é composto majoritariamente por meninas e meninos negros e as meninas tomam a frente do ato.

A feição é de disposição para o conflito e motivos não faltavam: São Paulo amanheceu no dia 13 de maio de 2016 com a reintegração de posse das três diretorias de ensino e da ETEC Tiradentes, ocupadas com o objetivo de denunciar o desvio de verbas da merenda escolar no Governo Estadual. Na operação, a polícia realizou a detenção de 89 pessoas, sendo 43 adolescentes e 46 maiores de idade. Cerca de 17 alunos que ocupavam a Escola Técnica São Paulo, no Bom Retiro, foram levados para a 3ª Delegacia Policial. Outros 15 alunos que ocupavam a Diretoria Norte 1 foram levados para a 7ª DP. Outros 35 jovens que estavam na Diretoria de Ensino Centro-Oeste foram para a 23ª DP. A página “Não fechem minha escola” anunciava, no facebook, o episódio da seguinte forma:

“URGENTE

Nesta manhã, logo após o criminoso Alexandre de Moraes ser nomeado ministro da justiça, A PM DE SÃO PAULO INVADE SEM MANDADO E DE MANEIRA VIOLENTA as ocupações Norte 1, Centro Oeste e a ETESP.

Neste momento ESTUDANTES ESTÃO SENDO LEVADOS PRESOS! Esta é uma AÇÃO CRIMINOSA QUE PRECISA SER DENUNCIADA. Precisamos de todo apoio para DENUNCIAR ESTAS ATROCIDADES. Precisamos de ADVOGADOS, IMPRENSA, CONSELHO TUTELAR E APOIADORAS/ES para garantir a proteção de todas e todos que estão sendo PRESOS ILEGALMENTE!

MARQUEM TODO MUNDO, COMPARTILHEM, COLEM NAS OCUPAÇÕES E NOS DPs!!!

#PMASSASSINA

#FORAPM

#AlckiminBandido

#AlexandreDeMoraesCRIMINOSO”

No ato, os secundaristas serviam suco e sanduiches para os presentes, num protesto irônico contra a falta de merenda na escola e o desvio de seus recursos. A manifestação seguiria descendo a rua da Consolação até o centro da capital paulista, onde encontraria o Cordão da Mentira, em um momento emocionante. A página do

Coletivo Perifatividade, que postou um vídeo²³ do momento do encontro, narrou o episódio da seguinte forma:

“No ato do cordão da mentira, saída da praça na Faculdade Largo da São Francisco, denunciando os 10 anos dos crimes de Maio. Com a presença das Mães de Maio e do Brasil. Na manhã desta sexta 13/05. Secundaristas fizeram ato simultaneamente contra as repressões e detenções pela manhã de ocupações dos secundas. SE ENCONTRAM EM UM MOMENTO HISTÓRICO E DE LUTA HORIZONTAL”.

O movimento Mães de Maio conduzia as falas do Cordão da Mentira dando centralidade aos dez anos de chacinas atribuídas à Polícia Militar que mataram, em 2006, 500 pessoas nas periferias de São Paulo. O encontro com a passeata secundarista era um encontro de gerações com forte carga periférica e de denúncia contra a violência do Estado. As mulheres mais velhas no carro de som que denunciavam o assassinato de seus filhos passavam o microfone para meninas que discursavam em defesa de seus colegas presos. O inimigo era comum: a Polícia Militar e o governo do Estado.

Durante o ato, foi anunciado de cima do carro de som a liberação de 67 estudantes, o que gerou comemoração por parte dos presentes. Os 67 foram chegando ao ato após a sua liberação, celebrados na condição de “presos políticos” que a luta havia liberado. Um destes jovens era Gil (18). Encontrei-o no meio das centenas de pessoas que se aglomeravam nas imediações do Pátio do Colégio. As palavras do jovem, carregadas de adrenalina, combinavam a alegria da liberação com sentimentos de raiva e deboche em relação à polícia, chamada pelo jovem de “porcos” o tempo todo.

A questão da violência policial aparece nesse episódio de modo também metafórico: os secundaristas poderiam ser os filhos das Mães de maio. E a raiva de Gil traz tanto elementos da experiência de militância quanto do dia a dia. A polícia não figura como obstáculo à dignidade e aos desejos do jovem *por causa* do engajamento política, mas sim *também* no engajamento político. O que se expressa em sua fala,

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=KupWHLieFhw>. Visualizado em 08/12/2016.

quando perguntei como ele estava após ser liberado e se havia sido “muito tenso”. O jovem responde:

“Ah mano... to putão... mas ta firmeza... não tenho medo desses porco lá, vou ter aqui?... Um carinha lá até falou assim que aqui no centro eles não iam fazer nada com nois, ta ligado...”

(Gil, 18 anos)

A violência policial é uma constante na vida do jovem, que encontra nela inclusive uma motivação para envolver-se com ações políticas. Seu engajamento é também contra a polícia, como agente onipresente na sua vida, sempre como obstáculo, humilhação e risco.

Aqui, vale ressaltar um pequeno detalhe que chama a atenção. No boné de Gil, havia a inscrição “A.C.A.B.”, a qual passei a perceber depois desse episódio como um pequeno detalhe muito recorrente no discurso de Gil e de outros meninos nas redes sociais. A sigla diz respeito a expressão em inglês “ALL COPS ARE BASTARDS” (“todos os policiais são bastardos”). Sua origem remete ao movimento anarquista e ao movimento punk. Foi amplamente utilizada por torcidas de futebol na Europa e retornou com força à cena de protestos de rua com a onda global de movimentos que se iniciou após a crise financeira de 2008. Dentre os secundaristas com os quais convivi ao longo deste trabalho, a expressão é frequente em postagens de facebook e nas páginas que seguem e das quais compartilham conteúdo, como “@anarquismo.liberdade”, “Bandeira Negra”, “Black Bloc São Paulo”, “Periferia Revolucionária”, entre tantas outras.

A relevância desse pequeno detalhe é identificar um repertório compartilhado por experiências de lutas radicais ao redor do mundo e o papel da internet neste processo. A sigla utilizada inicialmente por movimentos anarquistas e autonomistas, torcidas de futebol e posteriormente retomada no Egito e na Espanha não chegou aos jovens da Zona Leste paulistana pela militância do cursinho ou dos movimentos e coletivos engajados no processo de ocupação da escola. Foi encontrada na internet, na identificação que estabelecem com movimentos e ações que compartilham traços como o conflito com a polícia, por exemplo, e elaborados como parte da própria identidade nas lutas daqui e fora do espaço virtual. A haishtag “#ACAB” foi parar no

boné de Gil, no interior da ocupação da ETEC e no ato secundarista, assim como já foi pichada em muros pela cidade de São Paulo.

O confronto com a polícia possui uma dimensão especial na experiência de engajamento. Os adolescentes, particularmente os meninos, apresentam uma grande disposição e até certo “gosto” no conflito com a polícia em atos. Por um lado, este traço reforça a experiência vivida com os agentes policiais. O engajamento político em seu registro de ação direta oferece um “acerto de contas” com a polícia.

Inclusive, vale sugerir aqui um processo de aproximação e alternativa em relação ao “mundo do crime”. Aproximação no sentido estético. A Estética do crime e certa performatização de discursos e referências deste universo no conflito com a polícia são frequentes. É como se, novamente, os jovens retraduzissem a associação que os regimes discursivos de segregação estabelecem entre eles e o “mundo do crime” convertendo-a em uma ferramenta para enfrentar os policiais. Como repetiram algumas vezes ao longo de conversas, o crime é que “*põe medo*” na polícia e, em outras, falavam de modo irônico “*nois é ‘ladrão’ não é, tio?*”.

Por outro lado, o conflito com a polícia como componente do engajamento político figura também como uma alternativa ao “mundo do crime”. Isto é, por meio da ação política pode-se afrontar os agentes da ordem do Estado, coisa que na realidade periférica é “tarefa” do crime organizado. Neste sentido, um elemento que estimula a participação dos adolescentes em atos de rua no centro de São Paulo é vivenciar este confronto em um espaço no qual a violência policial é submetida a outras regras e recebe uma condenação inexistente em sua realidade imediata e cotidiana.

Essas manifestações e episódios no início de 2016 ocorreram em paralelo aos processos locais na Zona Leste, priorizados pelos adolescentes. Uma dessas mobilizações foi a que buscava a produção de um jornal local por estudantes de três escolas estaduais da região. Nesta experiência os jovens escreveram, fizeram charges, entrevistaram moradores e sistematizaram denúncias contra as perseguições que vinham sofrendo pelas diretorias das escolas desde o ano anterior. Nota-se o elemento de participação efetiva de cada menina e menino que, à luz dos

argumentos colocados anteriormente, permite compreender a valoração positiva que dava à experiência, muitas vezes vista como “mais importante” que comparecer aos atos no centro da cidade.

Também nessa experiência, pude acompanhar mais de perto a relação dos adolescentes da Zona Leste com um conjunto de atores heterogêneos: integrantes da APEOESP da Zona Leste, membros do coletivo Malambe, ativistas ligados ao movimento de cultura da região. Estes parecem ser os seus aliados principais, aqueles que “estão aqui (Zona Leste)”.

A experiência comum compartilhada trabalhada por D’Andrea (2013) como processo constitutivo do sujeito periférico teria um componente social e histórico. A referência do autor aqui é o historiador inglês E.P Thompson, para quem a “*a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se*” (Thompson, 1987, p. 9). O sujeito periférico passaria, portanto, por uma questão de reconhecimento de si, baseado em modos de agir e visões de mundo, derivadas da vivência na periferia. Este processo seria responsável por dar “*sentido e sentimento de pertença a uma coletividade*”.

Por um lado, o elemento periférico na constituição destes adolescentes enquanto sujeitos políticos se faz presente e se expressa nas oposições que estabelecem com quem não vive a sua realidade, construindo e reforçando um elemento que poderia ser visto como “de classe” em seu processo de engajamento político. No entanto, por outro lado, este vínculo baseado em um pertencimento a dada realidade se desfaz constantemente no interior da própria realidade, em oposição não apenas a agentes do Estado (como burocratas da escola e a polícia) como também às famílias, colegas, frequentadores da Igreja e outros. Desfaz-se também entre jovens que vivem diferentes condições periféricas.

Discutimos anteriormente que a experiência comum compartilhada descrita por D’Andrea (2013) como elemento constitutivo do “sujeito periférico” apresentou-se, neste estudo de caso, como um processo extremo de definição de fronteiras e formação de discursos e escolhas por diferenciação. Isso, inclusive, no interior e em relação a um conjunto de jovens que compartilham condições de vida periféricas.

Sugere-se então a presença de elementos individualistas carregados da condição histórica em que se formam estes adolescentes, e também, como consequência, uma tendência a afinidade com a ação direta e repertório autonomista, de necessária presença do “eu” na ação política e rompimento extremo com mediações.

É possível discutir, do ponto de vista do convívio desses jovens com um conjunto heterogêneo de companheiros, o peso do elemento “experiência comum compartilhada” neste caso estudado no que tange a ação política local. Este elemento age também no sentido de criar encontros políticos constitutivos com outros sujeitos e estreitamento de laços.

A experiência comum compartilhada pode ser pensada aqui como produtora de encontros e estreitamento de laços políticos com outros sujeitos, que se verifica na presença cotidiana e constante de ativistas oriundos das camadas médias nos espaços periféricos e de sua experiência efetiva e afetiva no interior de redes locais das periferias. Constitui-se uma dialética entre essas diferenças que se torna orgânica da experiência periférica enquanto atua naquele espaço e se dissolve na medida em que dele se afasta.

A referência aqui é o coletivo Malambe que exerce, enquanto ator político periférico, a tarefa de lutar contra os estigmas que recaem sobre o termo periferia, e de incidir “sobre as condições de vida na própria periferia” (D’Andrea, 2013). Como já discutido, aceitar a hipótese do “trabalho de base” (Secco, 2015) para as observações deste estudo de caso implica em dissociar a expressão de leituras baseadas nos binômios base-periferia-passiva/topo-centro-ativo. Em outras palavras, implica em rejeitar a ideia de trabalho de base como externalidade que chega à periferia e se mantém enquanto externalidade. As hipóteses que sugerem que a emergência de fenômenos de novas formas políticas nas periferias (ou que contam com jovens periféricos) do Brasil contemporâneo tem relação com um “trabalho de base” só se aplicam ao caso estudado se ressalvamos: ainda que possa haver um momento de “chegada” na periferia de um conjunto de militantes oriundos de outra vivência social, o processo desencadeado a partir deste encontro só pode ser tomado como determinante do engajamento posterior dos adolescentes após o estabelecimento de

laços e afetos que se dão no interior da experiência periférica, isto é, apenas após o compartilhamento de uma experiência comum por parte de sujeitos que se encontram na periferia.

A relação política propriamente dita se dá a partir da diluição relativa dos elementos de externalidade e internalidade. Em termos pouco mais objetivos, o “trabalho de base” só se torna relevante na atuação política destes jovens, quando aqueles que “vem de fora” passam a experimentar aquela realidade cotidianamente, tornando-se parte dela em alguma medida. Estes encontros se fortalecem na medida em que ocorrem no interior da realidade periférica e produzem ações voltadas à própria realidade periférica. Pode-se sugerir que, no caso estudado, se verifica uma espécie de *sujeito periférico ampliado*. Com esta formulação é possível manter a hipótese do “trabalho de base” e de sua efetividade e, ao mesmo tempo, manter a hipótese de que o sujeito periférico é um sujeito que rompe com mediações.

Este “trabalho de base” ocorre enquanto experiência que compreende o engajamento direto dos adolescentes periféricos, a partir de sua realidade e voltada para a sua realidade ou experiência pessoal. Ao mesmo tempo, é experiência de encontro e constituição de laços e afetos com outros sujeitos que passam a experimentar essa realidade e se somar ao processo de empoderamento destes adolescentes e intervenção na realidade periférica. No entanto, é um processo que se enfraquece na medida em que se afasta desta realidade e passa a produzir ou requerer mediações.

Natalia passou a fazer parte de um pequeno partido de esquerda ainda em 2015. Esta atuação foi posterior ao seu envolvimento com o coletivo Malambe e não estabeleceu uma relação de subordinação do coletivo ao partido no qual passou a militar. A ativista, a partir de sua presença e dos laços estabelecidos com os adolescentes, certamente é uma referência e suas posições políticas contam para a formação das posições destes jovens. No entanto, a relação não se conforma pela unidade de um polo passivo e outro ativo na formação de visões, inclusive, por ser condicionada pelo local em que se dá: a realidade da periferia. Se Natalia é uma referência por inúmeras condições para os adolescentes, na realidade periférica a sua ascendência sobre os jovens é contraposta pelo caráter de externalidade que carrega

individualmente e pela ascendência que ativistas periféricos exercem sobre a militante. Estabelece-se, assim, uma relação que não se dá de modo desequilibrado entre ela e os adolescentes, ou entre um componente oriundo do centro e componentes periféricos numa experiência de construção política de base no ambiente da periferia.

Um exemplo da forma como se dá essa relação é o que se segue. No início de 2016, Natalia passou a compor um campo de insatisfação no interior do partido que fazia parte. O movimento interno era composto por militantes ligados a variadas frentes de atuação, mas era fortemente marcado por elementos ligados ao movimento estudantil e professores universitários e ativistas ligados a questões de reconhecimento. Todo esse campo mantinha, há algum tempo, atuação conectada à rede de novos ativismos formada em oposição às políticas do governo petista e à tática que priorizava a atuação institucional, compondo frentes com setores autonomistas. Ao mesmo tempo, compartilhavam algumas leituras sobre mudanças no capitalismo contemporâneo que os faziam crer que a realidade se distanciava do modelo de sociedade organizada sobre o fordismo e de “organização operária” que a direção do partido, formada por integrantes da burocracia sindical (ainda que bastante combativos e situados na “oposição de esquerda”), tomava como visão do mundo.

Conversando com Natalia pude perceber como a experiência no coletivo Malambe interferiu em seu processo de distanciamento do partido e aproximação de uma ala crítica à direção da organização, tida como “engessada” e “distante dos novos sujeitos”. O movimento das ocupações escolares de 2015, no qual participou ativamente como advogada e apoiadora, teve um peso grande no processo da militante. Segundo ela, uma vez desencadeada a mobilização, os meninos e meninas “atropelavam” aquilo que viam os militantes mais experientes enquanto a tática adequada ou possível para o momento. Os adolescentes teriam uma disposição de conflito e de radicalização maior e requereriam processos de democracia radical e ação direta. As duas experiências, do coletivo Malambe e da ocupação da EE Victor Jara, alteraram tanto a forma como Natalia vê o mundo quanto a forma como vê a intervenção política na realidade e a formação de laços no engajamento político. O processo de Natalia parece ter sido, assim, influenciado tanto pelo seu engajamento

direto na rede de novos ativismos como pela sua convivência e engajamento com os adolescentes da Zona Leste. Importa destacar que este distanciamento não foi individual, mas coletivo. Por meio de uma crítica e autocrítica nesse sentido, um conjunto de centenas de militantes deixou o partido em questão e fundou um “movimento”.

Natalia convidou Felipe (15) para participar do lançamento deste movimento. O adolescente compareceu, mas estabelece uma relação de desconfiança e não pertencimento com a iniciativa para a qual foi convidado. Conversei com Felipe duas semanas depois do lançamento do movimento. Fui acompanhá-lo numa atividade de estudantes secundaristas que ocorreria na ocupação da Funarte, na região central de São Paulo. Nesta conversa, o jovem me contou que havia ido ao lançamento, que ocorrera em um “clube” na Avenida Paulista. Nas palavras de Felipe:

“Ah mano... eu admiro muito a Nat e vários cara do [MOVIMENTO] que já conheci, que foram lá na Cohab e no cursinho... os cara são da hora tá ligado? Mas achei meio estranha essa atividade aí [lançamento]... Os cara querem fazer luta da periferia ou não querem, mano? A parada foi num clube mó playboy, cheio de maninho de universidade só, de intelectual... Aí os cara começa a falar de Marx, de vários conceito e um monte de discurso... Mano... esses cara vão nos protesto? Então assim, sei lá, não curti muito não...”

(Felipe, 15 anos).

É curioso como, neste caso específico, do ponto de vista da organização política, os adolescentes da Zona Leste parecem ter mudado a militante oriunda das camadas médias (como muitos de seus companheiros), mas o inverso não se verifica. Por um lado, o elemento espacial aparece novamente. O “clube” na Avenida paulista em oposição à Cohab e ao cursinho. Por outro, um elemento relacionado à tática política, como discussão das formas de fazer política, mostra outra oposição, a de “falar de Marx e vários conceitos” e “um monte de discurso” contra a ida ao “protesto”. Obviamente não se trata de uma discussão sobre a objetividade ou as contradições no discurso do adolescente, mas de apreender o sentido de suas visões sobre o que *deve* ser fazer política, onde e com quem estabelece laços e com que finalidades. A política do adolescente é a política do protesto e do dia a dia da Zona Leste, tudo em primeira pessoa e com quem “cola junto”, não da militância partidária tradicional, com

suas abstrações, mediações e hierarquias organizacionais e discursivas. O elemento de imediatismo e de individualidade/individualismo é fundamental na reconstrução do sentido da visão do adolescente sobre o que é fazer política.

É importante pontuar que, enquanto esta investigação era realizada, a crise política em Brasília andava a passos largos, culminando no afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 12 de maio de 2016, e no subsequente impeachment da petista, em 31 de agosto do mesmo ano. Durante estes três meses construiu-se o desfecho extremo para o conflito que havia se iniciado logo após as eleições de 2014. Estes quase dois anos foram, sem dúvida, parte das mais importantes páginas da história política do país, que ainda será escrita com as tintas resultantes do embate segue. Mas como esses jovens ativistas viram esse momento?

Em geral, pode-se sugerir que viram com desconfiança e distanciamento. Para mais de dez jovens foi perguntado o que achavam do impeachment. Todos se mostraram céticos quanto ao caráter do impeachment, desconfiados e, especialmente, distantes dos atores que levavam os pedidos de afastamento da presidenta. Nada de simpatia pelo PT, mas tampouco simpatizavam com as figuras que levavam a deposição de Dilma Rousseff adiante. O distanciamento, no entanto, foi a postura que adotaram. Por um lado, descrença no que acontece na “política dos homens”, por outro, por considerar que questões “importantes” se resolvem de outra forma. Em uma conversa com Jonatas (18), fui perguntado sobre o impeachment, ao que respondi que era contra. Retribui a pergunta.

“É mano... eu vi que cê postou lá no face um bagulho do PT... cê é meio governista né? [o menino riu, como quem “zoa”]. Então, mano... eu não sou a favor também não... Tipo, eu queria que toda essa corja saísse... porque assim... também não é que eu seja a favor da Dilma, do PT, dos ‘carai’ tudo... Mas é tipo uns cara até pior né que tão querendo tirar ela... aí não dá pra saber o que os cara quer fazer... Se pá querem fazer coisa pior né? E mano... eu fui no protesto com um moleque amigo meu... tava o Lula, pá... O Boulos foi também... Foi da hora até... nunca tinnh visto o Lula assim, falando e pá... Mas tipo, os cara falam que é golpe... que não sei o que lá... Aí é tipo um comício, com os tiozinho falando uma pá de groselha... Tinha que parar tudo então se a parada é treta assim... se é golpe, coisa de ditadura... Não sei, fui lá e achei meio coxa...”

(Jonatas, 18 anos).

O relato é revelador de dois elementos. O primeiro diz respeito a uma visão pouco mais elaborada da situação em Brasília do que falas como “contra o sistema” poderiam sugerir. Independente do julgamento que se faça da fala do menino, percebe-se diferenciações no interior do “sistema” em sua fala. Por outro lado, um segundo ponto se refere a uma ruptura tática com o PT. A fala do adolescente deixa no fundo a impressão de que ao menos um dos elementos que o distancia do amplo campo que mantém relações (de maior ou menor adesão) com o PT são as próprias escolhas táticas do partido e de suas lideranças, são imaginários diferentes. O adolescente com inclinações anarquistas foi ao ato em defesa do mandato de Dilma Rousseff (PT) e identificou nos chamados para a atividade um elemento de urgência e grande relevância. Expressou, inclusive, algum grau de simpatia com a figura de Lula. Mas considerou o repertório da atividade aquém da urgência anunciada. Ao associar a atividade a um “comício”, o adolescente a aproxima das recorrentes menções ao “sistema” e à “corja” e, nesta operação, distancia-se daquilo que havia se aproximado, ainda que com desconfiança.

Sobre esses mesmos problemas, vale a pena recuperar outra passagem em que Rômulo (18) expressa alguma identificação com o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Perguntado sobre o que achava do impeachment, o jovem responde da seguinte forma:

“Eu acho que tinha que tirar todos de lá... até porque eles não tão preocupados com o povo. Muitos roubam, defendem coisas que são contra o povo... Então pra mim se eles tão traindo as pessoas, podia tirar eles... Mas claro que tem diferença lá entre os partidos. Mesmo o Lula, a gente sabe que veio de baixo né? Que era trabalhador e fez muito assim por quem é pobre, pelos que não podem pagar faculdade... tudo né? Comida até. Então eu acho que tem diferença, mas eles acabam se ajudando. Eles preferem defender coisa de político do que o povo. Então se for pra tirar um tem que tirar todos... porque é o sistema né? Eles tão juntos. Mas assim, eu não vou em protesto pra tirar a Dilma, porque tem até gente que defende ditadura lá, preconceito... várias fita que não são pra quem é pobre, pra quem é da quebrada”

(Rômulo, 18 anos)

Também Rômulo (18) deixa brechas em sua fala para buscar o sentido da visão que os jovens deste estudo de caso apresentam diante da institucionalidade e de alguns de seus atores no contexto da crise instituída. O discurso “contra todos” está presente. Da mesma forma, o caminho eleitoral para a solução da crise não aparece. Isto é, ao constatar que os atores no interior da institucionalidade não correspondem aos seus anseios (que identificam como “do povo”, de “quem é pobre” e “quem é da quebrada”) não vislumbra uma liderança alternativa ou a disputa do sistema. O jovem vai por outro lado, propondo “tirar todos”, na medida em que identifica uma unidade entre os políticos, que defendem “coisas de político”. Num segundo plano, no entanto, Lula aparece como um exemplo “diferente”. A diferença de Lula em relação aos outros políticos é calcada na origem do ex-presidente e no foco das políticas que marcaram seu governo, que correspondem à identidade que o jovem tem de si mesmo: “povo”, “quem é pobre” e “quem é da quebrada”. No entanto, ao formar uma imagem de que também o PT compõe este sujeito/estrutura ao qual se opõe, o “sistema” ou “os políticos”, a ligação entre Lula e este jovem parece se romper. É importante situar no contexto esse aparente rompimento. Ele se insinua no contexto referido, em que o PT aparecia quase como sinônimo de “governo” e, portanto, como parte indissociável do “sistema”.

Em meio a uma conjuntura conturbada, após o impeachment de Dilma Rousseff, ocorreriam as eleições municipais de 2016. A expectativa era grande em diversos meios para acompanhar o que as eleições diriam sobre a visão da população após processo tão intenso de disputas e conflitos entre os grandes atores políticos, cujo desfecho foi a troca de governo em condições controversas. A pergunta deste trabalho no momento era qual seria a visão dos jovens da Zona Leste deste estudo de caso que se engajaram na mobilização secundarista do ano anterior diante da disputa eleitoral. Como responderiam a estímulos e como definiriam seu voto?

Entre as principais candidaturas apresentadas, estavam Fernando Haddad (PT), João Dória (PSDB), Luiza Erundina (PSOL), Marta Suplicy (PMDB) e Celso Russomano (PRB). Cada um carregava consigo um potencial óbvio de vínculo com a

realidade periférica, exceto o candidato tucano. Ironicamente, o desfecho da eleição se deu com a vitória de João Dória (PSDB) no primeiro turno, que obteve a maioria dos votos inclusive nas periferias da cidade, vencendo em todos os distritos, exceto dois, nos quais Marta Suplicy (PMDB) saiu vencedora. O segundo colocado foi Fernando Haddad (PT) e a terceira foi Marta Suplicy (PMDB). Luíza Erundina (PSOL) recebeu uma baixa quantidade de votos. Um elemento muito discutido na eleição foi a quantidade de votos brancos, nulos e as abstenções, que totalizaram (somados) uma cifra superior a do candidato vitorioso, o que se verificou em diversas capitais. Dória (PSDB) também venceu na Zona Leste de São Paulo, nos distritos onde esse trabalho se concentrou. Da mesma forma, os votos nulos, brancos e as abstenções foram expressivos na região. A porcentagem de votos nulos, brancos e abstenções na Zona Leste foi superior a todas as demais no pleito de 2016, como podemos ver nos mapas* que se seguem, mostrando a evolução deste fenômeno ao longo das eleições de 2012, 2014 e 2016.

Branco, nulos e abstenções em 2012

Branco, nulos e abstenções em 2014

**mapas produzidos por Sandro Valeriano. Disponíveis em: <http://sandrogeotecnologia.blogspot.com>*

No entanto, para os limites deste trabalho, não se pretende aqui contar a história da eleição municipal ou apresentar uma análise aprofundada sobre os padrões de votação. Os jovens da Zona Leste de São Paulo com quem se construiu esse trabalho ofereceram, no contexto eleitoral, elementos relevantes para compreensão de suas visões de mundo e do fazer político. Ao longo do período de campanha eleitoral estive algumas vezes com os adolescentes e pude acompanhar como se deu sua relação com o processo das eleições municipais de 2016.

Ainda que Natalia (27) tenha se engajado na campanha de Luiza Erundina (PSOL), esta influência foi pequena no cotidiano e nas reflexões dos jovens. Destaca-se que Natalia, assim como outros militantes ligados ao coletivo Malambe, não sobrepõe sua militância externa ao dia a dia das atividades políticas junto aos adolescentes e do cursinho. Entre outros fatores, alguns relacionados às concepções de que o trabalho realizado na região se constituem em oposição a estratégias institucionais, a aversão que os adolescentes têm a partidos políticos se faz presente para esta separação das esferas na militância de Natalia. É recorrente entre os

adolescentes a ideia de que os políticos são todos corruptos e que o “sistema” como um todo não tem compromisso com a vida dos mais pobres. Aqui, as reflexões iniciais que apresentei na introdução deste trabalho, referentes às impressões que tive junto aos jovens trabalhadores do setor de serviços retornam. A ideia de que existe uma oposição entre o Estado e a sociedade é bastante presente no repertório dos garotos. O elemento da corrupção é uma das características atribuídas a este “sistema”, mas é necessário apontar que, diferentemente das manifestações massivas que pediam a saída de Dilma Rousseff ao longo de 2015 e 2016, não existe uma associação privilegiada da corrupção ao PT, que aparece mais com ares de “demagogia” no imaginário dos jovens, que insistem: “são todos iguais!”.

Neste quesito, a fala de Amanda contribui para ilustrar tal sentimento e para avançar na análise. Perguntei a Amanda em dois momentos diferentes sobre as eleições. A primeira vez foi ainda no início de outubro, antes do pleito. A segunda, no fim de novembro, já passadas as eleições. Na primeira ocasião Amanda disse que não sabia em quem iria votar:

“Ainda não sei em que vou votar... vai ser o meu primeiro voto e até tava empolgada pra procurar as coisas dos candidatos, ver as propostas... mas eu to achando tudo igual. Parece que eles querem mais é ficar lá no poder do que mudar alguma coisa mesmo”.

(Amanda, 17 anos).

Perguntei então para a menina sobre cada um dos candidatos:

“ - Marta (PMDB)?

- Ah, ela era boa né... a coisa dos CEUs... mas minha tia que é professora disse que ela mudou muito assim, que hoje ta junto com o Presidente que ficou no lugar [Michel Temer (PMDB)]...”.

- João Dória (PSDB)?

- Ainda não vi nada dele pra falar a verdade... só sei que ele é do Alckmin né? E Alckmin não dá. Imagina secundarista votando no Alckmin?...”

- Haddad (PT)?

- Ah, o Haddad é tipo da turma do Alckmin né?... lembro deles de 2013, nos protestos do passe livre...

- Russomano (PRB)?

- Ish, esse aí nem pensar.... vi um vídeo dele muito machista... e ele tem cara de mentiroso... Aqui no bairro tem igreja fazendo campanha pra ele... também não gosto disso de igreja com política, porque tipo, eles querem impor pra população uma visão deles... Não é que eu sou contra a fé das pessoas... mas com política é outra coisa... Ele é o que tem mais gente do bairro que fez parte assim, que ta com panfletinho... o cara aqui do bar colocou uma foto dele na entrada e tals....

- Luiza Erundina (PSOL)?

- então, ela é legal... minha tia também disse dela... disse que ela foi boa na época dela... mas ela tem muito pouco né? Assim, acho que não tem como quem não faz parte com eles lá ganhar mesmo... sempre ganha os mesmos né...”.

(Amanda, 17 anos).

A fala da garota mostra uma visão extremamente negativa da política institucional. Chama a atenção as relações que ela estabelece entre os políticos e seus pares ou entre os políticos e outros agentes: Marta-Temer; João Dória-Alckmin; Haddad-Alckmin (!); Russomano-igreja. Luíza Erundina, do PSOL, é colocada fora do sistema. No entanto, a disputa do sistema não parece uma possibilidade para a menina, que a faz não se entusiasmar com a candidata socialista ainda que tenha alguma simpatia.

Os demais candidatos são colocados todos de forma articulada ao “poder” e ao “sistema”. Articulando com outras passagens deste estudo de caso e da experiência da menina, pode-se sugerir que o sistema e a institucionalidade da disputa eleitoral é associado à ordem. Ao trazer os protestos de 2013 e a mobilização secundarista para sua reflexão, a menina estabelece esse contraponto entre o “sistema” e seu engajamento, marcando não apenas um rompimento com estes personagens, mas indicando uma alternativa em sua visão: as mobilizações de que participa. A presença da igreja e a referência à Alckmin como inimigo dos secundaristas revela uma leitura deste conjunto de atores como ligados aos agentes da ordem que fazem parte de seu cotidiano, demonstrando como sua relação com a realidade vivida se estabelece a partir daqueles agentes locais com os quais se confronta. Chama a atenção também a influência da história familiar, por meio das impressões de sua tia, na avaliação positiva da experiência petista no passado. No presente, no entanto, Haddad é visto como “da turma do Alckmin”, mostrando como, para esses jovens, o rompimento com

o PT se dá na medida em que o partido é situado no campo dos agentes da ordem e do “sistema”.

Fiz a mesma bateria de perguntas a Danilo (17) e Jonatas (18), antes das eleições:

- [Marta (PMDB)?]

- “não sei...”

- “Ela é do partido do Temer né? Não dá mano... esses cara são tudo igual... Vi uma entrevista do Mano Brown no youtube falando mó bem da Marta... só que as coisas não são mais assim né? Eles acabam sempre ficando iguais...”

- [João Dória (PSDB)?]

- “Ele é playboy... mas minha mãe disse que vai votar nele.... porque ele soube ficar rico, porque trabalhou... aí eu disse assim pro meu pai ‘e cê não trabalha não? Porque cê não é rico então’... ele até ficou puto comigo...”

- “Não conheço direito esse cara aí... mas é, se ele é dos cara do Alckmin lá que apareceu na TV, não dá... Mano, Alckmin é o cara da polícia, que ia fechar a escola, que roubou a merenda... fico puto também com isso aí porque minha madrinha vota no Alckmin... eu disse a mesma coisa quase que ele [Danilo] pra ela”

- [Haddad (PT)?]

- “Ah mano... eu acho esses cara tudo igual... com cara de playboy... e eles dizem que são diferente mas aí quando ganha faz igual”.

- “Eu fico puto com esses governista aí... Cê viu que o Haddad fala que é pelo povo, que não sei o que, mas lá no bairro os cara que foram fazer campanha pra ser deputado [vereador] foram defender umas obra da copa e dizer que construíram isso e aquilo... primeiro que as coisas não tão lá... esses dias passei num terreno ali que tem uma placa há mil anos dizendo que vai ser um posto [de saúde]... e depois que defender Copa, mano? Tirou um monte de família de lá... e eu não fui em nenhum jogo do Corinthians ainda (risos).. tá caro pra caralho aquela porra... só vai playboy nos jogo”

- [Russomano (PRB)?]

- “ah não.. cê é loko... o grupo da igreja lá ta fazendo campanha pra ele já... os cara tudo que foram contra a ocupação...”

- “e o cara da guarda [civil metropolitana] que mora ali na Cohab também mano...cê lembra, Danilo, que o cara foi lá tirar foto da gente na ocupa?”

- [Luiza Erundina (PSOL)?]

- “A Nat tá defendendo ela... vi no Facebook... ah, ela é mais legal que os outros... mas sei lá...”

- “Ah mano, eu quero que se exploda... não vai ganhar essa porra mesmo... depois ganha e vai ser tudo igual também... eu acho que tem que tacar fogo memo.. tá louco tio.. eu acho perda de tempo isso aí... se a gente vai pra rua a gente consegue mais as coisa que entregando papel...eu não vou votar em ninguém não”

Parte dos elementos já referidos se confirma, especialmente a ausência de crença no voto e a associação das candidaturas de PT, PRB e PSDB aos *agentes da ordem* que atuam na realidade do bairro, como o vizinho da Guarda Civil Metropolitana e, novamente, a igreja. Chama a atenção elementos discursivos típicos dos circuitos da militância de esquerda, como a expressão “governista” para se referir ao PT. Ao mesmo tempo, aparecem às críticas à Copa do Mundo como um elemento mais concreto de discordância dos adolescentes com as prioridades do partido no último período.

Vale apontar também uma cisão no ambiente familiar, entre um voto periférico que deixa o PT para apoiar João Dória (PSDB), que se apresenta como um candidato “não político” e um (não)voto periférico que deixa o PT para apostar no engajamento e no rompimento com a institucionalidade. A descrença no PT parece ser atribuída “por tabela” ao PSOL. Esta cisão, no entanto, parte de um sentimento comum que é certa desilusão com o PT. Isto é, as duas gerações aparecem desiludidas com o PT e com a política mas, para os jovens ativistas periféricos deste estudo de caso, a consequência é a mobilização e a ação direta, enquanto para o pai e para a madrinha a saída é apostar em um candidato dissociado da imagem de “político” pelo marketing tucano. Seriam duas formas de rejeição da política? Talvez seja mais apropriado apreender a movimentação dos meninos que apresentam claramente o engajamento em oposição ao voto não como uma “não política”, mas como uma política não institucional. Este elemento não deve, no entanto, ser atribuído ao conjunto dos adolescentes.

Nesta etapa, conversei com 14 adolescentes que se distribuíram da seguinte forma: 6 votaram nulo, 7 não foram votar, um voto foi dado a Luiza Erundina (PSOL).

Outros relatos neste período vão no sentido do desinteresse. Marília (17), por exemplo, diz que não quis nem pensar em quem iria votar, pois não *acredita* em votar. Marta (19) pensou em votar em Erundina, mas disse que, após presenciar no dia da

votação uma briga entre a mãe e o pai, que votariam em Marta Suplicy (PMDB) e João Dória (PSDB), respectivamente, decidiu não ir votar. Nas palavras da garota: “eu pensei assim ‘todo mundo ta brigando e no final não vai mudar nada’. Aí eu nem fui... ia com eles na escola votar e não quis ir...” (*Marta, 19 anos*).

O desinteresse pela política institucional é grande. Não se pode, neste caso e a partir dos relatos, no entanto forçar uma leitura associada a “voto de protesto” e traduzir, automaticamente, o sentimento de não pertença ao “sistema” em uma consciência de querer construir um outro sistema. Pode-se identificar, no entanto, que a oposição efetiva entre o desinteresse pela política institucional e o engajamento em movimentos políticos encontram-se em uma afinidade de desinteresse, decepção, rejeição ou rompimento com a ideia de representação. A ausência de um elemento universalista forte, no entanto, no engajamento destas meninas e meninos não nos permite apontar que sua militância aponta conscientemente para um outro “projeto de sociedade”, “revolucionário” ou “reformista” nos termos trabalhados nas organizações de esquerda, discursos e manifestos.

Por outro lado, a experiência no coletivo, na ocupação da escola, nos atos de rua e no conjunto dos engajamentos desses jovens os fazem experimentar outras sociabilidades, discursos, relações sociais e valores que são carregados para as diversas instâncias da vida. A experiência concreta de democracia radical vivenciada nestes movimentos, da ação direta e de fazer-se protagonista de uma dada forma de política, somada às experiências e valores que constroem e vivenciam nelas, conformam juntas um campo de possibilidades que se opõe em diversos aspectos à institucionalidade. No campo dos valores, relações e sensibilidades – o sentir-se presente e não o sentir-se representado, o que equivale a estar ausente na visão que esses adolescentes formaram e apresentaram em seus relatos) – e também dos resultados efetivos destes processos (a redução da tarifa, a reversão do fechamento da escola, uma escola melhor (ao menos pelo período de um mês), um espaço de aprendizado e constituição de vínculos oposto aos da igreja e da família, etc.) a oposição entre a institucionalidade e o engajamento, ainda que não elaborados enquanto superação daquela por este, constituem um potencial de renovação das formas políticas em seu imaginário.

No entanto, as decepções e o cansaço com o engajamento e os custos que ele cobra podem, também, deixar um cenário de terra arrasada no lugar que a política ocupa na visão de mundo desses jovens. O precoce engajamento se deu em momento de grande euforia e vitórias concretas, mas na sequência imediata veio um momento de balanço que passa pelo sentimento de isolamento, pela perseguição no cotidiano e pelo cansaço nem sempre seguido de resultados sensíveis.

Como sugerimos, o imediatismo é um elemento central na ação e formação de visões políticas desses jovens. O desejo é “aqui” e “agora”. Os movimentos são vistos como aceleradores da solução de problemas e como constituição de soluções por conta própria, sem esperar, sem perder tempo. Soma-se a isso a individualidade/individualismo desta experiência, marcada por desconfiança e rompimento com as mediações. Isto é, o adolescente que encontramos neste trabalho busca construir soluções ele mesmo para as precariedades que foram sendo deixadas pelo seu caminho, para os problemas que encontra na escola, dentro de casa e em relação aos agentes do Estado. Em outras palavras, esses jovens experimentam construir soluções para os problemas que o Estado, o “sistema” e os atores institucionalizados deixaram de enfrentar ou figuram, eles próprios, como causas do problema.

O elemento de classe e periférico é bastante presente na condição deste jovem, nas barreiras com as quais se defronta, nos inimigos que identifica, estruturando inclusive os traços de imediatismo e individualidade que, nascidos no cotidiano, adentram o campo do engajamento. O sentimento de não pertença ao “sistema” que se expressa no período eleitoral com clareza é agravado pela percepção da Estado enquanto elemento de contenção em sua vida, representado pelas burocracias escolares e, especialmente, pela polícia.

Ao longo deste percurso, procurou-se demonstrar a importância daquilo que muitos chamam de “trabalho de base” para a emergência do engajamento do conjunto de adolescentes deste estudo de caso, com as complexidades desse processo que passa pela necessária manutenção do protagonismo, inclusive do ponto de vista individual, do jovem periférico na ação política e pela constituição de sujeitos periféricos ampliados a partir de encontros que se dão na periferia e cujas ações são

voltadas para ela. Esse conjunto de atividades e os laços que estabelece dentro e fora da realidade local foram fundamentais para a emergência destes sujeitos. Não como se eles tivessem sido produzidos por outros, mas pelo fato de que se produzem no contato com outros, um contato que se dá com a condição de seu protagonismo e o qual é rompido quando esta condição se faz ausente.

No entanto, identifica-se a partir das experiências que se seguiram à mobilização do final de 2015, uma série de processos que fazem crer que, uma vez constituídos, esses adolescentes se emancipam relativamente de elementos que implicam em espera, processos coletivos que não levam a resultados imediatos, acúmulo de forças, mediações e abstrações da realidade, tão típicas dos formatos de organização mais tradicionais do campo das esquerdas produzidas a partir de referências do momento de redemocratização do país. Construiu-se no Brasil, inúmeras organizações democráticas e progressistas desde os anos 1980, focadas na defesa da democracia e dos direitos, fortemente vinculadas à “Constituição Cidadã” de 1988 e à busca por um Estado de bem-estar. Vale indagar qual a lacuna resultante do choque entre essas organizações e suas referências, por um lado, e a realidade cotidiana de uma “democracia restrita”, de uma narrativa democrática construída em paralelo à realidade de jovens que vivem uma sociedade “obcecada por segregação”, por outro.

Os elementos tradicionais de organização política de corte popular foram fundamentais para a lenta constituição de uma disposição massiva de luta dentre os jovens periféricos de São Paulo, empreendida pelo ativismo de militâncias de diversas origens, coletivos de jovens oriundos das camadas médias, velhos ativistas dos movimentos sociais e movimentos culturais periféricos. Os jovens que contribuíram para este estudo de caso, no entanto, parecem valorizar as experiências diretas, a constituição de novas formas de sociabilidade no presente das lutas e conflitos abertos com agentes da ordem. Estes elementos compõem um campo de afinidades com as experiências autonomistas e com a estética do anarquismo e da ação direta, que funciona como a possibilidade imediata de fazer política sem romper com a necessidade e com o protagonismo.

5. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE: ONDE FICA O “CONSERVADORISMO POPULAR” NA EXPERIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS QUE CONTESTAM A ORDEM?

Um elemento importante a ser abordado a partir das indicações oferecidas por este estudo de caso tem a ver com o chamado “conservadorismo popular”, questão que se sugere como problema desde o início desse trabalho. “Conservadorismo popular” é apresentado aqui a partir da referência de André Singer (2000; 2012). O “conservadorismo popular” seria uma rejeição ao conflito social por parte dos mais pobres em função de serem estes sujeitos os mais direta e imediatamente afetados por desestabilizações sociais e econômicas, em processos tais como a inflação e as crises de desemprego, cujas manifestações na vida cotidiana dos mais pobres compõe um quadro de agudização da privação e das precariedades. Não gozando historicamente de proteção trabalhista formal e de garantia efetiva de direitos na sociedade brasileira, os mais pobres recusariam o conflito, aderindo a uma suposta estabilidade, construída enquanto discurso e expedientes legais e políticos de regulação social dos mais diversos grupos. Atores como sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e lideranças são assim chamados à conciliação e ao recuo no que diz respeito à reivindicações que se chocam com outros interesses. A não conciliação – isto é, a agência voltada para o conflito – passa a ser associada, então, à responsabilidade por distúrbios na ordem econômica e social, deslocando estes atores da posição de reivindicantes de melhores condições e direitos para a de responsáveis pela piora das condições de vida.

Politicamente, Singer considera que o efeito político deste traço ideológico teria se manifestado como: apoio aos candidatos de orientação conservadora nos pleitos presidenciais de 1989, 1994 e 1998 (todos contra as candidaturas mais radicais de Lula); e como um alinhamento à figura de Lula a partir de 2006, em função da moderação da liderança petista desde 2002, momento marcado pela divulgação da “carta aos brasileiros” e de certa pacificação por parte de forças do mercado em relação ao petista. Este seria um dos pilares do lulismo, tendo sido fundamental para a constituição de um fenômeno que oferece, pela primeira vez na história do país, uma verdadeira representação política aos mais pobres, conciliando reformas que

favorecem este grupo social e manutenção da ordem requerida por sua histórica formação ideológica (Singer, 2012). A equação que concilia estes dois pontos representaria um verdadeiro “programa” de uma fração de classe (o subproletariado), ligando-a a uma liderança popular (Lula) e constituindo o fenômeno do lulismo.

Mas como relacionar este traço ideológico às pistas que os jovens periféricos deste estudo de caso (e outros encontros entre jovens periféricos e engajamentos radicais, aqui referidos como “novo ativismo”) apresentam no sentido de maior radicalidade em engajamentos concretos contra a ordem ou contra uma ideia difusa de “sistema”, suas afinidades com processos auto gestionários, o confronto com agentes do Estado e a ruptura com certos regimes morais em sua realidade local? O objetivo aqui não é desconstruir a hipótese do “conservadorismo popular”, mas sugerir possíveis caminhos para lidar com o problema resultante de seu encontro com os dados apresentados nesta dissertação, referentes ao engajamento particular de jovens oriundos das camadas populares, que encontra eco em outros processos recentes.

O primeiro ponto a ser colocado diz respeito a um corte geracional. Em diversos momentos, viu-se nas passagens desse trabalho a tensão entre os adolescentes e seus pais e mães, familiares em geral, vizinhos, professores e frequentadores da igreja no que diz respeito às formas de enfrentar problemas do dia a dia, crises em sistemas de educação, saúde, transporte, etc. Isto é, existe uma tensão no interior das camadas populares (por vezes no interior do mesmo lar) quanto a aderir ou rejeitar o conflito. O “conservadorismo popular”, nos termos colocados, não deixa de aparecer nas passagens desse trabalho. A recusa ao conflito, ao distúrbio e à desordem parece ser a aposta de muitos no entorno desses jovens. A ideia de “correr atrás do seu” por meio da adesão aos valores e ordens dominantes ao invés de mobilizar-se politicamente marca a preferência dos pais e mães e outros atores.

Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha em novembro de 2016 oferece dados que expressam esta tensão geracional no caso das ocupações escolares em São Paulo. Perguntados sobre a tática da ocupação, estudantes e pais e mães respondem de modo oposto, como se pode ver no seguinte gráfico.

OCUPAÇÃO COMO FORMA DE PROTESTO (%)

*A pesquisa foi feita entre os dias 25 e 30.nov.2016 com 805 estudantes de 13 a 19 anos (80% de escolas públicas) e 408 pais; a margem de erro é de 4 pontos percentuais para os alunos e de 5 para os pais Fonte: Datafolha

Mas a qual caminho se deve apontar para refletir porque os jovens com os quais conversamos fogem a este comportamento ideológico que estaria inscrito na formação histórica da visão de mundo das camadas populares brasileiras?

Pode-se considerar a socialização política específica da mais jovem geração como uma primeira camada deste problema. O “trabalho de base” se constitui de uma forma específica e em um contexto específico da história nacional. A hegemonia do PT nas esquerdas durante o período em que esteve à frente da Presidência da República trouxe consigo a hegemonia da uma tática de acúmulo de forças na institucionalidade e de prioridade das atividades institucionais e eleitorais. Uma “periferia da esquerda”, como sugeriu-se anteriormente, constituiu-se durante mais de dez anos em oposição a esta tática hegemônica, procurando responder aos “pontos cegos” do discurso e da prática oficial do lulismo – as precariedades da vida cotidiana da juventude das grandes metrópoles e a ausência de canais de participação direta

para esta, respectivamente – com táticas “não institucionais” e de acúmulo “nas bases”. Desta forma, desde os primeiros sinais de crise política e social, em que a promessa de segurança e acúmulo de ganhos oferecidos pelo lulismo se enfraquece, no dia a dia e no imaginário da juventude periférica, estes ativismos silenciosos que se mantinham a duras penas durante os anos anteriores são apropriados por estes jovens como canais de expressão, numa relação de troca e de constituição de espaços políticos que passam a servir de veículos seus. Os coletivos, protestos e discursos assim formados passam a vocalizar a insegurança de jovens periféricos em relação ao futuro, trazendo à tona o que eles tem a dizer em relação às precariedades do dia a dia que passam a pesar cada vez mais na balança “oportunidades X precariedades”. Uma das características deste campo de possibilidades de engajamento é justamente sua constituição em oposição às táticas que priorizam a institucionalidade, compondo uma rede de novos ativismos que se aproxima de lógicas auto gestionárias, da ação direta e de gramáticas autônomas ou autonomistas.

Este ponto – referente às particularidades e possibilidades de engajamento político de que estes jovens periféricos dispõe no momento histórico de sua socialização política – parece importante, mas deve-se ter em conta que o conservadorismo entre as camadas populares como descrito por Singer não é um evento conjuntural, interno e determinado pelo lulismo. Antes, trata-se de um fenômeno histórico, que precede e determina a experiência lulista, fundado em vetores que remetem à formação social brasileira. O conservadorismo popular pode ser apresentado como um elemento estrutural, calcado na manutenção de um enorme contingente de pessoas em condição aquém da condição propriamente “proletária”. O fortalecimento de experiências dispersas de contestação da ordem e renovação de expedientes de engajamento (associados na interpretação do presente trabalho a um campo de atuação política ligado à realidades locais, o “trabalho de base”) podem figurar como veículos e expressões possíveis de uma alteração de sentido ideológico de sujeitos pertencentes às camadas populares, mas não explicam tal alteração.

Assim, ou se reconhece a manifestação de contestação da ordem por parte de jovens periféricos como elemento estritamente conjuntural ou se indica caminhos que apontem para um potencial de longo prazo, sugerindo alterações estruturais

implicadas em tal fenômeno. Nesse sentido, importa retomar a sugestão de que, por um lado, os jovens menores de 20 anos com os quais se construiu essa reflexão compõe uma geração cuja experiência de vida coincide com uma sequência de soluções para problemas históricos (ou estruturais) do Brasil. Alguns exemplos são a formal democratização do país, com a rotinização de processos eleitorais; a estabilização da moeda e da inflação; o bem sucedido combate à miséria e à fome; o percurso que levou à menor taxa de desemprego da história brasileira; a ação incisiva da previdência social sobre indivíduos e famílias desassistidas; o aumento da escolaridade formal em todas as classes sociais, especialmente nas populares; o aumento do crédito e do consumo entre os mais pobres, conformando um mercado interno vibrante. Cabe apontar outros processos referentes ao reconhecimento, dirigido à mulheres e negras e negros e ao incentivo à expressões culturais populares.

Este conjunto de mudanças que se desenrolou ao longo dos últimos vinte anos representa a paulatina e parcial desconstrução de processos estruturais que penalizam sistematicamente os mais pobres desde a constituição do Brasil enquanto nação. Este processo foi mais intenso no período caracterizado como lulismo. Neste sentido, sugere-se que há um elemento de desencontro geracional entre a formação destes jovens e de seus pais e mães. Se o conservadorismo popular é fundado na recusa a uma desestabilização que penaliza sob a forma de inflação e desemprego, por exemplo, é fundamental destacar que inflação e desemprego foram palavras marginais durante toda a experiência de vida e formação desses jovens, se comparada com a da geração precedente. Sugere-se, portanto, um comportamento dos jovens periféricos que poderia ser associado à “temeridade” por parte da geração anterior; o “medo” do desemprego ou da inflação é menos presente em seu imaginário, ao passo que a “desordem” e a violência já compõe o cotidiano, associado a um sentimento de profunda oposição com os agentes que representam as atividades do Estado, entre burocratas de serviços públicos de péssima qualidade e policiais incumbidos de conter seus movimentos e expressões.

O questionamento da ordem passa a ser, assim, um questionamento da desordem. No momento em que a crise incide sobre o dia a dia desses jovens, retirando do prato da merenda para fechar as contas do desvio de verbas públicas, o abuso de autoridade passa a ser respondido com desacato consciente. Por um lado,

pode-se sugerir que as oportunidades trazidas durante o lulismo incidem justamente nos elementos estruturais que alimentam o chamado “conservadorismo popular”, o que aponta para uma disposição de conflito com a ordem no geral e para a insatisfação com a conciliação característica do lulismo. Em outras palavras, o lulismo pode ter, no que diz respeito a esses jovens, passado uma rasteira em si mesmo, puxando uma de suas pernas com a outra. Isto é, com as oportunidades e processos que desencadeia – as reformas graduais –, desloca o sentido ideológico de sujeitos oriundos de camadas populares no que diz respeito à ordem e à desordem, enfraquecendo a adesão à ordem social – o pacto conservador.

Por outro lado, quando se pensa em crise, desordem e desestabilização, pensa-se em violência e precariedade, desorganização da vida. Paralelamente aos “ganhos históricos” dos últimos vinte anos, a sociedade brasileira sofreu um duro revés: a normalização e a naturalização da violência e da segregação urbanas, que afetam sobretudo jovens periféricos, e a abdicação de um projeto universalista por parte do Estado brasileiro. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que atuam constantemente, os regimes discursivos que distinguem o moral do imoral e o “criminoso” do “cidadão” perdem seu poder de convencimento quando projetados na realidade cotidiana da juventude periférica. É o crime que produz a violência? Ou é a polícia? A polícia garante a ordem? Que ordem? Estudar, trabalhar e ser um “cidadão de bem” abre portas? Quais? Quais permanecem fechadas? A constituição da segregação e da violência urbanas que se deu em paralelo à democratização política e às macro reformas sócio econômicas nos anos 1990 e 2000 também é um elemento estrutural. Em outras palavras, se o conservadorismo popular aponta para o medo de uma eventual crise, dos custos e da violência, vale ponderar: qual crise e qual violência?

Assim, sugere-se aqui a hipótese de que mudanças de caráter estrutural na sociedade brasileira, especialmente no contexto de suas grandes metrópoles, tenham constituído um campo ideológico diferente para a geração de jovens nascidos nas décadas de 1990 e 2000. Essa alteração desloca o sentido da relação de parcela dos indivíduos oriundos de camadas populares, em especial os mais jovens, em relação aos elementos de “crise”, “ordem” e violência. Esta sugestão se baseia, por um lado,

nos dados deste estudo de caso, que indicam uma tensão entre os jovens e os agentes da ordem desde o plano mais imediato e a adesão a formas mais radicalizadas de protestos e discursos. Também, de alguma forma, o desejo intenso de dispor de oportunidades de ascensão e melhoria das condições de vida (sendo o ensino superior a mais notável) em uma experiência de vida e convívio imediato que oferece exemplos de que tal pretensão é possível. Nesse sentido, a negação ou corte de oportunidades que estiveram ao seu alcance figura como motivo de indignação. Em outras palavras, são jovens que cresceram em um contexto em que as camadas populares dos grandes centros urbanos tiveram como horizonte sempre melhorar, e não evitar a piora das condições de vida. Por outro lado, a hipótese se baseia na ideia de que os fenômenos do lulismo e da violência e segregação urbanas promoveram alterações estruturais que incidem no comportamento ideológico de jovens periféricos da última geração, que rompem com alguns padrões compartilhados pelas gerações anteriores, como determinada forma de conservadorismo.

Vale fazer algumas ressalvas. A primeira: a atual crise e seu desfecho podem repor sobre esta geração o “conservadorismo popular” tal qual formulado por Singer, a depender do desfecho que o momento de instabilidade trouxer para a vida cotidiana das camadas populares e da narrativa que vier a se estabilizar a respeito do processo em perspectiva histórica. Em outras palavras, o desgaste das condições de vida e os agentes e agências que vierem a assumir tal desgaste como responsabilidade sua serão fundamentais para a sequência da formação da visão de mundo desses jovens. A segunda ressalva: a sugestão de que esta orientação conservadora particular pode ter se enfraquecido na nova geração não indica, definitivamente, que outras modalidades de conservadorismo não possam ser acolhidas como orientação ideológica por parte desses jovens, como tantas hipóteses sérias procuram apontar. A rotinização da violência, a tensão com agentes do Estado e com o “sistema”, com a institucionalidade, certa disposição para o conflito e a ideia de que “há muito por fazer” marcaram, como se procurou demonstrar ao longo dessa dissertação, um movimento político reivindicatório e de caráter “progressista” e “democrático” (traços que não devem ser confundidos com uma orientação “social democrata”, como a gramática das orientações políticas que marcou as grandes disputas no último século poderia responder, de forma limitada). No entanto, definitivamente este conjunto de elementos pode sustentar e figurar em fenômenos de caráter conservador.

A terceira ressalva diz respeito ao caráter complexo da relação entre formação de orientações ideológicas e sociabilidade. Como procurou-se apontar, em diversos momentos a experiência política e as visões de mundo experimentados pelos adolescentes deste estudo de caso são testados e desestabilizados no embate com o comportamento ideológico de diferentes atores de seu convívio cotidiano. Assumindo que as orientações perante valores e conflitos se formam no contato com outros sujeitos e seus valores, importa indicar que a formação do comportamento político e ideológico desta geração recente convive com camadas de visões de mundo construídas no passado e operantes no presente dos lares, escola, igreja e demais espaços e convívio.

A última ressalva diz respeito não apenas ao problema abordado nessa seção e deve costurar todo este trabalho. Este estudo de caso deve ser encarado como uma fotografia que traz personagens e um tempo específico. Elementos que não estão na fotografia são fundamentais para interpretá-la. As histórias dos personagens e do momento registrados e histórias outras que com elas cruzaram são igualmente imprescindíveis para enxergar o que se registra. No entanto, os limites da fotografia são os seus próprios personagens e o próprio momento. Esta fotografia fala dos seus personagens e do momento registrado, não de outros personagens e não do tempo futuro. O objetivo desta ressalva não é fugir da responsabilidade da interpretação – que é toda deste interprete – mas justamente reconhecer e anunciar seus limites e conscientes propósitos. Assim, também se reconhece e anuncia que a análise não pode pretender antecipar os destinos e o alcance dos processos históricos e da agência, que só cabem a eles próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar as visões de mundo e o engajamento de jovens periféricos paulistanos em movimentos que apresentavam caráter autônomo e inovador; a forma como tais visões e engajamentos se relacionavam com seu cotidiano, com as condições de vida das periferias paulistanas e a constelação de atores que se mostraram presentes nesta experiência. Em outras palavras, procurei buscar na experiência e nas relações concretas destes jovens, tanto no cotidiano em geral quanto em suas experiências de engajamento, elementos que contribuam para a explicação de fenômenos discursivos e comportamentais no campo da política. Este trabalho se configura como um estudo de caso, metodologia que permite, a partir de uma escolha direcionada e justificada, a produção de explicações que se aplicam parcialmente ao conjunto do fenômeno de interesse no qual o caso está incluído. Por isso, o caso não deve ser estudado de forma isolada do contexto imediato ou ampliado e do fenômeno mais abrangente do qual faz parte. Esta modalidade de pesquisa funciona bem para analisar novos objetos de estudo e contribuir para a formulação de hipóteses referentes a fenômenos ainda pouco investigados pela Ciência Política.

Foi realizado, assim, um trabalho com inspiração etnográfica, com visitas à região onde moram e atuam estes adolescentes, entrevistas, coleta de materiais produzidos pelos sujeitos e acompanhamento de suas atividades. Esta atividade de pesquisa empírica se deu em paralelo ao contato com a bibliografia produzida sobre questões centrais para a conformação do contexto do grupo de adolescentes que é objeto deste estudo de caso, bem como para a considerações de hipóteses explicativas perante os problemas colocados.

Deste modo, pretendeu-se reconstruir em linhas gerais a trajetória da periferia paulistana e de seus sujeitos, tanto do ponto de vista de suas condições sociais e históricas quanto da formação de suas diferentes formas de engajamento. O foco foi a Zona Leste de São Paulo, região na qual desenvolveu-se este estudo de caso com os secundaristas oriundos do bairro de José Bonifácio, que faz fronteira com Itaquera e Parque do Carmo. A urbanização periférica fundadora das periferias paulistanas e o atual padrão de gestão das fronteiras articulam-se com os movimentos sociais

produzidos e produtores da redemocratização brasileira e os movimentos culturais periféricos da década de 1990. Estas formações urbanas, sociais, culturais e políticas se sucedem até chegarmos ao período caracterizado como lulismo e às formações históricas nas quais se formaram os jovens nascidos na década de 2000. Por fim, indicou-se neste levantamento da bibliografia, a emergência e as características de novos sujeitos políticos que emergem na crise dos anos 2010 e hipóteses sobre sua relação com jovens periféricos. Estes foram os pontos trabalhados no primeiro capítulo desta dissertação: *O longo percurso das periferias paulistanas e do engajamento: autoconstrução da cidade e de sujeitos políticos em São Paulo*. O capítulo buscou, além de reconstruir o contexto no qual se dá esse estudo de caso e as heranças e perspectivas que caracterizam os sujeitos aqui estudados, levantar hipóteses a partir da literatura sobre os processos descritos, as quais foram discutidas ao longo desta dissertação.

No segundo capítulo desta dissertação, *Trabalho de base e renovação das experiências políticas a partir das periferias*, reconstruiu-se a trajetória do coletivo Malambe e do cursinho popular mantido por ele na Zona Leste de São Paulo, que foi fundamental para o processo de formação e engajamento político dos adolescentes que fizeram parte deste estudo de caso. Este coletivo e sua relação com os jovens da Zona Leste foram apresentados discutindo-se a hipótese da realização de um “trabalho de base” e suas características, para além das impressões superficiais que se costuma encontrar sobre este tipo de atividade. Apresentando um primeiro conjunto de dados etnográficos, pretendeu-se mostrar a relação complexa e de troca entre sujeitos com origens sociais diversas e como este processo forma um ator político local. Em um segundo momento foram apontadas as relações que esta experiência estabelece com outros atores no interior de uma rede de ativismos que se constitui em oposição à institucionalidade e produz um novo repertório político. Estes dois processos se mostraram fundamentais para compreender como os adolescentes da Zona Leste se inseriram na mobilização secundarista de 2015 e como, neste contexto, produziram práticas e subjetividades políticas a partir de seu cotidiano.

Esse capítulo permitiu trabalhar uma relação tensa entre o elemento de espontaneidade do movimento secundarista e das relações que estabelecem os

jovens com uma constelação de atores heterogêneos, mas que compartilham, uns mais e outros menos, de um repertório crítico em relação à experiência da administração petista no plano federal nos anos 2000 e 2010 e uma tática costumeiramente chamada de “trabalho de base”. Desde o ponto de visto dos jovens da Zona Leste de São Paulo e outros informantes que participaram deste estudo de caso, procurou-se reconstruir como se deu a relação do coletivo Malambe e do cursinho popular que impulsiona, na Zona Leste de São Paulo, há alguns anos, e a realidade imediata destes adolescentes, e como esta relação contribuiu para o seu engajamento político e formação de visões de mundo. As experiências relatadas permitiram identificar uma atuação cotidiana de longo prazo na comunidade, por parte deste coletivo, que se torna parte da realidade vivida dos adolescentes e impulsiona sua ação. No entanto, as características deste processo apresentam maior complexidade do que costumeiramente se entende por “trabalho de base”, o que costuma implicar em um forte elemento de externalidade que vem do centro e atua sobre os sujeitos moradores das periferias, trazendo-os para uma dada prática política. Aqui, de modo diferente, o que se verificou foi a conformação de um sujeito coletivo ligado organicamente à realidade local – construído a partir do encontro de diferentes gerações de movimentos culturais e sociais atuantes e oriundos da própria região, da construção de laços cotidianos e afetivos de confiança e compartilhamento de situações comuns entre adolescentes periféricos e militantes de outras origens sociais, e entre este conjunto e os diversos atores da região, como famílias, agentes do Estado, “mundo do crime” e igrejas. Identificou-se neste estudo de caso que os elementos de externalidade e internalidade se dissolvem em certa medida ao longo deste processo, especialmente em função de sua prioridade na atuação local, voltada aos problemas do dia a dia periférico.

Numa segunda seção deste segundo capítulo, buscamos mostrar como – paralelamente a essa constituição de um sujeito coletivo orgânico à realidade periférica, ainda que heterogêneo do ponto de vista da origem social e geracional – os ativistas oriundos das camadas médias vinham compondo uma rede distribuída de “novos ativismos” por toda a cidade de São Paulo. Nesta rede, se construía e promovia novas formas de atuação política, com crescente elemento de horizontalidade e adoção de táticas radicais de luta. A atuação desses diversos atores compartilhava

uma oposição aos caminhos institucionais e a atuação junto a jovens de diferentes espaços periféricos.

Assim, no momento da ocupação da EE Victor Jara, dois processos se encontravam: um processo de politização dos adolescentes da Zona Leste que se desenrolou ao longo dos últimos anos em um ambiente construído junto com jovens ativistas de camadas médias, que não implicava na perda de protagonismo ou abandono do condicionamento local periférico por parte dos adolescentes; e uma rede de “novos ativismos” que realizavam de modo paralelo e autônomo, atividades semelhantes em outros pontos da cidade. Esta rede serviu para conectar o movimento local ao movimento mais geral, processo no qual o ativismo oriundo das camadas médias cumpria papel de conector de lutas locais protagonizadas por jovens periféricos.

Estes processos são marcados por questões socioeconômicas e pela relação com a cidade por estes atores de origens diversas. Por um lado, estes elementos atuavam no sentido de construir um campo de possibilidades para este encontro. A expansão do ensino superior entre as camadas populares e a precariedade do ensino público básico, bem como os custos elevados dos cursinhos particulares – uma imagem de processos contraditórios produzidos durante o lulismo, em que oportunidades e precariedades são postas e repostas – seria um campo de possibilidades para o encontro entre: adolescentes periféricos que buscavam, por meio de um cursinho popular, transpor as barreiras colocadas entre eles e as oportunidades que figuravam em suas perspectivas, e jovens ativistas oriundos do centro, críticos da estratégia de acúmulo de forças na institucionalidade, hegemônica no campo da esquerda no período, e desejosos de dar prosseguimento à militância que haviam iniciado na universidade.

Por outro lado, as questões socioeconômicas e referentes à relação com o espaço urbano também impactam estes laços ao impor diferenças no que diz respeito ao fazer-se presente na política. As condições econômicas e de capital social de que dispõe militantes oriundos das camadas médias, por um lado, e a segregação convertida em reivindicação da condição periférica, por outro, apontam para uma

tendencial reposição da “divisão do trabalho” militante no decorrer do engajamento desses sujeitos.

A questão central deste capítulo foi, portanto, evidenciar a ocorrência de um trabalho de politização desenvolvido na Zona Leste de São Paulo e suas características. Evidência esta que confirma, em parte, a hipótese de Lincoln Secco (2015), de que:

“muitos coletivos e movimentos fazem seu trabalho silencioso nas periferias. Se despontarem aqui ou ali na cena política não será por obra das redes sociais. Na maioria dos casos não atuam com pautas amplas, concentram-se numa única de grande capacidade de mobilização local ou até nacional. Sua organização horizontal e sua utopia não acorrentam seus membros. Eles e elas formam ali esculturas sociais fora do circuito dos partidos de esquerda. A política oficial está numa frequência, eles e elas em outra” (Secco, 2015).

Reforçando, no entanto, o elemento e protagonismo dos adolescentes periféricos, que por processos subjetivos apresentam uma forte disposição ao rompimento de mediações, como sustenta D’Andrea (2013). A politização destes jovens é conectada por um circuito de ativismos que tem grande papel na promoção do encontro da disposição de conflito contra ordens estabelecidas que se desenvolve pelas diversas periferias da capital paulista.

No terceiro capítulo da dissertação aqui apresentada, procurou-se contar a experiência da ocupação da EE Victor Jara propriamente dita, dividindo-a em duas etapas. A primeira etapa da ocupação teria sido marcada pela construção de novas formas de sociabilidade no cotidiano desses adolescentes, experimentadas e afirmadas em contraposição e questionamento aos elementos de ordem que se impõe no seu dia a dia. Viu-se, a partir dos relatos, como o espaço da escola, decorrente de uma radicalização da mobilização contra a “reorganização escolar”, serviu de laboratório para a constituição de relações que se colocavam contra àquelas vividas no interior da comunidade, seja em casa, com a burocracia escolar, com a polícia, com a igreja ou com o “mundo do crime”. A adoção de expedientes de democracia direta e o rompimento com qualquer forma de “representação” experimentava praticamente a rebelião dos adolescentes contra as autoridades, vividas de modo violento, nas esferas física e simbólica. Ao mesmo tempo, a prática da gestão daquele

espaço expunha questões como a de gênero, trazendo para o ambiente escolar experiências domésticas de sobrecarga por parte das meninas, que passaram a questionar, nelas e nos meninos, a reprodução desse modo de opressão. Esse é um exemplo de como os processos objetivos resultaram em transformações nas visões de mundo dos adolescentes que passaram a carregá-las, para além da ocupação e do espaço escolar, para outros ambientes. Nesta primeira etapa da ocupação, viu-se como os adolescentes estabeleceram uma relação entre a auto-gestão e melhoras sensíveis nas condições e nas relações dentro da escola, o que se verifica no elemento de “passar a ter vontade de frequentar a escola” e de a escola ter passado por empenhada faxina, consertos e oferecimento de atividades para a comunidade. A consequência desses processos teria sido o rompimento da desconfiança inicial de parte da comunidade com o movimento dos adolescentes, gerando apoio e fortalecendo sua mobilização. Este elemento de antecipar na própria mobilização formas e resultados que se reivindica foi apontado na literatura como sendo uma modalidade prefigurativa de política (Graeber, 2013; Orteladdo, 2016). É mais um dos exemplos que evidenciam como a ocupação da EE Victor Jara aproxima-se de experiências inscritas no campo autonomista. Sugere-se, com Rolnik (2015) e Cesarino (2016), que os estudantes da Zona Leste criaram novas formas de sociabilidade durante a sua ocupação, que se relaciona ao ambiente físico e discursivo do seu dia a dia, com a tentativa de criar uma perspectiva que não seja nem o mundo da ordem oficial e nem o “mundo do crime”. Em comum, estes dois mundos teriam a autoridade e a hierarquia como marcas, além de processos objetivos e psicológicos de privação e precariedade.

Uma segunda etapa da ocupação, que corresponde à segunda seção do capítulo, diz respeito aos desgastes que levaram a um desfecho um tanto dramático da experiência dos meninos e meninas da Zona Leste. Esta corresponderia à reação do que chamamos, ao longo da dissertação, de agentes da ordem (burocracia escolar, polícia, igreja, famílias e, em alguma medida, o “mundo do crime”) contra a experiência anti-autoridade dos adolescentes. Esta reação se deu, pela leitura que fizemos das experiências e relatos dos jovens, pela utilização diretamente política dos regimes discursivos de diferenciação interna às comunidades periféricas (Feltran, 2011), que buscam colocar em oposição o cidadão de direitos àquele envolvido com o “mundo

do crime” ou com a informalidade. Neste processo de diferenciação, de acordo com Feltran (2008; 2011) e Caldeira (2000), se busca um distanciamento daqueles sujeitos que vivem mais próximos e simbolizam os elementos “violentos” e “perigosos” tomados como imagem homogeneizadora da periferia pelo centro e pelo direito. Ou seja, há uma tradução interna de um regime discursivo de segregação da cidade para destacar-se da condição inferior, tradução esta que faz com que sujeitos habitantes das periferias inferiorizem, dentro de suas comunidades, outros. A referida bibliografia trata desse mecanismo no plano moral e da relação com a esfera de direitos. Aqui, por outro lado, utiliza-se desta construção para dar conta de uma repressão eminentemente política que faz uso desse discurso para desestabilizar e vencer um movimento que questiona, fundamentalmente, no nível local, a ordem e a autoridade.

Assim, a tentativa de construir um caminho alternativo, ao menos momentaneamente, por parte destes adolescentes no interior de sua realidade imediata, passa a ser associado ao crime e aos “nóias”, desfazendo a rede de apoio que haviam construído e levando à mobilização a encerrar-se por exaustão física e psicológica. Esse teria sido o momento da retomada da ordem por parte de seus agentes. Uma indicação importante é a diferenciada legitimidade que esses agentes gozam perante os adolescentes. Enquanto burocracia escolar e agentes policiais (em parte também as famílias) aparecem como elementos frente aos quais a disposição de ruptura é a maior possível, crime e igreja figuram do lado oposto. A relação dos jovens com estes últimos envolve incômodos, mas também o reconhecimento prático e no discurso de que são parte da comunidade e que, portanto, a ruptura envolve processos de desgaste no campo psicológico e no das relações.

Por fim, no capítulo quarto e último, procurou-se identificar os traços mais marcantes das visões de mundo e disposições de engajamento político destes jovens após terem vivido uma intensa experiência política e de sociabilidade alternativa. Seguindo esses atores pelos espaços e reflexões de seu envolvimento com questões que se encadearam ao longo do ano de 2016, foram realizadas entrevistas e observações. O agitado ano de 2016 possibilitou testar questões referentes ao engajamento desses jovens com temas que extrapolam sua realidade imediata, a sequência de laços estabelecidos no ano anterior e, o que é mais relevante, as consequentes visões e disposições decorrentes deste conjunto de experiência.

Fazem parte desse cenário as represálias consequentes da ocupação da EE Victor Jara e as movimentações locais dos jovens com o grêmio e a confecção de um jornal; as mobilizações contra o aumento das tarifas de transporte promovidas pelo MPL em janeiro; a mobilização que se deu em torno da questão da merenda escolar e gerou uma onda de ocupações, especialmente, das escolas técnicas; atos de rua; e as eleições municipais de 2016.

As observações reunidas nesse capítulo sugerem uma tentativa de sufocamento da politização dos jovens em sua realidade imediata por parte dos agentes da ordem, agora no decorrer de “dias comuns” e não no momento explosivo da ocupação. Ao mesmo tempo verificou-se um forte elemento de localismo por parte dos jovens, que valorizam a sua condição periférica como resposta à segregação e, em contraposição aos elementos presentes no “centro” (político e espacial), voltam-se para a sua própria realidade. Esse elemento, além de conter uma dimensão subjetiva de autovalorização, aponta para um rompimento radical de mediações e representações, impostas no interior do processo político que vivenciam pelas distâncias da cidade. Identifica-se um rompimento, inclusive, com jovens de outras condições periféricas, os quais não recebem por parte dos jovens da Zona Leste, a confiança da representação da condição periférica em espaços centrais da cidade, da política e da opinião pública. A política passa a ser vista como algo que só pode ser feito em primeira pessoa e que tem que dizer respeito diretamente a sua realidade local, vista como “abandonada” pelo conjunto da sociedade ou pelo “sistema”. Neste processo, se pode perceber que os laços do “trabalho de base” são distendidos quando a proposta política se afasta temática ou espacialmente. Um exemplo são os chamados para que os jovens componham experiências políticas fora de sua realidade, que são negados como “coisa de playboy” ou como lugares em que eles são colocados em posição de coadjuvantes. Neste registro se inserem atos do MPL na Avenida Paulista, as ocupações de escolas técnicas no centro da cidade e a experiência partidária de uma professora do cursinho. Todos são rejeitados pelos adolescentes como algo que não lhes pertence e que os coloca em posição de não-sujeitos.

Verifica-se um padrão extremo de diferenciação que se manifesta enquanto individualidade, individualismo e desconfiança. Pode-se apreender uma relação entre esses elementos e a realidade vivida no cotidiano, de sua formação histórica enquanto moradores jovens do extremo leste da cidade. Além deste elemento individualista e individualizante que atua com grande peso na formação de suas posições e disposições, há um elemento de imediatismo na ação política, que também guarda relação com o cotidiano. Reencontram-se na ação política dois elementos presentes de modo imperioso no cotidiano: o “eu” e o “agora”. Ambos se articulam na não-adesão a projetos universalistas, que demandam acúmulos ao longo do tempo. O projeto universalista, sugere-se, também perde força na medida em que é abandonado enquanto projeto normativo (de fato e não de direito) pelos padrões de relação sociais construídos ao longo das últimas décadas (Feltran, 2011). A não adesão a estas experiências é contraposta ao engajamento direto com atividades que podem ser realizadas “aqui e agora” e que rendem resultados imediatos, como pode ser verificado em sua atuação local ao longo do ano de 2016.

Por fim, somado aos elementos de individualidade/individualismo e imediatismo, identifica-se a partir da coleta de relatos e observação dos engajamentos, um componente de “ação direta” contra elementos da ordem estabelecida, que apresenta afinidades com a violência, outro traço constitutivo de sua realidade imediata. O alvo principal desta disposição são os agentes policiais. E, enquanto processo de tradução de suas experiências cotidianas no âmbito da política vivida, é possível identificar uma aproximação e uma alternativa em relação ao crime. Por um lado, o crime é lembrado pelos jovens em situação de conflito com a polícia como aquilo que “dá medo na polícia”, o que desencadeia uma apropriação da “estética” do crime no engajamento, especialmente no campo discursivo e performático das manifestações de rua. Por outro lado, o engajamento político no registro do enfrentamento das forças da ordem se coloca como uma alternativa àquilo que, na realidade periférica vivenciada pelos adolescentes do extremo leste, é realizado pelo crime organizado. Assim, a participação em atos de rua permeada pela possibilidade de confronto com agentes policiais, especialmente no centro da cidade, se coloca como traço do repertório político com o qual esses jovens se identificam. O conflito é lugar do “eu”, do “agora” e do confronto com as forças da ordem. A

perspectiva da presença do próprio corpo, da realização imediata e do confronto com a autoridade se encontram em oportunidades que nunca faltam na atual conjuntura.

Por fim, pode-se acompanhar a relação que os jovens estabeleceram com o processo eleitoral municipal de 2016 na cidade de São Paulo, marcado pela dispersão das referências históricas do PT na cidade (candidaturas de Marta Suplicy pelo PMDB, Luiza Erundina pelo PSOL e Fernando Haddad pelo PT), pela candidatura out-sider e situacionista (tudo ao mesmo tempo) de João Dória (PSDB) e do Deputado Federal Celso Russomano (PRB). O processo, vencido pelo candidato tucano (inclusive na região onde os meninos e meninas moram), revelou profundos desinteresse e rejeição do contexto representativo atual. Frisa-se o “atual”, reconhecendo o caráter “em aberto” desta investigação. Nessa ocasião, no entanto, verificou-se o não alinhamento dos jovens não a um ou outro projeto, mas ao conjunto do “sistema”, visto como algo alheio e/ou adversário de sua realidade e seus interesses. Alguns dados importantes a serem destacados são a associação das candidaturas aos agentes da ordem que operam localmente, como se pode ver na associação do candidato Russomano (PRB) à igreja, e de João Dória (PSDB) à Geraldo Alckmin (“o do fechamento das escolas”). Surpreende (ou nem tanto) o fato de Fernando Haddad ser figurado no discurso dos jovens ao lado do governador tucano. A menção se faz com base às memórias de junho de 2013. A relação com Luiza Erundina (PSOL) é de simpatia, mas a descrença no “sistema” dilui qualquer possibilidade de engajamento com a campanha ou mesmo com o voto. Vale ressaltar aqui que a organização da qual faz parte a ativista do cursinho popular esteve vinculada à campanha de Luiza Erundina, o que não representou um caminho de aproximação dos adolescentes com a candidata.

A situação do PT merece ser destacada, entre outros motivos, pela relação deste com todo o histórico e imaginário político da Zona Leste de São Paulo e pela relação que o lulismo estabelece ao longo do último período com as camadas populares. Fernando Haddad (PT) é apresentado, fundamentalmente, pelos jovens como um elemento que faz parte do “sistema”, sendo assim, associado à “ordem”. Verifica-se, no momento do voto, uma cisão no ambiente familiar que tem uma raiz comum: a decepção. As saídas são, no entanto, diferentes: enquanto os pais votam em João Dória (PSDB) por uma decepção com o PT, os filhos não votam em ninguém.

Os votos nulos e abstenções foram majoritários entre os adolescentes, reproduzindo e dando indícios em escala micro de um fenômeno que merece atenção no processo como um todo: a alta taxa de votos nulos, brancos e abstenções e, especialmente, o extremo leste como localidade onde esse fenômeno teve as maiores dimensões no pleito municipal.

Faz-se necessário, no entanto, afastar leituras precipitadas de que esse fenômeno teria como sentido um elemento “revolucionário” ou de “reformismo forte”. Ainda que do ponto de vista do engajamento dos jovens a radicalidade seja elemento presente, a não adesão a projetos universalistas por parte dos adolescentes não permite deduzir uma postura “positiva” ou “propositiva” no voto nulo ou na abstenção. O elemento de descrença e decepção – “negativo” – no entanto pode ser atestado. Quanto à relação que o engajamento político estabelece com a institucionalidade, pode-se apontar no máximo traços de um potencial que vai contra a representação e o “sistema” por parte dos jovens, que é vivido como conflito aberto contra ordens sociais estabelecidas e, no geral, com a autoridade.

A visão e as disposições políticas destes jovens do extremo leste com quem se deu este estudo de caso, produzidas através dos processos aqui reconstruídos, observação de sua atuação, entrevistas e conversas, podem ser descritas como um agregado dos traços descritos acima, mediados pelo contexto. Elementos de radicalização de processos democráticos que rompem com a representação e a produção de novas sociabilidades aproximam a experiência política vivida e protagonizada por estes adolescentes dos registros de “novos ativismos”. Ao mesmo tempo, o lugar do “eu”, do “agora” e da confrontação aberta com a autoridade, ainda dentro desse registro, fazem surgir a reivindicação de estéticas anarquistas e afinidades com a “ação direta”. O papel de ativismos organizados, que mantém maiores ou menores vínculos e referências com as tradições de engajamento que marcaram a história das lutas populares no Brasil e na Zona Leste de São Paulo é grande para o envolvimento desses jovens. Procurou-se demonstrar esta relevância com a experiência do coletivo Malambe, imerso em um conjunto de relações com ativistas da geração da redemocratização e dos movimentos culturais forjados nos anos 1990, e o “trabalho de base” que desenvolve junto (e não sobre) os meninos e meninas da região. A relação entre esses elementos parece ser a de que seus

encontros são fundamentais para a politização e emergência dos jovens periféricos da atual geração na cena política, mas que, uma vez desencadeada, ultrapassa os padrões organizativos e de atuação destas outras gerações e experiências. O sentido desse processo de superação (não com um juízo positivo, necessariamente) é o de uma atuação mais imediatista e individual, que busca viver no presente os rompimentos com a ordem social e as autoridades que lhes cobra preço alto todos os dias. A imagem de impaciência se impõe, não sem motivos. Destaca-se que a experiência de 2015, da ocupação da escola, assim como o imaginário de 2013, são marcantes na formação política desses adolescentes que buscam episódios de igual ou maior dimensão. No entanto, o contexto que se segue à ocupação da EE Victor Jara impõe dificuldades e frustrações.

Como dito na introdução desta dissertação, o contexto brasileiro no fechar de cortinas de 2016 não é de comemorações para visões de mundo avessas à ordem das coisas. A regressão que se impõe neste momento afeta todas as gerações que se seguiram, com seus erros e acertos, na luta contra a ordem das coisas. A cobrança dos erros e acertos é coletiva e faz juntar avós, mães e pais, meninos e meninas que se levantaram contra injustiças, autoritarismos e ordens injustas e injustificáveis. O que se pretende aqui é a humildade em uma investigação que procurou se debruçar sobre fenômeno tão recente e cujas limitações faz-se questão de ressaltar.

O que será do futuro do engajamento dos meninos e meninas da EE Victor Jara? O que será de suas visões e disposições de mundo quando já não forem meninos e meninas? O que será das novas formas de ativismo que emergem em meio a uma crise que corta e faz evaporar certezas há muito arraigadas entre aqueles que lutam? Este trabalho não se pretendeu a responder essas questões. As respostas que se tentou construir, são expostas para que sejam respondidas e gerem novas perguntas e críticas, e que acumulem para um processo coletivo de compreensão do que foi, do que é, do que está e do que vêm. A mesma humildade, no entanto, devemos ter, todas e todos, no campo da política e da construção de novos mundos, perante esses meninos e meninas. Foram eles e elas que construíram esperança em meio a desilusões e derrotas.

ANEXO: FICHAS DAS/DOS ENTREVISTADAS/OS

1. Raquel

Raquel tem 17 anos. É moradora da Cohab II, em José Bonifácio. Cursa, atualmente, o terceiro ano do ensino médio na EE Victor Jara. Raquel frequenta o cursinho impulsionado pelo coletivo Malembe desde o início de 2015. Um dos motivos que levou a menina ao cursinho foi sua vontade em fazer curso técnico em edificações no Liceu Tiradentes, o que se liga ao plano da jovem de cursar faculdade de Arquitetura e Urbanismo após concluir o ensino médio. A mãe de Raquel faleceu cedo, quando a menina tinha 7 anos. Neste memento, passou a morar com a avó, também na Cohab II em José Bonifácio. O pai casou novamente, com a irmã da mãe. Nicole era a mais nova de muitos irmãos. Dois de seus irmãos trabalham no setor gráfico, um com arte de rua e o pai encontra-se desempregado. A única irmã mora no interior de São Paulo, na cidade de Campinas, com o marido. Raquel mora, atualmente, com o pai, a madrasta e os três irmãos (todos mais velhos) em um apartamento alugado na Cohab II. O sustento da casa vem principalmente dos dois irmãos que trabalham no setor gráfico, de trabalhos esporádicos do pai e certa ajuda da aposentadoria da avó. A rotina da menina inclui serviços domésticos para o conjunto da família, frequentar a escola, o curso técnico no Liceu Tiradentes, trabalho aos fins de semana com animação de festas infantis e as atividades de aula e debates no cursinho do coletivo Malembe. Raquel participou ativamente da ocupação da EE Victor Jara em 2015 e permaneceu engajada, especialmente em atividades locais, como a participação no grêmio da escola e a tentativa de impulsionar um jornal estudantil da Zona Leste.

2. Rogério

Rogério tem 17 anos, mora com a mãe e dois irmãos mais velhos na Cohab II, em José Bonifácio e cursa, atualmente, o segundo ano do ensino médio na EE Victor Jara. O jovem é negro e não convive com o pai. Frequenta a casa da avó no bairro de São Miguel nos fins de semana. Gosta de funk e hip-hop e costuma frequentar festas do gênero. Anda de skate e faz pichações. Além disso, como quase todos os adolescentes que contribuíram para essa pesquisa, gosta de videogames, computadores e não desgruda de seu celular. A mãe é enfermeira e garante o sustento da casa. Rogério tem primos no bairro de São Miguel com quem sai de “rolê” frequentemente. O jovem engajou-se no movimento secundarista em 2015 já durante a ocupação e, por meio dessa atuação, passou a identificar-se com o anarquismo e a tática Black Bloc, referências que carrega em broches e desenhos de caneta marcador na mochila.

3. Joyce

Joyce tem 16 anos, mora em uma casa em José Bonifácio, com o pai, a mãe, a avó, uma irmã e um irmão. Frequenta a igreja com a mãe e a avó. Frequenta também festas de funk com as amigas. O pai de Joyce é segurança e o irmão é técnico-administrativo em um escritório no bairro do Tatuapé. A mãe trabalha em casa. A menina gosta de escrever poemas e é assídua usuária das redes sociais. Joyce envolveu-se na ocupação da EE Victor Jara, onde hoje cursa o segundo ano do ensino médio. Hoje segue participando de debates e atividades organizadas pelo grêmio da escola, mas afastou-se um pouco das atividades políticas por pressão do pai e a da mãe.

4. Tati

Tati tem 19 anos em mora na favela localizada em frente a Cohab II, do outro lado da avenida, com o namorado. Ambos vendem camisetas

personalizadas e o namorado trabalha em uma *lan house*. A família é do Rio de Janeiro, de onde veio, há alguns anos, com a mãe, que voltou a morar na cidade natal recentemente. Tati não concluiu o ensino médio, mas participou ativamente das ocupações da EE Victor Jara e de outra escola, localizada na mesma região. Tati e o namorado são punks e consideram-se anarquistas. Vem encarando a onda de manifestações que ocorrem na cidade como uma demonstração clara da insatisfação da maioria da população com a política e a polícia. Tati foi contra a desocupação da escola EE Victor Jara, defendendo que a escola se mantivesse sob controle dos estudantes e da comunidade indefinidamente. Tati também participa de um grupo de teatro independente da Zona Leste de São Paulo, do qual também fazem parte outros jovens que participaram nesta pesquisa

5. Gabriel

Gabriel tem 17 anos e mora com a mãe e uma tia na Cohab II, em José Bonifácio. Além de estudar na EE Victor Jara, faz parte de um grupo de teatro independente que atua na Zona Leste da capital paulista. A experiência do grupo de teatro passa por processos horizontais de organização e referências como Vladimir Maiakóvski e Bertolt Brecht. Gabriel é um jovem negro que relata frequentemente o abuso policial em seu cotidiano. A mãe de Gabriel é vendedora de loja e a tia é manicure. Tem um irmão mais velho que já foi preso por tráfico de drogas e, hoje em dia, não mora mais com a família.

6. Felipe

Felipe é um jovem de apenas 15 anos (quando o conheci ainda tinha 14), moradora da Cohab II, onde vive com a mãe e o padrasto. A mãe trabalha em casa realizando o serviço doméstico e o padrasto é, atualmente, representante dos empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) de uma empresa de segurança. O

padrasto já foi filiado ao PT, ao PCdoB e, atualmente, é filiado ao PROS, ligado à Força Sindical. Felipe foi um dos adolescentes mais ativos na ocupação da EE Victor Jara. Frequenta, há dois anos, o grupo de jovens de uma igreja evangélica de José Bonifácio. Dentre as referências familiares do rapaz está a madrinha, que é professora e filiada ao PT. Felipe sonha em fazer um curso superior de Física, onde poderia estudar astronomia (seu tema preferido). Em diversos encontros, o garoto carregava um livro de Stephen Hawking (“Uma breve história do tempo”) ou de Albert Einstein (“Como vejo o mundo”, em que o físico versa, entre outros temas, sobre sua adesão ao socialismo). Atualmente, o rapaz tenta conseguir uma vaga em cursos técnicos de eletrônica, seja no Liceu de Artes e Ofícios, seja das Escolas Técnicas estaduais.

7. Otávio

Otávio é um jovem de 16 anos, morador de José Bonifácio e estudante de uma outra escola, localizada próxima à EE Victor Jara. O adolescente vive com o pai, a mãe e duas irmãs. Todos frequentam uma igreja evangélica. A mãe é funcionária de um pequeno supermercado da região e o pai trabalha com entregas de matérias de construção. Uma das irmãs trabalha em uma empresa de telemarketing e contribui para o sustento da casa. O menino já teve envolvimento com venda de drogas ilícitas, mas se afastou. Trabalha aos fins de semana com o pai e chegou a iniciar um curso de técnico em informática, mas interrompeu o curso pela falta de dinheiro. Pretende fazer faculdade de contabilidade ou informática. Além dos computadores, o rapaz gosta muito de funk.

8. Amanda

Amanda tem 17 anos e morava com a mãe na Cohab II em José Bonifácio no passado. Hoje mora com o pai em Pirituba. Deixou de

morar com a mãe por esta ter perdido o emprego de atendente em um laboratório particular que realiza exames médicos. O pai trabalha em uma firma de segurança. Amanda convive com dois irmãos, sendo um que trabalha com moto-entregas e outro em uma loja de eletrônicos no Shopping Center Norte.

9. Rômulo

Rômulo tem 18 anos de idade e mora com a mãe, o pai e um irmão mais novo na Cohab II, em José Bonifácio. O rapaz presidia o grêmio da EE Victor Jara quando ocorreu o movimento das ocupações em 2015. Sua mãe já trabalhou na escola e, atualmente, trabalha em outra escola da região, como inspetora de corredor. O pai está desempregado. Rômulo concluiu o ensino médio em 2015 e hoje está cursando a faculdade de engenharia mecânica, na UNINOVE. Não conseguiu uma vaga na Universidade Federal da Bahia por falta de um ponto no ENEM em 2015. A vó do menino mora no estado nordestino e poderia recebe-lo. Rômulo cursa a faculdade no período noturno e trabalha como office boy durante o dia. A militância política ficou de lado nesta nova fase da vida do rapaz.

10. Gil

Gil tem 18 anos, é estudante da EE Victor Jara e morador de um prédio em José Bonifácio que não é a COHAB II. Gil é um jovem negro, o que é central em seu discurso. Vive com a mãe e não conheceu o pai. Não tem irmãos. A mãe trabalha na cozinha de uma restaurante. Em uma ocasião, Gil deixou de viver com a mãe e morou em casas de amigos e dormiu em lugares em que podia. O discurso do jovem é perpassado por expressões e símbolos que remetem ao anarquismo, ao autonomismo e à tática black bloc.

11. Jonatas

Jonatas tem 18 anos e é morador da Cohab II, em José Bonifácio. Já passou por diversas escolas e deixou de estudar por um ano, mas retomou os estudos na EE Victor Jara para concluir o ensino médio. O pai de Jonas vive no Rio Grande do Norte e a mãe em São Paulo. É com ela que o rapaz mora. Sua mãe trabalha como vendedora em uma loja de roupas e o pai com veículos usados. O rapaz já morou com um tio em uma comunidade do Parque do Carmo, bairro vizinho à José Bonifácio, no ano que ficou sem estudar. Jonatas gosta de computadores e já trabalhou em uma lan house. O gosto pelos computadores tem um ponto de contato com seu engajamento político: Jonatas participa de fóruns na internet sobre práticas hackers e de muitas páginas com temática anarquista e anti sistema. O jovem se considera um “anarquista libertário” e fez campanha pelo voto nulo junto a outros colegas nas eleições de 2016.

12. Marília

Marília é uma jovem moradora da Cohab II, em José Bonifácio, de 17 anos, pertencente a uma grande família. A garota mora com a mãe, o pai, três irmãos e uma irmã. É a mais nova entre os filhos do casal. Outros familiares de Marília também moram na Cohab II, em José Bonifácio. Marília descreveu os irmãos e o pai, desempregados, como “acomodados”. A grande inspiração da menina, por outro lado, é a irmã mais velha, formada em direito e trabalhadora no setor de telemarketing. Marília tem casos de morte violenta na família que são marcantes em suas memórias. Dois primos morreram em condições não bem explicadas, mas que foram apresentadas como tendo relação com disputas no interior do “mundo do crime”. O tio de Marília é dono de uma “boca” e seus dois filhos morreram em 2015 e 2016, respectivamente. O tio, atualmente, mora na casa da família da garota. Marília canta muito bem e frequenta a igreja. É uma frequentadora assídua do cursinho popular impulsionado pelo coletivo Malembe também. Pretende estudar direito como a irmã mais velha. Assim como

outras e outros adolescentes, a garota sofreu bastante com bullying, como relatou em diversas ocasiões. A jovem negra faz questão de enaltecer seus traços afro-brasileiros, como cabelo, modo de se vestir, gosto musical etc., na intenção de reafirmar positivamente sua identidade. Marília é estudante da EE Victor Jara.

13. Danilo

Danilo, de 17 anos, é morador da favela em frente à Cohab II, em José Bonifácio. Estudante da EE Victor Jara, Danilo participou ativamente da ocupação da escola e segue engajado. Mais recentemente, Danilo passou a se envolver com jovens adeptos da tática Black Bloc em manifestações na cidade de São Paulo. A mãe do jovem, com quem mora, trabalha como diarista e o irmão mais velho como técnico de computadores, realizando consertos no próprio bairro. O pai não mora com a família. Danilo visitou o estado do Ceará algumas vezes, onde vivem seus avós, tios e primos.

14. Karen

Karen tem 18 anos, mora com a mãe e uma irmã na Cohab II, em José Bonifácio. Todas as três trabalham fazendo marmitas que são vendidas para fora. O negócio funciona na própria casa. Karen gosta de escrever poemas e pretende fazer um curso superior de Letras.

15. Giovani

Giovani é irmão mais novo de Rômulo, tendo 15 anos. Sua mãe já trabalhou na escola e, atualmente, trabalha em outra escola da região, como inspetora de alunos. O pai está desempregado. O rapaz sofre bullying por conta da forma como fala e de sua expressão corporal, o que os colegas de escola e outros garotos do bairro atribuem ao fato de o rapaz ser homossexual. Giovani diz que é muito novo para falar

de sua sexualidade e ter que explica-la aos outros. O momento da ocupação, no entanto, foi importante para o rapaz pro conta das atividades relacionadas ao tema. Hoje, faz parte do grêmio da escola e organizou, junto a outros colegas, dois debates sobre bullying e sexualidade na EE Victor Jara.

16. Renata

Renata é a mais jovem menina com quem conversei, tendo apenas 15 anos. A adolescente envolveu-se com a ocupação da EE Victor Jara em seu início, mas foi proibida pelo pai de participar nas semanas finais. Vive apenas com o pai e a avó em uma sobreloja localizada na avenida principal do bairro. O pai da menina é apresentado como violento e controlador. A avó é professora aposentada e o pai trabalha como segurança noturno.

17. Kelen

Kelen tem 17 anos e vive com os pais em uma casa localizada no outro lado da avenida onde fica a Cohab II, em José Bonifácio. A mãe trabalha como cabelereira e o pai como porteiro em um edifício no Tatuapé. Seu irmão mais velho não mora mais com os pais, mas é presente na vida da menina. Ele trabalha com vendas e cursa a faculdade de Administração de Empresas em uma universidade particular. O irmão é bolsista do Prouni. Kelen gosta de frequentar festas de funk e participou dos “rolezinhos” que ficaram famosos em 2014. A jovem se envolveu com a ocupação da EE Victor Jara somente no final. Antes era contra. Seu engajamento se deu por meio do cursinho popular impulsionado pelo coletivo Malembe, que passou a frequentar para prestar o ENEM. Kelen pretende estudar turismo na faculdade.

18. Marta

Marta tem 19 anos e concluiu o ensino médio em 2016. A menina repetiu o terceiro ano em 2015, o que foi atribuído pelos pais ao envolvimento com a mobilização secundarista. Marta namora uma outra garota da escola e participou ativamente de atividades relacionadas aos preconceitos que sofre a população LGBTTT. Os pais não aceitam o relacionamento da menina, que já foi expulsa de casa, mas voltou. Marta trabalha em uma loja durante os períodos da tarde e da noite, no Shopping Itaquera. O pai é formado em contabilidade mas está desempregado. A mãe é enfermeira.

19. Larissa

Larissa tem 16 anos e cursa o segundo ano do ensino médio na EE Victor Jara. O pai foi assassinado há alguns anos e a mãe trabalha como atendente em uma gráfica na Mooca. A garota tem duas irmãs que moram na casa da família, em um apartamento na Cohab II, em José Bonifácio. A mais velha tem um filho pequeno e trabalha no Aeroporto de Congonhas, no refeitório de uma companhia aérea. Larissa cuida do sobrinho e recebe ajuda da irmã. A outra irmã faz faculdade de Administração de Empresas e trabalha como técnico-administrativo em um escritório no centro da capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de; D' ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos estud.* - CEBRAP, São Paulo, n. 82, p. 109-130, Nov. 2008.

ALONSO, A. *A política das ruas*. In: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/09/1816167-a-politica-das-ruas.shtml>. Acessado em 07/10/2016.

BIONDI, Karina, *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010.

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, 2012. Boitempo.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, 2000. Editora 34.

_____. "O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo". In: *São Paulo: novos percursos e atores*, Org.: KOWARICK, L. e MARQUES, E. São Paulo, 2011. Editora 34; Edusp.

_____. "Social movements, cultural production, and protests: São Paulo's shifting political landscape". In: *Current Anthropology*. V. 56. S.11 Outubro de 2015.

CAMPO, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M.M., *Escolas de Luta*. São Paulo, 2016. Editora Baderma.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 83-98, Junho 2015.

CESARINO, P. "Aprender com as crianças // Negociar com os homens", In: *A Batalha do Vivo*. São Paulo, 2016. Grupo Contrafilé.

DAGNINO, E. 2002. "Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades". In: (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

_____, E. "Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa". In: *Política e Sociedade*. Nº 5. Out. 2014.

D'ANDREA, T. "Itaquera, muito além da Copa do Mundo". 2012. In: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1155>. Acessado em 08/12/2015.

_____, T. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, junho de 2013.

FELTRAN, G. "Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo". In: *São Paulo: novos percursos e atores*, Org.: KOWARICK, L.; MARQUES, E. São Paulo, 2011. Editora 34.

_____, G. 2010. "Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo". *Lua Nova*, n. 79, pp. 201-233

_____. "São Paulo, 2015: sobre a guerra". 2015.
<https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/16/sao-paulo-2015-sobre-a-guerra/>.
 Acessado em 08/12/2016.

_____. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado (Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, 2008.

GERRING, J. 2004. "What is a case study and what it is good for?", In: *American Political Science Review*, V. 98, n. 2.

_____. *Case study research: Principles and practices*. 2007. Cambridge University Press.

GRAEBER, D. *Um projeto de democracia*. São Paulo, 2015. Editora Paz & Terra.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. "Estratégia partidária e preferência dos eleitores – As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004". In: *Novos Estudos*, n. 81, julho de 2008.

MAGNANI, J. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo, 2012. Editora FAPESP; Editora Terceiro Nome.

MARQUES, Adalton. "Liderança", "proceder" e "igualdade": uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 311-335, jun. 2010 .

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo, 2009. Editora Expressão Popular.

NEGRI, A.; COCCO, G. *Glob(al) – Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada*. Rio de Janeiro, 2005. Editora Record.

ORTELLADO, P. "A primeira flor de junho". In: *Escolas de luta*. São Paulo, 2016. Editora Baderma.

PAVEZ, T. *Crime, Trabalho e Política: um estudo de caso entre jovens da periferia de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, outubro de 2015.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al . Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, Washington , v. 23, n. 4, p. 268-276, Abril. 2008.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al . Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Rev Panam Salud Publica**, Washington , v. 29, n. 1, p. 17-26, Jan. 2011.

ROLNIK, R. (2015). *Guerra dos lugares, a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.

_____. (Coord.). *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. São Paulo, 2000. PUCCAMP/Instituto Pólis.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo, 1988. Paz e Terra.

SECCO, L. "O trabalho de base" (2015).

Em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/03/o-trabalho-de-base/>. Acessado em 08/12/2016.

_____. "A escola retomada" (2015).

Em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/A-Escola-retomada/13/35027>. Acessado em 08/12/2016.

SINGER, A. "Classes e ideologias cruzadas". In: *Novos Estudos*, n.97, novembro de 2013.

_____. "Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994". São Paulo, 2000. Edusp.

_____. "Quatro notas sobras as classes sociais nos dez anos do lulismo".

In: *Classes? Que classes?*, Org.: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013. Fundação Perseu Abramo.

_____. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, 2012. Companhia das Letras.

SOLANO, E.; RIBEIRO, M.M.; ORTELLADO, P. " Secundaristas e Marcha da Maconha compõem polo de mobilização fora das disputas em torno do impeachment". Em <https://gpopai.usp.br/pesquisa/maconha-secundaristas.pdf>. Acessado em 07/10/2016.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro, Brasília, 2010. Elsevier; CNI.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte, 2012. Editora UFMG.

TATAGIBA, L. 2009. “Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões”. *Colombia Internacional*, v. 71, pp. 63-83.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. 4ª ed, São Paulo, 2004. Paz e Terra.

TIBLE, J.; MORAES, A. “Quando novos personagens entram em cena?”. In: *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil*. Org.: MORAES, A., TARIN, B. e TIBLE, J. São Paulo, 2015. Fundação Friedrich Ebert.

VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que classes?*, Org.: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013. Fundação Perseu Abramo.